

Maria Ataíde Malcher, Jane Marques, Leandro Raphael N. de Paula / organizadores



História|Comunicação|Biodiversidade na
AMAZÔNIA

 **ACQUERELLO**
design&editora

Organização

Maria Ataíde Malcher

Jane Aparecida Marques

Leandro Raphael N. de Paula

História|Comunicação|Biodiversidade na

AMAZÔNIA

Durval de Souza Filho	Maria Ataíde Malcher
Francisco de Assis Costa	Joel Cardoso
Aldrin Moura de Figueiredo	Regina Lima
Netília Silva dos Anjos Seixas	Uriel Pinho
Vanessa Brasil de Carvalho	Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Phillippe Sendas de Paula Fernandes	Rosiane Ferreira Gonçalves
Luciana Miranda Costa	Rosiane Pinheiro Palheta
Keila Andreane Corrêa da Silva	Neusa Pressler
Leandro Raphael N. de Paula	Dóris Santos de Faria

ACQUERELLO
design&editora

São Paulo, inverno de 2012

CONSELHO EDITORIAL

Clareana Oliveira Rodrigues (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Edson Leite (Universidade de São Paulo - USP)
Fernanda Chocron Miranda (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Jane Aparecida Marques (Universidade de São Paulo - USP)
Joel Cardoso (Universidade Federal do Pará - UFPA)
José Heder Benatti (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Leandro Raphael N. de Paula (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Luciana Miranda Costa (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Maria Ataíde Malcher (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Maria Cristina Gobbi (Universidade Estadual Paulista - UNESP)
Neusa Gonzaga de Santana Pressler (Universidade da Amazônia - UNAMA)
Regina Lúcia Alves de Lima (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Selma Dias Leite (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Thiane de Nazaré Monteiro Neves (Universidade Federal do Pará - UFPA)
Valério Cruz Brittos (UNISINOS)

CRÉDITOS

Marly Camargo Vidal – Revisão
Acquerello Design – Projeto gráfico
S7ven Consultoria – Editoração

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História, comunicação e biodiversidade na Amazônia /
Organizadores Maria Ataíde Malcher, Jane Aparecida
Marques, Leandro Raphael de Paula; autores Durval de
Souza Filho... [et al.]. – São Paulo: Acquerello, 2012.
250 p.: il.

ISBN: 978-85-64714-07-6

1. Amazônia. 2. Comunicação massiva. 3. História. 4.
Cultura. 5. Meio ambiente. 6. Relações internacionais. I.
MALCHER, Maria Ataíde. II. MARQUES, Jane Aparecida.
III. PAULA, Leandro Raphael de. V. Título.

CDD – 23 ed. – 981.1
300
302.25
302.2

SUMÁRIO

- 07 **Ciência e Arte nas fotografias de viajantes na Amazônia no século XIX**
Durval de Souza Filho
- 25 **Para além de onde as vistas alcançam: história, natureza e paisagem na belle-époque amazônica (1870-1920)**
Aldrin Moura de Figueiredo
- 41 **Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico**
Francisco de Assis Costa
- 67 **Imprensa paraense: um pouco da história da mídia na Amazônia**
Netília Silva dos Anjos Seixas
Vanessa Brasil de Carvalho
Phillippe Sendas de Paula Fernandes
- 83 **Depende da fonte: uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital sobre as mudanças climáticas e a Amazônia**
Luciana Miranda Costa
Keila Andreane C. da Silva
Karina Menezes Cunha
- 95 **Belém Imaginária: marcas do imaginário amazônico em uma HQ**
Leandro Raphael N. de Paula
Maria Ataíde Malcher
- 109 **Cinema na Amazônia diálogos impertinentes: Cinema, Literatura & Academia**
Joel Cardoso
- 119 **Entre local e global: recortes sobre a pesquisa em audiovisual na e sobre a Amazônia**
Regina Lima
Uriel Pinho
- 139 **Mirada sobre o cenário midiático amazônico**
Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Maria Ataíde Malcher
- 173 **“Cuidar do corpo, cuidar da natureza”: saúde indígena e biodiversidade na Amazônia brasileira**
Rosiane Ferreira Gonçalves
Rosiane Pinheiro Palheta
- 197 **Cooperação internacional e comunicação do conhecimento na Amazônia**
Neusa Pressler
- 221 **A Amazônia, a Universidade Federal do Oeste do Pará e a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável - Rio + 20**
Dóris Santos de Faria
- 245 **Sobre os autores**



APRESENTAÇÃO

O volume *História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia* é a primeira incursão da editora Acquerello no tema Amazônia. De caráter ainda experimental, por esse motivo não contou com chamada para envio de propostas, a publicação foi construída a partir da colaboração de pesquisadores que assumiram o desafio de compor uma edição que tratasse de tema tão amplo.

Os capítulos discutem sobre o desenvolvimento do olhar sobre a Amazônia, desde uma perspectiva histórica, a partir das lentes dos naturalistas, e dos meios de comunicação de massa, das HQs, revistas de notícias e jornais, até os atuais debates sobre a questão ambiental e os desdobramentos desta no local. Os formatos industriais e sua relevância como mediação não foram deixados de lado, pelo contrário, estes foram destacados como importante instância na vida local e na formação de conhecimento sobre o mesmo, destacando o que Néstor García Canclini chamou de *estratégias para entrar e sair da modernidade*.

O resultado é um produto heterogêneo, com autores de várias áreas. Essa diversidade nos presenteia com perspectivas singulares sobre os temas do título e com estruturas textuais igualmente diversas, alguns capítulos flertam com a ensaística, outros apresentam mais rigor acadêmico em relação à estrutura.

Contudo, todos demonstram o mesmo comprometimento com a produção de conhecimento localmente e com a representação da Amazônia, mas não o estereótipo comum da região abandonada e vazia que guarda respostas para os problemas da humanidade. *História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia* constrói, como não poderia deixar de ser, uma perspectiva, uma representação sobre a região, a do *olhar local para o local*.

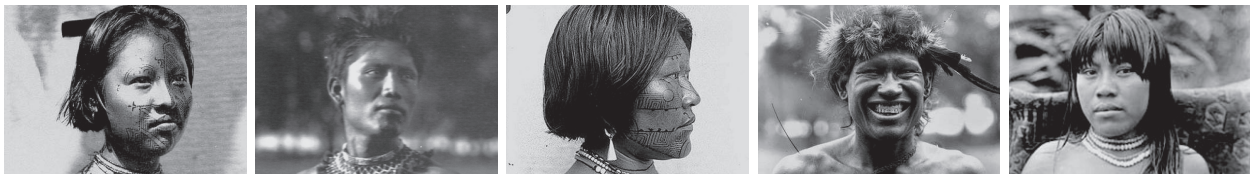
Permitindo-nos inferir que esta não é uma simples região periférica, nem a solução para os problemas contemporâneos, a Amazônia desta publicação demonstra ser uma região complexa, que será um local central para importantes questões a serem discutidas nas próximas décadas. Portanto deveria ser lembrada também nos momentos de decisões políticas que a afetem diretamente, para evitar que se repitam os mesmo erros do passado no que concerne às questões de ocupação e gerenciamento dos recursos disponíveis.

De certa forma, sua heterogeneidade textual demonstra também a diversidade da região. O próprio livro se torna uma construção e um recorte, que traz uma pergunta à superfície *Qual é o olhar do amazônida sobre a região?* Pois bem, *História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia* é um ensaio de respostas que esperamos não fique restrito ao local. É nosso desejo que este seja lido e discutido, tanto com perspectivas que concordem ou discordem, mas que fomentem a busca por um olhar diferenciado sobre a região.

Os organizadores



Ciência e Arte nas fotografias de viajantes na Amazônia no século XIX



Durval de Souza Filho



Ciência e Arte nas fotografias de viajantes na Amazônia no século XIX

Durval de Souza Filho

Desde a primeira viagem feita à foz de um dos maiores dos seus rios, em 1500, por Vicente Pinzón, a região que mais tarde veio a ser chamada de Amazônia, graças à lenda construída por Orellana, Raleigh e pelo padre Acuña e divulgada por La Condamine, a partir do mito das guerreiras amazonas, sempre despertou a imaginação daqueles que se embrenharam por suas matas ou singraram seus rios à procura de riquezas, almas, descobertas científicas ou por pura aventura. Cada visitante, além de reiterar as lendas existentes, adicionava outras impressões míticas, num emaranhado de relatos comparáveis somente à sua intrincada e densa vegetação. O que era Jardim do Éden passava às vezes a Inferno Verde, dependendo do humor de quem relata. Assim se fez a Amazônia e assim foi vista pelo menos até o século XIX, quando **os trabalhos dos naturalistas que percorreram a região, já a partir do século XVIII, foram, aos poucos, contribuindo para a mudança dessa mentalidade para uma nova representação que marca o distanciamento diante do exotismo do novo mundo.**

Com a chegada da família real portuguesa, a região se abre ao mundo e desperta curiosidade. Intensifica-se assim uma grande corrida ao país em busca de novidades capazes de dar subsídios às ciências naturais. Inicialmente, o próprio D. João VI incentiva e financia grandes missões científicas e artísticas. Além do próprio interesse interno, outros países europeus enviam seus naturalistas viajantes movidos pela febre de colecionismo que se alastrará, a partir da segunda metade do século XVIII, pela Europa e América, com a inclusão da História Natural nos programas de viagens, científicas ou não. O que antes era apenas uma coisa dada, imutável, propícia apenas à contemplação, passa, na *Idade Clássica* (o termo é de Foucault), a ser observada, dissecada, catalogada de modo a encurtar a distância entre as coisas e a linguagem. Assim a História Natural vai “conduzir a linguagem o mais próximo possível do olhar e, as coisas olhadas, o mais próximo possível das palavras” (FOUCAULT, 1995, p.146).

É nesse contexto que os viajantes naturalistas desembarcam em nossas praias (e mal desembarcam já ganham as matas ou os rios), esquadrinhando plantas, bichos e gente. Para falar apenas de alguns de uma numerosa lista, e apenas destacando aqueles que vieram para a Amazônia, citamos: La Condamine, Alexandre Rodrigues Ferreira, Humboldt (que teve a sua viagem interrompida quando chegou à região), Henry Walter Bates, Alfred Russel Wallace, Hércules Florence (que integrou a expedição do barão Langsdorff), o zoólogo Johan Baptist von Spix e o botânico Carl Friedrich von Martius, a Expedição Thayer encabeçada por Louis Agassiz, Jules Crevaux, Henri-Anatole Coudreau e outros. Seus relatos, um legado inestimável para a compreensão do nosso passado, principalmente se considerarmos que o que fomos durante vários séculos, e em certo sentido ainda somos, pelos resquícios encontrados na atualidade, constructos do que viram e interpretaram, à sua maneira etnocêntrica, os viajantes europeus e mesmos brasileiros que pensavam como europeus. Em última instância, fomos inventados pelos relatos dos viajantes. Relatos estes reforçados pelos teóricos iluministas e confirmados pelo cientificismo do século XIX.

Acompanhando tais relatos uma profusão de imagens visuais (gravuras, mapas e fotografias), face à necessidade de descrição, pois lhes faltam palavras. Para Miriam Lifchitz Moreira Leite “as palavras dos viajantes nem sempre correspondiam ao vocabulário nativo do país visitado e as espécies encontradas tinham de ser reproduzidas idênticas e em todos os mínimos detalhes a fim de que fosse possível a compreensão do que nunca tinha sido visto”¹. Daí recorrerem às imagens como forma a garantir a fiel representação do objeto. A imagem entra como que ocupando uma curiosa posição entre a linguagem e os objetos da natureza, complementando o que disse Foucault.

1 Moreira Leite, Miriam Lifchitz: in Rev. Antropol. vol.44 no.2 São Paulo 2001, p. 23.

Ao longo dos séculos, a História Natural aperfeiçoou maneiras de registrar a realidade, de descrever os seres vivos e criou convenções para a representação gráfica a partir do que via o naturalista em suas dissecações ou observações microscópicas e que vai configurar em imagens. Imagens essas destinadas à divulgação e ensino da própria História Natural.

Já no século XVII, Robert Hooke (incentivado pelo pensamento de Francis Bacon e pela observação do mundo microscópico) propunha em sua *Micrographia* uma “reforma na filosofia” através de uma observação minuciosa, microscópica, dos objetos, capaz de transportar o Homem do mundo ilusório e das fantasias para o mundo concreto das coisas. Dos registros dessas observações seria construída a base do verdadeiro conhecimento. Como disse o próprio Hooke seus estudos destinavam-se a:

Mostrar que isso não se requer muita coisa, nenhuma força da Imaginação, ou exatidão do Método, ou profundidade da Contemplação (embora a adição destas, ali onde se deve possuí-las, deve produzir uma serenidade mais perfeita), mas sim uma Mão sincera e um Olho fiel, para examinar, e para registrar, as coisas tais quais elas aparecem (HOOKE apud SVETLANA ALPERS, 1999, p. 161).

Mais tarde surgiria a história natural, mais ou menos nos moldes do novo conhecimento proposto por Hooke, que concebia o conhecimento de um objeto natural como a apresentação desse objeto o mais detalhado possível, numa descrição completa, para, a partir daí, buscar as leis que regem seus movimentos na física natural. Nesse caso nada mais apropriado para representar o ser vivo do que os desenhos.

A uma simples leitura será possível ver nesses desenhos a participação de naturalistas, artistas e, algumas vezes, também dos gravadores que transpunham os desenhos para placas de metal, blocos de pedra ou de madeira. Nesses casos, pressupõe-se uma intensa negociação e fiscalização cuidadosa do naturalista para que o resultado fosse uma cópia o mais fiel possível. A partir do século XIX, o naturalista contava, em suas expedições, com artistas, desenhistas, fotógrafos. Mas existiam ainda aqueles naturalistas-desenhistas, bem como desenhistas-naturalistas.

É de se esperar, portanto, que a produção das gravuras de formas vivas envolvessem, além do ser vivo, a participação de vários atores, englobando concepções científicas, escolhas estéticas, interesses variados e profissionais diversos, resultando os desenhos numa obra carregada de significantes.

Com a fotografia não é diferente. Apesar de instantâneo, na captação do objeto, o ato fotográfico demanda uma produção complexa. Antes do *clac*, todo fotógrafo vai definir previamente a imagem, levando em consideração o ângulo, o foco, o enquadramento, a luminosidade e o momento de exposição; portanto o manuseio e combinação destes elementos inerentes à fotografia são definidos pelo indivíduo que sintetiza a ação de fotografar. Todo fotógrafo, em última instância, é um agente cultural de seu tempo que produz símbolos, manipula-os e os armazena assim como os escritores e pintores sempre fizeram. Símbolos estes que resultam em mensagens diversas (livros, quadros, etc.) que, por sua vez, têm a finalidade de informar, ser referência histórica. Portanto, pelo menos nesse caso, somos inclinados a concordar com Baudelaire quando ele tenta definir o papel da fotografia como sendo o de conservar o traço do passado, auxiliando as ciências em seu esforço para uma melhor compreensão da realidade do mundo:

Que ela enriqueça rapidamente o álbum do viajante e devolva seus olhos a precisão que falta a sua memória, que orne a biblioteca do naturalista, exagere os animais microscópicos, fortaleça até com algumas informações as hipóteses do astrônomo; que seja finalmente a secretária e o caderno de notas de alguém que tenha necessidade em sua profissão de uma exatidão material absoluta, até aqui não existe nada melhor (BAUDELAIRE apud Philippe DUBOIS 1999, p. 29).

É claro que a fotografia não é só isso (simples instrumento de uma memória documental do real). Assim como a arte não é somente pura criação imaginária, como finalidade sem fim, livre de qualquer

função social e de qualquer arraigamento na realidade, como queria Baudelaire. No entanto, tendemos a concordar, em parte, com ele, pois toda fotografia constitui-se numa fonte histórica que reúne um inventário de informações, sejam elas objetivas ou subjetivas, que despertam a curiosidade e estimulam a busca de ideias.

Nesse sentido, começaremos por relacionar alguns exploradores que adentraram as florestas da Amazônia munidos de um dos bens mais cobiçados da indústria do século XIX: a máquina fotográfica.

A partir de 1842, com a objetiva desenvolvida por Joseph Petzval (dezesseis vezes mais luminosa do que a desenvolvida nas oficinas de Daguerre), além do aumento das sensibilidades das placas, que possibilitaram a drástica diminuição do tempo de exposição de 15 minutos para razoáveis 20 ou 40 segundos, os estúdios fotográficos começam a proliferar ao redor do mundo. Nesse embalo, a Amazônia não ficou fora e 4 anos depois, em 1846, Charles DeForest Fredricks (o nome é bem sugestivo), daguerreotipista procedente dos Estados Unidos, conforme nos conta Ana Maria Mauad², abriu um estabelecimento fotográfico em Belém, em 1846.

Daí até os trabalhos de Nadar³, a fotografia conhece um desenvolvimento rápido, tanto que quando Jules Crevaux desembarcou na Guiana Francesa, iniciando uma série de 4 grandes incursões pela Amazônia, em 1876, já contava com uma câmara fotográfica semiportátil para o registro de suas impressões visuais.

Jules Crevaux (1847-1882): o amigo dos Boni

Jules Crevaux, médico da Marinha Francesa, faz sua primeira exploração na Amazônia, a serviço do governo do seu país, no período de 1876 a 1877, quando é incumbido de navegar o Maroni, de canoa, até os montes Tumuc-Humac, afim de explorar, na volta, o Yari, um dos afluentes ainda quase inexplorado do rio Amazonas. Nessa primeira viagem, o jovem explorador que contava na época incompletos 29 anos de idade, narra dois fatos que o tornam famoso em seu país. O primeiro deles é o contato com a tribo dos Boni, um grupo de ex-escravos das plantações de cana da Guiana Holandesa que se refugiara nas matas em busca da liberdade. É entre os Boni que Crevaux vai encontrar Apatou, seu guia e amigo inseparável, que o acompanhará na maior parte de suas expedições, tendo inclusive visitado Paris onde faz sucesso em apresentações na Sorbonne. O segundo é sua visita aos montes de Tumuc-Humac, a legendária cadeia de montanhas que se tornara famosa pelos relatos de um outro viajante, o inglês Sir Walter Raleigh. É em Tumuc-Humac que Crevaux finalmente descobre o que poderia ter inspirado a famosa lenda do “Eldorado” que tanto falava Raleigh. Trata-se de várias grutas cujas paredes são formadas por mica, um mineral de brilho intenso sob a incidência de luz solar, o que faz lembrar o ouro. Essas grutas são inundadas em determinada época do ano, o que certamente deve ter originado a famosa lenda do lago Parima, em cujas margens se encontra a fabulosa cidade de Manoa.

Na sua segunda expedição (1878-1879), Crevaux explora a cadeia de montanhas que separa os vales do Amazonas e do Oiapoque. Nessa viagem, um outro fato o deixa emocionado. Ao encontrar uma aldeia indígena formada somente por mulheres, Crevaux pensa, finalmente, ter encontrado a legendária tribo das Amazonas. Não era. As próprias índias logo esclarecem que são, na verdade, mulheres expulsas de suas aldeias e condenadas a refugiar-se nas matas. Nem bem passado o susto, as mulheres oferecem uma de suas filhas de 5 ou 6 anos ao perplexo viajante para que a tomasse como esposa. Em troca Crevaux deveria tornar-se chefe da aldeia.

No fim de cada um das suas missões, Crevaux é obrigado a retornar à França para refazer-se das malárias contraídas e para levar as amostras de animais e de plantas recolhidas, as anotações topográficas e os

² MAUAD, Ana M. *Imagens de um outro Brasil: O patrimônio fotográfico da Amazônia oitocentista*. Locus (UFFJ), v. 16, p. 131-153, 2010.

³ Félix Nadar ou simplesmente Nadar é o pseudônimo de Gaspard-Félix Tournachon, fotógrafo, caricaturista e jornalista francês, nascido em Paris, em 5 de Abril de 1820 e morto na mesma cidade em 21 de março de 1910. Nadar, que já fotografava desde 1853, ficou famoso por ser o primeiro fotógrafo a obter uma imagem aérea de Paris a bordo de um balão de ar quente, em 1858.

utensílios indígenas endereçados aos museus etnográficos. Os seus numerosos textos, escritos diariamente e publicados na revista *Le Tour du Monde*⁴, oferecem aos seus leitores o encantamento diante do exotismo da Amazônia. Se seus escritos encantam o público europeu, as imagens captadas por suas lentes provocam sensações extremas. Para ele: “a fotografia é a única coisa que pode apreender os mil detalhes da vegetação luxuriante desta região”. Nesse tipo de exploração, em que qualquer bagagem extra é um estorvo, o explorador nunca hesitou em levar um material bastante incômodo e de difícil lida e transporte nas florestas úmidas, a chapa fotográfica que possui o mesmo valor testemunhal e etnográfico dos artefatos indígenas recolhidos.

Em 6 de agosto de 1880, Crevaux deixa novamente a França para uma terceira expedição: estudar a comunicação entre os rios Madalena e Orenoco a partir da Colômbia, depois de atravessar a Cordilheira dos Andes. Nessa viagem, o companheiro Apatou é quase engolido por um jacaré, sendo salvo pelo próprio Crevaux. Mesmo destino não teve um outro companheiro de viagem, o farmacêutico François Burban, que picado por uma arraia veio a falecer após ter sua perna gangrenada por obra do veneno do peixe.

Nessa viagem, Crevaux conta com o auxílio de um outro fotógrafo famoso, Félix Morin, para ilustrar suas observações acerca dos índios Warao. Nesse ensaio etnográfico, Crevaux descreve a dificuldade de fazer as imagens. Para ele posicionar um Warao na frente da objetiva constitui uma tarefa árdua porque os índios, atraídos pelos presentes,

*não ficam tranquilos na presença das manobras ligeiramente fantásticas da câmara fotográfica. Este aparelho montado sobre três pés esqueléticos, este ser esquisito, metade escondido sob o seu casaco, este grande olho redondo e fixo que às vezes se aproxima, às vezes se afasta e que parece querer hipnotizá-lo, aguça evidentemente a sua imaginação. Também não é sem dificuldade que se obtém dos modelos a imobilidade necessária. As primeiras provas não são completamente satisfatórias, mas os indígenas gradualmente tomam coragem, e logo, completamente tranquilizados e sobretudo ligeiramente maravilhados pelos resultados obtidos, disputam a vez de posar...[tradução nossa]*⁵.

De volta, mais uma vez à França, o viajante é recebido na Sorbonne, onde orgulhosamente apresenta o resultado de sua última viagem: cinquenta e dois crânios, vários esqueletos recolhidos de sete lugares diferentes e trezentas imagens de índios em forma de desenhos e fotografias.

Agora mundialmente famoso, Crevaux é convidado pelo governo boliviano a comandar uma expedição de reconhecimento em seu país. Em dezembro de 1881, uma pequena equipe formada por ele, o astrônomo Billet, o médico Bayol e o pintor Rinzel, parte para a Bolívia para explorar o rio Pylcomayo entre a Bolívia e a Argentina. No mês de abril de 1882, o grupo agora maior, dez homens no total, desce o Pylcomayo com a bagagem carregada de bugigangas destinadas aos índios, principalmente os Tobas de reconhecida hostilidade. Foi a última vez que se teve notícia de Crevaux e de seus homens. Tempos depois do desaparecimento do grupo, uma outra expedição comandada Thouar foi enviada à região com o objetivo de encontrá-los. Ninguém vivo. Um único vestígio encontrado: uma maleta de médico com a inscrição J.C.

No rastro de Crevaux, Coudreau é outro da lista dos primeiros exploradores a importar para a América equatorial o material necessário para a tomada de paisagens e retratos. Mais tarde, quando servia ao governo do Pará, recentemente casado, passa a dividir a tarefa de fotógrafo com sua mulher Otavie Coudreau, que o acompanhou em todas as suas viagens até a morte prematura dele às margens do lago Tapanagem, no município de Oriximina, estado do Pará. Ela sim, seguramente foi a primeira mulher a fotografar a Amazônia e suas gentes.

4 A Revista *Le Tour du monde*, publica pela editora francesa Hachete, no período de 1860 a 1914, destinava-se, como inúmeras publicações à época, a publicar relatos e impressões de viagens de viajantes e exploradores de todo mundo, principalmente África e Amazônia..

5 LEFÉBURE, Antoine de. 2005. *L'Amazonie disparue : Indiens et explorateurs 1825-1930*, Editions La Découverte, Paris. 2005. Pág. 50. Op. Cit. Crevaux Jules, *Em radeau sur l'Orénoque. Des Andes aux bouches du grand fleuve 1881-1882*, Paris, Phébus, 1989.

Henri Coudreau (1859-1899) e Octavie Coudreau (1870-1910): dois anarquistas em busca do bom selvagem

Henri Coudreau e Octavie Coudreau não eram fotógrafos por ofício. Eles eram geógrafos e cartógrafos, no entanto, o casal utiliza-se do recente invento para registrar melhor o seu trabalho igualmente geográfico, orográfico, hidrográfico, topográfico, histórico, ecológico e etnográfico. Tudo é registrado pela dupla nas suas diversas incursões pela Amazônia: rios, acidentes geográficos, cachoeiras, povoados, populações ribeirinhas, a sua própria expedição e as dificuldades por que passavam; embarcações e, finalmente, os índios, que serão suas maiores predileções.

Etnógrafo romântico e anarquista declarado, amigo de Elisée Reclus, um dos maiores teóricos do anarquismo, Coudreau, apesar de suas contradições, é um apaixonado pela vida indígena. Chega a acreditar piamente no mito do bom selvagem e o busca incessantemente a cada expedição, apesar de se impacientar, muitas vezes, na busca deste homem original. Da mesma forma, se o índio o desperta amor, é à mulher indígena que Coudreau vai dispensar quase toda sua atenção. Numa bela fotografia de uma menina Baikiri tirada pelo fotógrafo-cartógrafo, Coudreau certamente, pelo menos enquanto captura a sua imagem, parece ter encontrado a Eva bíblica. Aliás, coincidentemente, a jovem responde pelo nome cristão de Eva. Dedicada, em seus trabalhos, várias páginas ao mito das “Amazonas”. A divisão de trabalho e o papel da mulher na sociedade indígena levam Coudreau até mesmo a procurar bases científicas para explicar a sua existência.

Contraditório, Coudreau, ao mesmo tempo em que é capaz de desmistificar a concepção ocidental sobre o indígena, concorda com o mito ligado à região desde a sua descoberta: a existência das Amazonas. Ao abordar o estudo etnográfico das populações do alto Rio Branco, casualmente, ele cita a história da “Tribo das Mulheres”. Relata em primeiro lugar que esta tribo seria composta exclusivamente de muitas mulheres belíssimas que andavam nuas; selvagens guerreiras cuja ocupação principal seria a busca perpétua do prazer carnal em suntuosas orgias em que os seus prisioneiros seriam utilizados até ao esgotamento definitivo.

Segundo Sébastien Benoit, Coudreau, mesmo

considerando estes rumores como um mito, tenta, no entanto, dar uma explicação plausível - ou mesmo científica - à existência das Amazonas, estando unido ao mito dos Yurupari e à etnografia dos Índios Uaupés. Do termo uaupés que significaria em tupi “em fuga” ou “caminho de fuga”, deduz um êxodo de numerosas nações indígenas, ocorrido alguns séculos anteriormente. Do mito e rituais do Yurupari deduz o temor de uma ordem social invertida que tem existido (na qual as mulheres governavam) e a vitória do Uaupés sobre estas mulheres que detinham o poder. Por último, da aparente heterogeneidade física dos Indígenas do Uaupés, conclui uma grande reconciliação entre vencedores e vencida bem como uma refundição cultural em só um grande grupo [tradução nossa]⁶.

Se por um lado os indígenas despertam atenção em Coudreau a ponto de o viajante mostrar-se bastante condescendente com eles, mesmo quando é atacado e ferido pelos índios Coussaris ou quando doente é abandonado em coma no alto Rio Branco, na fronteira entre Brasil e Venezuela, pelos seus guias e carregadores; por outro lado ele trata com certo desprezo e desconfiança a população negra ou mestiça de negros. O exemplo maior são as populações negras da Guiana francesa, para as quais ele manifesta um racismo primário e um despeito evidente. Para ele, os Crioulos são ignorantes, presunçosos e arremedos de civilizados. Os negros refugiados do Maroni (essencialmente os Boni) recebem da sua parte uma hostilidade bem maior. Quando exploravam o estado do Pará foi a vez de Octavie manifestar-se com igual despeito e racismo sobre os mocambeiros do Baixo Amazonas.

6 BENOIT, Sébastien. Henri Anatole Coudreau (1859-1899) – Dernier Explorateur français en Amazonie. Paris. L'HARMATTAN, 2000, p. 77.

O mesmo tratamento vale para o índio civilizado que absorveu os costumes dos não índios. A partir de suas observações de campo conclui que o selvagem que tenta se civilizar rápida e artificialmente é infalivelmente condenado a perder a essência de sua grandeza e do seu saber, para adotar em contrapartida o que tem de mais perverso no branco.

O ideal para Coudreau seria o índio em seu estado natural, na sua liberdade anárquica e “imaculada virgindade”, no entanto, nas vezes em que encarna o cavaleiro negro da Terceira República, Coudreau passa a defender a colonização filantrópica dos povos “primitivos” e o progresso infinito do homem. Assim como entende que a civilização e o progresso são inevitáveis, Coudreau defende como benéfica a assimilação e miscigenação do indígena pelo homem branco europeu.

Ao mesmo tempo em que o craniologista Armand de Quatrefages (1810-1892) – que Coudreau tanto admirava e com quem sempre aconselhava pessoalmente – via “a raça do Branco aclimatado pelo sangue do indígena”⁷ como um grupo com grande potencial para o trabalho, o explorador elabora um retrato idílico dos mestiços de brancos e de indígenas, os mamelucos, apresentando-os como elementos progressistas da sociedade.

Na verdade, Coudreau tinha um verdadeiro projeto de sociedade para a Amazônia, fundado principalmente sobre a mestiçagem do branco com o índio. Segundo Benoit, seria “um novo Paraíso terrestre concebido” “por homens civilizados que voltam, por escolha ciente, às nobres independências da vida selvagem bem compreendida (...)”. “Seria uma religião. Quem quer crer?...”⁸. A Utopia social de Coudreau passaria pela conciliação da civilização com a brutalidade, da razão com a liberdade, do progresso com a igualdade.

Viagem interrompida... Novas viagens, nova ordem.

HENRI COUDREAU: *Estamos abaixo destas terríveis cachoeiras que não podíamos atravessar. Agora é necessário apressar a viagem, há doze dias que eu me alimento unicamente de leite, e desde ontem o leite acabou. É impossível de se encontrar neste deserto, tem-se que apertar os dentes... e ir rapidamente. Esperando que eu possa voltar a comer, as minhas pernas dobram e não podem mais levar-me.*

OCTAVIE COUDREAU: *Esta frase é a última escrita por Henri Coudreau, em 09 de Novembro [de 1899], às seis horas da noite.*

Estávamos na nossa canoa. Henri Coudreau, o nosso chefe, estava sob os cobertores e preparado para dormir. Estava debilitado, mas o seu estado não inspirava nenhuma apreensão. A iluminação é diminuída. Não fui dormir, permaneci ao lado dele, procurando refrescar com as minhas mãos a sua cabeça que ficava cada vez mais escaldante.

Várias vezes, ele pediu-me leite. Mas do que tínhamos trazido, uma parte foi consumida, ao que sei, por dois homens do nosso grupo.

Infelizmente! Não quero maldizê-los, porque houve da parte deles muita falta de consciência. Esses homens primitivos não têm uma elevada cultura moral, os seus instintos são muito frequentemente os seus únicos senhores. Mas fizeram-me sofrer durante algumas horas os mais penosos e mais dolorosos suplícios.

⁷ Citado por Coudreau em Les Français en Amazonie, 1887.

⁸ BENOIT, Sébastien. Henri Anatole Coudreau (1859-1899) – Dernier Explorateur français en Amazonie. Paris. L'HARMATTAN, 2000, p. 88.

Não podia satisfazer o desejo de um doente, de um moribundo, e este moribundo era o homem que eu mais amava neste mundo, pelo qual deixei a minha família, a minha pátria. Por toda a parte onde ele fosse eu o seguia. Eu vivia da sua vida, de seu trabalho, compartilhei dos seus perigos, e via chegar, com um indizível sofrimento, o momento da separação.

A noite muito clara deixava-me ver seu pobre e pálido rosto. Sentia que estava muito mal. Ele, contudo, falava-me do futuro e, como num sonho, fazia alegres projetos.

Eu chamei um dos meus homens para levantar o seu travesseiro e arranjar os cobertores. Ele tomou o braço do meu marido e deixou-o cair com estupor. Ele diz-me sem tremor na voz: “é o que eu já estaria lá!”. Então eu vi que em seu pulso o sangue não circulava mais, coagulava.

Henri Coudreau leu o meu temor nos meus olhos? Ele me chamou com uma voz dilacerante, uma voz onde havia toda a lamentação de não ter gozado plenamente da vida que deixava. Eu li nos seus olhos a lembrança dos bons momentos passados e a dor amarga de deixar-me. “Ah minha Toutinegra, minha...” Foi tudo, foi o acesso pernicioso e fulminante em todo seu horror.

Era duas horas e meia! A desolação estava completa. Eu o chamo desesperadamente, eu tentei as massagens, mas nada: nem uma respiração nem um movimento responderam aos meus cuidados. Não podia mais guardar esperança. Levantei a cabeça para o Céu, olhando o Infinito, tentando ouvir, do fundo da minha alma, algumas vozes misteriosas que mim falaria secretamente através da imensidão. Nada! Os meus olhos pesarosos olharam outra vez o meu morto bem-amado.

Os homens acenderam em redor dele algumas velas das quais podiam dispor. Foi um espetáculo pungente e terrivelmente bonito: a iluminação fúnebre no meio das águas negras e um céu repleto de estrelas acima as nossas cabeças,

Devíamos esperar o dia para encontrar um canto de terra. O sol levantou-se inconscientemente brilhante e tornou mais penoso ainda minha vigília de morte.

Nós estávamos do outro lado do lago Tapagem na margem esquerda do rio. Há lá algumas colinas. Este lugar que eu escolhi para que possa dormir tranquilo seu último sono.

Nós não tínhamos madeiras para fazer o seu caixão. Eu mandei retirar as tábuas da canoa e permaneci lá quase sem vida todo o dia, entre o meu marido morto e os homens que faziam o caixão do meu lado e que me distraiam a cada momento da minha dor, para interrogar-me como era necessário ser feito.

Cada golpe de martelo retumbava no meu coração, e eu suportei esta penalidade durante várias horas, e não sei como não morri de emoção. Hoje, eu me pergunto como aquilo pôde acontecer, e porque estou ainda neste mundo, como eu resisti a tamanho abalo!

Os homens levaram no caixão quem sempre foi bom e doce para eles. Eu os acompanhei, consternada.

Como Jesus, eu montei meu calvário, seria menos doloroso subir ao cadafalso que conduzir à sua última morada o companheiro da minha juventude, aquele que foi para mim um amigo, um pai, um irmão, um esposo.

Quando a fúnebre tarefa foi terminada, coloquei minha rede ao lado do túmulo, e disse: “Doravante vou permanecer aqui, morrerei para não me separar do seu corpo, mesmo na morte”.

Eu resisti a primeira noite, então uma segunda. Mas por que ainda estou aqui?

É para rever a França? Não. Para ir encontrar a minha mãe, a minha irmã, minha querida pequena Jeanne? Não. Para terminar a tarefa que ele tinha começado? Não.

Então... então, não sei. No entanto, a morte teria sido melhor neste momento ao lado do meu pobre morto, ela me teria sido suave perto do seu túmulo, na floresta virgem às margens do Trombetas.

Assim é do fundo do meu coração que digo com o poeta⁹.

“E você, divina morte, onde tudo retorna e se apaga,

“Acolha as tuas crianças no teu seio estrelado,

“Livra-nos do tempo, do número e do espaço,

“E nos devolva o descanso que a vida perturbou.

(Coudreau, Octavie. Voyage au Trombetas, páginas 123 a 125, tradução nossa)

Reproduzo aqui este relato dramático e maravilhoso de Octavie Coudreau sobre a morte do seu marido e até então companheiro de viagens, Henri Coudreau, para que se estabeleça uma ruptura entre aquilo que foi produzido pelo casal e o que passa a ser a produção única de Octavie.

O casal Coudreau, tomado até agora como uma unidade, esconde em seus textos visões diametralmente opostas. Madame Coudreau era seguramente o inverso de seu marido, apesar, de como veremos adiante, suas ideias relacionadas aos índios terem certas semelhanças.

Racista, preconceituosa, fazia questão de deixar clara a visão enviesada que tinha em relação aos negros quilombolas e mestiços de negros com índios, para ela seres degenerados, preguiçosos, ladrões, traiçoeiros e incapazes de ascender a quaisquer condições civilizatórias superiores que fossem.

Para Octavie, a condição *degradante* das populações negras do interior da Amazônia era a prova inequívoca de que os defensores da “doutrina unitarista” estavam errados. Em quase todos os seus textos, a viajante frisa essa discordância com os monogenistas, liderados na sua época, pelo naturalista Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau (1810-1892)¹⁰, de quem era amiga e de quem seu marido também fora amigo e seguidor. Nitidamente poligenista, Octavie via o negro como a mais inferior das raças.

Não queremos dizer aqui que a visão tanto de Quatrefages, quanto a de Coudreau com relação ao negro seja a ideal, ou mesmo que advoguem a igualdade entre brancos e negros. Não! Estamos tratando com cabeças do século XIX. Cabeças como as de Samuel Baker, Richard Burton, J.H. Speke, Henry Morton Stanley, Savorgnan de Brazza, Jean-Baptiste Marchand, Jules Ferre, Jules Verne, Robert Louis Stevenson, Joseph Conrad, Rudyard Kipling, Hermann von Ihering, sem contar aqui a extensa lista de brasileiros.

Devemos lembrar que Quatrefages, apesar de antiescravagista e monogenista, assim era por razões morais e religiosas. Se desejava a abolição da escravidão, era por causa da “imoralidade que ela necessariamente introduz entre os brancos”, e não “por simpatia para com a raça negra”. Se era monogenista era por sua condição de filho de protestantes e filósofo espiritualista. A sua visão sobre o negro não difere muito da visão de Octavie. A única diferença era que Octavie via no negro uma outra raça. Já Quatrefages via o negro como sendo da mesma raça que a do branco, só que degenerado. Vamos deixar então que ele fale:

9 Aqui Octavie Coudreau faz uma citação da última estrofe do poema *Dies Irae*, do poeta francês Charles Marie René Leconte de Lisle (1818-1894). Esse poema foi publicado em seu livro “*Poèmes Antiques*”: LACONTE DE LISLE, Charles Marie René. *Poèmes Antiques*. Paris: Alphonse Lemerre., p. 326. Disponível na Web no endereço: <http://www.scribd.com/doc/40362/Leconte-de-Lisle-Poemes-antiques>. Laconte de Lisle, um dos mais famosos dentre os poetas parnasianos franceses, tornou-se conhecido entre nós pela influência que teve na poesia de diversos poetas parnasianos brasileiros, dentre eles Olavo Bilac.

10 O naturalista Jean Louis Armand de Quatrefages de Bréau (1810-92), criador do primeiro museu de etnologia na França (1880), era um dos principais defensores da unidade da origem da espécie humana. Quatrefages definiu a raça como “o conjunto de indivíduos semelhantes, pertencentes a uma mesma espécie, tendo recebido e transmitido pelos meios procriadores os caracteres de uma variedade primitiva.” Portanto a espécie é para ele o ponto de partida, dela surge isoladamente ou em grupos a variedade, que, quando consegue afirmar e transmitir seus caracteres por intermédio da hereditariedade, forma a raça: A questão da unidade ou a multiplicidade das espécies humanas pode ser formulada nos seguintes termos: as diferenças que distinguem os grupos humanos estão nos caracteres de espécie ou nos caracteres de raça? Vê-se que a alternativa toda se desenvolve sobre as duas palavras espécie e raça. É, por conseguinte, absolutamente necessário precisar, tão exatamente quanto possível, o sentido de cada uma delas. (Quatrefages de Breu, Jean Louis Armand de. *L'espèce humaine*. Neuvième édition. Paris. Ancienne librairie germer baillièrre et cie félix alcan, éditeur 108, boulevard saint-germain, 108.1888 – p. 25).

O negro é uma monstruosidade intelectual tomando aqui o termo em sua acepção científica. Para produzi-lo, a natureza empregou os mesmos meios que quando dá à luz a estas monstruosidades físicas das quais nossos banheiros oferecem numerosos exemplos... Para alcançar este resultado bastou que certas partes do ser parassem num certo grau de sua formação. Daí, estes fetos sem cabeça ou sem membros, estas crianças que realizam a fábula do ciclope... Pois bem! O negro é um branco cujo corpo adquire a forma definida da espécie, mas cuja inteligência se detém inteiramente no caminho [...] ¹¹

Mesmo assim a Cartógrafa, fotógrafa e naturalista, apesar de não comungar com todos os ideais de seu marido, do seu olhar “violento” sobre as comunidades negras, foi inegavelmente uma mulher de fibra, de coragem, e, provavelmente, mais obstinada que Henri. Até a expedição ao rio Trombetas, ela ocupava um lugar coadjuvante, sem dúvida, o mais importante deles, junto àquele que é considerado o “último grande explorador francês do século XIX.” Após a morte de Henri ela assumiu o comando da expedição.¹²

Octavie Coudreau: - “Sou explorador – esta palavra não pode ser feminilizada”.

Marie-Octavie Coudreau (1870 – 1910)¹³, se definia como “explorador”, “*je sui explorateur – ce mot ne support pas d’être feminisé*”. Para ela, o trabalho de explorador era, sem dúvida, masculino, por isso o adjetivo que qualifica este profissional não poderia ser de maneira alguma utilizado no feminino. Obviamente, a nossa “explorador” se referia às condições hostis nas quais se desenvolvia um trabalho de exploração. Trabalho este que conduzia com mão de ferro. Era comum, antes de cada expedição, ela fazer um discurso duro aos seus marinheiros e auxiliares, deixando claro que não aceitaria qualquer tipo de motim ou deserção. Costumava avisar aos seus auxiliares que em caso de ataques de índios à expedição, se alguém tentasse fugir ao confronto, ela não pensaria duas vezes em “mandar bala” no fujão medroso.

A condição de *mulher-macho*, relacionada à figura de Octavie Coudreau não se reduzia apenas à sua autodenominação de “explorador”. De fato, a fotógrafa utiliza-se de diversos artifícios, desde a forma como se vestia até sua conduta à frente das expedições, tipicamente masculina. Não sem razão, ela era quase sempre confundida com um homem em todos os lugares por onde passava e, muitas vezes, não fazia nenhuma questão de desfazer o engano. Aquilo tanto a divertia como era também capaz de impor respeito. A não ser em alguns casos, em que desfazer este engano fosse necessário para a sua segurança e sobrevivência, como foi o encontro que teve com os índios “Pianocotós”, atuais Tyriós.

Octavie conta que durante o contato que teve com os Pianocotós, estes, preocupados com a intenção do seu grupo, esconderam suas mulheres para que elas não fossem roubadas. Octavie pediu ao velho Tamouchi que mostrasse as mulheres da aldeia e diante da recusa e desconfiança do chefe indígena ela revelou que não tinha nenhuma intenção de levar suas mulheres, uma vez que ela mesma era uma, o que num primeiro momento foi tomado com reserva pelos índios. A confirmação só veio mais tarde quando o velho índio, ao tentar tirar-lhe o punhal, roçou sua mão sobre seus seios.

Abre o meu casaco, a minha camisa o surpreende. Pensa, por conseguinte, levo duas camisas, ele não tem nenhuma, a que não seria de surpreender com a sua admiração. Quer tomar o meu punhal, mas a sua mão roça um seio de mulher, retira-a, fecha o meu casaco e diz-me com um ar muito bestial: “- Mamaye.”

11 QUATREFAGES, Armand de. La Floride. Revue des Deux Mondes(NOUV SERT T1), p. 757., disponível na internet no endereço: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k355423>. Mesma passagem é citada por Léon Poliakov em: POLIAKOV, Léon. **O Mito Araiano**. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1974., p. 204.

12 FUNES, E. A. (Docente): Otilie Coudreau e os Mocambeiros do Baixo Amazonas; Anais Eletrônicos do XIII Economic History Congress; 2002; XIII Economic History Congress; Buenos Aires; ARGENTINA; Português; Meio digital: <http://eh.net/XIIICongress/cd/papers/60Funes321.pdf>.

13 Há uma curiosidade interessante com relação à grafia do nome de Octavie Coudreau utilizada por autores brasileiros. Devido à abreviação utilizada pela própria Madame Coudreau, que sempre assinava como “O. Coudreau”, disseminou-se nos textos sobre a viajante uma série de diferentes nomes. Por isso, é comum encontrar o seu nome grafado como Olga, Otilie, Otilia, Odília, Otávia, Ondine, Otilie etc. A grafia correta como sendo “Octavie” só foi possível depois do trabalho de Benoit (BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859-1899) – Dernier Explorateur français en Amazonie**. Paris. L'HARMATTAN, 2000, p. 88) que foi capaz de verificar a assinatura feita, por extenso em diversos documentos, pela viajante.

“- Na yépe, you tamouchi-oli, your couni” (Sim, amigo, sou uma mulher chefe, eu sou uma velha mulher).

É apenas agora, depois que ele tem certeza que sou uma mulher, que a sua confiança retorna. Uma mulher desconhecida inspira a confiança de um selvagem e os civilizados nos chamam de traiçoeiras, tirando onda.”¹⁴ [Itálico, aspas e parênteses da autora]

Jean Chaffanjon(1857-1913): um herói dos romances de Jules Verne

Enquanto Coudreau explorava o Xingu e o Tapajós, no Pará, um outro francês, Jean Chaffanjon, percorria o Orinoco. De porte incomum, sua estatura elevada (cerca de 1,90), atlética, sua barba espessa e negra, seu rifle Winchester de repetição e sua máquina fotográfica emprestam ao viajante os atributos necessários à encarnação de um personagem ideal de um dos romances de Jules Verne. O escritor francês fica admirado com os relatos da viagem de Chaffanjon ao rio Orinoco, na Venezuela entre 1885 e 1887, descritos no livro “L’Orénoque et le Caura Voyage aux Sources de l’Orénoque”. Em “Le Superbe Orénoque (1898), inspirado pelos feitos de Chaffanjon, Jules Verne cria o herói Jean de Kermor, uma cópia romântica do explorador.

Hoje, poucas fotografias de Jean Chaffanjon podem ser encontradas. A maior parte foi perdida durante a própria expedição, por conta de um naufrágio sofrido pelo grupo de Chaffanjon. Do pouco que restou, o que temos, na maior parte, são imagens da expedição ou retratos do próprio viajante.

George Huebner(1862-1935) e Charles Kroehle(1876-1902): fazendo fortuna com fotografias.

O que hoje é comum encontrar em dezenas de sítios da Internet, em que são postas à venda milhares de fotografias sobre a Amazônia, o que se tornou conhecido como “banco de imagem”, tinha seu equivalente no século XIX. Era comum, fotógrafos percorrerem determinadas regiões do globo à caça de imagens exóticas e de interesse etnográfico para alimentar os acervos dos museus ou para atender aos próprios exploradores que não contassem com uma máquina fotográfica em sua bagagem. Neste sentido, dois fotógrafos alemães George Huebner (1862-1935) e Charles Kroehle, filhos de famílias de comerciantes de borracha da cidade de Iquitos, no Peru, resolvem descer o Amazonas em direção a Manaus com o objetivo de produzir o máximo possível de fotografias de “regiões em parte desconhecidas e de tribos selvagens para além dos Andes”, a fim de constituir um fundo documental inédito, que os tornaria referência para qualquer naturalista interessado em ilustrar seus trabalhos ou mesmo aos turistas em busca de um souvenir de seus périplos pela região.

Para atender à demanda etnográfica, a dupla empregava estratégias para obter fotos seguindo à risca os manuais de etnografia da época, mesmo que para isso tivesse de arranjar seus modelos, despindo-os e postando-os em meio a um cenário de natureza virgem.

Karl Von Den Steinen(1855-1929) e Paul Ehrenreich (1855-1914): os exploradores do Xingu

Quando explorava o Xingu, em 1896, Coudreau se gabava de fazer tal empreitada contando como guia, apenas, com a “carta de Steinen”. O viajante naturalmente referia-se ao grande etnógrafo alemão Karl Von Den Steinen.

Karl Von Den Steinen, médico psiquiatra por formação, etnógrafo graças à influência do famoso etnólogo alemão Adolfo Bastian (1826-1905), fundador do Real Museu de Etnologia de Berlim, é, nos dias de hoje, uma das principais fontes para o estudo da antropologia e história dos povos da região do Xingu.

¹⁴ COUDREAU, Octavie. Voyage au Cuminá. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1903..p.158.

Steinen, explorador incansável, antes de empreender duas grandes viagens de quatro anos ao Xingu (1884-1888), já rodara o mundo em missões científicas. Sendo que em uma delas, quando explorava o Havaí, conheceu Bastian. Mais foi após uma viagem à Antártica, acompanhando uma missão científica alemã ao continente, que o explorador decidiu viajar pelo Brasil, o que faz apenas um ano depois de sua última viagem.

Na primeira grande viagem ao Xingu, o jovem e já conhecido etnógrafo não contou com a fotografia para a descrição dos povos do alto e médio Xingu. Valeu-se, no entanto, do competente trabalho do gravurista Wilhelm Von Den Steinen, um jovem artista formado pela Academia de Artes de Düsseldorf, que também vinha a ser seu primo.

A utilização da fotografia como recurso da pesquisa etnográfica, no entanto, se dá com a segunda viagem do cientista ao Xingu (1887-1888). Dessa vez, se associa a outro jovem explorador, da mesma idade, não menos experiente e conhecedor das populações indígenas do Brasil, o etnógrafo alemão Paul Ehrenreich.

As imagens captadas pela câmara de Paul Ehrenreich complementam a mais famosa obra de Steinen, “Unter den Naturvölkern Zentral-Brasiliens”, publicada em 1894. Da mesma forma, que enriquecem boa parte da sua própria obra que conta com mais de duas dezenas de livros publicados. A grande maioria dos livros publicados por Steinen e Ehrenreich podem ser lidos na biblioteca digital Curt Nimuendaju, no endereço: <http://biblio.etnolinguistica.org/>.

Guido Boggiani (1861-1902): O pintor-fotógrafo

Terminaremos nosso relato falando de outro explorador fantástico, que apesar de ter efetuado seus trabalhos, a maior parte deles, fora da “Amazônia Legal”, ou seja, para além do paralelo 16, entre os índios Caduveo (Cadiuéu), que no século XIX ocupavam uma área, hoje pertencente ao Mato Grosso do Sul e do Chaco Paraguai, explorou por 14 anos as florestas e os altiplanos situados na tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Bolívia, incluindo o sul da Amazônia. Boggiani, que como Crevaux teve um fim trágico em região próxima àquela em foi morto o viajante francês, deixou um legado iconográfico inestimável (mais de 500 fotografias e diversos desenhos) para a história dos nossos índios.

Guido Boggiani, explorador, etnógrafo e artista italiano, e seguramente o maior fotógrafo dos índios brasileiros do século XIX, nasceu em Omegna, em 1861 e teve sua formação em artes plásticas na academia de Brera, em Milão. Já artista respeitado, Boggiani abandona a vida agitada de Milão e se transfere para a América do Sul, onde passa a maior parte do sua vida, desde a sua chegada a Assunção, no Paraguai, em 1887, até sua morte em 1901. Vivendo entre os Chamacocos (Paraguai), os Caduveo (Mato Grosso), sobre os quais Boggiani escreveu um importante livro de etnografia intitulado “Os Caduveo – 1890”, produziu tratados linguísticos e geográficos sobre a região do grande Chaco, ilustrados com desenhos seus.

Em 1901, quando se preparava para voltar à Itália, Boggiani foi atraído para a região do Grande Chaco paraguai em busca dos **Morotocos**, uma etnia, segundo os índios Chamacocos, totalmente diferente dos demais índios, por “não possuir nenhum osso no corpo e serem rápidos como o vento”¹⁵.

Essa viagem feita em companhia de seu guia, Felix Gavilan, foi a última aventura do fotógrafo-pintor. Tanto Boggiani quanto Gavilan foram massacrados pelos índios. Seus corpos separados das cabeças foram enterrados junto com o material fotográfico que transportavam: uma grande máquina fotográfica e diversas chapas de metal.

Há pelo menos duas versões para a morte violenta de Boggiani; uma que ele teria sido morto pelos próprios guias indígenas que teriam se negado a seguir viagem, temendo o encontro com a perigosa tribo desconhecida; outra que teria sido morto em uma emboscada por um grupo dissidente dos Chamacocos.

¹⁵ LEFÉBURE, Antoine de. 2005. L'Amazonie disparue: Indiens et explorateurs 1825-1930, Editions La Découverte, Paris. 2005. Pág. 134.

De acordo com a segunda versão, os Chamacocos, considerando Boggiani um bruxo perigoso, que roubava as almas das pessoas com sua máquina diabólica, trazendo as doenças para as aldeias, decapitaram-no para que não pudesse voltar para se vingar.

Tempos depois, uma expedição comandada pelo aventureiro tcheco **Albert Vojtech Fric** (1882-1944) que refez o caminho percorrido por Boggiani na savana paraguaia até encontrar o sítio de sua morte. Ao desenterrar o corpo, que jazia separado de sua cabeça, Fric encontrou também a máquina fotográfica e parte dos negativos de metal os quais foram entregues à família de Boggiani.

Boggiani era um apaixonado pela arte caduveo, sua pintura corporal e seu artesanato, tanto é que a maior parte de seus desenhos e fotografias são representações desses índios e de sua cultura. É também sobre os Caduveo que Boggiani vai desenvolver a sua obra etnográfica mais famosa “I Caduvei”.

A fotografia de Boggiani, apesar do vivo interesse etnográfico pelo autor e do sucesso de sua obra na Sociedade Geográfica de Roma, não segue à risca os padrões da etnografia da época. Muitos de seus retratos são influenciados pelos padrões da pintura acadêmica, outros, no entanto, são poses descontraídas, o que denota uma grande proximidade do fotógrafo com os retratados.

Conclusão

Este artigo, ao discutir os usos e funções das fotografias de viajantes e exploradores da Amazônia do Século XIX e início do XX, não tem a pretensão de encerrar o tema nestas breves linhas. Ao contrário, esse tema vasto e ainda pouco conhecido, carece de acurada pesquisa em instituições brasileiras e europeias, onde certamente repousam em seus arquivos documentos e imagens ainda desconhecidos por nós. Na busca pelas fotografias originais do casal Coudreau, por exemplo, chegamos a localizar centenas de imagens, entre retratos e paisagens, na Sociedade de Geografia de Paris, mais infelizmente ainda não conseguimos reproduzi-las para publicação ou análise. Da mesma forma, as fotografias tomadas pelo fotógrafo americano Walter Hunnewell, durante a passagem dos naturalistas Louis e Elizabeth Agassis pela Amazônia, sob a guarda do Peabody Museum da Harvard University, permanecem quase que totalmente desconhecidas por todo o mundo, salvo quarenta imagens publicadas recentemente pela pesquisadora e historiadora Maria Helena P.T. Machado, da USP, e a artista suíça Sasha Huber¹⁶. E esse tesouro não é pequeno como relata a própria Elizabeth Agassis:

numa longa estada em Manaus, o Sr. Hunnewell tirou grande número de fotografias características de índios, de negros e de mestiços nascidos quer dessas raças, quer de uma delas e da branca. Todos esses retratos representam os indivíduos escolhidos em três posições normais: de frente, de costas e de perfil. Espero cedo ou tarde poder publicar esses retratos, assim como os de negros de puro sangue tirados para mim no Rio pelos Srs. Stahe [sic] e Wahnschaffe.¹⁷

Devemos dizer ainda, que além da produção do casal Agassis que ficou fora deste texto, inúmeros outros viajantes que percorreram a Amazônia em busca do conhecimento ou da aventura também não foram aqui relatados, como Albert Frish, Wilhelm Reiss, Alphons Stübel, Charles DeForest Fredricks, Felipe Augusto Fidanza, a baronesa Nadine de Meyendorff, Rondon e tantos outros. Assim, o presente ensaio utiliza-se desses poucos exemplos aqui relatados muito mais com o objetivo de mostrar como um objeto, que à época, da mesma forma que levantava acaloradas discussões sobre se seria ou não uma arte, na Amazônia, serviu tão bem à ciência.

16 MACHADO, Maria Helena, e HUBER, Sasha. (T)races of Louis Agassis: Photography, Body and Science, Yesterday and Today/Rastros e Raças de Louis Agassis: Fotografia, Corpo e Ciência, Ontem e Hoje. Publicado na ocasião da 29ª Bienal de São Paulo. São Paulo: Capacete Entretenimentos, 2010.

17 Agassiz, Louis & Agassiz, Elizabeth Cary. Viagem ao Brasil 1865-66. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora & editora da USP: São Paulo: 1975, p. 35.

Referências

- ALPERS, Svetlana. **A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII.** trad. Antônio de Pádua Danesi, São Paulo, EDUSP, 1999.
- ANDRADE, Manuel Correia (org.); FERNANDES, Florestan intitulada (coord). **Elisée Réclus – Geografia.** São Paulo, Editora Ática. 1985.
- AUMONT, Jacques. **A Imagem.** Papirus Editora. Campinas, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas Fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem.** São Paulo, Hucitec; Annablume, 2002.
- BARTHES, Roland. **O Óbvio e o Obtuso.** Ed. Nova Fronteira. RJ, 1990.
- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. **Le Degré Zero de L'Écriture - elements de Semiologie.** Ed. du Seuil. Paris, 1964.
- BATES, Marston. **The Nature of Natural History.** New York, Scribner, 1950.
- BELLUZZO, Ana Maria de M. **O Brasil dos Viajantes.** São Paulo, Edição Metalivros/Fundação Odebrecht, 1994, 3 vol.
- BENJAMIM, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica.** In: Coleção Os Pensadores, Abril.
- BENOIT, Sébastien. **Henri Anatole Coudreau (1859 – 1899) Dernier exploreur français em Amazonie.** L'Harmattan. Paris. 2000.
- BLUM, A. S. **Picturing nature: American nineteenth-century zoological illustration.** Princeton, N.J.: Princeton University, 1993.
- BORGES, Maria Elisa Linhares. **História & Fotografia.** Belo Horizonte, Autêntica, 2003.
- BROC, Numa. **Dictionnaire Illustre Des Explorateurs Et Des Grands Voyageurs Francais Du XIX Siecle.** T.4; Oceani, Paris, Cths Edition, 2000.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular, História e Imagem.** São Paulo: EDUSP, 2004, p. 175.
- CARDOSO, C. F.; MAUAD, A. M. **História e Imagem.** In: Domínios da História. Ciro F. Cardoso e Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro, Campus, 1997.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Imagens de Índios do Brasil: O Século XVI.** In: **Revista de Estudos Avançados**, vol. 4, n. 10, Set.- Dez. 1990.
- CHATEAUBRIAND, François-René. **Voyage en Amérique.** 1827. Disponível em: <<http://www.poesies.net/chateaubriandvoyageamerique.txt>>.
- COUDREAU, Henri Anatole. **O Futuro da Capital do Pará.** Trad. Rosistela P. de Oliveira e Érica Pinto de Azevedo. Imprensa Oficial do Estado do Pará. 2002. Tradução a partir do original “L'Avenir da Capital du Pará”. Bibliotheca e Archivo Público do Pará. 1915
- COUDREAU, Henri. **Les Français en Amazonie**, 1887, p. 201
- COUDREAU, Henri. **Voyage au Itaboca et l'itacayuna.** Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1898.
- COUDREAU, Henri. **Voyage au Tapajós.** Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897.
- COUDREAU, Henri. **Voyage au Tocantins-Araguaia.** Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897.
- COUDREAU, Henri. **Voyage au Xingu.** Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1897.
- COUDREAU, Henri. **Voyage au Yamundá.** Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899.
- COUDREAU, Henri. **Voyage entre Tocantins et Xingu.** Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899.

- COUDREAU, Octavie. **Voyage au Cuminá**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899.
- COUDREAU, Octavie. **Voyage au Mapuera**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1903.
- COUDREAU, Octavie. **Voyage au Maycuru**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1903
- COUDREAU, Octavie. **Voyage au rio Curuá**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1903.
- COUDREAU, Octavie. **Voyage au Trombetas**. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Éditeur, 1899.
- CUTRIGHT, PAUL RUSSELL. **The Great Naturalists Explore South America**. NEW YORK, The Macmillan Company, 1940. Disponível em: <<http://www.questia.com/PM.qst?a=o&d=5456539>>.
- DOMINGUES, H. M. B. **As Sociedades Científicas de Ciências Naturais no Brasil Império**. UFRJ: Fórum de Ciência e Cultura, Preprint NEHCT, 1994, nº 6.
- DROUIN, J-M. **De Lineu a Darwin: os viajantes naturais**. In: SERRES, M. (ed.). Elementos para uma história das ciências. Tomo 2. Lisboa: Terramar, 1998;
- DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1999.
- DURRELL, G. & L. **O Naturalista Amador (Um Guia Prático ao Mundo da Natureza)**. Trad. de Raul de Sá Barbosa e Antonio Houaiss. São Paulo: Martins Fontes, 1 989.
- EDWARDS, Elizabeth. **Anthropology and Photography, 1860-1920**. Yale Univ. Press. New Haven and London, 1992.
- FABRIS, Annateresa (Org.). **Fotografia, usos e funções no século XIX**. EDUSP. São Paulo, 1991.
- FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. M. (orgs.). **Desafios da Imagem - Fotografia, Iconografia e Vídeo nas ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1998.
- FIGUEIRÔA, S.F.M. **Ciência na busca do eldorado: a institucionalização das ciências geológicas no Brasil, 1808-1907**. São Paulo: FFLCH-USP, tese de doutorado, 1992.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**. Lisboa: Portugalia, 1968.
- FREUND, Gisèle. **Fotografia e Sociedade**. Ed. Vega. Lisboa. - Biren, J.: Lesbian Photography - seeing through our own eyes. **Studies in Visual Communication**, vol. 9, n. 2, 1983.
- FUNES, E. A. (Docente). **Otille Coudreau e os Mocambeiros do Baixo Amazonas**. Anais eletrônicos do XIII Economic History Congress; 2002; XIII Economic History Congress; Buenos Aires; ARGENTINA; Português.
- GOLDBERG, Vicki. **The Power of Photography - how photographs changed our lives**. Abbeville Pres Publishers. N.York, 1991.
- GOMBRICH, E. H. **Norma e forma**. São Paulo: Martins Fontes, 1990
- GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- GROS, Jules. **Les Français em Guyane**. Paris. Hercouët et Bassan. 1887.
- GURAN, Milton. **Linguagem Fotográfica e Informação**. Rio Fundo: Ed. RJ, 1992.
- HARTMANN, Thekla. **A Contribuição da Iconografia para o Conhecimento de Índios Brasileiros do Século XIX**. In: Coleção Museu Paulista, série Etnologia vol. 1. SP, 1975.
- HOCKINGS, P. **Principles of Visual Anthropology**. Mouton: The Hague, 1975.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso. Motivos Edênicos no Descobrimento e Colonização do Brasil**. 3a ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional/Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1977.

- JARDINE, N.; SPARY, E. C. **The natures of cultural history**. In JARDINE, N.; SECORD, J.A.; SPARY, E.C. (eds.). *Cultures of natural history*, 3-13. Cambridge: University Press, 1996;
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Campinas: Papirus, 1996.
- KOSSOY, Boris. **Dicionário histórico-fotográfico brasileiro: fotógrafos e ofício da fotografia no Brasil (1833-1910)**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, 2002.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editora, 1999.
- LÉFEBURE, Antoine (Direction). **Aventuriers du Monde**. Les grands explorateurs français au temps des premiers photographes, 1866-1914. L'Iconoclaste, Paris, 2003.
- LÉFEBURE, Antoine (Direction). **Explorateurs, photographes. Territoires inconnus, 1850-1930**. La Découverte, Paris, 2003, 224 pages.
- LEFÉBURE, Antoine de. 2005. **L'Amazonie disparue: Indiens et explorateurs 1825-1930**. Editions La Découverte, Paris. 2005.
- LEITE, M.L.M. Naturalistas viajantes. **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, 1(2): 7-19, 1995.
- LEJEUNE, Dominique. **Les Sociétés de géographie en France et l'Expansion coloniale au XIXème siècle**. Paris: Albin Michel, 1993.
- LIMA, Ivan. **A Fotografia é a sua Linguagem**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.
- LOPES, M.M. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- LOPES, M.M. Viajando pelo campo e pelas coleções: aspectos de uma controvérsia paleontológica. **História, Ciências Saúde**. Manguinhos, vol. III (suplemento): 881-897, 2001.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARESCA, Sylvain. **As Figuras do Desconhecido**, p. 71.
- MARESCA, Sylvain. As figuras do esquecimento. **Cadernos de Antropologia e Imagem. Antropologia e Fotografia**. Rio de Janeiro. Núcleo de Antropologia e Imagem/UERJ, v.2, p. 71. 1996.
- MAURO, Frederic. **Préface**. In: Benoit, Sébastien. Henri Anatole Coudreau (1859 – 1899) Dernier exploreur français en Amazonie. L'Harmattan. Paris. 2000.
- MEAD, Margaret. **Visual Anthropolgy in a discipline of words**. In: Hockings (Ed.), 1975.
- MENEZES, Paulo. **A trama das imagens**. São Paulo: Edusp, 1997.
- MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- MERLEAY-PONTY, M. **Signos**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- MITCHELL, W.J.T. **Iconology - Image, Text, Ideology**. The University of Chicago Press. Chicago, 1986.
- NICHOLS, Bill. **Ideology and the Image**. Indiana University Press. Bloomington, 1981.
- NICHOLS, Bill. **Representing Reality**. Indiana Univ. Press. Bloomington, 1991.
- O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América**. São Paulo: Unesp, 1992.
- PANOFSKY, Erwin. **Estudos de Iconologia. Temas Humanísticos na Arte do Renascimento**. Lisboa: Estampa, 1982.
- PANOFSKY, Erwin. **Significado das artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 1979, 2ª Ed.
- PÉGUY, Chrles. **L'Argent, l'Argent suite, 1913**. Paris: Gallimard, 1932.

PINHEIRO, Rachel. Aspectos das produções textuais nas viagens científicas. **Revista ATALAIA/INTERMUNDOS**. Disponível em: <http://www.triplov.com/hist_fil_ciencia/rachel.html>.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. **Imagem e representação do índio no século XIX**. In: Grupioni (Org.) Índios no Brasil. SMC de SP. 1992.

PRATT, Mary L. **Olhos do império, relatos de viagem e transculturação**. Bauru: Edusc, 1999.

PRICE, Sally. **Arte Primitiva em Centros Civilizados**. Editora UFRJ. Rio de Janeiro, 2000.

RAMINELLI, R. Viagens e inventários. Tipologia para o período colonial. **História: questões e debates**, nº 32: 27-46, jan/jun 2000.

RESTREPO, O.F. **Naturalistas: la construccion de una ordem natural**. In: RESTREPO, O.F. et all. Historia social de la ciencia en Colombia. Tomo III - Historia Natural y Ciências Agropecuárias. Colombia: COLCIENCIAS, 1993.

PINHEIRO, R. **As histórias da Comissão científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema**. Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Geociências, Dissertação de Mestrado, 2002;

SANJAD, Nelson. **A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907**, Tese de Doutorado pela Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Brasil, 2005.

SANTAELLA, Lucia, NÖTH, Winfried. **Imagem: cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2001.

SCHAEFFER, Jean-Marie. **A imagem precária: sobre o dispositivo fotográfico**. Campinas: Papyrus, 1996.

SONTAG, Susan. **Sobre La Fotografia**. Buenos Aires. ALFAGUARA, 2006, p. 219.

SPARY, E.C. **Cultures of natural history**, 358-377. Cambridge: University Press, 1996.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Cia das Letras, 1988.

TODD A. Diacon. **Stringing Together a Nation – Candido Mariano da Silva Rondon and the Construction of a Modern Brazil, 1906-1930**. Duke University Press, 2004.

TODOROV, T. A viagem e seu relato (tradução de Lea Mara Valezi Staut). **Revista Brasileira de Letras**, 39: 13-24, 1999.

TODOROV, T. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

TURAZZI, Maria Inez. **POSES E TREJEITOS - A fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)**. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1995.

**Para além de onde as vistas alcançam: história, natureza
e paisagem na Belle-Époque amazônica (1870-1920)**



Aldrin Moura de Figueiredo



Para além de onde as vistas alcançam: história, natureza e paisagem na Belle-Époque amazônica (1870-1920)

Aldrin Moura de Figueiredo

Nos fins do século XIX, a elite intelectual paraense e os apreciadores das artes viam na pintura, e em especial na paisagem, uma espécie de pretexto enunciador de civilidade. O mercado de arte, universo crescente na sociedade da borracha, trouxe a Belém artistas-viajantes *mediadores* no exercício intelectual da exploração dos limites do olhar. Lugares e costumes distantes tornaram-se objetos de desejo e sedução. Cenas e horizontes inventados pelos traços da pintura, lugares contrastantes com realidade vivida, capazes de reter a contemplação dos expectadores eram buscados pelos compradores de telas e retratos. Fosse também como cenário para peças teatrais ou pano de fundo de apresentações de circo, pássaros-juninos ou pastorinhas de Natal, a paisagem ocupou um dos mais importantes parâmetros da curiosidade e do olhar do habitante da cidade de Belém. Os ateliês de fotografia serviam também para desacostumar o olhar da forma habitual de ver o mundo da própria cidade, do interior e de paragens longínquas, inacessíveis às pessoas do povo (PEREIRA, 2006). Os *cosmoramas* e *cinematógrafos*, muito populares, traziam imagens, documentários, cenas de guerras a esfalçar a ideia de percepção natural da vida diária. Os livros didáticos traziam gravuras de artistas conhecidos como Langlois e Hadock, em imagens que se tornaram extremamente populares no fim do século XIX, como uma paisagem gótica do Cemitério da Soledade de Belém, preparada para o *Ensaio de Leitura* do Dr. Joaquim Pedro Correia de Freitas. Na imagem, as árvores são substituídas por palmeiras para dar sentido alongado como se fossem dedos compridos, garras à imitar o próprio sentido do corpo cadavérico que o cemitério deveria representar.



Cemitério de Nossa Senhora da Soledade | Gravura de A. Hadock, 1881 | Acervo particular | Belém

Theodoro Braga comenta que na década de 1910, o cinema Olympia e cinema Rio Branco ocuparam o lugar da ópera no gosto da elite paraense, com o novo aceno de distração e modernidade (BRAGA, 1916: 114). Ao lado da fotografia e do cinema, a paisagem descrita pela pintura, no entanto, ainda representava de fato um saber, um *status* e sólido conhecimento sobre a humanidade e sua história. No mercado de arte, nos leilões e nas listas de vendas dos pintores que expunham nas galerias paraenses, a pintura de paisagem não tinha rival no gosto dos visitantes. Um caso acontecido na temporada de exposições de 1905 é bastante esclarecedor. Trata-se da passagem por Belém do pintor alemão Ernst Vollbehrr (1876-1960), causando polêmica nos círculos intelectuais da cidade. Aberta no primeiro andar da *Photographia Findanza*, no dia 8 de fevereiro, com apenas 12 quadros, essa mostra era o fruto de uma “viagem de recreio ao vale do Amazonas”, como seu autor “já o fizera ao Oriente”. Essa passagem exige uma explicação necessária. Ernst Vollbehrr pertenceu à mesma geração do pintor paraense Theodoro Braga. Em 1904, deu início a sua história de pintor-viajante pela Albânia e, em 1906, veio para o Brasil e aqui permaneceu até 1908, quando se dedicou aos estudos e exposições na Amazônia. Essas viagens pelo mundo, em busca de retratos que mostrassem o exotismo da sociedade humana não foi exatamente a causa do *frisson* da mostra de Vollbehrr com a clientela de Belém, afinal, desde as exposições da década anterior, as imagens do Extremo-Oriente atraíam os olhares de quem dificilmente poderia visitar pessoalmente essas paragens distantes.

O pintor alemão era apenas um entre os inúmeros artistas ocidentais que ajudaram a construir, segundo demonstrou Edward Saïd, uma espécie de imagem consolidada sobre as culturas orientais. Vollbehrr dirigiu seu olhar para a Amazônia, assim como no passado Giuseppe Verdi, Joseph Conrad, Jane Austen e outros virtuosos do universo musical e literário já haviam se voltado ao Oriente, na trilha do imperialismo e da incrível façanha geopolítica que foi esse encontro e confronto de culturas. Não à toa, os pintores estrangeiros acabavam embebedando-se das imagens exóticas dessas terras distantes, recriando paisagens e tonalidades estranhas ao seu mundo de origem (ANDREWS, 1999). Entre os expectadores das mostras, no cotidiano dos salões, era visível o significado da arte para aplacar, moldar e construir um contraponto à carência do olhar, na apropriação de cenas e composições alienígenas que a todo momento ganhavam novos sentidos entre o perto e o longe (SAÏD, 1978; 1993). Apelidados de “pintores viajantes”, esses artistas acabavam tecendo laços afetivos com o país visitado e com os mecenas da terra, imprimindo, assim, um expressivo espaço de diálogo e tradução cultural muito apreciado pelos pintores nacionais¹. Vollbehrr percorreu esse caminho, buscando capturar os recantos mais prosaicos do Pará e do Amazonas que encontrou pela frente. Até mesmo Theodoro Braga, familiarizado com os matizes tropicais, ficou impressionado com as “extravagâncias que a nossa natureza” proporcionavam nos guaches e nas têmperas do pintor germânico. Isso se torna ainda mais interessante se pensarmos que era justamente essa especificidade local, o argumento pictórico mais perseguido pelo artista paraense já há algum tempo.

1 Situação análoga ao Pará é analisada por Camargos (2001).



Costa da Namíbia, Swakopmund | Guache de Ernst Vollbehr, 1909 | Acervo: Kolonialabteilung, Reichskolonialamt | Berlin

A exposição de Vollbehr foi tão definitiva para os pintores paraenses da época, que alguns chegaram a comentar o que mais lhes marcou entre as “curiosidades” que eclodiram nos painéis do forasteiro. Sem o menor constrangimento, Theodoro Braga, por exemplo, explicitou quais foram esses toques luminares. O primeiro ficou por conta dos “efeitos de contraste de grossas nuvens e céu”, tão características da foz do Amazonas quando a chuva, quase diária, começa a se armar; e o outro pela visão da “água barrenta do rio-mar e verde espesso das matas marginais” (BRAGA, 1934: 155), numa combinação de cores aparentemente opostas no traço clássico das paisagens europeias, mas que ganharam plenitude, exploradas no pincel do artista alemão. Não custa enfatizar que visos semelhantes irão ocupar o centro da maior composição de Theodoro Braga – *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará*, de 1908, apresentada ao público cerca de oito meses depois da partida de Ernst Vollbehr. Mas se a luminosidade e os contrastes na paleta desse pintor chamaram a atenção de alguns artistas conceituados, certamente não conseguiu a unanimidade na crítica local. O próprio Alfredo Sousa, por exemplo, que enchia Theodoro Braga de elogios rasgados, foi bastante reticente com as “novidades” do artista germânico. Logo de início veio uma chamada de atenção a respeito da técnica e do estilo utilizados pelo pintor, havidos pelo crítico como mais adequados ao mural e à decoração de tetos e cúpulas. O que parecia novidade para alguns, acabava soando para outros como pastiche de alguns mestres do renascimento italiano – Perugino, Mantegna e Bellini, todos lembrados, um a um, pela pena de Alfredo Sousa². O crítico da *Folha do Norte* tinha a convicção plena de que Vollbehr, assim como outros pintores contemporâneos seus, por mais experientes que fossem, se inspiravam e citavam os mestres que os precederam.

E se, para a crítica do início do século essa questão era fundamental, não menos importância tem hoje para a história social da arte e para o estudo da pintura da paisagem. Jorge Coli afirmou, nesse sentido, que “mesmo aqueles pintores que parecem romper de modo radical, como Manet, se não forem percebidos na perspectiva da história das imagens recorrentes nas telas por eles produzidas, perdem, em muito, seu

² Sousa, Alfredo. “Exposição de pintura”. *Folha do Norte*. Belém, 10 de fevereiro de 1908, p.1.

sentido” (COLI 1998: 376). Foi assim que os antigos afrescos de Perugino revolveram, no início do século XX, os espaços paisagísticos profundos que serviam de cenário a poucas figuras, quase sempre em primeiro plano, tão característicos de sua obra³. Pela mão de Vollbehr também se reconheceu o gosto da perspectiva e o entusiasmo pelo baixo-relevo pictórico, quintessências da obra de Mantegna⁴, assim como citações de Bellini nas variações cromáticas e amplitude das formas paisagísticas, conquistas irreversíveis nas linhas do pintor veneziano⁵. As alusões a esses mestres na crítica de Alfredo Sousa revelaram um misto de elogio e incompreensão. Não exatamente pela citação renascentista, mas pelos usos dessa inspiração, como por exemplo, na intensidade das variações tonais dispostas nas telas do artista alemão. Embora o crítico soubesse que a cor “aberrada e gritante” adquirisse, com o tempo, pelo próprio processo de secagem natural, um tom “justo e normal” e, de certo, mais brando, não poupou os leitores da gazeta dessa viagem pelos percursos da história da arte ocidental⁶.

Intercaladas a esses novos *insights* que ocupavam o epicentro dos debates entre críticos e artistas, as mostras mais conservadoras continuavam firmes no gosto e atenção do público. Ainda nos primeiros anos do século XX, começaram a se desenhar as distinções entre o juízo da crítica e o gosto do público, como se viu em exposições de 1908. Cenas europeias já eram coisa do passado, paisagens brasileiras eram muito valorizadas, mas as imagens de terras distantes ainda eram como que cartões-postais de difícil acesso. Além do apelo iconográfico do desconhecimento há uma explicação muito convincente para esse desejo incontrolado pela paisagem distante (BERQUE, 1995). Nos fins do século XIX, existiam duas companhias de transporte marítimo que ligavam a capital do Pará às principais cidades da Europa e dos Estados Unidos: a *Booth Line*, que desde 1866 mantinha duas rotas principais para Liverpool e Nova Iorque, e o *Lloyd Brasileiro*, ligando o Pará com todos os principais portos brasileiros, além de rotas especiais com as repúblicas platinas, o Caribe, a América do Norte e também algumas capitais da Europa (BRAGA 1919). O Brasil voltava-se para Europa, assim como no Oriente, os portos chineses, hindus ou japoneses estavam ligados à França ou Inglaterra – na trilha mais óbvia do imperialismo oitocentista.

Se os panoramas do Velho Mundo, como representações de uma paisagem conhecida, já não eram esperados nas mostras de pintura, os cânones clássicos ainda norteavam as linhas da maioria dos pintores, e, de certo, o interesse do público local. Isto significa dizer que, apesar das novidades, muitas mostras de pintores estrangeiros pareciam, para os artistas e críticos mais exigentes, repetitivas e sem originalidade. Apesar da incursão pelos temas regionais, o estilo, técnica e representação pictórica continuavam profundamente europeizados. Eram assim, por exemplo, os quadros de Francisco Estrada, um velho pintor espanhol, que fez sua exposição na galeria da *Livraria Universal*, no mesmo período em que Trajano Vaz expunha no Teatro da Paz. Eram 40 obras ao todo, com imagens amazônicas e alguns estudos de natureza morta, representativos desse artista (BRAGA, 1934: 155) e do gosto de sua clientela paraense. Exposições como esta do pintor espanhol eram as mais comuns e, de fato, serviam como garantia de melhores vendas para o artista e para a galeria, sustentando a sobrevivência do espaço quando ocorria uma fase de estiagem nos eventos. Isto aconteceu nesse ano de 1908, depois do término da mostra de Francisco Estrada. Somente em dezembro, o Teatro da Paz abriu seu *foyer* com a aguardada exposição de Theodoro Braga. Esse foi um momento único, profundamente ritualizado dentro dessa própria história da pintura, traçada pelo artista em questão. Se o autor do quadro da fundação de Belém teve a necessidade de explicar sua tela e o contexto histórico que pretendia narrar pelos pincéis, imprimindo como que um libreto para os espectadores, também considerou fundamental inserir esse momento em outra história mais recente – a das artes plásticas na Amazônia. A tela principal teria que trazer, afinal, algo de novo, de inventivo, de transformador – e de fato trouxe. A novidade na concepção da obra, nas disputas políticas em torno desse projeto e, especialmente, nos debates subsequentes deram significado ao problema da identidade amazônica pelo visô da arte (FIGUEIREDO 2005; ARJONA 1986).

3 Para uma leitura das marcas e dos padrões de Perugino, ver Camesasca 1959; Becherer, 1997; Garibaldi, 2004.

4 Sobre as questões relativas à perspectiva e enquadramento da obra de Mantegna, ver Tietze-Conrat, 1955; Camesasca, 1964 e mais recentemente, Greenstein, 1992; Christiansen, 1994, Carr, 1997; Salmazo, 2004; Brunelli, 2006.

5 Sobre a escala cromática de Bellini, ver Goffen, 1989; Zuffi, 1993 e os dois estudos mais recentes de Tempestini, 1997; 1998.

6 “Exposição de pintura”. *Folha do Norte*. Belém, 10 de fevereiro de 1908, p.1.

Primeiramente é preciso notar que Theodoro Braga voltou uma larga tradição na história da arte ocidental para conceber sua grande tela. O gênero pictórico visitado, cujas origens remontam aos planos secundários de retábulos e miniaturas medievais, de paisagens começou a se afirmar como especialização artística no século XVII. O arrolamento de artista e autores longe de ser é estratégia de falsa erudição, resulta de fato do diálogo e do estabelecimento de releituras e dos padrões estilísticos dos artistas da época (KLEIN, 2000). Neste campo, seria importante destacaram-se na definição da paisagem por artistas flamengos, realçados por Svetlana Alpers (1983), nas obras de Salomon van Ruysdael (ca.1600-1670), Meindert Hobbema (1638-1709), Joachim Patinier (f. 1524) e alemães, como Albrecht Altdorfer (ca.1480-1538) para ficarmos nos exemplos mais eloquentes. Os registros de viagem de Albrecht Dürer (1471-1528) figuram entre as primeiras paisagens realizadas (PANOFSKY, 1943). Por outro lado, as conhecidas paisagens em estilo pitoresco produzidas pelos holandeses – repletas de detalhes e figuras diminutas – conviveram com paisagens idealizadas concebidas por artistas como Annibale Carracci (1560-1609). Nesse vasto percurso de representações da natureza, Theodoro Braga deu atenção especial ao panorama e a leitura que a divisão de cenas díptico poderia informar para formatar um futuro trabalho descritivo sobre as origens históricas da capital do Pará. Estas imensas composições chamaram-lhe a atenção, tanto pela grandiosidade que enquadrava em seu interior quanto pelas figuras extraídas de temas religiosos e também mitológicos que trazia, num processo que ficou conhecido como redescoberta da antiguidade clássica (CHIARINE, 1972; SALERNO, 1978; BURKE, 2003). Um outro aspecto importante é que a vertente paisagística inaugurada por Carracci encontrou seguidores que marcaram o campo da paisagem no século XVII, como Claude Lorrain (1600-1682) ou Nicolas Poussin (1594-1665), tão admirados por Theodoro Braga e pelos artistas paraenses da virada do século XIX (ZAPPERI, 1989; FIGUEIREDO, 2004).

Nesse universo se inserem as primeiras paisagens pintadas no Brasil. Um marco inicial está nos pintores estrangeiros que chegaram ao país com Maurício de Nassau, como Albert Eckhout (1610-1666) e, sobretudo, Frans Post (1612-1680). Apesar de Post ter construído toda sua carreira pintando paisagens brasileiras, é importante situá-lo na tradição idílica. Atualmente, seus biógrafos acusam a influência de Cornelis Vroom (1591-1661) sobre sua obra, especulando inclusive que talvez tenha sido seu mestre. O Brasil foi certamente seu grande tema, mas a interpretação está baseada na tradição da paisagem holandesa-arcádica de Vroom. Esse aspecto documental das primeiras pinturas brasileiras de Post revelam uma pureza na aproximação da realidade, porém, nas últimas telas pintadas no Recife, o tom idílico das convenções de Vroom parece demonstra o campo de visão apreciado no círculo de seus clientes (LAGO & LAGO, 2006). Já no início do século XVIII, Canaletto (Giovanni Antonio CANAL, 1697-1768) tornou-se o nome mais importante do gênero, com suas pinturas de paisagens urbanas de Veneza, com as quais se notabiliza pelas tomadas dramáticas, em que se destacam efeitos expressivos e contrastes claro-escuros (CLAYTON 2005). A partir de 1746, quando o pintor vai para Londres, a observação da luz natural e a atenção aos elementos atmosféricos dão origem à vistas luminosas e vibrantes, de grande precisão topográfica, como *O Canal Grande*, que se tornarão sua marca mais expressiva (LIVERSIDGE & FARRINGTON, 1993). De certo modo, na Inglaterra, as paisagens de Richard Wilson (1713-1782) e Thomas Gainsborough (1727-1788) ainda ocupavam lugar secundário na hierarquia acadêmica da pintura, porém isso irá mudar completamente no século seguinte. Uma das inovações na representação da natureza a partir de então diz respeito à pintura ao ar livre, que se populariza com a invenção da bisnaga descartável para tintas. O contato cada vez mais intenso com a paisagem observada de perto - e o simultâneo desinteresse pelas paisagens alegóricas e míticas - provoca uma renovação no gênero paisagístico (LUGINBUHL 1990).

Na Amazônia, a explosão da natureza ganharia profunda dimensão na obra de Joseph Léon Righini (1820-1884), um misto de pintor, desenhista, gravador, fotógrafo, e cenógrafo. Este artista foi um intelectual de destaque na cena das artes na Amazônia nos meados do século XIX. Com formação clássica na *Accademia delle Belli Arti di Torino*, na tradição de Lorenzo Pecheux (1729-1821), veio para o Brasil e teve passagens no Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém do Pará. Nesta última cidade, que escolheu para viver, manteve um círculo intelectual proeminente ao lado do tipógrafo e gravador germânico Johann Karl Wiegandt (1851-1918), junto com o qual publicou, em 1867, uma série de litografias *Panorama do Pará em*

12 *Vistas*, dentre as quais posso destacar *A Estrada de São José*, com as famosas palmeiras imperiais que no passado ladeavam a via pública. Entre suas obras, ganham relevo as cenas de paisagem, contrastando a imagem edênica da terra intocada em oposição ao registro da presença humana e da transformação decorrida pela derrubada da mata virgem. Neste capítulo analiso as telas *Rio na Floresta Brasileira do Pará* e *Natureza Equatorial do Pará*, pintadas entre 1865 e 1867. Importante reiterar que as obras de Righini se inserem num movimento político de artistas da paisagem que retratam as cenas pitorescas da nação como parte de um registro das potencialidades da região. De fato, existem como que um repertório cognitivo de temas, imagens e representações que aludem algumas das questões mais importantes para a época.



Joseph Léon Righini, *Estrada de São José*, 1867 | Acervo: Centro de Memória da Amazônia (CMA) | Belém

O problema da navegação e do sistema hidroviário amazônico, após as tensões que levaram a abertura do Amazonas à navegação estrangeira. A grandiosidade e a beleza do rio como cenário exuberante da floresta amazônica, retratado em 1865, mantém um diálogo com o debate corrente na época, como as pressões de interesses regionais das províncias do norte em favor da navegação livre na grande bacia; os mitos criados e propagados no Hemisfério Norte sobre a Amazônia e suas riquezas; as tentativas de colonização preventiva da região na década de 1850; a importância do rio Amazonas, à época, como rota comercial, e as consequências da questão no posterior relacionamento entre o Brasil e seus vizinhos amazônicos. A descrição da natureza equatorial funcionou como uma espécie de registro visual para os emigrantes. Na década de 1860, houve várias tentativas de estabelecimento de colônias polonesas, a partir dos projetos do conde Antonio Ladislau Jasienski, de colônias norte-americanas pelas iniciativas do major Hastings. Há, neste sentido, uma retomada do discurso de terra da promessa que, além de tudo, é cheia de belezas naturais. Righini viveu, experimentou e produziu visualmente esse debate, com obras nas quais os críticos do passado e do presente observaram a destreza do artista em articular áreas de luz e sombra, muito além disso fazem parte de um imenso debate político sobre o processo de ocupação, colonização e uso das florestas na Amazônia do século XIX, no qual a pintura foi um dos mais eloquentes testemunhos.

Muitas das obras Joseph Righini dialogavam com um amplo movimento que sacudiu a paisagem europeia entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, que teve em John Constable (1776-1837) e principalmente em Joseph Mallord William Turner (1775-1851) as figuras exponenciais. Enquanto em Righini há um visível fundo cenográfico, teatral, de sentido prático inclusive, os mestres ingleses sob a influência dos holandeses do século XVII, afastaram-se das convenções pictóricas do paisagismo ao representar as mudanças de luz ao ar livre e o movimento das nuvens no céu, num movimento que seria lembrado por Theodoro Braga na composição de como seria o céu paraense em 1616. Ao captar

as variações da natureza, acabou por estabelecer uma recusa à ideia de um espaço universal e imutável, ao mesmo tempo em que Turner percorria outras referências: da paisagem clássica de um Claude Lorrain ao campo perspectivo de Canaletto, porém sempre com idêntico interesse pelo espaço atmosférico e pelo fenômeno da luz. Na obra de Turner, no entanto, a luz explode numa espécie de turbilhão, inundando a tela, como em *Mar em Tempestade*, 1840, recurso que seria percebido com força na obra do pernambucano Jerônimo Teles Júnior, professor de Theodoro Braga nos idos de 1890 (HERRMANN, 1973; FIGUEIREDO, 2004). No panorama *Belém antes da Chuva*, de 1873, Righini envolve o centro da obra com o movimento da tempestade equatorial que se aproxima. A luz penetra as nuvens escuras e aclara os riscos das fachadas do casario colonial dando magnitude visual ao que se ouvia falar das chuvas paraenses.



Joseph Léon Righini | *Belém antes da chuva*, 1873 | Coleção Paulo Geyer | Rio de Janeiro

No Brasil das primeiras décadas do século XIX, o gênero da paisagem teria forte influência dos artistas vindos com a chamada Missão Francesa. Nicolas-Antoine Taunay (1755-1930) chegou ao Brasil em 1816 e foi pintor pensionista do Reino. Integrou o grupo de pintores fundadores da Academia Imperial de Belas Artes, e em 1820 foi nomeado professor da cadeira de pintura de paisagem da Academia. No ano seguinte, após desentendimentos surgidos pela nomeação do pintor português Henrique José da Silva para a direção da academia, retornou à Paris. Seu filho Felix-Emile Taunay permaneceu em seu lugar e Adrien Taunay, o mais novo, seguiu como desenhista das expedições de Freycinet e Langsdorff pelo Brasil. De fato, o velho Taunay vinha de uma tradição pictórica consolidada por nomes como Jacques Louis David, de quem foi aluno, em 1773, na Escola de Belas Artes de Paris. Ligado ao círculo napoleônico, se viu arruinado com a queda do Imperador, escrevendo à rainha de Portugal, D. Maria I, com o objetivo de serem contratados juntamente com seu grupo de artistas (SCHWARCZ, 2008). Já no Rio de Janeiro, Taunay parece não ter se submetido às exigências da corte, recebendo poucas encomendas de retratos. Porém, legou uma notável coleção a natureza tropical, da forma como ele a havia imaginado, como leitor devotado que foi de Jean-Jacques Rousseau. Aqui está um elemento fundamental de encontro e confronto entre o olhar do viajante e a experiência empírica na construção simbólica da paisagem (COSGROVE, 1984, 1988, 1990, 1993). Em suas notas de leitura, Theodoro Braga estabeleceu comparações entre o grupo de Taunay no Brasil e o grupo de paisagistas franceses reunidos na Escola de Barbizon, mostrando o forte contraponto entre ambos. A discussão sobre a descrição da paisagem ganhou sentido em como Jean-Baptiste Camille Corot, Jean-François Millet e Théodore Rousseau, membros do grupo, reagiram ao formalismo romântico de um Delacroix. A importante leitura do historiador T. J Clark iria mostrar que a chave realista encontraria em Gustave Courbet (1819-1877) outro grande intérprete (CLARK, 1973).

O choque da paisagem, no entanto, viria mesmo com o impressionismo. A observação da natureza a partir de uma percepção individual e sensações visuais imediatas, a suspensão dos contornos e dos claros-escuros em prol de pinceladas fragmentadas e justapostas e o aproveitamento da luminosidade e uso de cores complementares, favorecidos pela pintura ao ar livre, são os traços principais da renovação estilística empreendida por Claude Monet (1840-1926) e Pierre-Auguste Renoir (1841-1919), por exemplo. As paisagens executadas pelos chamados neo-Impressionistas – Georges Seurat (1859-1891) e Paul Signac (1863-1935) – colocam sua ênfase na pesquisa científica da cor, decomposta e recomposta na série de pontos

e manchas que cobrem a superfície da tela. Paul Cézanne (1839-1906) exploraria possibilidades abertas pelo impressionismo, embora nunca tenha se inclinado às representações realistas e às impressões fugazes. Sua opção recai sobre a análise estrutural da natureza, por meio de uma pintura ancorada na pesquisa metódica, em que as sensações visuais são filtradas pela consciência. Em *A Casa do Enforcado em Auvers* (1873), o caráter original de sua pintura se revela: a composição densa, os volumes recortados, a luz que produz um efeito material na tela, sem brilhos nem transparências.

Um diálogo tardio da paisagem amazônica sob essa perspectiva viria pelas mãos de Arthur Frazão (1890-1967), na década de 1930, principalmente na tela *Praia do Areião*, de 1938⁷. Cézanne seria sobejamente citado. O porquê reside nas possibilidades abertas pelo impressionismo exploradas por Cézanne, embora este nunca tenha se inclinado às representações realistas e às impressões fugazes. Sua opção, como sabemos, recaiu sobre a análise estrutural da natureza, por meio de uma pintura ancorada na pesquisa metódica, em que as sensações visuais são filtradas pela consciência. Arthur Frazão (1890-1967) era filho de tradicional família belenense, o pintor teve a oportunidade de, aos 20 anos, seguir para estudar artes plásticas na Alemanha. Após temporadas em Londres, Paris, Berlim e Lisboa, e um conhecimento bastante seguro de seus principais museus e galerias, retornou a Belém em 1911, dedicando-se também à fotografia, técnica que havia aprendido em seu período na Europa. Impressionado com a natureza regional, Frazão leva para os salões de arte muito da tradição popular de registro da paisagem, transpondo para os marcos das molduras clássicas o primitivismo das tomadas de igarapés, lagos e noturnos. Na década de 1940, Frazão se junta aos novos pintores do “Grupo do Utinga”, e com eles percorre os recantos e imediações da cidade em busca da marca local que seu trabalho ambicionava. Os barrancos de rio e uma cuidadosa descrição da fitologia amazônica podem ser percebidos com o detalhe do tronco da embaúba e das palmeiras de açaí, sem que a folhagem das árvores necessitasse ser mostrada (MEIRA, 2008: 36).



Arthur Frazão, *Praia do Areião*, 1938 | Óleo sobre tela | Acervo: Museu de Arte de Belém

As paisagens de Vincent van Gogh (1853 - 90), por seu turno, caracterizam-se pelas pinceladas em redemoinho e explosão de cores, como em *Trigal com Ciprestes*, 1889 ou *Estrada com Ciprestes e Estrelas*, 1890. Nesse mesmo contexto, as paisagens conhecem novas soluções com Henri Matisse (1869-1954) e André Derain (1880- 1954), na explosão das cores e em novos contrastes de significados.

⁷ Arthur Frazão, *Praia do Areião*, 1938 (ól. s/tela, acervo: Museu de Arte de Belém).

No trópico brasileiro o movimento seria diferente. A pintura ao ar livre e o registro realístico da flora e da fauna nacionais encontrariam expressão nas obras do pintor alemão Georg Grimm (1846-1887) e, posteriormente, no grupo de artistas ligados a ele, como Antônio Parreiras (1860-1937), que atuou em Belém, em 1905, e Castagneto (1851-1900) com obras marcantes no Rio de Janeiro e em São Paulo. A paisagem se agregaria ao tema da história em obras de outros artistas do período como Eliseu Visconti (1866-1944), Benedito Calixto (1853-1927), Oscar Pereira da Silva e o próprio Theodoro Braga, intelectuais esses que militaram fortemente na construção de uma nova identidade nacional angulada pelo campo visual. Foi, por exemplo, o que aconteceu em Belém na temporada de exposições de 1908, com a apresentação da tela história de Theodoro Braga narrando a fundação de Belém. A história desse objeto de arte, imerso em diferentes memórias – é importante reiterar – remonta uma longa tradição da pintura histórica no Brasil das últimas décadas do século XIX. Olhando o tema de hoje, o que se nota é uma verdadeira oscilação dos valores da estética [e por que não dizer do próprio *ethos* da obra] na bolsa das artes públicas e do patrimônio nacional. A narrativa do passado, por isso mesmo, tende a esclarecer o presente. Aqui, nos quadros de um debate sobre patrimônio e paisagem, vou tentar desvelar um pouco da história desse quadro, que trouxe para o campo das artes plásticas uma nova leitura da história da Amazônia.

O autor do quadro foi bacharel como quase todos seus contemporâneos, mas, enquanto se diplomava, por volta de 1893, conheceu o paisagismo pela mão de Jerônimo Telles Júnior (1851-1914), um pintor pernambucano muito influenciado pela pintura do século XVII, especialmente pela obra de Franz Post (1612-1680), um dos grandes artistas do período holandês do Brasil. Mesmo quando o assunto era a paisagem, a plena descrição da natureza, a história tocava fundo o aprendizado do jovem pintor. Encorajado pelo mestre, Theodoro Braga viajou para o Rio de Janeiro, onde recebeu aulas de uma tríade já bem conhecida nos círculos cariocas: Belmiro de Almeida (1858-1935), Daniel Bérard (1846-1910) e Zeferino da Costa (1840-1915). O próximo passo foi dado, em 1899, quando ganhou o prêmio da Escola Nacional de Belas Artes, de viagem à Europa. No ano seguinte, já estava em Paris, como pensionista na Academia Julian, sob a orientação de Benjamin Constant (1845-1902), Henri-Paul Royer (1869-1938) e principalmente do experiente Jean Paul Laurens (1838-1921), havido então como o nome mais importante da pintura histórica na França. No ateliê de Paris, o artista descobriu de fato a história, a pintura da história.

De volta à Amazônia, sob a proteção de Antônio Lemos, e mais do que nunca impregnado pelo gosto do passado, transformou a história em assunto de Estado e a pintura em tema de interesse popular. Embora atento às vanguardas que então explodiam do lado de lá do Atlântico, Theodoro Braga olhou com desprezo até mesmo o impressionismo. Porém, essa desconfiança com sua formação afrancesada e os modismos europeus lhe serviu para redescobrir a Amazônia nos fragmentos arqueológicos do Museu Paraense Emílio Goeldi e, daí para em diante, revisitar o próprio traço dos índios de antes de Cabral. Foi assim que, ao mesmo tempo em que repensava o cânone da pintura histórica, ajudava a criar um novo movimento nas artes da Amazônia, com a estilização da flora e da fauna brasileira – o *neomarajoara* –, deixando vários discípulos. Não bastava, no entanto, ser bom pintor. Era fundamental o domínio da pesquisa histórica. O pintor teria de se armar de historiador e vice-versa. Pintura e história, natureza e cultura: eis o encontro que revelou a obra prima de Theodoro Braga. Pelas tintas, o artista formulou sua primeira narrativa da história, traduzindo para outra linguagem passagens inteiras da obra de tratadistas, cronistas, missionários e homens de governo. Velhos documentos ganharam novas tonalidades; pintores-viajantes foram acolhidos pelos pincéis do mestre. Theodoro Braga passou em revista os primeiros registros escritos sobre a América Lusa, através dos relatos de cronistas portugueses como Pero Vaz de Caminha com sua *Carta* (1500), Pero de Magalhães de Gandavo com sua *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* (1576) e Gabriel Soares de Sousa com *Tratado Descritivo do Brasil* (1587), além das narrativas de viajantes franceses e alemães, como de Jean de Léry, autor de *Viagem à Terra do Brasil* (1578), e Hans Staden, que escreveu *Dois Viagens ao Brasil* (1557). Esses e outros testemunhos do passado estiveram entre os seus principais informantes. Em páginas impressas e noutras manuscritas, ficaram os registros dessa façanha da história como pintura e da pintura como história (CORREA, 2006).

Numa verdadeira arqueologia da arte, inventiva e subjetiva⁸, Theodoro Braga redescobriu e recriou a mítica paisagem dos antigos Tupinambá, que habitaram a costa do Pará no século XVII e que haviam sido riscados do mapa no século seguinte. Como reencontrar aqueles índios, suas marcas corporais, sua imagem e seu mundo enfim. O pintor encontrou aqueles que julgou ser seus prováveis descendentes. Os velhos índios Tupinambá estavam lá, nos desenhos dos Apiacá e dos Munduruku feitos por Hercules Florence (1804-1879). Da famosa Expedição Langsdorff, no segundo quartel do século XIX, sobreveio um dos principais registros que poderia ser útil a um pintor – com sombras, luzes e cores, muitas cores. A história foi arte cara no projeto de Theodoro Braga, tanto que foi necessário explicar tudo aos primeiros que compareceram diante da grande tela. O quadro *A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará* tem uma versão em livro, com grande parte dos conceitos, referenciais e inspirações presentes na tela.



A fundação da cidade de Nossa Senhora de Belém do Pará, 1908 | Óleo sobre tela de Theodoro Braga | Acervo: Museu de Arte de Belém, Pará, Brasil

Mas como transpor para as tintas a narrativa literária da fundação do Pará? Theodoro usou dos pintores medievais e renascentistas, optando pelo díptico, pois assim poderia narrar duas cenas independentes e, ao mesmo tempo, preservar uma visão de conjunto. Aqui o díptico deve ser lido da direita para a esquerda, como numa pintura em páginas de um livro, seguindo o modelo oriental, contrastando, portanto, com as regras interpretativas europeias. Mais do que a paisagem natural, o díptico ajudava a construção da narrativa da história, das passagens da vida, como na tradição de um Giotto (1267-1337) ou ainda de um Piero Della Francesca (c.1416-1492). Nas cenas do quadro estão o encontro dos índios pelos portugueses colonizados, a construção do forte do Presépio (concebido no quadro em pedra, de modo a desmentir os documentos) e, ao centro, o estado-maior da conquista, com o herói-fundador, vestido à moda holandesa, como nos quadros de Rembrandt. Todo este tópico da história, exaustivamente tratado por mim em outros trabalhos (FIGUEIREDO, 2004, 2005) seria combinado a uma moldura da natureza. O pintor migra então da ciência da história para o domínio das ciências naturais.

Pela primeira vez, as águas da baía do Guajará, na confluência dos rios Pará e Guamá, trazem uma moderna representação dos rios tributários da foz do Amazonas: a cor barrenta, turva e amarelada. Esse viso era algo impensável para os pintores do século XIX, muito marcados pelos modelos e contornos dos rios europeus. Em contraste com a lenda de um Danúbio Azul, como na música de Strauss, Theodoro Braga pinela um Amazonas barrento, com arrepios de brisa, reflexos do céu em algumas manchas azuladas em meio à tonalidade do rio. Às margens estão os verdes em seus diferentes tons e escalas. A vegetação que orna a vista foi pensada como espécimes de um herbário característico da flora equatorial do Brasil. Ao centro, duas árvores com fortes conotações simbólicas para a Amazônia: a seringueira, responsável pelo triunfo do

⁸ Utilizo o termo arqueologia no sentido mais amplo, em os historiadores da arte tenham enfatizado a importância dos estudos morfo-históricos e as possibilidades de junção da arqueologia com a pesquisa (CHOUQUER, 2000).

progresso contemporâneo do artista, via exploração do látex, e a imbaubeira, típica de floresta secundária e, por isso mesmo, representando o trabalho de colonização da região. Enrolada em cipós, ao centro da tela uma grande árvore – uma espécie de síntese visual da flora amazônica, exibindo “a majestade grandiosa das nossas florestas tropicais”. Houve lugar ainda para a palmeira do açaí, que produz o fruto de onde se extrai a bebida mais popular entre os paraenses e, à beira d’água, plantas aquáticas da Amazônia, como o mururé e a aningá, comum nas redondezas de Belém. E o cenário foi composto por analogia às características ecológicas do litoral lamacento que circundava o Guajará, em cuja vegetação de mangue vicejavam também os aturiás, vistos no quadro como uma espécie de símbolo da vegetação amazônica. Muito evidente foi a intenção do autor em mostrar o contraste dessa pequena planta com “as árvores colossais e enormes das matas paraenses”, que cresciam em direção à terra firme. Ao fundo, no horizonte, aparece a “longa fita arroxeadada da verdejante Ilha das Onças”, intacta e contínua, fronteira ao desembarcadouro dos portugueses. Todo esse *corpus* fitológico foi concebido como a parte ornamental da natureza amazônica transposta para um retrato da história, a fim demarcar seus contornos. Trata-se, portanto, da certidão de origem de uma cidade que nascia em meio a maior das florestas do mundo.

Ao lado da magnitude da flora local, parecia essencial reconstituir um retrato climático do evento que, ao mesmo tempo, refletisse o traço meteorológico mais comum naquela latitude. O pintor fez assim um “céu tranquilo e belo” como adorno ao empreendimento da fundação, “enquanto que para o lado da embocadura do rio uma nuvem plúmbea lembra-nos as fortes bategas da chuva quase diária”. Theodoro Braga se voltou à comparação com a realidade presente, em 1908, quando o regime pluviométrico da área da foz do rio Amazonas praticamente não apresentava flutuações e mudanças bruscas de tempo. Com isso, o artista imprimiu uma espécie de cena intermediária, na qual aparecem, sobre o horizonte, as “pesadas nuvens branco-azuladas”, características daquela hora da manhã e, ao lado direito do expectador, as nuvens mais escuras da chuva tradicional do início da tarde. Desse modo o pintor conclui a feitura da tela. Mas o empreendimento ainda estava pela metade. Para uma grande cena, uma grande moldura. Uma pintura histórica só é capaz de eclodir num quadro de grandes dimensões, guarnecido e emoldurado com a mesma eloquência da cena narrada pelas tintas.

Theodoro Braga construiu para sua obra-prima uma moldura capaz de traduzir as mudanças que procurava imprimir em suas linhas de trabalho. A moldura é aqui um campo de bricolagens, de mistura e tradução cultural. Sobre a madeira, o ferro e o estuque, o artista esculpiu, modelou, forjou e pintou uma Amazônia brasileira. Na superfície do estuque e de seu douramento, entrecruzam-se ornamentos do classicismo – com seus medalhões – e outros elementos então “desconhecidos” pelos artistas da terra. Ao lado das célebres folhas de acanto, tão características do emolduramento acadêmico, Theodoro Braga construiu moldes de aturiás e folhas de aninga. Ao centro, no alto, ladeando o *Brasão de Armas da Cidade de Belém*, palmas de açaí, de onde se extrai o vinho dos paraenses. Com isso o pintor estabelecia os contornos de uma arte nacional, angulada por viso amazônico. Estilizando a flora da região, o artista questionava o contorno clássico e aquilo que parecia ser uma velha janela de visão da realidade. Temos à vista, portanto, uma moldura que é alegoria da mestiçagem e do encontro de culturas.



Brasão d’Armas de Santa Maria de Belém,
1894 | Óleo sobre tela de Maurice Blaise |
Acervo: Museu de Arte de Belém

Há também que se pensar sobre o suporte e as técnicas preferidas pelo pintor. Sobre uma tela de linho branco, o artista realizou aplicações mistas de tinta a óleo, obedecendo a um riscado que privilegiasse a luminosidade. Nas águas da baía do Guajará, em parte do céu e em algumas figuras humanas as pinceladas são finas e diluídas camadas de tinta quase imperceptíveis. Nas nuvens, terrenos e imediações do Forte do Presépio aparecem tênues empastes e, na copa das árvores e nas demais folhagens, aplicação de densos empastes com pinceladas soltas e muito evidentes. Com isso, Theodoro Braga acabou por imprimir um colorido é variado e luminoso, tendendo ao verde-amarelo, – com óbvias preocupações de marcar as cores da nacionalidade, nos sobre-tons de verde e na longa escala do amarelo tendendo ao ocre. Esse amarelo, que certamente é a cor mais incisiva da tela, mistura-se também a outros tons vão do ocre ao vermelho, passando por variações do azul ao cinza, em vários matizes. Por fim, o branco em contraste com ligeiros toques de negro, terminam por contornar e realçar o traço colorista da descrição da natureza em contato com a história.

Eis a grande invenção de Theodoro Braga e, de certo modo, de toda a sua geração. A obra cuja fatura lhe rendeu a reputação de pintor, o destruiu como historiador. Certamente está aí a resposta para a pergunta que fiz lá bem no início deste capítulo. A tela de Theodoro Braga é afinal obra-prima por ser símbolo de uma época, clímax de um gênero, fronteira de um estilo e marca de um autor. Conta uma história e, no entanto, é transtemporal. Pintada em 1908, remete-se a 1616 e pode ser relida hoje, como a qualquer momento, em qualquer lugar. Polissêmica, como todo produto da arte, a cada viso do expectador ganha uma nova leitura. À primeira vista, sobrevém o traço acadêmico, o contorno *pompier*, o registro histórico. No entanto, de segunda olhada, no quadro a natureza toma conta da história, no imenso amarelo-barrento da baía do Guajará, nos tons verdes da floresta de várias idades e ainda nas nuvens carregadas da foz do Amazonas – tudo isso é muito mais que um simples cenário.

Referências

- ALPERS, Svetlana. **The art of describing: Dutch art in the seventeenth century**. Chicago: University of Chicago Press, 1983.
- ANDREWS, Malcolm. **Landscape and western art**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- ARJONA, Marta. **Patrimonio cultural e identidad. La Habana: Editorial Letras Cubanas, 1986**.
- BECHERER, Joseph. **Pietro Perugino: master of the Italian Renaissance**. New York: Rizzoli International; Grand Rapids, Mich.: Grand Rapids Art Museum, 1997.
- BERQUE, Augustin. **Les raisons du paysage**. Paris: Hazan, 1995.
- BRAGA, Theodoro. **Guia do Estado do Pará**. Belém: Typ. do Instituto Lauro Sodré, 1916.
- BRUNELLI, Roberto. **Vita di Andrea Mantegna pittore**. Mantua: Tre lune, 2006.
- BURKE, Peter. **Images as Evidence in Seventeenth-Century Europe**. *Journal of the History of Ideas*. 64(2): 273-296, 2003.
- CAMARGOS, Márcia. “**Um salão pluralista**”. In: *Villa Kyrial: crônica da belle-époque paulistana*. São Paulo: Senac, 2001, pp.40-53.
- CAMESASCA, Ettore. **Tutta la pittura del Perugino**. Milano: Rizzoli, 1959.
- _____. **Mantegna**. Milano: Edizioni per il Club del libro, 1964 .
- CARR, Dawson W. **Andrea Mantegna: the Adoration of the Magi**. Los Angeles, Calif.: J. Paul Getty Museum, 1997.
- CHIARINI, Marco. **I disegni italiani di paesaggio dal 1600 al 1750**. Venezia: Sodalizio del libro, 1972.
- CHOUQUER, Gérard. **L'étude des paysages: Essais sur leurs formes et leur histoire**. Paris: Errance, 2000.
- CHRISTIANSEN, Keith. **Andrea Mantegna: Padua and Mantua**. New York: G. Braziller, 1994.

- CLARK, T. J. **Image of the people: Gustave Courbet and the Second French Republic, 1848-1851**. Greenwich: New York Graphic Society 1973.
- CLAYTON, Martin. **Canaletto in Venice**. London: Royal Collection Publications, 2005.
- COLI, Jorge. **A pintura e o olhar sobre si: Victor Meireles e a invenção de uma história visual no século XIX brasileiro**. In: Freitas, Marcos (org.) *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.
- _____. **Primeira Missa e invenção da descoberta**. In: NOVAIS, Adauto (Org.). *A descoberta do homem e do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 107-121.
- _____. **Introdução à pintura de história**. *Anais do Museu Histórico Nacional*, 39: 49-58, 2007.
- CORBIN, Alan. **L'homme dans le paysage**. Paris: Textuel, 2001.
- CORRÊA, Dora Shellard. Historiadores e cronistas e a paisagem da colônia Brasil. **Revista Brasileira de História**. 26(51): 63-87, 2006.
- COSGROVE, Denis & DANIELS, Stephen (org.). **The Iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design, and use of past environments**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- _____. & PETTS, Geoff. (eds). **Water, engineering, and landscape: water control and landscape transformation in the modern period**. London: Belhaven Press, 1990.
- _____. **Social formation and symbolic landscape**. Totowa: Barnes & Noble Books, 1984.
- _____. **The Palladian landscape: geographical change and its cultural representations in sixteenth-century Italy**. Leicester: Leicester University Press, 1993.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. O vernissage da história: Antonio Parreiras, Benedito Calixto e Theodoro Braga em Belém do Pará, 1903-1908. **Concinnitas**. Rio de Janeiro 4(5): 116-125, 2003.
- _____. **Theodoro Braga e a história da arte na Amazônia**. In: FIGUEIREDO, Aldrin Moura de & ARRAES, Rosa (Orgs.). *A fundação da cidade de Belém*. Belém: Museu de Arte de Belém, 2004, p. 31-87.
- _____. **A tela e o fato: a invenção moderna e a fundação do Brasil na Amazônia**. In: FORLINE, Louis Carlos et al (orgs.). *Amazônia: além dos 500 anos*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2005, p. 151-182.
- _____. **A árvore mestiça e a fortaleza de pedra: Theodoro Braga e a pintura histórica da fundação da Amazônia, 1893-1908**. I Encontro de História da Arte do IFCH-UNICAMP – Revisão Historiográfica: O Estado da Questão. Atas.... Campinas: IFCH-UNICAMP, 2005a, v. 1. p.35-42.
- FRANCESCHI, Catherine. **Du mot paysage et de ses équivalents dans cinq langues européennes**. In: COLLOT, Michel. (dir.). *Les enjeux du paysage*. Bruxelles: Ousia, 1997, p. 75-111.
- GARIBALDI, Vittoria. **Perugino**. Firenze: Giunti, 2004.
- GOFFEN, Rona. **Giovanni Bellini**. New Haven: Yale University Press, 1989.
- GOMBRICH, Ernst. Renaissance artistic theory and the development of landscape painting. **Gazette des Beaux-Arts**. 41: 335-360, 1953.
- GREENSTEIN, Jack M. **Mantegna and painting as historical narrative**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- HERRMANN, Luke. **British landscape painting of the eighteenth century**. New York: Oxford University Press, 1973.
- KLEIN, Bruno. **Le paysage et la genèse de l'histoire de l'art**. In: SALGUEIRO, Heliana (org.). *Paisagem e arte*. São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2000, pp.53-57.
- LÉVÊQUE, Laure (ed.). **Paysages de mémoire, mémoire du paysage**. Paris: Harmattan, 2006.
- LIVERSIDGE, Michael & FARRINGTON, Jane (eds). **Canaletto & England**. London: Merrell Holberton in association with Birmingham Museums & Art Gallery, 1993.

- LUGINBUHL, Yves. **Paysages**: textes et représentations du siècle des Lumières à nos jours. Lyon: La Manufacture, 1990.
- MARTINS, Luciana. **A pintura inquieta da paisagem tropical** (William Havell: 1782-1857). In: SALGUEIRO, Heliana (org.). **Paisagem e arte**. São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2000, pp.121-128.
- MEIRA, Maria Angélica. **A arte do fazer**: o artista Ruy Meira e as artes plásticas no Pará dos anos 1940 a 1980. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- MIQUEL, Pierre. **Le paysage français au XIXe siècle**. Maurs-la-Jolie: Éditions de la Martinelle, 1975-1985.
- PANOFSKY, Erwin. **Albrecht Dürer**. Princeton: Princeton University Press, 1943.
- PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. Paisagens de Belém: **fotografia e modernidade na cidade de Belém, 1848-1908. Dissertação de mestrado em História da Amazônia. Belém: UFPA, 2006.**
- SALMAZO, Alberta. **Andrea Mantegna**. Milano; Rizzoli: Skira, 2004.
- SQUEFF, Leticia. **Fundando a paisagem nacional**: o urbano e o selvagem no pensamento de Araújo Porto Alegre. In: SALGUEIRO, Heliana (org.). Paisagem e arte. São Paulo: Comitê Brasileiro de História da Arte, 2000, pp.273-279.
- SAÏD, Edward W. **Orientalism**. New York: Pantheon Books, 1978.
- _____. Culture and imperialism. London: Chatto & Windus, 1993.
- SALERNO, Luigi. **Pittori de paesaggio a Roma, 1600-1760**. Roma: La Galleria, 1978.
- SCHAMA, Simon. **Landscape and memory**. New York: A.A. Knopf; Random House, 1995.
- SCHWARCZ, Lilia. **O sol do Brasil**: Nicolas-Antoine Taunay e as desventuras dos artistas franceses na corte de D. João. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- TEMPESTINI, Anchise. **Giovanni Bellini**. Milano: Fabbri, 1997.
- _____. **Bellini e belliniani in Romagna**. Firenze: Octavo, 1998.
- TIETZE-CONRAT, Érika. **Mantegna**: paintings, drawings, engravings. London: Phaidon Press, 1955.
- ZAPPERI, Roberto. **Annibale Carracci**: ritratto di artista da giovane. Torino: G. Einaudi, 1989.
- ZUFFI, Stefano. **Giovanni Bellini**. Milano: Electa, 1993.

Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico



Francisco de Assis Costa



Administrador secular da biodiversidade: sobre a formação e contemporaneidade econômico-cultural de um campesinato amazônico

Francisco de Assis Costa

Abertura

“Nasci na ilha de São Mateus, em Cameté. Dava umas três horas de casquinho para Mocajuba. Eu remava...”

Quando os portugueses chegaram à Amazônia, em 1616, buscavam tornar a região uma extensão da economia colonial de *plantation*, uma agricultura especializada em grandes estabelecimentos, cujos pilares eram a mão de obra escrava africana e a produção especializada de mercadorias coloniais. O Império Colonial português havia acumulado reconhecida experiência nesse modelo, especialmente na produção do açúcar, primeiro, ainda no século XV, nas suas ilhas do Atlântico, em especial nas Ilhas Madeira, e depois, no século seguinte, no Nordeste brasileiro (FURTADO, 1976, p. 5-18), e pretendia estendê-lo até aqui. O específico das condições naturais que encontraram na Amazônia, entretanto, extrapolou os limites das técnicas agrônômicas já dominadas.

Com efeito, as pretensões de produzir os produtos já consagrados no mercado sucumbem ante os experimentos iniciais que demonstraram a baixa produtividade da região para a agricultura do tipo praticada em outros pontos do Império – em monoculturas de grandes extensões. Relatos desse reconhecimento pontuam todo o período colonial (TOCANTINS, 1960, p. 60-65; PRADO JR., 1987, p. 69; SODRÉ, 1987, p. 129).

Todavia, a dificuldade não inviabilizou a Colônia do Grão-Pará, porque o específico do ecossistema amazônico mostrou sua outra face: a condição de produzir, nos seus processos originais, bens capazes de se tornarem mercadorias para o mercado mundial. A natureza originária da região, em sua singularidade e estranheza, ao tempo que limitou as possibilidades de obtenção de mercadorias agrícolas capazes de garantir lucro mercantil, regalou o colonizador com produtos “prontos”, carecendo apenas de ser recolhidos. Logo se constatou que muitos desses produtos seriam equivalentes ou substitutos de especiarias para as quais já havia mercado consolidado na Europa, cujas rotas de comércio procedentes do Oriente encontravam-se vedadas a Portugal (COSTA, 1989).

Não obstante, tratava-se de uma oportunidade cujo aproveitamento forçaria uma revisão dos termos do projeto colonial amazônico. Nesse difícil processo, pelo qual experiências passadas viriam a fracassar, se mostrando insuficientes, perspectivas teóricas se confrontaram, e experimentos se tornaram necessários. De modo que processos adaptativos concorrentes que produziram, ao final, novas possibilidades de exploração da Colônia em bases extrativistas marcaram o primeiro século da colonização da região (COSTA, 1989).

Nesta terra, em se plantando, nem tudo dá...

“Meu pai era Pedro Pinto Sacramento, que nasceu no Tamanduá, também em Cameté. Era um homem grande, branco. Eu nem sei descendente de que ele era. Não sei como ele chegou na costa do Tamanduá. Minha mãe, sim, era filha de português”.

A passagem de um projeto agrícola – de um ideal de civilização de base agrícola – para uma prática sistemática e dominante do extrativismo de coleta trouxe duas ordens de problemas:

- Problemas decorrentes da redefinição do papel da agricultura, da condição de base de exportação para a de supridora de necessidades internas à Colônia. Resultam, daí, fortes restrições estruturais para a obtenção de meios de produção no mercado mundial, em particular do escravo negro – mercadoria cara, cuja obtenção requeria necessariamente meios de pagamento internacionais.
- Problemas decorrentes da redefinição do trabalho índio no contexto de uma economia baseada no extrativismo de coleta. É necessário, para encaminhar este ponto, que se distinga “extrativismo de coleta” de “extrativismo de aniquilamento”. No “extrativismo de aniquilamento”, o trabalho do extrator “anula” as propriedades originais do ecossistema, tomando suas partes, seus componentes estruturais como *estoque* de matérias independentes e genéricas (a madeira, a raiz, etc.). Nesse caso, o ecossistema tornou-se objeto (do poder transformador) do trabalho do extrator. O “extrativismo de coleta”, ao contrário, supõe a preservação da natureza originária, dado que é a produtora, no exercício de suas funções reprodutivas, dos valores-de-uso, que, como um *fluxo*, são colhidos por ação *imediate* do trabalho do extrator. Consequentemente, no “extrativismo de coleta”, a efetividade do trabalho depende do conhecimento que se tenha dos fundamentos da produção dos bens em questão – i.e. do conhecimento que garanta domínio (cognitivo) do processo produtivo da natureza originária. Tal conhecimento é fundamental para que se repitam os movimentos que fazem fluir, como processo social, dos mesmos pontos no espaço, e no tempo próprio da natureza, a torrente – tanto mais caudalosa, tanto melhor – de produtos que afirmarão, no tempo do capital, o sistema mercantil. Aos agentes mercantis cabe a ação *mediata* de transformar sistematicamente essa produção contínua da natureza – que, nesse sentido, se torna um capital em sua forma original – em mercadorias.

Missão e preação – 1616 a 1686

“Minha mãe era Cirena Moreira da Ponte e veio do Tamanduazinho, aquele rio pequeno que saía do Tamandú e dava a volta à ilha indo parar no Furtado. Era tanto rio ... E todo rio tinha nome.”

Relacionadas, as questões derivadas da redefinição do papel da agricultura e as provindas da redefinição do trabalho indígena, ao par da centralidade que assume a produção extrativa no projeto colonial configuraram os dilemas da colonização amazônica.

As primeiras não são exclusivas da Amazônia. Como se reconhece amplamente, elas estão presentes nas outras colônias com função de suprimento interno, como as de São Vicente e da Região das Missões (MARANHÃO, 2006). Como naquelas, também aqui a agricultura de baixa rentabilidade (em divisas, meios de circulação na economia-mundo) colocava a força de trabalho indígena como uma *alternativa* mais barata¹ perante a do negro africano. Sua utilização, contudo, sempre vista pelos historiadores como uma segunda opção (*second best choice*), uma alternativa reconhecidamente inferior.

Diferentemente daquelas, entretanto, as questões afeitas à requalificação do extrativismo de coleta, sua centralidade no projeto colonial na Amazônia, constituem condição específica, posto que praticamente excluía a utilização eficiente de um trabalhador não conhecedor do meio ambiente amazônico e, assim, requalificavam no projeto colonial tanto o europeu ou o africano – agora incapazes – quanto o indígena, único capaz.

De modo que a questão do acesso ao trabalho indígena, que nas outras colônias se associava às

¹ O custo de um índio era, em 1693, de 6\$000 por peça, sendo a metade de tributo a El-Rey. Em 1682, o preço do escravo negro vendido no Grão-Pará e no Maranhão era de 100\$000 por cabeça. Em 1732, um índio escravo custava na praça do Pará 5\$000. A média de preços dos escravos negros de diversas origens e desembarcados em Belém, de 1757 a 1777, pela Companhia do Grão-Pará e do Maranhão foi de 68\$441 (Conf. Azevedo, 1999, p. 151 e seguintes; Dias, 1970, p. 466).

condições de determinação do custo de produção e da rentabilidade da produção colonial, tanto mais rentável esta, tanto menos importante aquela, aqui se torna o pressuposto da existência, ou não, dessa produção e, assim, condição sem a qual o projeto colonial, como empreendimento mercantil, seria posto em dúvida.

Dar conta dessa realidade, vivenciá-la como cristão ou pagão e operá-la, como padre, mercador ou militar, não terá sido tarefa simples, nem pacífica. Para os agentes coloniais, faltava visão de mundo que acomodasse a consciência nessa nova situação. Mostravam-se inadequadas as estruturas ideológicas dominantes para as novas práticas estruturais. Derivam daí contradições graves, que emergiram, primeiro, na forma de um grande confronto entre religiosos e leigos – entre missões e preações. Depois, os antagonismos forjaram soluções – configuram novos arranjos que garantiram os ajustamentos necessários à continuidade do projeto.

Civilização ou barbárie – eis a questão

“Sei quase nada dos pais dos meus pais. Minha avó por parte de pai, morreu logo, por parte de mãe, também, quando Tio Zezé ainda era pequeno. Não sei como eles vieram parar em São Mateus. Coisa dos antigos...”

Para se avançar nesta matéria, um parêntese para uma digressão teórica. É nossa compreensão que a situação amazônica não se ajusta à frequente esquematização, que, no trato da história do Império Colonial português, ou colocam as instituições religiosas a serviço incondicional da colonização como empreendimento econômico, sua “ponta de lança”, ou absolutizam os antagonismos entre as práticas religiosas nas colônias e os objetivos coloniais da Coroa portuguesa e a política das ordens na Metrópole. Observamos, por isso, as ordens religiosas por um prisma que, se de um lado não as coloca nem contra, nem alheias à colonização, de outro favorece à expectativa de que suas relações com projeto mercantil alterem-se de situação para situação. Como indica Baeta Neves, “[...] variam [...] suas formas de aproximação, aliança, afastamento ou ruptura com setores sociais determinados na colônia e/ou com certas políticas governamentais de colonização” (NEVES, 1987, p. 106).

Em todo o império, uma aliança se cristalizou no amparo político-militar recebido dos Governos Gerais para que a política de catequese indígena tivesse sido viável. Em contrapartida, as ordens religiosas deram apoio ideológico à obra de colonização. Não obstante, há dissenso, desde os primórdios da ocupação efetiva, entre, por exemplo, a política jesuítica relativa ao indígena e a desejada por setores significativos da população (NEVES, 1987).

Nesse quadro, um serviço inestimável das instituições religiosas ao colonialismo foi o de produzir a equivalência ideológica entre empreendimento colonial e civilização e, desta, com a cristianização. Por transitividade, produziu-se uma nova equivalência que, em última instância, divinizava o colonialismo.

Importante aduzir, porém – pois se trata de aspecto central no caso da Amazônia – que essas equivalências não se fazem de forma direta. Elas são mediadas por diversas outras noções necessárias, entre as quais a de que o colonialismo é portador da civilização porque atua na transformação da natureza bruta – os ecossistemas originários, as florestas, os matos, os sertões – vista como espaço vazio, passível da ocupação pelo mal, lugar da desordem, não tocado por Deus, a não ser no momento da criação, domínio do diabo... O colonialismo provê a ocupação desse lugar obscuro, pela agricultura, tornando-o um lugar – aberto, claro, controlado, civilizado – pleno de novos homens ganhos para a verdade de Deus, primeiro pelo trabalho e pela disciplina.

É razoável assumir, isso posto, que as ordens religiosas dão suporte teológico às polaridades ideológicas do projeto colonial, as quais opõem natureza bruta (e homens sem alma a ela associados) à natureza transformada (e os homens cristianizados que a transformam) do mesmo modo que opõem a barbárie à civilização.

Contudo, divergências se sucedem em muitos momentos da ocupação, entre a política jesuítica relativa ao indígena e a desejada por setores significativos da população. No caso da Amazônia, a necessidade de justificar o extrativismo de coleta (i.e., não “transformador”) como obra civilizatória trouxe formas dramáticas de tensão – e, muito importante, inovadores trajetos de solução.

Qual a moral que acomoda compulsão de força de trabalho com o propósito de atuar com, não contra, a natureza bruta, originária? Que formas de compulsar a única força de trabalho capaz de dar conta dos processos necessários à transformação das dádivas da natureza bruta em mercadoria, o índio?

Do pensamento à ação

“Todo dia, cinco horas da manhã... Era Mamãe, Dorila, a Comadre Zelinda e eu que ia cortar seringueira. Conhece uruá? Era o que pregava na seringueira. Às vezes, ficava a semana inteira, indo todo dia cortar a seringueira. Quando era no sábado, tirava toda aquela casca de uruá, aquele alambi. Mamãe [...] ia arrumando tudinho, dava aquele bolão bonito.”

A segunda metade do século XVII foi consumida, no Grão-Pará, em confrontos, teóricos e práticos, em torno dessas questões. Dois caminhos apresentaram-se, num primeiro momento, de forma excludente, em seguida, conformando uma unidade histórica – uma institucionalidade fundamental, o padrão regulatório que garantiu a gênese da economia colonial amazônica.

Duas formas de compulsão da força de trabalho indígena, pois, foram colocadas em prática: uma militar, outra cultural. A primeira representada pela proposta dos colonos leigos da escravização pura e simples do gentio, dos seres sem Deus; a segunda, oriunda do fervor missionário das ordens religiosas, apresentava uma pedagogia deculturadora, uma metodologia de transformação sem dor dos “inocentes” (pois ainda não tocados pela verdade), “pagãos” ofensivamente livres, em homens disciplinados para o louvor a Deus e para os trabalhos da terra, das águas, dos matos.

A metodologia escravista sucumbe ante dois fatos. O primeiro consistiu na verificação de que a atividade extrativa, por se exercer em áreas tão amplas e de conformação tão complexa, dificulta enormemente o controle do trabalhador, sem o que a relação escravista torna-se impossível. A segunda associa-se à verificação da imensa depredação causada nas fontes de força de trabalho pelos instrumentos militares do escravismo. Cálculos de Orlando Costa demonstram que, de 1655 a 1660, em seis anos, portanto, para escravizar 6.700 índios, foram empreendidas “guerras justas”, “resgates” e “preações” que levaram à morte várias centenas de milhares de índios (COSTA, 1969, p. 60).

A violência dos colonos “tange” os índios para as aldeias, criando a força de trabalho da qual se lança mão nas expedições de coleta de “drogas do sertão” – fonte principal das rendas mercantis – e na construção de um aparelho de Estado e de equipamentos religiosos (Pe. João Daniel, v. 1, p. 311-315, 2004).

Montava-se, assim, um curioso mecanismo de formação da força de trabalho que, *in limine*, resultava sob controle do conjunto dos agentes coloniais. As pendengas e querelas entre colonos e padres que emergem em profusão dos documentos da época desviam a atenção deste fato: aparentemente uns contra os outros, ou, melhor formulado, uns contra os outros nos dissensos ideológicos do projeto colonial em lugar e tempo particulares que os interpelavam com novos desafios, os agentes religiosos e leigos, por razões santas, privadas ou da Coroa, agiram de modo que se mostraram complementar, resultando em estruturas operacionalmente convenientes à revisão dos termos do projeto de colonização da região.

Com efeito, as iniciativas privadas dos colonos na obtenção de escravos índios, corroboradas por uma legislação ambígua e por práticas governamentais locais estruturalmente tolerantes, recolocavam continuamente a possibilidade do cativo diante das populações indígenas, que, dispondo da alternativa dos aldeamentos, se submetiam ao controle religioso das missões. Estas, inicialmente, reafirmando seu

papel ciosamente defendido em outros lugares, de proteção dos índios, sonegaram a força de trabalho sob seu controle. E, precisamente, esse é o ponto nevrálgico das contendas.

Mudar é preciso, pá...

“... ela [a mamãe] cortava [seringueira, mas] o seringal não era dela. Ela ia cortar de meia. De dois em dois sábados ela ia levar para repartir. Era meia para quem? Para o dono do seringal. Porque ela não tinha seringal, ela ia cortar no do outro.”

Dois institutos normativos estabeleceram os marcos desta matéria, no conjunto resguardando sua lógica fundadora: o *Regimento das Missões* de dezembro de 1686 e o Alvará de 28 de abril de 1688. O primeiro instituto, formulado com base nas doutrinas de Antônio Vieira e na experiência missionária acumulada ao longo do século XVII no contexto da disputa com os colonos, assentou as regras para a administração dos índios. A par de assegurar a liberdade dos aldeamentos aos indígenas e de garantir a gestão desses estabelecimentos – com o poder temporal e espiritual que continham – às ordens religiosas, o *Regimento das Missões* concedia aos demais agentes da Colônia o acesso à força de trabalho aldeada, tal que 1/3 das disponibilidades fosse concedido aos colonos com licença promulgada pela administração colonial, 1/3 para as necessidades da Coroa e da administração colonial e 1/3 para uso dos próprios aldeamentos e das missões religiosas. O *Alvará* mencionado regulamenta exceções ao quadro geral do *Regimento*, quando autoriza a escravidão de índios prisioneiros de guerra, condenados ao canibalismo ou rebelados por questões religiosas e políticas (ALMEIDA, 1997, p. 156-162).

O produto da aplicação da força de trabalho pelos colonos seria objeto de tributação do Estado, ainda em sua forma física, após o que seu proprietário teria total direito de alienação, podendo decidir livremente sobre as fases subsequentes de transporte (para) e transação no reino (ALDEN, 1974 – Apêndice III).

Cria-se, assim, na colônia amazônica, uma totalidade contraditória particular, um modo de produção, com relações técnicas e sociais próprias, as primeiras caracterizadas pela dominância do extrativismo de coleta; as últimas fundadas na compulsão do trabalho índio, internalizado ao sistema por mecanismos de constrangimento de seu sujeito. O sucesso dos aldeamentos e das missões em congregar cada vez mais gente é a outra face da violência dos colonos escravistas. E, na salvaguarda da ordem colonial como um todo, os indígenas aldeados representavam a fonte de trabalho eficaz, no contexto dado, para o conjunto das atividades da Igreja, do Estado e dos colonos. Tal modo de produção fundou, de fato, a economia colonial amazônica, que se reproduziu por gerações, aguçando, contudo, no desenvolvimento, suas profundas contradições.

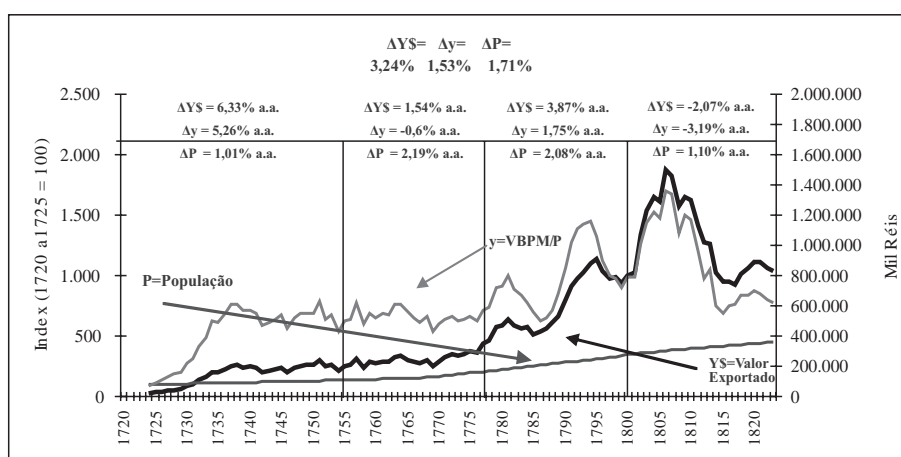
O domínio dos aldeamentos missionários – 1720 a 1755

“Um tempo desse [chuvoso] não dava para cortar [seringueira]. No tempo de chuva, vinha o azeite para juntar. A gente juntava ucuúba para vender. O azeite juntava para cozinhar... Azeite da andiroba. Copaíba não tinha pro sítio. Copaíba é para cá, para a terra firme.”

O modo de produção regulado pelo *Regimento das Missões* e pelo Alvará de 28 de abril de 1688, combinado com a emergência de um novo produto colonial que se pôde encontrar aqui como “droga do sertão”, o cacau, liberou as forças que garantiram um ciclo importante de desenvolvimento. Sua base institucional prevaleceu até 1755 – quando se estabeleceram novas formas de regulação advindas da gestão pombalina.

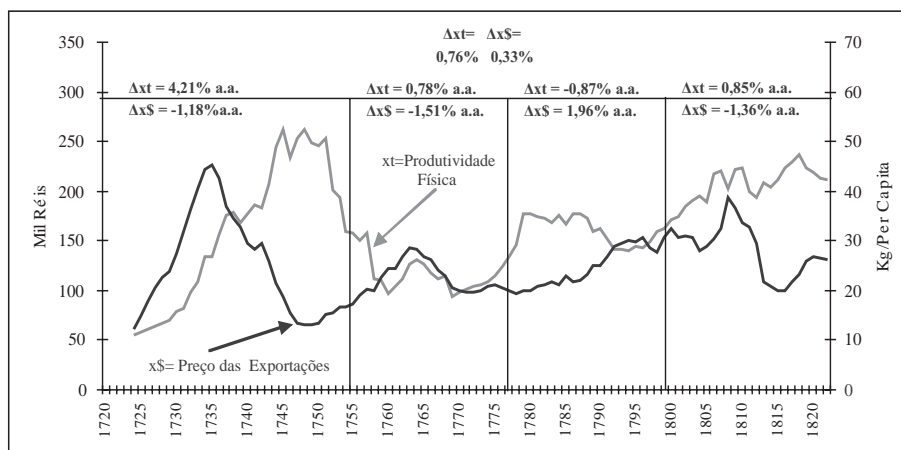
Para a série de 35 anos contínuos desse período dominado pelas missões, entre 1720 e 1755, a taxa média anual de crescimento da economia colonial amazônica representada por seu produto exportado via a metrópole (*Valor Bruto da Produção no Mercado Mundial (VBPM)*, $Y\$$ no Gráfico 1) foi de 6,33% a.a., dos quais apenas 1,02% se explica na variação das condições externas à Colônia expressas nos preços implícitos ($VBPM/Q$, $x\$$ no Gráfico 2). Supondo um crescimento lento, de 1% a.a., da população (P , no Gráfico 1) sob controle do sistema colonial, dadas as dificuldades, mesmo, de assimilação de indígenas, já mencionadas, e os surtos de epidemias importantes, como a de varíola nos anos quarenta (conf. Alden, 1974, p. 32), a forte expansão se deve, sobretudo, à propulsão de um crescimento da produtividade (quantidade exportada, Q , dividido pela população, P , igual a xt , no Gráfico 2) por unidade populacional do sistema, à taxa de 4,21% a.a. Por seu turno, o crescimento subjacente da produção em toneladas – i.e. da expansão da capacidade efetiva do aparato de produção – se fez ao ritmo acelerado de 5,26% a.a., a um preço interno que declinou a -1,18% a.a.

Gráfico 1 – Evolução do Valor Bruto da Produção no Mercado Mundial ($VBPM=Y\$$), em \$000; $Y\$$ per capita ($VAPM/P=y$) e população da colônia (P), em números índices para 1720 a 1725 = 100, Médias móveis quinquênais.



Fonte: COSTA, 2010

Gráfico 2 – Evolução da produtividade física (xt em kg per capita) e dos preços de exportação da Colônia ($x\$$ em \$000) de 1720 a 1820 (Médias móveis quinquênais)



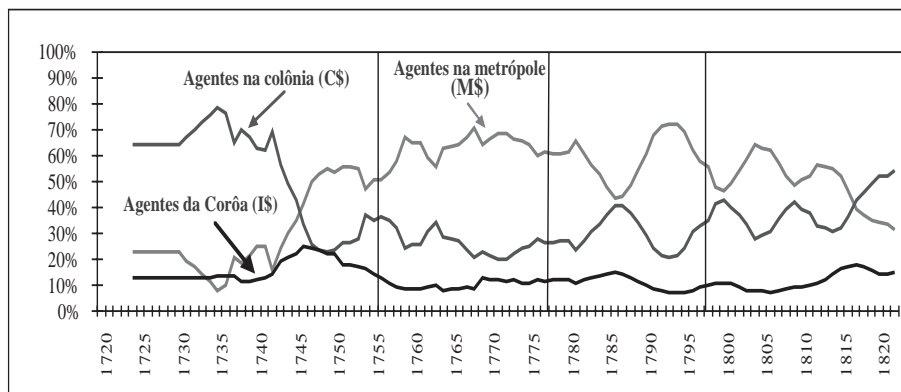
Fonte: COSTA, 2010

Nesse ponto, cabe distinção entre três fases do período. A fase inicial corresponde a um movimento fortemente crescente dos preços de 1720 até 1735, com a quantidade exportada reagindo correspondentemente somente na segunda metade dos anos vinte. Quantidade e preço nesse período apresentam uma *Correlação de Pearson* positiva e mediana, de 0,6996, e a primeira variável apresenta elasticidade superior a 1: isto é, para cada 1 ponto percentual de variação no preço, a quantidade cresce a 1,56 pontos percentuais. A partir daí, tem-se uma nova fase, na qual os preços internos iniciam um processo de redução contínua, não correspondida diretamente pela quantidade exportada, que, ao contrário, mantém tendência de crescimento baseado em incremento da produtividade, até 1750. A *Correlação de Pearson* é agora negativa (-0,7733), assim como a elasticidade da quantidade (crescimento a 2,5% a.a.) em relação ao preço (a -6,6% a.a.). Por fim, nos últimos cinco anos, a quantidade cai rapidamente (-6,5% a.a.) para os preços indicando ligeira recuperação (1,6%).

Visto o conjunto dos movimentos, tem-se que a rigidez inicial da produção deu lugar a uma desvolta expansão da quantidade exportada. Inicialmente, o crescimento seguiu indicação direta dos preços, os quais induziram a expansão da produção por incrementos sistemáticos na produtividade – derivados do aprendizado para aproveitamento das possibilidades do *Regimento das Missões*. Por essa via, os agentes da Colônia fizeram valer as oportunidades oferecidas por níveis de remuneração e preço jamais atingidos. Posteriormente, esses agentes, usando e aprimorando os fundamentos produtivos que construíram na primeira fase, sem precedentes na Colônia, fazem crescer a quantidade exportada, compensando, assim, na receita, a redução nos preços. O resultado final é um crescimento da produção física mais que proporcional ao crescimento da receita. E, dado que a tributação é feita sobre a base física, um crescimento também mais que proporcional das receitas do Estado.

Ademais, os preços internos à Colônia se movimentam, nessa fase, de acordo com o movimento dos preços no mercado mundial, porém em ritmos distintos: quando crescem, os preços internos crescem mais rapidamente que os externos, levando a uma queda na taxa de formação de valor adicionado na Metrópole e uma redistribuição dos resultados totais em favor dos agentes internos à Colônia; quando caem, os preços internos o fazem mais rapidamente que os externos, provocando movimentos inversos, agora em favor da formação de valor adicionado na Metrópole e os agentes que o compartilham. As diferenças se expressam nas taxas de crescimento do período como um todo, a do valor adicionado na Metrópole, 10,57% a.a., a do valor retido como impostos, 8,19% a.a., e a do valor retido pelos agentes da Colônia, 3,33% a.a., levando a que, no final, se verifique uma inversão das posições relativas – a participação dos agentes internos à Colônia, que era de 70% do valor gerado pelo empreendimento no início do período, passa a ser algo em torno de 30% no final; a participação dos agentes na Metrópole, por sua vez, saiu de 25% para se situar em torno de 55%, e o Estado (a Corôa e seus agentes) melhora sua posição para algo próximo de 15%, quando fora 10% no início (ver Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução da participação relativa dos diversos conjuntos de agentes fundamentais na economia colonial 1720 a 1820: % de Y\$. Médias móveis quinquenais.



Fonte: COSTA, 2010.

A Colônia do Grão-Pará no período das Reformas Pombalinas (1755-1777)

“Mamãe tinha um tacho grande, assim, de cobre. Naquele tacho ela cozinhava [por quarenta dias] o azeite para tirar da casca. Ela botava aquele azeite para a gente pisar e depois fazer aquelas bolas e arrumava tudo naquela tábua alta. Ali ia escorrer o óleo. Quando a massa tá boa escorre quase uma lata de óleo por pisada. Porque 500 kg de azeite tinha que dar 5 latas de óleo. Cada 100 kg era uma lata. Quando não dava, tava no prejuízo.”

O marquês de Pombal enviou, em 1750, ninguém menos que seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para governar a colônia amazônica, a qual, após um período de rapidíssimo crescimento, apresentara, nos últimos cinco anos, uma fase de lento andamento e produtividade constante. Nos primeiros cinco anos da gestão de Mendonça Furtado, com os preços em recuperação na Europa, cresce a rentabilidade – externa e interna, a primeira mais rápido que a segunda, criando um *lag* favorável à posição dos atores na Metrópole. A produtividade física, entretanto, entra em declínio, arrastando a produção que, em 1755, atinge o nível mais baixo desde 1730.

Mendonça Furtado tomou contato com a crise naquilo que lhe dizia respeito mais de imediato: as finanças públicas, afetadas pela redução da base fiscal que era, como já mencionado, a quantidade produzida. Na indigência dos cofres públicos, o gestor via limites sérios à execução da política de segurança que lhe competia na missão de elevar os níveis de garantia da conquista. A tarefa exigia, a um só tempo, estabelecer com clareza os limites territoriais da Colônia, elevar sua fortificação militar e adensar seu povoamento. Sobre a economia, fundamento de tudo o mais, apresentou um diagnóstico em que a situação presente é dramaticamente relatada:

[...] Este Estado, e principalmente esta Capitania, se acha reduzido à ínfima miséria; todos os seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam alguns gêneros; a maior parte conserva algum índio escravo para ir buscar ao rio ou ao mato o miserável sustento cotidiano com o que passam pobrissimamente metidos em uma choupana a que eles chamam de rocas (Mendonça Furtado, apud MENDONÇA, 1963, TI, p. 145).

Situação atual tanto mais consternadora, quando comparada a um passado promissor: “[...] Ultimamente, mano, é necessário assentar em dois princípios certos, claros e evidentes. O primeiro, que este Estado se fundou, floresceu e nele se estabeleceram infinitos engenhos e plantações [...]. Depois [...] tudo se arruinou, confundiu e finalmente se reduziu a nada” (Mendonça Furtado, apud MENDONÇA, 1963, TI, p. 84).

A oposição agricultura versus extrativismo reavaliada

“Só a mulherada [cortava seringueira]. Os homens iam para o cacoá, roçar, apanhar cacau. Era só os homens que iam apanhar. Eles tinham aquele paneiro grande que botavam aqui nas costas, uma vara grande com um negócio, assim, na ponta que eles encaixavam o cacau e o terçado. Caia [o cacau] e eles metiam com a ponta do terçado e jogavam dentro do paneiro. Tinha apanhador de apanhar trinta paneiros, num dia.”

Em conjunto, a avaliação de que uma “florescente” agricultura teria sumido, dando lugar ao “nada” – ou ao caos da economia extrativa –, parecia ser explicação suficiente para a crise. Eram três os pontos centrais do “sistema”, que, para Mendonça Furtado, teriam ensejado mudança tão drástica e estariam subjacentes aos problemas da Colônia: o controle da força de trabalho indígena pelos religiosos; “a perversão” dos religiosos pela riqueza associada ao extrativismo e a autonomia das ordens religiosas perante o Estado.

O controle da força de trabalho índio pelos religiosos teria levado a dois males: legara aos padres a possibilidade de se tornarem senhores dos matos, das “drogas do sertão”, colocando-os diante de uma tentação que os impedia de cumprir suas verdadeiras funções, entre as quais se destacaria a de preparar mão de obra para a agricultura. Veja-se, por exemplo, o que contém a citação seguinte: “[...] a maior parte dos índios, sem outra doutrina ou cultura mais do que a de saberem *tratar mal das fazendas*, aprenderem alguns ofícios para utilizarem as religiões, e serem insignes em extrair drogas do sertão, que é o que são com todas as forças obrigados” (Mendonça Furtado, *apud* MENDONÇA, op. cit., p. 78, *itálicos meus*).

Esse ponto é importante nas considerações de Mendonça Furtado, já que é a base para a organização de outra noção que configura o segundo dos grandes males do controle da força de trabalho indígena pelos religiosos: a de que a agricultura não se desenvolveu (ou tivera seu desenvolvimento bloqueado) porque baseada na força de trabalho indígena, pouco produtiva, pois mal treinada, livre e indisciplinada. Os problemas da agricultura residiriam, assim, na inadequação (reforçada pela displicência das ordens) da força de trabalho.

*[...] Toda esta gente é ignorante em ínfimo grau, imagina que toda sua fortuna lhe há de vir dos sertões [...] aprisionando índios, com os quais se propõem fazer grandes progressos em suas fábricas e lavoura. [...] Nas conversações [...] lhes vou dizendo [...] que os negros são melhores trabalhadores que os índios, e que eu espero vê-los por este modo remidos (Mendonça Furtado, *apud* op. cit., p. 260).*

Extrativismo é perversão – eis a questão

“Olhe, julho, agosto, setembro, outubro. Já novembro é chuvoso para cortar seringa. Era novembro, dezembro, esse tempo era tempo do cacau. Chegava em casa [...] aquele cacau todo. [A gente] colocava num cesto para escorrer o caldo para botar no sol. A casca amontoava para queimar [...] para fazer sabão. Aquela cinza que dava. Mamãe tinha o tacho grande... Uma lata de azeite, de óleo do azeite naquela cinza, dá às vezes três arrobas, era 100 lt. Às vezes até mais. Mamãe fazia [sabão] para o tio Zezé, irmão dela. Ele vendia. Ele trazia, olhe, daí do Tocantins, muru-muru, 10, 12 caixas. Ai deixava lá para a mamãe e ela secava [e] nós ia quebrar. Quebrava para tirar aquela amêndoa para dar para ele. Ele trazia milho para a gente debulhar. Era antes de chegar no Tucuruí, [...] onde ele fazia essas compras dessas miudezas”

A perversão dos religiosos pela riqueza associada ao extrativismo os legava, assim, dupla condição, ambas negativas aos olhos de Mendonça Furtado. Tornavam-nos opositores do desenvolvimento agrícola e opositores dos colonos, vassallos de Sua Majestade que, bem ou mal, significavam a real presença de domínio nesses ermos. Neste ponto, Mendonça Furtado é severo.

*[...] Não há circunstância alguma que deixe de capacitar-me que este poder que se deu aos regulares sobre os índios foi a rede mais sutil que podia inventar o Demônio, não só para assolar os povos, mas para perder as almas, e converter em lobos aqueles homens que os nossos Augustíssimos Monarcas, com o zelo cristianíssimo, deputaram para os padres, os quais prevaricaram inteiramente, depois que gastaram o tempo que deveriam empregar em converter almas, em cuidar o modo que deveriam ajuntar tesouros, cujo vício leva atrás de si todos os outros que se lhe peguem por natural consequência [...] (Mendonça Furtado, *apud* op. cit., p. 260).*

Em resumo, a autonomia das ordens religiosas perante o Estado e as demais instituições coloniais na Amazônia teria estabelecido o “fato”² de que os religiosos dominavam o principal da economia regional. O fato de serem dispensados de pagar impostos limitava a capacidade do Estado em adquirir meios essenciais aos seus fins. Além disso, sendo o sistema dos aldeamentos praticamente autárquico, com divisão do trabalho interna e canais próprios de comercialização na Corte, as “religiões” recolhiam “[...] nas comunidades todo comércio que deveria girar na Praça, e com que deveram enriquecer-se aqueles homens, que nele traficam com tanto lucro do público e da fazenda real” (Mendonça Furtado, *apud op. cit.*, p. 145).

A solução para desarticular o “sistema presente”, o qual “[...] enquanto se conservar, por mais tesouros que S. Maj. despenda, não será possível nunca que floresça este estado, porque, como os regulares são senhores do comércio e dos povos, quanto mais dinheiro vier, tanto mais engrossarão os cofres das religiões, que hão de ser sempre senhores dos cabedais que giram” (Mendonça Furtado, *apud idem*), foi sugerida já em carta de 18 de janeiro de 1753. Ali se propunham dois conjuntos associados de medidas econômicas e políticas. As medidas econômicas se enfeixavam no propósito de restabelecer o modelo agrícola colonial, fundado no trabalho escravo negro. Aqui desempenharia papel fundamental uma “companhia de comércio” que monopolizasse as relações mercantis da Colônia – transportando e vendendo seus produtos (resolvendo o problema da escassez de transporte) e transportando e vendendo os meios de produção necessários (resolvendo o problema do principal da aquisição de meios de produção, sobretudo o escravo africano). O suposto explicitado é o de que, com o negro africano, se fará a agricultura propriamente colonial.

Contudo, os índios deveriam ser persuadidos do valor da agricultura para as necessidades internas da colônia:

[...] quanto lhes será útil o honrado exercício de cultivarem as suas terras; porque por este interessante trabalho não só terão os meios competentes para sustentarem com abundâncias suas casas, e famílias; mas vendendo os gêneros, que adquirirem pelo meio da cultura, se aumentarão neles os cabedais à proporção das lavouras, e plantações (O Diretório, apud ALMEIDA, 1997, p. 195).

Tal propósito se combinava, aliás, com as medidas geopolíticas que diziam respeito à decisão de povoar a Colônia com os povos nela originados. Aqui, vigoraram medidas de emancipação formal dos índios aldeados e da utilização sistemática da miscigenação como instrumento de política populacional colonial.

Essa estratégia fundamentará o conjunto de normas do *Directorio, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão*, assinado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, em 3 de maio de 1757, e aprovado no Reino pelo Alvará de 17 de agosto de 1758. O *Directorio dos Índios*, como ficou conhecido esse estatuto, sistematizou uma série de alvarás e decretos expedidos desde a chegada de Mendonça Furtado, acrescentando as regras de fundação, funcionamento e gestão da nova estrutura em que deveriam se transformar os aldeamentos. Assim, confirmou a liberdade indígena decretada pelos Alvarás de 6 e 7 de junho de 1755 (DOMINGUES, 2000, *op. cit.*, p. 69); transformou os aldeamentos em comunidades civis administradas por funcionários – os diretores –, aos quais competiam, inclusive, as operações de descimento; confiscou e redistribuiu a agentes coloniais, militares e famílias reinóis os bens das ordens religiosas, suas fazendas e rebanhos de gado; incentivou a miscigenação, incorporando o Alvará de 4 de abril de 1755, no qual se decretava “que os luso-brasileiros casados com índias não deviam ser discriminados, mas antes dignos do favor real” (DOMINGUES, *idem*, p. 72); regulamentou o uso e o pagamento da força de trabalho tutelada nos diretórios,

2 A condenação das atividades econômicas dos missionários não foi original em Francisco Xavier e Mendonça. Havia um século, as acusações de que os religiosos dominavam a economia colonial repetiam-se. Segundo Alden (1974, p. 33-36), por duas vezes a Coroa mandou investigar tais acusações, sempre com resultados negativos: os religiosos tinham, sim, uma produção, nunca sequer próximo do que se cogitava. A nossa opinião a respeito é de que a posição dos religiosos era extremamente privilegiada em relação a um suposto vital da economia regional. Isso lhes dava uma condição de favorecimento no uso desse fator, naturalmente utilizada no atendimento das necessidades das missões como sistema, como estrutura material. Esse uso, entretanto, poderia ter formas muito diversas – e igualmente importante – do emprego na coleta das “drogas do sertão”. Os aldeamentos poderiam muito bem estar negando trabalhadores às expedições de coleta para aplicá-los na construção de seminários ou em atividades quaisquer que permitissem o desenvolvimento do conjunto dos aldeamentos. Enfim, um estudo ainda está por ser feito que permita dar conta dessas questões.

mantendo basicamente as regras de repartimento tripartite entre administração colonial, Igreja e colonos – nesse caso, mantendo a possibilidade, também regulamentada, da busca das “drogas do sertão” e indicou os passos para o desenvolvimento em geral, e da agricultura em particular – desde um amplo programa de educação, do que fazia parte desde a formação de hábitos de trabalho sedentário até a indicação de espécies silvestres a ser preferencialmente amansadas e de culturas que deveriam ser vistas como promissoras.

Além das normas do Diretório, que atuavam diretamente nas relações de produção, técnicas e sociais, a gestão pombalina interferiu na estruturação das relações de comércio através da criação da *Companhia de Comércio do Grão Para e do Maranhão*, fundada em 6 de junho de 1755, com direitos totais de monopólio sobre o comércio de mercadorias, entre as quais os escravos africanos.

O movimento de ideias e o vigor das ações implementadas no período em foco têm colocado, para a historiografia, expectativas de desenvolvimento econômico, no que se refere: 1) ao crescimento e seus fundamentos mais abstratos – se indica mais produção e produtividade; 2) às mudanças estruturais da economia da Colônia – se indica revitalização da economia e estabelecimento da agricultura na base produtiva da Colônia, de modo que o crescimento da Colônia deveria se fazer através do crescimento da sua componente agrícola a partir do reforço a *plantation* com base em escravos negros e da formação de um estrato camponês; 3) o desenvolvimento comercial que se espera da Companhia de Comércio deverá estar a serviço desses propósitos e, como tal, ser percebido como base da melhoria dos intercâmbios da Colônia com o resto do sistema.

Vejamos, à luz dos nossos resultados, um a uma dessas proposições.

Sobre o crescimento econômico e seus fundamentos

Nos primeiros 22 anos de vigência do Diretório até o encerramento das atividades da Companhia de Comércio, a economia colonial amazônica teve crescimento modesto de 1,54% a.a. A produção cresceu a taxas de 2,99% a.a., mais como um resultado do crescimento da população a 2,19% a.a. que pelo incremento da produtividade que se fez a meros 0,78% a.a.

As relações externas fizeram-se sob a égide de preços declinantes a -1,41% a.a. no mercado mundial, tendência que, mediada pela nova institucionalidade da qual a Companhia é a referência fundamental, se refletiu em queda mais rápida no interior da Colônia, a -1,51% a.a. De modo que, houve melhora nas condições de formação do valor adicionado na Metrópole, que cresce a 1,66% a.a., o dobro da dos agentes internos à Colônia: 0,82%. Por seu turno, o crescimento da parcela dos impostos se faz à taxa de 2,85% a.a. – a maior entre todas (ver Gráfico 1 e 2).

A intenção de implantar, enfim, uma economia de base agrícola

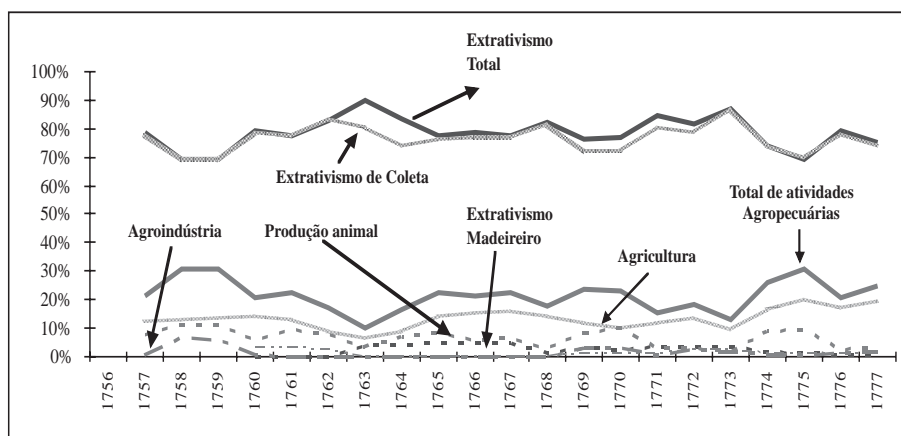
“As mulheres cortavam as amêndoas de cacau? Cê sabe que mulher é meio esperta. Elas mesmas sentavam e cortavam. Cê sabe o que [elas] faziam? Vinha uns cacau com uma banda assim preta: [...] por dentro tava meio escura a massa. Tirava aquelas sementes tudo e lavava, botava no sol, deixava secar. Ai ia torrar para fazer o chocolate. Fazia aqueles pão, assim. Depois [era] só raspar, assim, para fazer aquele chocolate para beber. Esse era só para comer. Era só o bom que vendiam.”

É recorrente a menção aos esforços da gestão pombalina na aquisição de escravos negros e na introdução de variedades novas de produtos agrícolas, como arroz e algodão, no Grão-Pará. Não obstante, merece tratamento a constatação de que a produção regional manteve nesse período o perfil herdado do período anterior, no qual se verifica a dominância do extrativismo de coleta. Mais precisamente, o valor dos produtos do extrativismo de coleta cresceu no período a 1,44% a.a. ao passo que o da agropecuária cresceu em ritmo um pouco menor, de 1,23% a.a.

A rigor, as atividades agrícolas iniciam o período de vigência do monopólio da Companhia com participação importante, de 30%, no valor da produção da Colônia. Essa proporção cai até meados dos anos sessenta, quando se aproxima de 10%. A partir daí, recupera-se até atingir o patamar dos primeiros anos do período. A produção agrícola processada na Colônia, como o açúcar e a aguardente, que apresentara relativa importância no início do período, perdeu significado ao longo do tempo. A produção animal, por sua vez, cresceu em importância, apesar de lentamente.

Por outro lado, se desdobramos as atividades do extrativismo em extrativismo de coleta (as “drogas do sertão”) e madeireiro, o primeiro tem dominância quase completa (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Participação relativas das diversas atividades nas exportações da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportado)



Fonte: DIAS, 1970, p. 316-360. Observação metodológica: Tomaram-se as informações anuais fornecidas pelo autor, produto a produto, por tipo de rubrica, se “Companhia” ou se “Colonos”, e formou-se um banco de dados próprio, tabulado com os recursos do SPSS. Por isso, os valores agregados apresentam diferença em relação ao próprio trabalho fonte, em várias situações por equívocos de soma. Tivemos o cuidado de, nessas situações, cotejar com outras fontes, principalmente Carreira (1988).

Da intenção contrariada, a gestão de estruturas

“[As sementes claras de cacau] eram secas, bem secas, para vender. Tinha o Manoel Bacha que tinha comércio, tinha o sogro do Tio Seri, que tinha comércio. Ai eles iam fazendo as vendas, as trocas. Troca com a mercadoria, né? Trocavam açúcar, café, um feijão... Pouco dinheiro rodava. Dinheiro vivo, era pouco. Mais troca...”

Os dados do período nos permitem observações importantes sobre a estruturação da base produtiva. Primeiro, há indicações muito fortes da existência e do crescimento de uma estrutura de produção relevante na Colônia, além da representada pelos colonos escravistas e pelos Diretórios. É o que informam os resultados da Tabela 1, quando adequadamente observados.

Manuel Nunes Dias (1970), em monumental trabalho que relaciona produto a produto, ano a ano, os embarques em Belém da Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, rotulou as mercadorias pelos seus titulares, separando-as em dois tipos: àquelas adquiridas pela própria empresa atribuiu à categoria de “Companhia” e às outras atribuiu a categoria de “Lavradores”, correspondente aos agentes que vimos designando de “Colonos”. Numa primeira verificação, constata-se uma diferença muito grande entre o

primeiro quinquênio e os demais na participação relativa desses grupos: de aproximadamente 51% e 49%, respectivamente, a “Companhia” passa para proporções em torno de 85%, e os “Colonos”, 15%. O próprio Manuel Nunes Dias esclarece a diferença por viés de conduta dos “Colonos”, os quais, favorecidos por uma carta régia que lhes facultava o direito de consignar sua produção exportável a seus comissários do reino, na forma do que dispunha o parágrafo 27 do estatuto da Companhia. Os “Colonos” “[...] transformaram o favor régio numa artimanha, porquanto, debaixo de seus nomes puderam os corretores particulares fazer o comércio de gêneros em evidente prejuízo da Companhia, sem que a Junta da Administração conseguisse averiguar e atalhar o contrabando” (DIAS, 1970, p. 363). A pedido da Companhia, em 26 de fevereiro de 1760, estabeleceram-se normas para que apenas a produção dos Colonos passível de comprovação fosse aceita.

Tabela 1 – Participação dos titulares das cargas assumidas em Belém pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, 1755 a 1777 (\$000 e % do total)

Titulares das Cargas	1756 a 1760		1761 a 1765		1766 a 1770		1771 a 1777	
	\$000	%	\$000	%	\$000	%	\$000	%
Companhia	190.595,45	49%	477.794,39	86%	350.965,35	90%	730.544,85	86%
Lavradores/Colonos	200.679,30	51%	79.264,95	14%	37.109,76	10%	123.171,58	14%
Total	391.274,74	100%	557.059,34	100%	388.075,11	100%	853.716,43	100%

Fonte: Ver fonte e nota metodológica do Gráfico 4

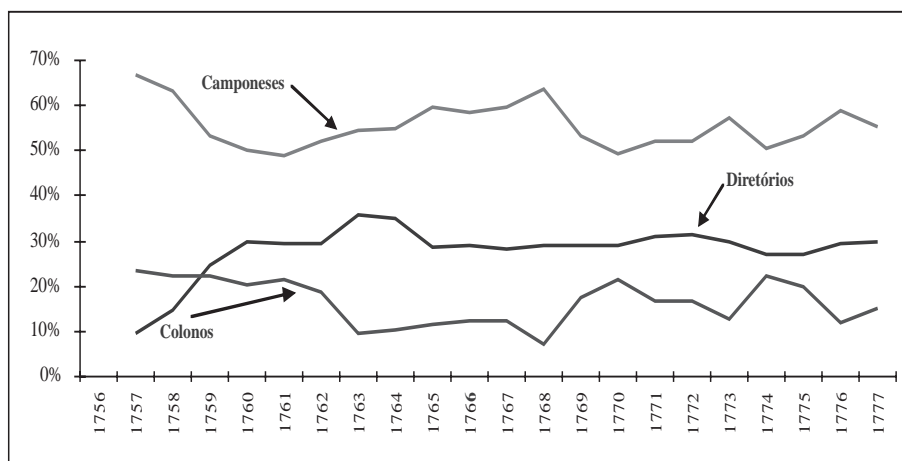
Daí, as seguintes ilações: a) a produção embarcada até 1759 sob a titularidade da “Companhia” provinha das estruturas produtivas que disso não poderiam se furtar, os *Diretórios* – estruturas que, como ex-aldeamentos, não obstante sua recente designação civil de vila e lugar, continuavam, como bem anota Azevedo (1930, p. 340), sob estrita tutela da administração colonial –, e expressam, por isso, o peso relativo mais próximo do real que se pode mensurar, desse segmento na produção exportável total da Colônia; b) a estrutura produtiva dos *colonos* de origem europeia, dependentes do trabalho escravo negro, na agricultura, e da repartição do trabalho dos índios aldeados, no extrativismo, fortalecida no período pela chegada de novas levas de casais açorianos, pelo financiamento na aquisição de escravos e pela absorção das fazendas das ordens religiosas (AZEVEDO, idem), terá seu peso real expresso nos quinquênios pós-1760, quando só puderam transacionar a própria e efetiva produção; c) montaram-se duas estruturas de transação no período: até 1759, “corretores particulares” fizeram dos “Colonos” seus intermediários, driblando a Companhia; a partir daí, esses mesmos agentes fizeram da “Companhia” a intermediação necessária para acessarem o mercado mundial e d) se existiram “corretores particulares” que intermediavam produtos, quer dizer, se existiram estruturas mercantis internas à Colônia, existiram necessariamente produtores das mercadorias que intermediavam, os quais não se ajustavam nem nas estruturas dos *Diretórios* nem nas dos colonos.

A participação desses *produtores invisíveis* pode ser mensurada, posto que igual a dos “corretores particulares” no eufemismo de Manoel Nunes Dias, aos quais atribuiremos a condição de *comerciantes não reconhecidos*, estes constituindo o outro polo de um par estrutural com os *produtores invisíveis*. A parcela intermediada por esses *comerciantes não reconhecidos*, precisamente igual a dos seus supridores, os *produtores invisíveis* da Colônia, terá sido igual ao total exportado, menos a produção dos *Diretórios*, menos ainda a verdadeira produção dos Colonos. A produção dos *Diretórios* até 1760 é igual ao que foi exportado sob a rubrica “Companhia”. A partir de 1760, é igual à percentagem média da rubrica “Companhia” no total da produção exportada até 1760 – sublinhe-se, a participação histórica conhecida dos *Diretórios* no total da exportação – vezes o total da produção exportada dos anos posteriores a 1760. A verdadeira produção dos Colonos será, após 1760, o que foi exportado sob a rubrica “Colonos”; antes de 1760, a participação relativa média da rubrica “Colonos” no total da produção exportada, após 1760, vezes o total da produção exportada dos anos anteriores a 1760.

Aplicado esse algoritmo ao nosso banco de dados (observação metodológica do Gráfico 4), chegamos ao resultado apresentado nos Gráficos 5 a 8.

Um primeiro resultado é o de que, acima da metade da produção da Colônia, ao longo do período pombalino, não se explicaria pelas estruturas, produtiva e comercial, “oficiais” da Colônia (Gráfico 5). Isso dá uma indicação robusta da importância dos *produtores invisíveis*, os quais entendemos constituir um *campesinato* – uma estrutura de produção rural baseada em unidades familiares nucleadas.

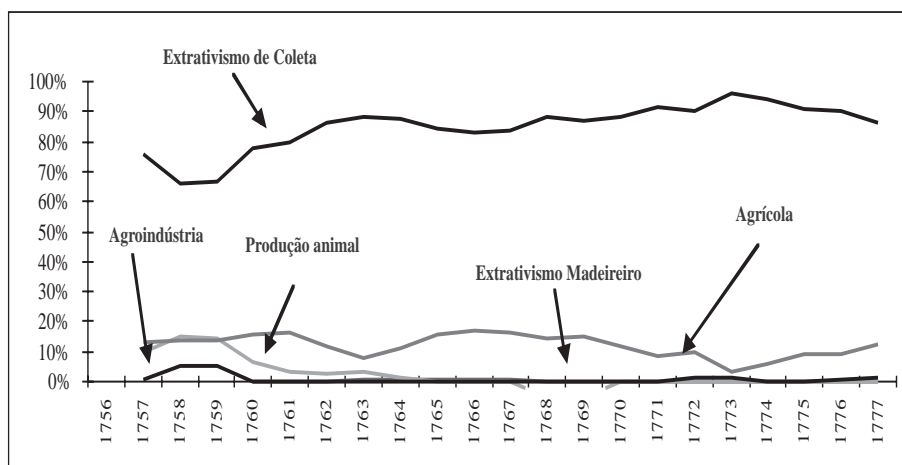
Gráfico 5 – Participação relativa das diversas estruturas produtivas da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do valor exportado total, médias móveis bianuais)



Fonte: Ver fonte e nota metodológica do Gráfico 4

Todavia, não se trataria de um campesinato agrícola, como indica Ciro Flamarion Cardoso: a produção exportada a ele atribuível é basicamente derivada de extrativismo de coleta, cujo valor cresceu, ademais, a 2,3% a.a., de modo que sua expressão cresce no período de aproximadamente 70% para algo próximo de 90% no valor da produção total desses produtores. A produção agrícola exportada associada a esse campesinato, por seu turno, deverá ter decrescido a -3% a.a., de modo que sua participação na exportação total do final do período ficou em torno 9% (Gráfico 6). Denominamos esses camponeses de camponeses-caboclos (COSTA, 1989).

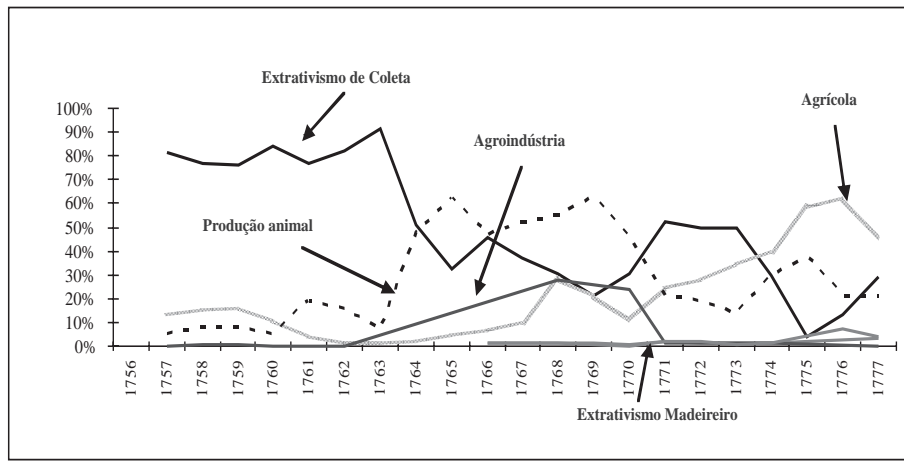
Gráfico 6 – Participação relativa das diversas atividades na produção exportada dos camponeses da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total exportado, médias móveis bianuais)



Fonte: Ver fonte e nota metodológica do Gráfico 4

Por sua vez, o perfil da produção dos colonos altera substancialmente no período pombalino: os produtos agrícolas *in natura*, que pouco representavam no início do período, chegam ao final com participação próxima de 50%, resultado de um forte crescimento de 10,7% a.a.; a produção animal cresce notavelmente a 7,3% a.a, chegando a representar algo próximo de 20%; a agroindústria teve um momento importante no meio termo, mais caiu a quase nada no final do período – o contrário da produção madeireira exportável que cresceu precisamente nessa fase final; o extrativismo de coleta, por seu turno, caiu sistemática e fortemente a -9,1% a.a, na pauta produtiva desse segmento da produção colonial por todo o período em questão (Gráfico 7).

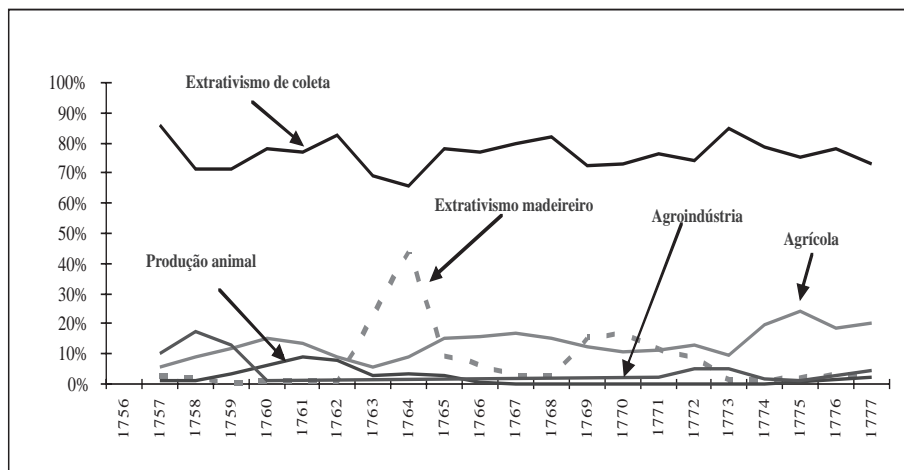
Gráfico 7 – Participação relativa das diversas atividades na produção exportada dos colonos, da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total, médias móveis bianuais)



Fonte: Ver fonte e nota metodológica do Gráfico 4

No que refere aos Diretórios, a participação do extrativismo de coleta se manteve em torno de 70%, e a agricultura aumentou sua expressão, chegando sua participação nos últimos cinco anos a 20%. Notável o desenvolvimento do extrativismo madeireiro que, não obstante as fortes oscilações, se fez presente de modo importante em vários subperíodos (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Participação relativa das atividades na exportação dos Diretórios da Colônia do Grão-Pará, 1755 a 1777 (% do total, médias móveis bianuais)



Fonte: Ver fonte e nota metodológica do Gráfico 4

A Colônia do Grão-Pará após Pombal (1778-1722)

“Quem tinha um cacoá avortado, era mais forgado, né?”

Há dois subperíodos a tratar após a gestão do marquês de Pombal. O primeiro se estende do final do reinado de D. José I e o imediato fechamento da Companhia de Comércio do Grão-Pará e do Maranhão, em 1778, até a extinção dos Diretórios, em 1798. O segundo subperíodo seguirá de 1799 até o final do período colonial, em 1822.

Do fim da Companhia ao fim dos Diretórios – 1777 a 1789

“Tinha os pescadores [da ilha]. Papai tinha os lugar onde ele fazia a tapagem e pegava só curimatã... A tapagem faz hoje e amanhã tira o pari de lá. Tinha lugar lá que só pegava pacu, esse pacu assim, redondo. Tinha lugar, que era só aquele acari pacu, aquele acari vermelho, que você põe numa panela e cozinha, fica muito bom. O açaí era importante para a gente beber. Em casa tinha árvore que ficava de 3, 4 cachos pretos [...] que era só para a gente beber. Tirava, amassava, fazia aquele vinho que era uma beleza. Todo dia tinha aquele açaí... Eu subia, com a peconha, e tirava açaí... Tia Ana subia – Ah! Num tinha novo que ganhava daquela velha.”

Os primeiros cinco anos da gestão pombalina, nos quais se forjaram as reformas que marcaram os tempos seguintes, foram anos de crise de um sistema que já tinha história, que já seguia um trajeto no qual mostrara seu potencial na perspectiva do Império Colonial. As reformas pombalinas não ocorrem para, *enfim*, montar uma economia extrativa, como sugere Almeida (1997, p. 227-235). Fizeram-se para superar o que se conseguia ver dos gargalos revelados por momento crítico daquela economia, que, não obstante estranha, posto que baseada em extrativismo, já tinha um passado do qual o presente era dependente. Na busca de superação, aí sim, procurou-se validar um projeto institucional de “criação” de uma agricultura eficaz – uma retomada do projeto agrícola civilizatório dos primórdios da Colônia, com nuances novas que abrigavam um campesinato.

Como parte da estratégia, tomaram-se medidas que incentivavam a miscigenação na constituição de famílias nucleadas, as quais aceleram a criação de um número crescente de famílias com dupla característica, a saber: elas detinham o conhecimento índio da natureza circundante e, ao mesmo tempo, se reproduziam atendendo às necessidades e aos valores europeus. Tais famílias – nem índias, nem brancas: caboclas – têm endogenamente as condições de conhecimento para viver e produzir fora dos Diretórios, fora, portanto, do controle do sistema produtivo vigente. Pois, ao contrário das famílias dos colonos brancos, elas poderiam lidar sem dificuldades com o meio ambiente e, por outra parte, só com muita dificuldade poderiam viver sem mercadorias europeias. Com tais atributos, essas seriam famílias que poderiam reproduzir-se apenas do trabalho dos seus membros – essa reprodução pressupondo, todavia, a sua inserção, como unidade irreduzível e nuclear, no mundo da mercadoria. Tudo leva a crer que, a partir daí, se pode falar de um campesinato em formação, típico amazônico, que veio a se estabelecer como o campesinato-caboclo próprio da região.

A esse campesinato-caboclo atribuímos a produção exportável não explicada nem pelos aldeamentos nem pelos Diretórios, nem tampouco pelas unidades produtivas escravistas dos colonos brancos. Ademais, a colocação dessa produção no mercado pressupõe uma classe mercantil gradativamente formada na Colônia, originária de uma mistura de colonos, funcionários, militares e aventureiros, os quais puderam se colocar como concorrentes diante do sistema de monopólio oficial porque existia uma produção livre, a produção camponesa-cabocla, que não poderia ser controlada pela Companhia na fonte. Assim, camponeses-caboclos e comerciantes locais (regatões e aviadores) se desenvolveram como uma unidade estrutural – parte do mesmo processo evolutivo ao longo da segunda metade do século XVIII, vindo a se tornar a base da economia extrativa a partir de então.

Tabela 2 – Participação dos ex-Aldeamentos nas exportações totais de cacau em anos escolhidos (em libras)

Ano	Ex-aldeamentos (A)	Total das exportações (B)	(A)/(B)
1761	209.648	1.153.888	18%
1764	222.985	1.045.839	21%
1768	386.834	1.311.171	30%
1769	215.047	-	-
1770	101.363	1.639.977	6%
1771	109.801	1.233.387	9%

Fonte: Alden (1974, p. 53-60). Tabulação do autor

Assim, o período pós-pombalino conta com a estrutura produtiva dos *Colonos*, dos *Camponeses-Caboclos* e dos *Diretórios*, estes últimos em nítida decadência, conforme se pode deduzir da Tabela 3. Da diluição dos *Diretórios* se alimenta a expansão da estrutura camponesa, em processo que João Lúcio D’Azevedo viu assim: “[...] em decair progressivo foram os antigos estabelecimento dos regulares, sob o regime laical, arrastando uma lamentável existência, até aos derradeiros anos do século [XVIII]. [...] Povoavam-se os matos de trânsfugas, enquanto os lugares da habitação ficavam ermos” (AZEVEDO, 1930, p. 377).

Regatar é preciso, su mano...

“Olhe, Tio Zezé não teve o estudo que agora o pessoal tem. Aprendeu a contar sozinho, com bago de cacau. Primeiro ele andou numa canoinha. Ele comprava aí pra cima, era milho, era arroz, tudo ele trazia para vender, né? Depois ele foi pro Muiraba, uma ilha acima da Vila do Carmo. Lá ele fez uma casa, lá ele abriu um comércio muito grande. Tinha dois iates. Ele comprava borracha, era o cacau, era a ucuúba, era o murumuru... Tinha uns tanques que faziam dentro d’água, prá botar borracha. Ele tinha uma máquina de descascar arroz que ele comprava da terra firme... Tudo”

Com a expansão da base camponesa-cabocla, cresce seu par estrutural, o capital mercantil endógeno à Colônia, cujos agentes visíveis são os *regatões* (comerciantes móveis que utilizam barcos em seu deslocamento), os *marreteiros* (pequenos comerciantes do interior, dependentes de suprimentos de comerciantes maiores) e os *aviadores* (comerciantes maiores sediados em Belém, supridores e financiadores de regatões e marreteiros). Tocantins expõe o arranjo do seguinte modo:

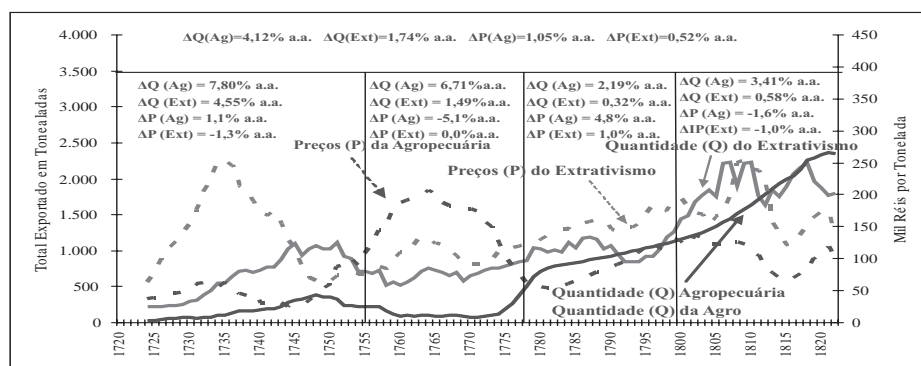
[...] A canoa veio criar uma figura que até hoje perdura na paisagem social amazônica [...]: o regatão. Evoluindo do tipo comum de comerciante para um estágio de trabalho mais desenvolvido, mais complexo [...], o ofício foi primeiro do português e depois acabou por ser, já no século XIX, ofício de preferência do turco. [...] o método de negociar no interior era quase o mesmo dos dias atuais. Os comerciantes em Belém enviavam mercadorias para as vilas do interior [...] e (citando Baena (1938) [...] em troca recebiam os produtos naturais sacados dos matos e os produtos da indústria. Na operação mercantil com os lavradores, estes recebem o valor venal, parte em moeda, parte em fazendas e víveres (TOCANTINS, 1960, p. 123-125).

Sobre essas bases estruturais, produtivas e transacionais, e sem a governança da Companhia e seu mandato de monopólio nas relações mercantis externas, a economia colonial como um todo (Y\$) mais que dobra a taxa de crescimento para 3,77%, entre 1778 e 1798, comparativamente ao período anterior. Evolução em parte explicada pelo crescimento da população a 2,08%, em parte por preços em recuperação no mercado externo, a 2,54% a.a., visto que a produtividade física per capita cai a -0,87%. A formação

de valor adicionado na Metrópole cresce a ritmo duplamente acelerado, 4,12% a.a., do valor retido pelos agentes internos   Colônia a velocidade de 3,86% a.a., mais de quatro vezes a taxa precedente, a par de um crescimento mais lento da massa de impostos a 1,19% a.a.

Distintivo do período, o crescimento da exporta o de produtos agropecuários se fez   taxa de 7% a.a. Convém indicar que tal *performance* se explicou pelo crescimento da produ o física a 2,2% e, sobretudo, pelo crescimento dos preços a 4,8% a.a. Note-se que se trata de ritmos praticamente inversos aos que se verificam no período imediatamente anterior (o período “propriamente pombalino”) para as duas variáveis, quando a p fima *performance* de crescimento do valor exportado a 1,2% a.a. se explica sobretudo pela queda nos preços a -5,1% a.a., contra-arrestando o crescimento na quantidade exportada de 6,7% a.a. A expansão da capacidade produtiva que isso representa, crédito do período pombalino, só se realiza como expansão da receita na fase posterior, com a recupera o dos preços (Gráfico 9).

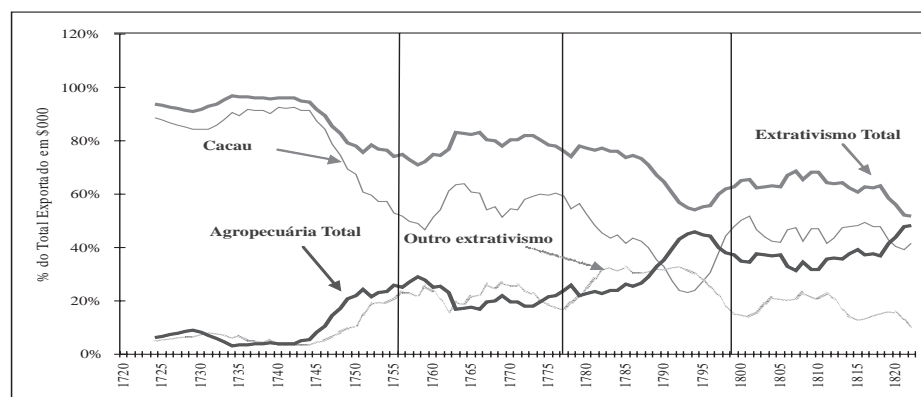
Gráfico 9 – Evolu o das quantidades e preços da produ o extrativa e agropecuária de exporta o da economia colonial amazônica 1720 a 1820 (em toneladas e \$000/tonelada, m dias móveis quinzenais)



Fonte: COSTA, 2010

De modo que, na média dos três últimos anos do período pombalino, o valor exportado da agropecuária representava 23%, um recuo em rela o aos 31% que representara na média dos três primeiros anos do período, isto  , 22 anos antes. Agora, precisamente 22 anos depois, no final do período dos Diretórios, a agricultura passou a representar 46% do valor exportado – o dobro do que fora no final do período sob influência direta da gestão pombalina (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Evolu o da participa o relativa dos grupos de produtos da pauta de exporta o da economia colonial amazônica 1720 a 1820 (% de X\$, m dias móveis quinzenais)



Fonte: COSTA, 2010

Do fim dos Diretórios ao fim da Colônia – 1799 a 1820

“De dezembro em diante o açaí ficava ralo, pouco. Março, abril, não tinha açaí. Cê sabe o que a gente fazia? Mamãe amolecia muriti. Olhe, tinha muriti daquele bom. Mamãe botava uma lata, assim, desde de manhã. Quando era meio dia tirava quase todo mole. Aquilo bem docinho. Farinha, para comer com aça e muriti vinha da terra firme. Por exemplo, o pessoal da ilha quando pegava muito camarão, peixe, ia trocar na terra firme com farinha. Porque para terra firme, olhe, é só mandioca, o arroz, o milho, né?”

Diferentemente do desempenho positivo do período anterior para as principais variáveis da economia colonial amazônica, nesse turno se fazem sentir as marcas da crise que assola nesse interregno todo o sistema colonial português (NOVAIS, 1986). O valor da produção da Colônia no mercado mundial cai, entre 1799 e 1820, a -2,19% a.a., resultado da queda nos preços a -3,97% a.a., compensada por um leve incremento da produtividade per capital de 0,75% a.a. e um incremento demográfico de 1,1% a.a. Por outro lado, a parcela de valor adicionado na Metrópole cai a -5,09% a.a., enquanto o valor retido na Colônia cresce positivamente, apesar da baixa taxa de 0,11% a.a. De modo que, no final desse período, a participação relativa da retenção de valor na Metrópole refluí a níveis semelhantes ao encontrado em 1750, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nos primórdios da gestão pombalina.

Há, todavia, distinção fundamental no plano estrutural da produção. Com o fim dos Diretórios, a Colônia do Grão-Pará passou a se assentar em apenas duas grandes estruturas produtivas: a fundamentada no campesinato-caboclo, que, em estreita relação com os regatões e seus aviadores, exportam predominantemente produtos extrativos, e a dos colonos escravistas, que exportam predominantemente produtos agropecuários. Eliminada a reserva de força de trabalho hábil para a coleta, tutelada para concessão aos colonos pelos Diretórios, e conformadas definitivamente estruturas camponesas que internalizam conhecimentos e habilidades índias, chaves da economia extrativista, reduz a capacidade dos colonos na produção das “drogas do sertão”, crescendo em compensação sua capacidade de produção agrícola.

Com efeito, a quantidade exportada dos produtos agropecuários cresce no período a 3,4% a.a. Dado que os preços caem a -1,6% a.a., o crescimento da receita de exportação desses produtos se faz a um ritmo mais baixo, de 1,8% a.a. Não obstante tratar-se de ritmo bem superior ao da produção extrativista, cuja capacidade produtiva se expande a 0,6% a.a., com preços decrescentes a -1% a.a., tal evolução não foi suficiente para contestar o domínio do extrativismo de coleta da economia, setor produtivo que representava 61% na média dos últimos cinco anos do período colonial.

Fechamento

“Gente antiga que foram gerando, que foram fazendo coisa do mato, de cortar seringueira, apinhar cacau, destilar azeite, caçar. Meu pai era bom atirador de caça... Era a vida deles...”

I Foi sem querer, querendo...

O período pombalino não se demonstrou ser o momento em que, enfim, se estabeleceram os fundamentos da economia amazônica, nem tampouco o evento genial perdido – para o qual não se verificariam conseqüências relevantes na perspectiva da constituição da economia regional. O que vimos indica ser essa fase, com o “Diretório dos Índios” e a “Companhia”, um fundamental e criativo momento de uma trajetória já iniciada antes, com o “Regimento das Missões”, a qual, por uma parte se impôs ao protagonismo reformador que marcou o período, por outra, dele recebeu condicionantes que marcaram indelevelmente os próximos períodos.

Os primeiros cinco anos da gestão pombalina foram de crise de um sistema que já tinha história, que já mostrara seu potencial. De modo que as providências e medidas foram tomadas, antes, para superar o que se conseguia ver dos gargalos expostos por momento crítico daquela economia, que, não obstante estranha, pois baseada em extrativismo, se mostrara, de muitos modos, promissora. Além da instabilidade fiscal, um dos problemas a superar, o da “[...] preservação do exclusivo metropolitano [que] vai num crescendo para atingir um clímax no período da administração pombalina” (NOVAIS, 1986, p. 176). Na economia amazônica sob o Regime das Missões, a participação do valor apropriado na Metrópole se mostrara sistematicamente inferior à parcela apropriada na Colônia.

Na busca de soluções, ao lado dos mecanismos que invertem rapidamente essa situação, e mantém a participação crescente da Metrópole no valor da produção colonial, tem lugar um projeto institucional de “criação” de uma agricultura eficaz – uma retomada do projeto agrícola civilizatório que marcara o início da Colônia. Apesar de o passado extrativista se afirmar na realidade da gestão pombalina, o projeto agrícola produz heranças, planta sementes.

Nas fases finais do período colonial, a par da crise manifesta nas relações externas, o que se tem internamente na Amazônia é uma economia estruturalmente ímpar, com capacidade crescente de lidar equilibradamente com dois exigentes departamentos, quais sejam: um extrativista associado ao bioma único e altamente complexo, e outro agrícola no contexto edafo-climático, também único da região. Os sistemas de produção nesses dois departamentos exigiram processos não triviais de aprendizado – o que propriamente qualificaram a especificidade da trajetória. Tanto foi necessário o aprendizado difuso que permitiu acessar sistematicamente e com produtividade crescente o bioma originário amazônico – só possível pelo estabelecimento de estrutura camponesa que herdara as habilidades e os conhecimentos índios e as associaram a padrões de necessidades e conhecimentos europeus – quanto também o que permitiu estabelecer uma agricultura adaptada às condições peculiares da região.

Não coincidentemente, essas são precisamente as questões maiores quando hodiernamente discutimos as alternativas de desenvolvimento (com esperança de sustentabilidade) para a Amazônia. No encaminhamento desta que tende ser a questão do futuro, devemos aprender com o passado e observá-lo em torno de nós.

II O passado, em nós...

Francelina Sacramento da Silva, 76 anos, Dona França para todos, relatou-nos, com riqueza de detalhes, e com o colorido da linguagem da região tocantina, suas vivências até seus mais de vinte, na ilha de São Mateus, próxima a Mocajuba, no município de Cametá, no Pará. Suas memórias abriram as seções deste ensaio. Cravadas em meados do século passado, elas nos dizem que, decorridos dois séculos desde o início das reformas pombalinas, a economia que dali emergiu, baseada no conhecimento e manejo do bioma amazônico e em agricultura subsidiária, em conhecimento índio e necessidades portuguesas fundidas na cultura exercitada por famílias nucleadas e comunidades camponesas, este universo social ribeirinho continuava funcionando de modo muito semelhante ao que provavelmente terá sido na segunda metade do século XVIII.

Ligada a essa economia de agro-florestas, gestora de biodiversidade, esteve, por gerações, toda a família de Dona França. Seu Tio Zezé, personagem frequente na narrativa, fundou um império comercial, baseado na intermediação e logística dos produtos e produtores do médio e do baixo Amazonas, do médio e do baixo Tocantins, conectando-os entre si e com o mundo através de Belém, de Manaus, de Paramaribo. O Tio Zezé de Dona França é ninguém menos que o ainda hoje famoso José Moreira, que com o concurso de muitos de sua parentela manteve operando sua vasta rede até o último quartel do século XX.

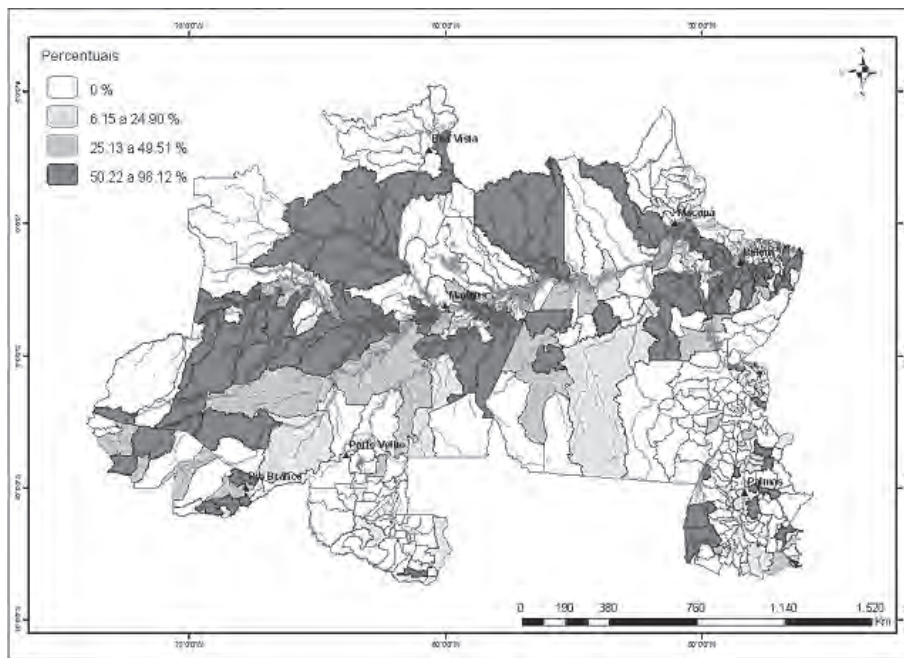
III Presente – duradouro, sustentável

A economia e cultura camponesas baseada no bioma amazônico, berço de Dona França, útero social do seu Tio Zezé, continuam presentes – elas têm se mostrado duradouras, com capacidade de permanência, sustentáveis, pois, por mais de dois séculos e meio.

Com efeito, no último Censo Agropecuário realizado em 2006, essa economia camponesa se fundava em 97.302 estabelecimentos³, 22% do total de estabelecimentos da Região Norte. Não se trata, a hodierno campesinato-cabôclo amazônico de uma economia marginal - ela produzia em 2006, de acordo com o Censo, 34% de todo o valor da produção rural regional, ocupando 317.791 trabalhadores - 20% de todas as ocupações rurais da Região. Ao par disso, trata-se de economia de baixíssimo carbono e impacto ambiental, eis que gera apenas 2,6% do balanço de CO2 derivado da atividade rural na Amazônia. O Mapa 1 mostra onde opera essa base produtiva: os municípios com tons verdes mais escuros devem mais de 50% do valor de sua produção rural a ela – são 83 nessas condições, a metade deles tendo sua economia rural dependendo em acima de 75%; nos com tons verdes intermediários, a dependência está entre 25% e 50% - são mais 40 municípios; os de verde mais claro, entre acima de 0 e 25% - são outros 23. Nos municípios em branco ela não tem relevância. Atente-se para a distribuição pelas margens dos grandes e médios rios - exatamente como foi no século XVIII.

Ademais, a economia camponesa ancestral tem se fortalecido desde 1995, quando o Censo Agropecuário dizia que ela representava 18% do valor da produção rural – quase duplicou, portanto, sua importância. Isso ocorreu com o concurso de um leque grande de seus produtos, capitaneados, porém, particularmente no Pará, pelo Açaí. A procura cresceu por influxo de uma diversidade de indústrias, no mercado mundial, nacional e local, de alimentos, de cosmética, da farmacêutica.

Mapa 1 – Distribuição espacial dos estabelecimentos com as características de camponeses da Trajetória-Tecnológica.T2 na Amazônia



Fonte: IBGE. Tabulações especiais do autor

³ Desenvolvemos uma metodologia que permite separar no Censo Agropecuário estabelecimentos camponeses dos estabelecimentos patronais e, para cada forma de produção, as diferentes bases técnicas, delimitando seis trajetórias tecnológicas, das quais seis camponesas. Entre estas últimas, uma delas (a Trajetória-Camponesa.T2, conf. Costa, 2007) tem todas as características do tipo de campesinato, cuja gênese apresentamos aqui.

Post Script

Ao lado do Tio Zezé, fortaleceu-se Seu Mário Lopes, como comerciante, primeiro, plantador de pimenta-do-reino, depois. Com ele casou-se Dona França. Seus seis filhos se ombreiam aos filhos e netos do Tio Zezé como advogados, engenheiros, médicos, dentistas, empresários, trabalhadores, donas de casas... A grande maioria, membros plenos da urbis de Santa Maria de Belém do Grão Pará ou de outras metrópoles do Brasil. Assim como muitos dos seus primos, filhos e netos da Comadre Zelinda, de Dorila e de outras, com quem Dona França cortava seringa, subia em pé de açaí, remava casquinho.

Todos apreciadores de Açaí, sem açúcar, por favor, com farinha e peixe frito, certamente, de preferência mapará. Se não tem, porém, pacu, pode ser; paqui, também; mapari, vá lá... Admira que os preços desses produtos tanto cresceram em Belém? Admira que o poder de compra dos camponeses do Baixo Tocantins aumentou, com isso, que sua economia cresceu? Não. Trata-se, apenas, dos "su manos" de Belém, hoje pábulos com suas altas rendas, comprando dos "su manos" que ficaram na Costa do Tamanduá, no Tamanduazinho, em São Mateus, na Vila do Carmo, em Mocajuba, em Cameté...

Devotos de Nossa Senhora de Nazaré, todos, os de lá e os de cá enchem o Círio, indistintos na Corda, pés descalços, gravatas esquecidas, promesseiros mutuamente pisoteados, grudados... Admira a multidão incomparável?

Muitos, lá e cá, balançam fácil, sensual e caribenhamente ao som de aparelhagens, sucessoras das vitrolas e difusoras trazidas pioneiramente por iates como os do Tio Zezé. Admira o poder calypsenho?

Uma última nota. Por mãe de Ioná, Dona França é sogra do autor – um nordestino descendente de negros, índios e portugueses tornados camponeses no sertão centro riograndense, hoje amazônida de coração, de cérebro e de estômago, eis que reconhecido apreciador de açaí, de mapará, de pirarucu...

Nossas filhas, Fernanda e Ana Paula, seus primos, Wedlas, Mario Jr., Lucas, Gabriel, Rafael, Thiago, Mateus, além de outros que prometem vir depois de abril, são os hoje nomináveis protagonistas do futuro da Amazônia, do Brasil, do mundo – esta aldeia, nossa aldeia...

Referências

- ALDEN, D. **O significado da produção de cacau na região Amazônia**. Belém: NAEA-UFPa, 1974.
- ALMEIDA, R. H. **O Diretório dos índios: um projeto de civilização no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- AZEVEDO, J. L. D. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Coimbra, Ed. Universitária, 1930.
- AZEVEDO, J. L. D. **Os jesuítas no Grão-Pará: suas missões e a colonização**. Belém, SECULT, 1999.
- CARDOSO, C. F. **Economia e sociedade em áreas periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1984.
- CARDOSO, C. F. Crise do colonialismo luso na América Portuguesa – 1750/1822. In: LINHARES, M. Y. **História Geral do Brasil**. Editora Campos, 1990. p. 89-110.
- CARREIRA, A. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão: o comércio intercontinental Portugal-África-Brasil na segunda metade do século XVIII**. São Paulo: Nacional, 1988.
- COSTA, O. O Povoamento da Amazônia. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 27, jil. 1969. Belo Horizonte, UFMG, 1969.

- COSTA, F. de A. Trajetórias Tecnológicas como Objeto de Política de Conhecimento para a Amazônia: uma metodologia de delineamento. **Revista Brasileira de Inovação**, Rio de Janeiro (RJ), 8 (1), p.35-86, janeiro/junho 2009
- COSTA, F. de A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 20 (1), 1-40, janeiro-abril de 2010
- COSTA, F. de A. **Amazonien: Bauern, Märkte und Kapitalakkumulation**. Saarbrücken-Forlauderdale, Verlag Breitenbach Publishers, 1989.
- DIAS, M. N. **Fomento e mercantilismo: A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)**. Belém: UFPA, 1970. (2 v.)
- PADRE JOÃO DANIEL, J. **Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas**. 2 v. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.
- DOMINGUES, A. **Quando os índios eram vassalos: Colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.
- FALCON, F. J. C. **A época pombalina**. São Paulo: Ática, 1982.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Estatísticas Históricas do Brasil: Séries Econômicas e Sociais 1550 a 1988**. Rio de Janeiro, 1990.
- MARANHÃO, M. F. (2006). **O moinho e o engenho: São Paulo e Pernambuco em diferentes contextos e atribuições no Império Colonial Português 1580-1720**. 2006. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- MENDONÇA, M. C. **A Amazônia na Época Pombalina**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1963, 2v.
- NEVES, A. B. **Os soldados de Cristo na terra dos papagaios**. Colonialismo e repressão cultural. Rio de Janeiro, Forense-Universitária, 1987.
- NOVAIS, F. A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- REIS, A. C. F. **O processo histórico da economia amazônica**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.
- SANTOS, R. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.
- SHIKIDA, C. D. Apontamentos sobre a economia política da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. **Revista de Economia e Administração**, v. 6, p. 175-190, 2007. São Paulo, IBMEC.
- SODRÉ, N. W. **Formação histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987.
- TOCANTINS, L. **Amazônia: Natureza, Homem e tempo**. Rio de Janeiro: Conquista, 1960.

Imprensa paraense: um pouco da história da mídia na Amazônia



Netilia Silva dos Anjos Seixas
Vanessa Brasil de Carvalho
Phillippe Sendas de Paula Fernandes



Imprensa paraense: um pouco da história da mídia na Amazônia

Netilia Silva dos Anjos Seixas
Vanessa Brasil de Carvalho
Phillippe Sendas de Paula Fernandes

Introdução

Tomando como mote as três palavras-chave que compõem o título do livro – História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia –, a proposta deste capítulo é lançar um olhar sobre o surgimento e o fortalecimento da mídia impressa no contexto paraense, o que nos leva imediatamente para o cenário regional do século XIX.

Falar sobre a Amazônia – e o Pará – não é e nunca foi uma tarefa simples. Desde que foi mencionada nos relatos dos primeiros viajantes pela região (GONDIM, 2007; PAPAVERO *ET AL*, 2000), o nome *Amazônia* carrega uma multiplicidade de sentidos, a depender de onde e para que esteja sendo invocada, reiteradamente mencionada e lembrada por seus recursos naturais e menos por seus habitantes (antigos ou atuais) e toda a prática social, cultural e comunicativa que têm desenvolvido ao longo do tempo.

Há muito tempo, o ambiente amazônico tem sido múltiplo, ao mesmo tempo próximo e diverso do que se vê em outras partes do país. Observam-se cidadãos conectados mundialmente, mas, ao mesmo tempo, o ritmo diferenciado da natureza rodeia várias práticas cotidianas dos moradores, principalmente daqueles mais interioranos.

Entretanto, não se pode deixar de notar que os elementos midiáticos, em menor ou maior grau, passaram a existir no cotidiano do amazônida. E tudo isso começou com a chegada da imprensa, no Pará, nos idos de 1822. Depois dela, o telégrafo, o rádio, a televisão, o satélite, o celular e a internet, já no século XX, se inseriram nesse contexto e já fazem parte do cotidiano da população. E, assim, tudo está tão longe e tudo está tão perto...

Mas como se configurou a mídia na região Amazônica? Esta é uma indagação ampla, que demanda observação empírica, levantamento histórico de informações e discussão teórica. Mesmo assim, as lacunas ainda são muitas. E foi pensando em preencher um pouco mais essas lacunas que o projeto de pesquisa “Jornais Paraoaras: percurso da mídia impressa em Belém” foi criado na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2009, com a preocupação de acompanhar a configuração da mídia impressa na capital paraense, em busca de estudos já existentes (inclusive de outras áreas, como História, Letras, Ciência Política) e de dados brutos, ainda não observados¹. Foi feita uma busca a partir do universo da Comunicação, tentando preencher uma ausência nesse sentido na região, ao lado de outras pesquisas e estudos já empreendidos na UFPA².

Tendo isso em vista, pode-se buscar o contexto histórico da constituição da imprensa na Amazônia e, mais especificamente, no Pará. Este é um caminho sem volta, trilhado com o fortalecimento da imprensa, cuja observação de sua própria produção discursiva cotidiana e das relações que estabelece evidencia o papel que passou a desempenhar na sociedade, inclusive na sociedade amazônica.

1 O projeto, depois de aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em 2010, numa abordagem restrita ao século XIX, continua até 2012 e futuramente, com abordagem mais ampla temporalmente.

2 Ver, nesse sentido, a pesquisa de Costa (1999), sobre os 70 anos do rádio em Belém, e o estudo de Santos (2010), sobre a publicidade paraense no período 1870-1912.

Os tópicos seguintes buscam contextualizar o surgimento dos chamados meios de comunicação, mais especificamente da mídia impressa; traçar um pouco do caminho percorrido pelos estudos em/sobre comunicação de maneira mais ampla; notar a complexidade desses estudos e, por fim, discutir a configuração da imprensa paraense no século XIX, a partir de três publicações impressas tidas como exemplares.

História e Comunicação: a presença da comunicação no cotidiano social

“É óbvio que a comunicação (...) existiu desde sempre na história dos homens, e não foi inventada pela imprensa, pela TV, pela internet”. Isso é o que diz Vera França (2010, p. 41), quando lembra que a modernidade não “descobriu” a comunicação.

Na mesma linha, John Thompson (2009, p. 19) ressalta que “em todas as sociedades os seres humanos se ocupam da produção e do intercâmbio de informações e de conteúdo simbólico”. Desde as mais antigas formas de comunicação até as mais recentes inovações tecnológicas, “a produção, o armazenamento e a circulação de informação e conteúdo simbólico têm sido aspectos centrais da vida social” (THOMPSON, 2009, p. 19).

Para Wolton (1997), o que chamamos de modernidade foi o resultado do lento processo iniciado no século XVII, que tinha como característica a abertura das fronteiras mentais e culturais. Essa abertura foi condição ao aparecimento do conceito de indivíduo e, posteriormente, do de economia de mercado e dos princípios da democracia. A comunicação foi o artífice desse movimento. “Foi por meio dela que os mundos fechados se abriram uns aos outros e que começaram, primeiro, por trocar bens e serviços e, depois, a trocar ideias, artes e letras” (WOLTON, 1997, p. 31).

Um fato marcante na história, porém, foi o surgimento das indústrias da mídia como novas bases de poder simbólico - um processo que remonta ao século XV, segundo Thompson (2009, p. 54). O autor diz ainda que foi durante essa época que as técnicas de impressão se proliferaram pelo continente europeu e contribuíram para o crescimento da economia capitalista do fim da Idade Média

Por volta de 1450, Gutenberg já havia desenvolvido técnicas de impressão suficientes para poderem ser exploradas comercialmente na sociedade que se modernizava, aumentando o número de cópias de livros produzidas. Por isso, Thompson (2009, p. 52-4) diz que o advento da indústria gráfica representou o surgimento de novos centros e redes de poder simbólico e que esses, geralmente, escapavam ao controle da Igreja e do Estado.³ Ainda de acordo com o autor, com o desenvolvimento das instituições de comunicação a partir do século XV, os processos de produção, armazenamento e circulação de informação passaram por grandes mudanças.

Esses processos foram alcançados por uma série de desenvolvimentos institucionais que são característicos da era moderna. Em virtude destes desenvolvimentos, as formas simbólicas foram produzidas e reproduzidas em escala sempre em expansão, tornaram-se mercadorias que podem ser compradas e vendidas no mercado (...). De uma forma profunda e irreversível, o desenvolvimento da mídia transformou a natureza da produção e do intercâmbio simbólicos no mundo moderno (THOMPSON, 2009, p. 19).

Isso ainda é muito recente se compararmos com a história da humanidade. França (2010, p. 41) lembra, inclusive, que a própria palavra *comunicação* é recente, já que o seu uso exaustivo se deu, principalmente, a partir do século XX. Da mesma forma, estudos específicos sobre o fazer comunicação ou sobre os meios de comunicação datam do início do século XX, a exemplo das pesquisas sobre os meios de comunicação de massa, conhecidos por *Mass Communication Research*⁴.

³ Sobre isso, o autor destaca a relação dual entre Igreja e Imprensa, em que ora a primeira incentivava a segunda para o desenvolvimento de novos métodos de reprodução textual - que facilitavam a reprodução de materiais litúrgicos - ora a Igreja censurava os materiais impressos que pregavam o protestantismo, entre outras ideias “proibidas”, lembrando da Santa Inquisição. (THOMPSON, 2009, p. 57-8).

⁴ Mais informações sobre esse grupo, ver obra de Mauro Wolf (1995).

Tais estudos são recentes e foram motivados pelo desenvolvimento das práticas comunicacionais e a invenção dos novos meios de comunicação (FRANÇA, 2010, p. 48). Segundo França (2010, p. 48), “o próprio espaço acadêmico foi inaugurado ou estimulado por um investimento de ordem pragmática”: cursos na área de comunicação vieram antes da criação de teorias, complementando a formação técnica dos profissionais da área e ampliando sua dimensão humanista e social.

É por isso que, com frequência, “o estudo da comunicação se desenvolve voltado para a obtenção de determinados resultados, guiado por finalidades específicas – o que certamente compromete o distanciamento crítico necessário ao conhecimento” (FRANÇA, 2010, p. 48). E é também devido a isso que as “teorias da comunicação” são ainda propostas como resultados e/ou sistematizações de várias ações de pesquisadores da área que buscam conhecer a *comunicação* (FRANÇA, 2010, p. 41).

O desafio de pensar a Comunicação

Partindo da ideia de que o termo “comunicação” engloba vários sentidos, destacam-se aqui alguns atributos que os meios técnicos de comunicação possuem e que influenciam nesse processo, complexificando o entendimento do próprio campo, pois irá contribuir na delimitação do nosso objeto de estudo: a mídia impressa de Belém (PA), no século XIX.

Thompson (2009, p. 26-8) diz que um desses atributos é a possibilidade de fixação da forma simbólica no espaço-tempo maior e amplo, ou seja, a sua durabilidade. Outros atributos são a capacidade de reprodução desse material e o distanciamento espaço-temporal que o suporte técnico possibilita à comunicação, já que esta pode agora ser afastada de seu contexto original.

Sobre o uso desses meios técnicos, o autor ressalta que na produção e transmissão de formas simbólicas, os indivíduos geralmente empregam um meio técnico: um elemento material com que (ou por meio do qual), “a informação ou o conteúdo simbólico é fixado e transmitido do produtor para o receptor (...) Mas a natureza do meio técnico pode variar grandemente de um tipo de produção simbólica para outro” (THOMPSON, 2009, p. 26).

Todos esses atributos podem ser observados nos suportes e materiais de comunicação impressos, a exemplo de livros e jornais. Com o advento da imprensa, por exemplo, foi possível se pensar (e fazer) uma comunicação que não necessitasse do partilhamento do espaço e do tempo entre os interlocutores, e na qual a durabilidade da informação fosse maior em relação à comunicação oral (até então majoritária).

Essas vantagens podem ser a razão de Marques de Melo (2003, p. 39) identificar que, historicamente, o primeiro objeto comunicacional a suscitar estudos e a demandar sistematização foi a imprensa escrita, já que ela representa um material importante para a análise de discursos, quando se constitui em laboratório de estudo das transformações socioculturais (VERÓN, 2004, p. 239). Deve-se levar em consideração que nos meios técnicos empregados nos processos de comunicação, entre os atributos indicados por Thompson (2009, p. 28), está o distanciamento espaço-temporal que tal suporte possibilita.

França (2001, p. 14) pontua algumas formas de tratar a comunicação: como um processo de troca, ação partilhada ou interação e não apenas um processo de transmissão de mensagens com atenção à presença de interlocutores, à intervenção de sujeitos sociais desempenhando papéis, envolvidos em processos de produção e interpretação de sentidos, ou seja, envolvendo mais do que simples emissores e receptores. Para ela, a comunicação pode ser entendida como um “processo social básico de produção e partilhamento do sentido por meio da materialização de formas simbólicas” (FRANÇA, 2010, p. 41).

Porém, Thompson ressalta que a técnica não deve obscurecer o fato de que o desenvolvimento dos meios de comunicação é uma re-elaboração do caráter simbólico da vida, “uma reorganização dos meios pelos quais a informação e o conteúdo simbólico são produzidos e intercambiados no mundo social e uma reestruturação dos meios pelos quais os indivíduos se relacionam entre si” (THOMPSON, 2009, p. 19).

É por tudo isso que “pensar a comunicação hoje é pensar a ligação entre os valores que estão na sua origem, as técnicas e o modelo democrático ocidental” (WOLTON, 1997, p. 10). Porque a comunicação está aí, onipresente, e ninguém é exterior a ela ou tem distanciamento em relação a ela, de acordo com Wolton (1997, p. 14), que completa:

Somos todos parte integrante da comunicação; ela nunca é um objecto neutro, exterior a si. Uma reflexão sobre a comunicação requer, pois, um esforço considerável de distanciamento, tanto da parte de quem procura compreender, como da parte daqueles a quem a reflexão se destina. (WOLTON, 1997, p. 14).

Contudo, mesmo sabendo da necessidade de se entender a comunicação como um todo, buscando estudar sua diversidade e complexidade, não se pode negar que existe uma tendência em estudar os textos, os meios e/ou as mensagens no processo de comunicação, que são “apenas” uma parte do processo (THOMPSON, 2009, p. 42).

No caso deste artigo, foi estabelecido um recorte, que se sabe ser efetivamente uma parte do todo, ao se voltar para a inserção da mídia impressa no cotidiano da população do Estado do Pará. Tal recorte, embora não tenha caráter abrangente, não deixa de ser significativo para estudar a região, constituindo-se em uma tentativa de entender as lógicas da comunicação nesse local já tão complexo e diverso – assim como é a comunicação.

Em vista disso, são discutidas aqui algumas questões que compuseram parte da trajetória do projeto “Jornais Paraóaras: percurso da mídia impressa em Belém” (em suas duas versões), de forma a suscitar o debate sobre a história da mídia na Amazônia e tentar preencher mais alguns espaços nas lacunas encontradas nesse tipo de pesquisa em Comunicação na Amazônia.

Muito além de um simples suporte

Nos jornais de Belém (Pará), a cena é constante: a Avenida Almirante Barroso, uma das mais agitadas avenidas da cidade, durante a manhã, tem um intenso tráfego de automóveis, ônibus e pedestres, rotina nas grandes cidades do país. No entanto, diariamente, principalmente nos ônibus, tornou-se hábito os jornalheiros entrarem nos coletivos oferecendo a edição do dia. Na prática diária dos jornalheiros, o jogo de sedução pela notícia é difícil e, para isso, eles recorrem às notas sobre esporte e polícia. São as mais variadas histórias transformadas em verdadeiras narrativas épicas, em que assassinatos e gols agregam mais leitores, ou não. A capital do Pará também é cenário do famoso Mercado do Ver-o-Peso, de movimentação frenética e de particularidades que registram a diversidade cultural de uma região chamada Amazônia. Entre peixes e frutos, mais uma vez lá estão as edições passadas de um jornal diário... Mas para quem pensa que jornal serve apenas para isso, está muito enganado. Eis uma fonte de pesquisa importante, recorrente nos estudos de distintas áreas científicas, e que transforma em palavra impressa, a partir de filtros como edição e linha editorial, os acontecimentos, as pessoas e o cotidiano de uma cidade.

Nesses 190 anos de imprensa paraense, percebe-se uma escassez de estudos que realizem o registro histórico dessa mídia regional de maneira ampla e organizada. Marques de Melo considera que esse desinteresse pelo assunto reflete-se em uma carência de bibliografia em âmbito nacional:

No ocaso do século XX, o interesse nacional pela memória histórica da Comunicação era nulo ou puramente residual. Até mesmo seu estudo nos cursos de Comunicação estava sendo excluído, quando não relegado a plano secundário. A bibliografia era escassa e polarizada. Dois livros disputavam a atenção dos jovens universitários: o singelo manual de Juarez Bahia, descrevendo as etapas do desenvolvimento da mídia em nosso país, e o alentado ensaio de Werneck Sodré, oferecendo uma interpretação marxista desse fenômeno. (MARQUES DE MELO apud RIBEIRO; HERSCHMANN, 2008, prefácio).

Entretanto, na área da Comunicação, nos últimos anos, nota-se uma maior preocupação com os estudos sobre a mídia no Brasil, por meio da realização de eventos e atividades de diversos grupos de pesquisa, como registram os pesquisadores Ana Paula Goulart Ribeiro e Micael Herschmann:

(...) O interesse por temas históricos da Comunicação, no entanto, tem se apresentado, nos últimos anos, como uma tendência crescente, tanto na Comunicação quanto na História. Em diferentes universidades do país, tem aumentado significativamente o número de monografias, dissertações e teses sobre o tema, bem como a quantidade de publicações, sejam na forma de livros ou artigos em geral (...). (RIBEIRO; HERSCHMANN, 2008, p. 14).

Um exemplo importante a ser mencionado, que demonstra essa tendência, é a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia – Rede Alfredo de Carvalho (Rede Alcar) em 2001, com vistas à comemoração dos 200 anos da imprensa no Brasil, inaugurada a partir do jornal *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro a ser editado e impresso no país. Desse modo, foi definida a proposta da Rede Alcar:

Desenvolver ações públicas destinadas a comemorar os 200 anos de implantação da imprensa no Brasil, preservando sua memória e construindo sua história. Pretende-se contribuir para o avanço da mídia impressa no novo século, de forma integrada com a mídia eletrônica e a mídia digital, tornando-se patrimônio coletivo do povo brasileiro. (MARQUES DE MELO, 2009, s/n.).

Diante dessa crescente preocupação das pesquisas definindo como objeto de estudo a história da mídia brasileira, Ribeiro e Herschmann (2008, p. 17-8) mencionam um novo campo de estudo, ainda em processo de consolidação e definição de estratégias metodológicas, chamado de “História da Comunicação”.

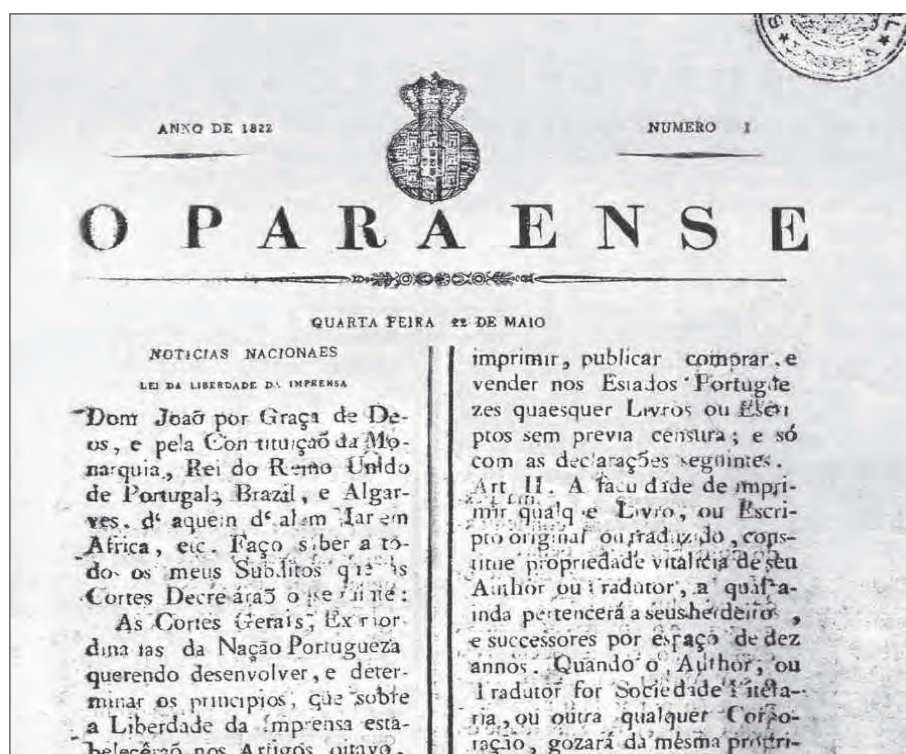
No âmbito regional, é o projeto de pesquisa “Jornais Paraoaras” que se propõe a estudar essa temática, buscando identificar e analisar a configuração gráfica e de conteúdo da mídia impressa de Belém, desde 1822 – ano da publicação do pioneiro jornal *O Paraense* –, até os dias atuais, realizando os devidos recortes. O que não se pode deixar de mencionar é a importância de um trabalho que define como fonte primária e objeto de pesquisa empírica os jornais, principalmente em uma região como a Amazônia, tão falada no mundo e imersa em tantas necessidades. Atualmente, o direcionamento do projeto “Jornais Paraoaras” define como *corpus* de pesquisa as publicações de Belém, entre jornais e revistas, do século XIX. Nesta etapa recente, um dos interesses do projeto, entre outros objetivos específicos, volta-se para o estudo dos sentidos sobre o Pará e a Amazônia presentes no discurso jornalístico da imprensa de Belém.

Mas por que estudar a imprensa de Belém? Vários são os motivos. Podem-se destacar alguns, como o fortalecimento da pesquisa em Comunicação na Amazônia; o necessário estudo histórico da imprensa de Belém, sob um viés dessa área do conhecimento; a busca pela sistematização e organização de informações sobre as variadas publicações que ocorreram ao longo do tempo; a produção de material didático sobre a história da imprensa na região a ser usado no ensino universitário.

Um dos principais locais de consulta de jornais para a realização das atividades da pesquisa é a Biblioteca Pública do Pará Arthur Vianna, em Belém, e seus três setores importantes: microfilmes, periódicos e obras raras. No entanto, são cada vez mais urgentes políticas públicas para a preservação de tão rico material, que possibilita diversos estudos, de diferentes olhares. Tais objetos empíricos são fontes inesgotáveis de pesquisa e garantem ao pesquisador caminhos diversos para desenvolver seus trabalhos.

O registro do cotidiano de uma cidade presente nos jornais resistiu ao tempo e chegou até nós. A partir de então, é possível realizarmos interpretações a partir desses vestígios, como registra a pesquisadora Marialva Barbosa (2007, p. 13): “A partir dos sinais que chegam até o presente, cabe tentar compreender a mensagem produzida no passado dentro de suas próprias teias de significação”. Compreender o passado nos leva a compreender o presente. E, quem sabe, alterar os passos com vistas a um futuro melhor.

Surge um jornal, *O Paraense*... Eis um século de muitas publicações



Primeira página do Jornal O Paraense, publicado no dia 22 de maio de 1822 | Fonte: Revista PZZ Pará Zero Zero, p. 37, Ano II, nº 5, Ago./Set. 2008

No Pará, não só a biodiversidade era elevada no século XIX. A quantidade e a diversidade de publicações impressas também. No centenário da imprensa brasileira, em 1908, foi publicado no Pará – aos moldes de outros lugares do país – um catálogo em que foram inventariados os jornais publicados na capital e no interior do Estado, desde 1822 até 1908. Os dados são bastante significativos: 730 jornais (BELLIDO, 1908). Publicações de posicionamentos editoriais diferentes e com uma trajetória, na maior parte das vezes, fugaz. O historiador Aldrin Figueiredo (2008, p. 37) ainda registra particularidades sobre esse extenso universo dos jornais aqui publicados durante o referido período: do total, “722 jornais foram impressos em português, quatro em espanhol, três em italiano e apenas um em francês”. Na Amazônia brasileira as informações chegaram a ser publicadas em outros idiomas, destacando a presença de imigrantes na região. E quem inaugura essa trajetória?

É o ano de 1822, poucos anos após a Revolução Constitucionalista de Portugal. Interesses do alémmar, interesses na então Província do Grão-Pará levaram à publicação do pioneiro jornal do Norte do país, *O Paraense*. Pelas mãos de Filipe Patroni, seu principal idealizador, Domingos Simões da Cunha, Baptista da Silva e com a colaboração de Daniel Garção de Mello, Luiz José Lazier e João Antônio Alvarez, numa quarta-feira, dia 22 de maio de 1822, circulava a primeira edição do jornal (BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ, 1985, p. 13). No entanto, antes mesmo da publicação do primeiro número d’*O Paraense*, destaca-se a iniciativa de João Francisco Madureira, o responsável pela primeira experiência tipográfica em Belém, ainda no ano de 1820. Com o seu requerimento aprovado pela Junta de Governo Provisional, a rústica oficina de Madureira imprimia apenas pequenos avulsos, como identifica Carlos Rizzini (*apud* SODRÉ, 1966, p. 41).

Embalado pelos ideais do movimento Vintista, Patroni arquitetava o projeto de instalar em Belém uma tipografia que fizesse circular o jornal e, por meio de suas páginas, formar e conduzir a opinião pública

a partir das conquistas dos revolucionários portugueses. No entanto, isso não transformou o periódico em apenas um instrumento de reprodução de ideias, mas, sim, num veículo crítico da situação social de então, como afirma Geraldo Mártires Coelho (1989), importante historiador com trabalhos de destaque sobre a origem da imprensa no Pará:

(...) sua ação, como pode ser constatada, não foi passiva, não se deixou marcar apenas pela reprodução, sem maior originalidade, da semântica constitucional metropolitana. Em outras palavras, o primeiro momento do jornalismo paraense não praticou tão somente uma emolduração de idéias, mas atuou de maneira ativa como expressão de um pensamento político dinâmico: o da crítica, da rejeição à hipertrofia da autoridade militar colonial no Pará. (COELHO, 1989, p. 157).

O material tipográfico do jornal *O Paraense* era usado e foi adquirido da Imprensa Nacional de Lisboa. Coelho (2008) também registra a repercussão na sociedade após a publicação da primeira edição do jornal, principalmente entre as autoridades da época:

O aparecimento de O Paraense em maio de 1822 foi, de fato, um acontecimento marcante para a vida pública da Belém de então. A correspondência que os governos civil e militar do Pará dirigiram a Lisboa não deixa dúvidas quanto ao impacto que o começo da imprensa produziu na Província. De uma maneira geral, esses documentos vão relacionar a ação da imprensa à idéia de anarquia (...). (COELHO, 2008, p. 35).

O jornalismo de *O Paraense* era identificado com os fundamentos políticos do Reino Unido de Portugal e do Constitucionalismo de 1820. O jornal ficou sob a orientação de Filipe Patroni até a sua sexta edição, quando o bacharel foi preso e deportado para Lisboa. A partir de então, o comando do jornal foi assumido pelo cônego João Batista Gonçalves Campos, que mais tarde teria a sua imagem associada a um importante agente das ideias da Independência do Brasil no Pará. Em seguida, o cônego Silvestre Antunes Pereira da Serra substituiu Batista Campos.

O pioneiro jornal do Norte do país foi publicado até a sua 70ª edição, em fevereiro de 1823, parando de circular após a invasão e empastelamento da tipografia pelos militares, como descreve a jornalista e pesquisadora Maria do Socorro Veloso (2009, p. 5). Coelho (1989) destaca que a tipografia de *O Paraense*, após a extinção do jornal, seria utilizada para publicar *O Luso Paraense* (1823), com uma linha editorial que servia ao discurso colonial e colonizador do governo da Província do Pará.

Nas décadas iniciais da imprensa em Belém, 1820 e 1830, é recorrente a temática política na publicação de suas folhas. No entanto, isso não exclui a existência de outras temáticas, como religiosa, econômica, policial e militar, que, de alguma maneira, também estabelecem uma relação com a política. Em relação aos aspectos gráficos dos jornais, é notável a ausência de manchetes, comuns no jornalismo contemporâneo. No lugar em que hoje são publicadas as conhecidas manchetes, havia pequenos títulos que destacavam as informações mais importantes. Além disso, os próprios textos, do ponto de vista de sua localização na página, não contavam com uma ordem coerente e nem organização em editorias. Ainda no início do século XIX, nos periódicos não existiam editorias, característica também dos jornais atuais. As edições dos jornais em Belém eram marcadas, principalmente as iniciais, por *prospectos* e, posteriormente, pelos artigos de fundo, que podem ser vistos como os “editoriais” de então (FERNANDES, 2010).

Diante da relação dos jornais com a política, era necessário desenvolver uma maneira para que os periódicos alcançassem um maior número de pessoas – já que havia uma pequena parcela de letrados – e também que a prática não demandasse tantos gastos. Isto porque produzir um jornal, naquele contexto, era custoso. Figueiredo (2008), considerando as informações da historiadora Magda Ricci, apresenta uma visão geral da forma como os jornais nas décadas de 1820 e 1830 se propunham, características semelhantes aos jornais de outros estados, como Pernambuco e Bahia:

Magda Ricci, que tem especializado-se no tema, afirma que tais panfletos eram, antes de tudo, folhas volantes, de não mais de quatro ou cinco páginas do tamanho de um pequeno caderno, mandadas imprimir na forma de libelos políticos desta ou daquela facção (...). O que existia, em suma, era uma outra idéia de jornal, com uma lógica muito própria, baseada principalmente nos debates da política. (FIGUEIREDO, 2008, p.37).

Considerando as décadas de 1840 e 1850, Barbosa (2010), parafraseando Lílian Schwarcz, caracteriza, de uma maneira geral, a imprensa brasileira de meados do século XIX, destacando a configuração gráfica e de conteúdo dos impressos daquela época:

Caracterizando essas publicações de meados do século XIX, Schwarcz (...) afirma que são preenchidas em geral por artigos, localizados em estreitas colunas que se iniciam logo abaixo do título do jornal, e anúncios. A primeira página é composta pelo tradicional artigo de fundo e pelo relato das atas, leis e discursos dos letrados do Império (...). Geralmente ocupando quatro colunas, editam-se ainda notícias misturadas aos anúncios os mais diversos. (BARBOSA, 2010, p.50).

Grande parte dos jornais publicados em Belém no período assinalado possuía tais características nas suas edições. O destaque para os assuntos políticos e uma diagramação simples se constituiu desde o início da imprensa paraense, seja pela contextualização social da época, seja pelas limitações técnicas na produção das folhas. No entanto, nesse período, surgiram jornais que possuíam características diferentes dessas publicações.

Foi ainda nessa época que editou-se o primeiro jornal de publicação diária do Estado, o *Diário do Gram-Pará* (1855), alcançando uma existência de quase 40 anos. Nesse periódico, percebe-se que havia a publicação de textos curtos sobre acontecimentos factuais envolvendo personalidades da sociedade, aproximando-se das clássicas características que o jornalismo contemporâneo considera como *notícia*, ou seja, a novidade, a concisão e o suposto interesse do público-leitor.

No final do século XIX e início do século XX, Belém viveu um período denominado *Belle Époque*. Características como a remodelação urbana, a mudança de hábitos e costumes, e uma política de embelezamento inspirada nas cidades europeias só foram possíveis porque a capital paraense contava com os subsídios provindos da economia da borracha e, também, era o principal ponto de escoamento do produto para o mercado externo. Segundo Maria de Nazaré Sarges (2000, p. 48), “de 1870 a 1910, considera-se o maior surto econômico já verificado na região, tendo-se como principal indicador o crescimento da produção da borracha”. Nesse período, proliferaram-se as publicações e a imprensa assumiu uma função diante das mudanças pela qual a cidade passava:

A estratégia higienista procurou dirigir a luta contra o lixo ameaçador (...). Isto leva-nos a perceber a importância do papel da imprensa que se achava porta-voz dos habitantes, ao denunciar o perigo que representava à população as epidemias, associada ao zelo pelo aspecto da cidade diante da impressão que causaria aos visitantes. (SARGES, 2000, p. 106).

Tal função higienista na imprensa foi também notada por Fernandes (2011), quando analisou duas edições do jornal *A Vida Paraense*, publicadas em 30 de outubro e 20 de novembro de 1883. Além da preocupação com a limpeza da cidade, aos jornais também se atribuía a função de fiscais do tesouro público, principalmente, naquele período de “surto econômico”.

O jornalista e pesquisador Paulo Roberto Ferreira (2005, p. 4) afirma que a base econômica da região, naquela época, criou condições para o desenvolvimento da imprensa, marcando “um período de transição entre a imprensa episódica, quixotesca, aventureira e heróica para uma postura mais empresarial”. Foi em 1876, por exemplo, que surgiu *A Província do Pará*, sob as mãos de Joaquim José de Assim, Francisco de Souza Cerqueira e Antônio Lemos, jornal extinto 125 anos depois de sua fundação. Na comemoração do

centenário do jornal, o jornalista e historiador Carlos Rocque (1976) publicou um livro em que são relatados os principais acontecimentos que envolveram a história d'A *Província do Pará*, destacando também o incêndio (SEIXAS, 2011) de 1912:

Quando, pela primeira vez, A PROVÍNCIA foi apregoada pelos gazeteiros, Belém era uma cidadezinha de menos de 90 mil habitantes. Com um belo futuro, mas ainda muito pequenina, muito modesta. E nesses 100 anos A PROVÍNCIA acompanhou a evolução da cidade. Noticiou – e participou ativamente – dos maiores e mais conturbados episódios de nossa História. Por isso foi incendiada em 1912. Mas o solo em que a plantaram era fértil e em 1922 ressurgiu das cinzas. Novamente forças poderosas, que tanto temiam o grande jornal, fizeram com que, passados alguns anos, voltasse a silenciar. Acontece que estava escrito que A PROVÍNCIA não entraria no imenso rol dos grandes jornais desaparecidos. (ROCQUE, 1976, p. 5).

A virada do século XIX para o século XX marca, como já mencionado, o processo de complexificação da produção periódica diária de Belém. Os grandes jornais utilizaram recursos tecnológicos e as edições ganharam mais conteúdo, entre novas editorias e suplementos literários, modificando seus aspectos gráficos e editoriais. A imprensa da capital paraense teve grandes e pequenos jornais que sempre marcaram em seu posicionamento editorial os objetivos e motivos para tal publicação.

Mas, na Amazônia, durante o século XIX, que tipo de compromisso a própria imprensa se propunha?



Jornal A Província do Pará, o mais duradouro do Estado | Fonte: PARÁ, Governo do Estado do, 1901-1909. (Augusto Montenegro) | Álbum do Estado do Pará: oito anos de governo | Paris: Chaponet, 1908, p. 337

Uma meta-análise da comunicação: algumas reflexões

Para tentar responder a essa questão, o ponto de partida será a análise de três jornais de destaque publicados em importantes momentos da imprensa regional: *O Paraense* (1822), *Diário do Gram-Pará* (1853) e *A Província do Pará* (1876). Desses, talvez o primeiro seja o mais estudado dos três, já que foi o jornal pioneiro na região. Instrumento de divulgação dos ideais da Revolução Constitucionalista de Portugal e veículo crítico da situação da sociedade, por meio de Filipe Patroni – seu principal idealizador –, *O*

Paraense contrapôs o caráter oficialesco das primeiras publicações da imprensa brasileira.

O pesquisador Marco Morel (2008) destaca o surgimento da imprensa no Brasil e o registro nos impressos das características das condições sociais da época:

(...) o surgimento da imprensa periódica no Brasil não se deu numa espécie de vazio cultural, mas em meio a uma densa trama de relações e formas de transmissão já existentes, na qual a imprensa se inseria. Ou seja, o periodismo pretendia, também, marcar e ordenar uma cena pública que passava por transformações nas relações de poder que diziam respeito a amplos setores da hierarquia da sociedade, em suas dimensões políticas e sociais. (MOREL, 2008, p. 25).

No Pará, as transformações nas relações de poder, mencionadas acima por Morel, eram bastante evidentes. Na primeira edição do jornal *O Paraense*, de 22 de maio de 1822, a prática e a extensão da liberdade de imprensa a todos os países que formavam o Reino Unido de Portugal foi o principal tema abordado no periódico. Era o registro de mudanças pelas quais passava o país. Após o cerceamento à imprensa e aos livros, aquela edição de *O Paraense* marcava o novo cenário da cena pública no que dizia respeito à produção e circulação de bens simbólicos nos veículos de impressão na época, um dos aspectos centrais da vida social, como registra Thompson (2009, p. 19).

O segundo jornal destacado é o *Diário do Gram-Pará*, publicado pela primeira vez pelos portugueses José Joaquim Mendes Cavalleiro e Antônio José Rabello Guimarães, no dia 10 de abril de 1853. A edição do jornal diário publicada no dia 9 de junho de 1857 pode ser tomada como exemplo. Nela, críticas e louvações ao trabalho da imprensa integraram a carta publicada na primeira página do jornal, seção “Interior”, e assinada por “N...”. O que chama mais atenção no referido texto é a dita “rainha do mundo”. Quem seria? Em meados do século XIX, um leitor do interior do Estado do Pará, além de relatar os problemas de sua região, define a opinião pública como a “rainha do mundo”, que seria representada “na tribuna como na imprensa”.

Louvado Deos – Sr. Redactor, porque a imprensa ainda não he tão inútil, como eu tinha ja descrido della, que me hia convencendo que as reclamações que por ella se fazião nada mais erão que recommendações contra o que se reclamava. (...) Quem não sabe que a opinião publica he nos tempos em que vivemos a rainha do mundo, e que a representação dessa soberana tanto está na tribuna como na imprensa? (Jornal Diário do Gram-Pará, nº. 127, 9 de junho de 1857, p. 1).

As duas primeiras décadas do século XIX são definidas por Marco Morel como o período em que surge a opinião pública no Brasil, por meio dos papéis impressos. Essa opinião pública, segundo o pesquisador, possuía diversas interpretações, entre as quais, um “recurso para legitimar posições políticas e um instrumento simbólico que visava transformar algumas demandas setoriais numa vontade geral” ou, ainda, “com peso para influir nos negócios públicos, ultrapassando os limites do julgamento privado” (MOREL, 2008, p. 33).

O leitor (N...) da carta publicada no *Diário do Gram-Pará* descrevia os problemas de sua localidade e, ao mesmo tempo, uma descrença com o trabalho da imprensa. No entanto, quando conseguiu publicar a primeira carta contendo reclamações e percebeu que a ação da imprensa produziu efeito, passou a acreditar no trabalho dos jornais. Nesse exemplo, é possível refletir sobre o papel que já detinha a imprensa na época, na Amazônia, como *intermediária* entre poder público e sociedade, assim como espaço para debates e exigências. Em outras palavras, a imprensa já se constituía em espaço público no contexto regional, em produtora de discursos ativos que a colocavam em uma posição especial nas relações institucionais da época, concedendo-lhe poder.

Quanto ao jornal *A Província do Pará*, ele foi, talvez, o principal exemplo da fase de transformações que marcam a imprensa periódica paraense no final do século XIX e início do século XX, numa tendência nacional. Com a complexificação do fazer jornalístico, os grandes jornais passaram a utilizar recursos tecnológicos, o que interferiu no conteúdo e nos seus aspectos gráficos. No entanto, a postura empresarial também provocou alterações editoriais, que vão se diferenciar da maneira como a imprensa dita artesanal foi conduzida. Marialva Barbosa (2010) aponta para a função que a imprensa, nesse novo período, busca constituir com vistas a uma atuação imparcial:

Ao mesmo tempo, ao valorizarem no seu conteúdo o excepcional, o extraordinário, o ineditismo, veiculados sempre como imparcialidade e verdade, constroem, também, a memória de seu lugar na sociedade e da própria sociedade sob ótica singular. As campanhas que realizam com finalidades específicas, contrapõem o silêncio ideológico de determinados temas. Entre a dialética lembrar e esquecer, os jornais diários vão se constituindo como “senhores da memória” da sociedade, aumentando seu campo de atuação e o seu poder. (BARBOSA, 2010, p. 130).

Os campos de atuação e de poder, quando se trata do jornal *A Província do Pará*, são de muita relevância. Além do intenso vínculo com importantes políticos da época, o jornal seguia uma postura editorial que, muitas vezes, fora combatida por outros periódicos. Não apenas no campo midiático, mas as lutas de poder no campo político também refletiam na produção do jornal. O incêndio da sede d’*A Província do Pará* é um dos principais exemplos da relação entre os dois campos, gerando, nesse caso, consequências fatais, como registra Seixas (2011, p. 12-4), que destaca a existência da mídia impressa de Belém sempre relacionada, de alguma maneira, com a instância política, apontando também o uso do jornal como espaço público entre, pelo menos, tais segmentos da sociedade da época.

Relações de poder, memória, registro da vida cotidiana e tantos outros aspectos podem ser mencionados quando o assunto é a atuação midiática. O desafio se torna maior quando o trabalho está baseado em vestígios de jornais publicados há anos. Longe de encerrar o debate, este tópico contém algumas inquietações sobre três principais jornais publicados no Pará, que dimensionam as possibilidades de estudos sobre a compreensão de tais periódicos.

No final, sem final

Após a apresentação de algumas informações sobre a imprensa em Belém no século XIX, é possível concordar novamente com Thompson (2009), quando trata sobre a reconfiguração que a mídia provoca na sociedade. Na Belém dos oitocentos, a chegada da imprensa significou a configuração de um espaço público, em seu início, com a exposição de ideias externas de uma maneira a contrapor a ordem estabelecida e a centralizar o debate político-administrativo. Já a partir da metade do século, a imprensa já podia ser considerada definitivamente fazendo parte da vida social de então, sendo tanto referendada pelo público leitor quanto autorreferendada.

A descrição e discussão dos passos da mídia no Pará, e na Amazônia, e tudo o que isso implicou e implica, na atualidade, é a missão que está posta aos estudiosos da Comunicação. O que está posto, por certo, é se tratar de um caminho sem volta, como as águas do rio, em outro rio, no mar... Nesse percurso, do rio, ciclos se encerram e se iniciam, nele e a sua volta. Com a comunicação humana será diferente?

De um modo fundamental, o uso dos meios de comunicação transforma a organização espacial e temporal da vida social, criando novas formas de ação e interação, e novas maneiras de exercer o poder, que não está mais ligado ao compartilhamento local comum. (THOMPSON, 2009, p.14).

Referências

- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.
- _____. **História cultural da imprensa: Brasil 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- BELLIDO, Remijio de. **Catálogo de jornais paraenses: 1822-1908**. Pará: Imprensa Oficial, 1908.
- BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARÁ. **Jornais Paraoaras**: catálogo. Belém: Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo, 1985.
- BRAGA, José Luiz. Constituição do campo da comunicação. In FAUSTO NETO, Antonio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **Campo da comunicação: caracterização, problematizações e perspectivas**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, p.11-39.
- _____. **Constituição do campo da Comunicação**. Verso e Reverso, XXV(58), p. 62-77, jan.-abr. 2011.
- COELHO, Geraldo Mártires. Imprensa, idéias e poder: o surgimento da imprensa no Pará. **PZZ Pará Zero Zero**. Publicação bimensal da Editora Resistência. P. 22-39, Ano II, nº 5, Ago./Set. 2008.
- _____. **Letras & baionetas**. Belém: Cultural Cejup, 1989.
- COSTA, Luciana Miranda. **Os 70 anos do rádio em Belém**. Projeto de pesquisa concluído. Belém: curso de Comunicação Social da Universidade Federal do Pará, 1999.
- FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula. Comunicação & História: a imprensa de Belém no alvorecer do século XX. Trabalho apresentado no GT História da Mídia Impressa, no **VIII Encontro Nacional de História da Mídia**, realizado em Guarapuava (PR), entre os dias 28 e 30 de abril de 2011.
- FERNANDES, Phillippe Sendas de Paula. Imprensa e Política na Belém do início do século XIX. Trabalho apresentado ao Intercom Júnior de Jornalismo, do **IX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Norte**, realizado de 27 a 29 de maio de 2010. Disponível em <<http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2010/resumos/R22-0153-1.pdf>>. Acesso em 21 mar 2012.
- FERREIRA, Paulo Roberto. Mais de 180 anos de imprensa na Amazônia. Artigo apresentado no **3º Encontro Nacional de História da Mídia**, promovido pela Rede Alfredo de Carvalho, de 14 a 16 de abril de 2005, em Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul, no *campus* da Feevale. Apresentado no Grupo de Trabalho de História da Mídia Impressa. Acesso no site da Rede (<http://www.redealcar.com.br/>), 2005.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Uma história impressa: os jornais paraenses, 1822-1922 (primeira parte). **ZYG360.com**. Publicação trimestral da Fundação de Telecomunicações do Pará. P. 36-38, Ano 1, nº 4, Nov. 2008.
- FRANÇA, Vera. O objeto da comunicação/a comunicação como objeto. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 39-60.
- _____. Paradigmas da comunicação: conhecer o quê? Trabalho apresentado no **X Encontro Anual da Compós**, realizado na Fundação Universidade de Brasília, em Brasília, 2001. Disponível em: <www.compos.org.br>. Acesso em 30 nov. 2010.
- GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2ª ed. rev. Manaus: Valer, 2007.
- LOPES, Maria I. V. de. O campo da comunicação sua constituição, desafios e dilemas. **Revista Famecos**, n.30, ago.2006, p. 16-30.
- MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **O pragmatismo utópico da Rede Alfredo de Carvalho**. Disponível em <http://comunicacao.feevale.br/redealcar/index.php?option=com_content&view=article&id=59&Itemid=66> Acesso em 10/11/2009.
- MARTINO, Luiz C. Abordagem e representações do campo. **Comunicação, mídia e consumo**. São Paulo, v. 3, n.8, p. 33 - 54, nov. 2006.

- _____. De qual comunicação estamos falando? In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera (Orgs.). **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 11-26.
- _____. História e identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional. **E-Compós**, vol. 1, 2004. Disponível em <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/view/22/23>> Acesso em 30/01/2012.
- _____. Uma questão prévia: existem Teorias da Comunicação? In: MARTINO, Luiz C. (Org). **Teorias da comunicação: muitas ou poucas?** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007, p. 13-42.
- MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p.45-80.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra impressa. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (Orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 23-43.
- MOREL, Marco; BARBOSA, Marialva. **História da imprensa no Brasil: metodologia**. Disponível em <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/metodo.htm>> Acesso em 25/09/2009.
- PAPAVERO, Nelson; OVERAL, William (Orgs.). **O novo Éden: a fauna da Amazônia brasileira nos relatos de viajantes e cronistas desde a descoberta do Rio Amazonas por Pinzón (1500) até o Tratado de Santo Ildefonso (1777)**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart e HERSCHMANN, Micael (Orgs.). **Comunicação e História: interfaces e novas abordagens**. Rio de Janeiro: Mauad X/ Globo Universidade, 2008.
- ROCQUE, Carlos. **A história de A Província do Pará**. Belém: Mitograph, 1976.
- SANTOS, Luiz César Silva dos. **PublicIDADE belle époque: a mídia impressa nos periódicos da cidade de Belém entre 1870-1912**. Tese de Doutorado. Doutorado em História. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- SARGES, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2000.
- SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **Jornais Paroaras: percurso da mídia impressa em Belém no século XIX**. Projeto de pesquisa CNPq Edital MCT/CNPq/ MEC/CAPES N.º 02/2010. Pará: UFPA, 2010.
- _____. Política, justiça e mídia impressa no Pará: tecendo sentidos. Trabalho apresentado no Seminário Temático Discurso, Direito e Mídia do **IX Congresso Latino Americano de Estudos do Discurso**, realizado na UFMG, em Belo Horizonte, MG, de 1-4 nov. 2011, pela Associação Latino Americana de Estudos do Discurso (ALED).
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- VELOSO, Maria do Socorro Veloso. A ferro e fogo: conflitos no primeiro século da imprensa paraense. Trabalho apresentado no **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, realizado de 4 a 7 de setembro de 2009, em Curitiba, Paraná. Apresentado no DT-1 (Jornalismo), GP História do Jornalismo. Acesso no site da Intercom (<http://www.intercom.org.br/>), 2009.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 4 ed. Lisboa, Portugal: Presença, 1995.
- WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.
- _____. **Pensar a comunicação**. Portugal: Difusão Editorial S.A., 1997.

Depende da fonte: uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital sobre as mudanças climáticas e a Amazônia



Luciana Miranda Costa
Keila Andreane C. da Silva
Karina Menezes Cunha



Depende da fonte: uma análise do discurso das revistas *Veja* e *Carta Capital* sobre as mudanças climáticas e a Amazônia

Luciana Miranda Costa
Keila Andreane C. da Silva
Karina Menezes Cunha

Introdução

A cobertura feita pela mídia impressa sobre o tema Aquecimento Global¹, a partir de 1990 e especialmente em anos recentes, não tem se caracterizado por matérias jornalísticas que explicitem causas e consequências dos fenômenos (COSTA, 2008), tornando-se insuficientes para informar e contribuir para formação de cidadãos preocupados com a questão ambiental ou para própria concepção de políticas públicas relacionadas ao tema, particularmente no contexto amazônico.

Estudos científicos mais recentes sobre a interface comunicação e meio ambiente² apontam para necessidade de aprofundamento sobre a temática, uma vez que a importância que os veículos de comunicação possuem para publicização das informações no mundo contemporâneo, assim como o próprio debate científico e social sobre o manejo ambiental, é um fato indiscutível. Este artigo visa analisar como o aquecimento global foi abordado no ano de 2009 por duas das principais publicações impressas do país, as revistas *Veja* e *Carta Capital*³, que, ao tratarem do assunto, tiveram enfoques diferenciados, quer do ponto de vista de suas principais fontes de informação, quer do ponto de vista econômico e político.

O ano de 2009 foi marcado não somente pelo sensível aumento de catástrofes relacionadas às mudanças climáticas, como pela grande expectativa gerada pela mídia em torno da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-15). O evento, ocorrido no mês de dezembro, em Copenhague, foi alvo da atenção mundial por conta do impasse entre os países participantes, que não fecharam acordos coletivos para reduzir a emissão de Gases do Efeito Estufa (GGE)⁴

1 O aquecimento global é apontado como uma das principais causas das mudanças climáticas que vêm sendo percebidas no planeta, especialmente no último século. “As causas do aquecimento global são muito pesquisadas. Existe uma parcela da comunidade científica que atribui esse fenômeno a um processo natural, afirmando que o planeta Terra está numa fase de transição natural, um processo longo e dinâmico, saindo da era glacial para a interglacial, sendo o aumento da temperatura consequência desse fenômeno. No entanto, as principais atribuições para o aquecimento global são relacionadas às atividades humanas, que intensificam o efeito de estufa através do aumento na queima de gases de combustíveis fósseis, como petróleo, carvão mineral e gás natural. A queima dessas substâncias produz gases como o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e óxido nitroso (N₂O), que retêm o calor proveniente das radiações solares, como se funcionassem como o vidro de uma estufa de plantas, esse processo causa o aumento da temperatura. Outros fatores que contribuem de forma significativa para as alterações climáticas são os desmatamentos e a constante impermeabilização do solo”. Disponível em: <<http://www.brasilecola.com/geografia/aquecimento-global.htm>>. Acesso em 25/09/11.

2 Este artigo traz um recorte específico de um projeto de pesquisa mais amplo (CNPq 2010), coordenado pela Profa Luciana Miranda Costa (UFPA), cujo objetivo principal é analisar como a temática das Mudanças Climáticas tem sido abordada pelos principais veículos de comunicação impressos no país a partir de 1990 e, particularmente, nos anos mais recentes (2002-2009), quando o tema se tornou constante.

3 *Carta Capital* é uma revista com tiragem semanal, fundada pelo jornalista Mino Carta em 1994. É voltada ao público interessado em conteúdo mais aprofundado sobre política, cultura e economia. *Carta Capital* segue uma linha editorial assumidamente “esquerdista”. Desde 2008, *Carta Capital* tem uma parceria com a revista inglesa *The Economist*, da qual reproduz, semanalmente, artigos e, mensalmente, cadernos especiais. A revista, de circulação semanal, tem tiragem mensal de 80 mil exemplares, sendo 40% deles destinados para vendas e 60% aos assinantes. Sua principal concorrente é, a também revista semanal, *Veja*. Site: www.cartacapital.com.br. A revista semanal *Veja* foi fundada, em 1968, pelos jornalistas Victor Civita e Mino Carta, tendo uma tiragem superior a um milhão e duzentos mil exemplares. É a revista informativa de maior circulação do Brasil. O total de leitores da revista é de aproximadamente 8.670.000 pessoas e seu público-alvo preferencial se constitui das classes A e B do Sudeste Brasileiro. A linha editorial de *Veja* é conservadora (focada nos temas de interesse e pontos de vista das classes sociais mais abastadas). Mais informações: www.veja.com.br.

4 “Ao substituírem-se as florestas por pastagens ou por culturas agrícolas, o desmatamento modifica as interações físicas e químicas entre os solos, a vegetação e a atmosfera. Isso significa que quando o desmatamento atinge grandes proporções podem ocorrer sensíveis mudanças no sistema de circulação atmosférica que compõe o clima” (NOBRE e GASH, 1997). “As florestas tropicais úmidas são caracterizadas por uma alta taxa de produtividade primária, originando um considerável estoque de acumulação de carbono. A substituição dessas florestas, aliada à prática da queima e a decomposição dessa biomassa, libera para a atmosfera esse elemento, na forma de dióxido de carbono. Esse gás é bloqueador de calor e seu acúmulo na atmosfera pode alterar o balanço de energia do planeta e aumentar a temperatura média da Terra, causando o efeito estufa” (MOLION, 1995 apud SILVA, 2003, p. 39).

na atmosfera nos próximos anos. O fato refletiu os conflitos de interesse das nações e o desconhecimento da maioria da população sobre as possíveis bases para um acordo, as consequências e causas do problema. A solução continua em aberto.

A mídia teve um papel importante nessa discussão, como fonte de informação para a maioria das pessoas. No entanto, quais foram as fontes utilizadas pela própria mídia (pessoas e instituições entrevistadas), especialmente dos veículos impressos de circulação nacional? Quem foram as vozes autorizadas ou selecionadas pelos veículos para informar a população? Quais foram as principais *formações discursivas* que deram base ao discurso jornalístico (FOUCAULT, 1995)? Para responder a estes questionamentos, foram feitas para esta pesquisa, a análise e a sistematização de dados das revistas *Veja* e *Carta Capital* correspondentes ao ano de 2009 e que traziam matérias jornalísticas com temáticas referentes ao aquecimento global, mudanças climáticas, Protocolo de Kyoto⁵ e IPCC (*Intergovernmental Panel of Climate Changes*)⁶.

O referencial teórico que orientou a análise está fundado, principalmente, em autores da Semiologia dos Discursos Sociais, que localizam na disputa do poder simbólico⁷ o eixo que organiza os interesses e estratégias dos agentes sociais. Os textos foram analisados comparativamente, tendo como instrumental metodológico a Análise de Discurso de vertente francesa, entendendo o discurso como uma instância de produção da realidade e razão das lutas políticas pela hegemonia do poder de fazer ver e fazer crer. Compreende-se, desta forma, as relações de comunicação como relações de poder que dependem do capital⁸ simbólico dos agentes e instituições envolvidos, o qual está relacionado às estruturas materiais e institucionais da sociedade (COSTA, 2006a).

O método teve sua origem na década de 1960 e tem como principal proposta analisar as condições de produção do discurso levando em conta três aspectos: o contexto situacional imediato, o contexto institucional e o contexto sociocultural no qual se insere o evento comunicacional (PINTO, 1999). O conceito de “formação discursiva”, do filósofo francês Michel Foucault, também foi utilizado de modo operacional para análise⁹. Segundo o autor, uma formação discursiva se apresenta quando é possível descrever, entre certo número de enunciados, um sistema de dispersão semelhante e quando é possível definir uma regularidade (ordem, correlações, posicionamentos, transformações) entre os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas (FOUCAULT, 1995).

Fontes de Informação: nada é por acaso

As revistas *Veja* e *Carta Capital* tiveram como fontes principais na construção de suas matérias jornalísticas, órgãos do governo federal, universidades e pesquisadores brasileiros e estrangeiros, com destaque para o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, o IPCC. As matérias publicadas pela revista *Veja* se constituíram de reportagens¹⁰ feitas pela própria revista, entrevistas¹¹ (tipo *ping pong*) e

5 O Protocolo de Kyoto é um acordo internacional ligado à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Sua principal característica é o estabelecimento de metas obrigatórias para 37 países industrializados e a Comunidade Européia, no intuito de reduzir os gases de efeito estufa (GEE). Mais informações em: http://unfccc.int/kyoto_protocol/items/2830.php

6 Este artigo foi apresentado inicialmente no I Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA), ocorrido em Aracajú-SE, em maio de 2011, permitindo o debate sobre o tema e sobre a metodologia utilizada para análise.

7 O poder simbólico, conceito caro a Bourdieu, tem suas raízes na teoria durkheimiana, pode ser definido como o poder de construção da realidade, ou seja, do sentido imediato do mundo social. Os símbolos tornam possível o consenso acerca do mundo social e contribuem, desta forma, para a reprodução da ordem social (BOURDIEU, 1998, p. 09). Trata-se da forma transformada de outras formas de poder, portanto, irreconhecível, ignorada como arbitrária. O poder simbólico é baseado em um crédito que aquele que lhe está sujeito dá àquele que o exerce, o que só é possível porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe (COSTA, 2006).

8 “As espécies de capital, à maneira dos trunfos num jogo, são os poderes que definem as probabilidades de ganho num campo determinado (de fato, a cada campo ou subcampo corresponde uma espécie de capital particular, que ocorre, como poder e como coisa em jogo, neste campo). Por exemplo, o volume do capital cultural (o mesmo valerá, *mutatis mutandis*, para o capital econômico) determina as probabilidades agregadas de ganho em todos os jogos em que o capital cultural é eficiente, contribuindo deste modo para determinar a posição no espaço social (na medida em que esta posição é determinada pelo sucesso no campo cultural)” (BOURDIEU, 1998, p. 134).

9 Para o filósofo francês Michel de Foucault, os discursos são uma dispersão, sendo formados por elementos que não estão ligados, à priori, por nenhum princípio. A Análise do Discurso, então, descreve essa dispersão, buscando as regras que regem a formação dos discursos (FOUCAULT, 1995). Disponível também em: <http://www.discursos.ufrgs.br/sead2/doc/clauidiagrangeiro.pdf>.

10 Atividade jornalística, que abrange todas as medidas necessárias à cobertura de um acontecimento. Compreende o planejamento, a pesquisa, a apuração, a observação e a coleta de dados, até o texto final entregue à Redação (ERBOLATO, 1985, p. 269).

11 Entrevistas jornalísticas: informação prestada ao veículo de comunicação, através de respostas ao repórter (ERBOLATO, 1985, p.134).

artigos¹² assinados por jornalistas convidados, ambientalistas e representantes de órgãos governamentais e não-governamentais. Carta Capital, por sua vez, utilizou e reproduziu, primordialmente, matérias da revista *The Economist* e da Agência Envolverde¹³.

Na sistematização dos dados, realizada com as matérias jornalísticas coletadas, observou-se que o viés priorizado do fenômeno aquecimento global foi o político, seguido pelo científico. Indicou-se, deste modo, duas das três principais formações discursivas (FOUCAULT, 1995) nas quais o discurso jornalístico construiu seus sentidos: a política (incluindo aspectos econômicos e empresariais envolvidos e incluídos no discurso político), a ambiental (representada prioritariamente pelo discurso dos representantes de organizações não-governamentais, ONGs) e a científica. O respaldo científico pode ser percebido pela escolha das fontes (pesquisadores e cientistas, especialmente estrangeiros) e pela reprodução e divulgação dos resultados de estudos feitos por revistas especializadas e por institutos científicos de ensino e pesquisa.

A revista *Veja* teve apenas dois entrevistados ouvidos em mais de uma matéria: Élisabeth Laville, consultora francesa em assuntos ambientais, e Bjorn Lomborg, cientista político dinamarquês e cético em relação ao aquecimento global. Quanto à Carta Capital, os principais entrevistados foram Márcio Zimmerman (secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia) e Luís Alberto Figueiredo (negociador-chefe do Brasil em Copenhague). A revista *Veja* também utilizou ONGs como fontes de informação, com destaque para o Greenpeace, enquanto Carta Capital praticamente não as consultou, com exceção da Fundação Amazonas Sustentável, que é resultado de uma parceria entre o governo do estado do Amazonas e o banco Bradesco.

Embora a revista *Veja* mencionasse as ONGs e as utilizasse como fonte, isso não significou que as ONGs fossem retratadas de modo favorável pela revista. Dependendo do posicionamento da revista sobre o assunto e o da própria ONG, a organização era tida como fonte confiável e “sensata” ou como “não civilizada”, “contrária ao progresso” ou “cega” em relação ao fator humano, como no caso da população urbana da Amazônia.

*Sobre o mesmíssimo território instala-se uma outra Amazônia que quer e precisa ser desenvolvida. Nela vivem mais de 20 milhões de brasileiros. São pessoas com carteira de identidade, família para alimentar, filhos na escola, televisão na sala e uma vontade enorme de imitar em tudo o estilo de vida de seus conterrâneos das cidades grandes do Sul. Essas duas dezenas de milhões de almas têm com a floresta uma relação de rapina que nenhuma ONG ambientalista enxerga, por cegueira ou comodismo (Sílvia Rogar e Marcelo Bortoloti, *Veja*, 24/06/2009, edição 2118, p. 102).*

Já o IPCC sempre foi tratado pela revista Carta Capital como uma fonte de total confiança, sem que houvesse questionamento por parte da revista sobre as informações veiculadas pelos cientistas. O escândalo do vazamento de e-mails, por exemplo, ocorrido em novembro de 2009, largamente abordado e criticado pela revista *Veja*, não foi sequer mencionado pela revista Carta Capital¹⁴. O representante do IPCC ouvido por Carta Capital, por exemplo, foi seu vice-presidente, Mohan Munasinghe, enquanto *Veja* ouviu apenas um dos membros do Painel do Clima da ONU em uma de suas matérias jornalísticas, optando por utilizar os relatórios do IPCC em suas reportagens. A revista Carta Capital não colocou em dúvida a existência e o perigo do aquecimento global, enquanto *Veja* não poupou críticas aos defensores da teoria.

12 Artigo jornalístico: matéria divulgada, com assinatura, e na qual são expendidas opiniões e críticas (ERBOLATO, 1985, p. 45).

13 Informações disponíveis em www.envolverde.com.br

14 Em novembro de 2009, *hackers* conseguiram capturar mensagens de e-mail dos cientistas do IPCC trocadas no decorrer dos 13 anos anteriores. Os e-mails foram divulgados na internet e revelaram combinações entre alguns integrantes do IPCC para manter os estudos de cientistas céticos do aquecimento global afastados de revistas científicas especializadas, como a *Nature* e a *Science*. O vazamento manchou a imagem do IPCC, que teve sua credibilidade questionada a partir de então.

Tudo o que os cientistas conseguiram pôr no papel até hoje é que a responsabilidade dos seres humanos é “muito provável”. A expressão foi definida assim no último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o corpo de cientistas reunidos pela Organização das Nações Unidas para tratar do assunto. Isso significa dizer que a emissão dos 50 bilhões de toneladas de gases de efeito estufa pelas chaminés e canos de descarga, todo ano, impacta a vida no planeta, mas a ciência ainda não conseguiu juntar todas as provas necessárias para garantir que essa seja a razão principal (Ronaldo França, Veja, 05/12/2009, edição 2142, p. 175).

Embora utilizasse expressões como “catastrofista”, “turma que fez da molécula de CO₂ a nova trincheira na guerra para sabotar o capitalismo”, e “muitos ambientalistas usam a tática do terror”, a revista *Veja* amenizou seu próprio discurso ao dizer que há exageros e “gente disposta a bater abaixo da linha da cintura” dos dois lados (esse termo foi usado quando se mencionou a suposta descoberta de que o IPCC modificou dados de suas pesquisas e que seus cientistas tentaram manter os cientistas céticos longe de publicações científicas), por isso, na dúvida, a melhor solução seria agir imediatamente: “No campo puramente científico, os dois grupos estariam empatados. Mas a política e a propaganda viraram o jogo para o lado dos catastrofistas, que hoje dão de goleada nos adversários” (Ronaldo França, *Veja*, 05/12/2009, edição 2142, 174).

Outra instituição utilizada como fonte por ambas revistas foi a Consultoria McKinsey. Em *Carta Capital*, a consultoria aparece em uma matéria sobre o custo para combater o aquecimento global. O representante da McKinsey ouvido por *Carta Capital* foi um consultor (Marcus Frank).

No mundo inteiro, estudos tentam calcular o custo da preservação. Um indicador mágico parece girar em torno de 1% do PIB mundial. Em entrevista a Carta Capital, o consultor da McKinsey & Company e expert em mudanças climáticas, Marcus Frank, aposta num valor ainda menor: “O custo seria de apenas 0,5% ou 0,6% do PIB mundial ao ano até 2020” (Denise Ribeiro, Carta Capital, 16/12/09, p. 58).

O setor florestal, que responde por 55% das emissões totais brasileiras, também possui o maior potencial de redução dos GEE: 72% até o ano de 2030. Meta ambiciosa e que requer, segundo o estudo (Caminhos para uma Economia de Baixo Carbono, da McKinsey Consultoria), investimentos socioeconômicos na região amazônica, principalmente nas áreas mais afetadas pelo desmatamento (Denise Ribeiro, Carta Capital, 16/12/09, p. 59).

A mesma Amazônia é citada por *Veja* na matéria “Quanto custa salvar a Amazônia? 17 bilhões de reais ao ano, pouco mais que o valor do Bolsa Família. Esse é o cálculo da consultoria McKinsey, em estudo que aponta formas de reduzir pela metade a emissão do carbono do país”, a qual traz o estudo da consultoria internacional para mensurar o custo financeiro para salvar a região. A revista ouviu o presidente da empresa, Stefan Matzinger.

*As queimadas na Amazônia significam mais da metade dos 2,1 bilhões de toneladas de CO₂ que o Brasil lança na atmosfera a cada ano, deixando o país num constrangedor posto de quarto maior emissor do planeta – atrás apenas da China, dos Estados Unidos e da Indonésia. Conter a devastação da floresta, portanto, é a maior contribuição que o país poderia dar no combate ao aquecimento global. Os consultores definiram propostas específicas para cada uma das atividades exploratórias. “O desafio para a Amazônia não está simplesmente em deter o desmatamento. É preciso incentivar o desenvolvimento de atividades formais, para dar emprego àqueles que hoje vivem da exploração predatória e também elevar o padrão de vida dos 25 milhões de pessoas que habitam a região”, afirma Stefan Matzinger, diretor da McKinsey e coordenador do trabalho (Giuliano Guandalini, *Veja*, 11/03/2009, edição 2103, p. 96).*

Nesta reportagem, o governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi severamente criticado, postura bastante recorrente da publicação, especialmente nas reportagens sobre a política nacional. Em outra reportagem sobre o mesmo tema, Veja utiliza um estudo publicado na revista *Science* para falar dos custos financeiros de preservar a Amazônia, mostrando que eles não são muito altos. O que estaria impedindo a preservação, portanto, seria, a falta de vontade política governamental.

Ao contrário da revista Veja, Carta Capital não dedicou muito espaço à região que é constante alvo da mídia quando o assunto é meio ambiente. A Amazônia apareceu apenas em alguns trechos de matérias jornalísticas que se referiam ao aquecimento global e às mudanças climáticas. Em “Antes que o sertão vire deserto”, a Amazônia foi citada como uma das regiões que seriam mais afetadas pelo fenômeno (juntamente com o Nordeste e Centro-Oeste), em virtude do processo de savanização.

Na Amazônia, o cenário poderá ser devastador, confirmada a expectativa de uma elevação de até 8°C na temperatura média da região. A estimativa neste caso é de mais longo prazo: em 2100, por causa da redução das chuvas e o menor fluxo de água nos rios, o bioma amazônico correrá o risco de entrar em colapso, com a redução em até 40% em sua cobertura florestal. Essas microrregiões serão marcadas por um processo de “savanização”, com um impacto direto na biodiversidade e nas condições de vida das populações ribeirinhas (Luiz Antonio Cintra, Carta Capital, 02/12/09, p.57).

Carta Capital, como mencionado, reproduz reportagens e usa a revista inglesa *The Economist* como sua principal fonte de informação sobre o tema, o que justifica a grande quantidade de institutos de pesquisa e entrevistados internacionais. Com isso, soma à sua, a credibilidade do periódico inglês, que assume um posicionamento próximo ao que Carta Capital adota ao abordar os temas ambientais, direcionando o foco para os desdobramentos políticos e econômicos destes.

A revista Veja também destaca o aspecto econômico em suas reportagens, inclusive quando o tema foi a discussão sobre o Novo Código Florestal brasileiro¹⁵, mas reitera a necessidade de preservar o ambiente e a necessidade igualmente relevante, segundo a revista, de fortalecer a economia. O posicionamento diferenciado das duas publicações se torna mais evidente quanto à ênfase de Carta Capital em afirmar, com base em dados econômicos, que a luta contra as mudanças climáticas é prioridade.

Na zona costeira, os prejuízos podem chegar de 136 bilhões a 207,5 bilhões de reais, segundo o levantamento. Melhor investir em políticas preventivas e de gestão, orçadas em 93 milhões de reais por ano ou 3,72 bilhões de reais até 2050. Bem menos que os 27 bilhões de reais de desoneração fiscal e outros incentivos anunciados neste ano pelo governo federal para conter os efeitos da crise financeira mundial (Denise Ribeiro, Carta Capital, 16/12/09, p. 58).

Em São Paulo, o agronegócio deixaria de faturar 8 bilhões de reais por ano. “Para além dos prejuízos imensos, isso teria um efeito negativo sobre o ambiente, porque tudo o que deixar de ser plantado no Sul e Sudeste vai migrar para as novas fronteiras agrícolas, onde a terra é mais barata e a fiscalização ambiental menos eficiente”, diz o engenheiro agrônomo José Sidnei Gonçalves, pesquisador do Instituto de Economia Agrícola, em São Paulo. Ou seja, recuperar a reserva legal nessas regiões de colonização antiga aumentaria, indiretamente, o desmatamento na Amazônia (Diogo Schelp, Veja, 16/12/2009, edição 2143, p. 146).

¹⁵ Informações sobre o novo Código Florestal brasileiro podem ser obtidas em <http://www.wwf.org.br/informacoes/?27443/Codigo-Florestal-Entenda-o-que-esta-em-jogo-com-a-reforma-de-nossa-legislacao-ambiental>.

Mesmo quando Carta Capital trata dos efeitos na economia das mudanças climáticas, o que ocorre com frequência por causa da utilização de textos da *The Economist*, nota-se um destaque para as populações de países pobres, que sofrerão mais com as consequências do aquecimento global. Percebe-se uma visão de tipo humanista que se sobrepõe à “frieza” que costuma permear o pensamento econômico. O foco principal da revista Veja, por sua vez, além da ênfase nas consequências ambientais, são o comércio internacional e as economias mais fortes.

O paradoxo do aquecimento é que, conforme o gelo derrete, o Oceano Ártico se abre à navegação e viabiliza a exploração de riquezas até então intocadas. Estima-se que a região concentre 13% das reservas de petróleo e 30% de todo o gás natural do planeta. Cinco países que fazem fronteira com o Círculo Polar Ártico (Estados Unidos, Canadá, Rússia, Noruega e Dinamarca) disputam o controle desses recursos (Thomaz Favaro, Veja, 23/09/2009, edição 2131, p. 108).

Os pesquisadores responsáveis pelo estudo, contudo, são os primeiros a alertar para as limitações da análise. As informações disponíveis sobre os prejuízos possíveis na zona costeira do País – perto de 207,5 bilhões de reais – leva em conta apenas os bens materiais sujeitos à elevação do nível do Atlântico. Não contabilizam, por exemplo, o custo de deslocamento de parcelas da população que vive hoje em regiões críticas (Luiz Antonio Cintra, Carta Capital, 02/12/09, p.57).

Nota-se, no entanto, que Carta Capital aparenta isentar-se da defesa de qualquer dos lados em seus textos, ao colocar, por exemplo, os argumentos do governo e dos ambientalistas sobre a implantação de novas usinas nucleares no Brasil ou ao tratar do crescimento sustentável da matriz energética brasileira. Porém, entre as fontes citadas ou entrevistadas, as governamentais são predominantes. Vale lembrar que os órgãos do governo federal são os principais anunciantes da publicação. A única representante dos ambientalistas entrevistada foi Marina Silva, e ainda assim, na época em que ela era senadora, não deixando de ser, portanto, uma fonte próxima ao governo.

Em “É Melhor prevenir” de Carta Capital, os governantes da região aparecem como grandes defensores de propostas que aliam o desenvolvimento social e a preservação da Amazônia, juntamente com os ambientalistas:

Ou seja, gerar empregos e renda para a população, além de incentivo às práticas de manejo sustentável, cuidar da regularização fundiária, aumentar a presença do Estado no monitoramento florestal - iniciativas que os líderes da região, ambientalistas e governadores amazônicos, defendem há muito tempo (Denise Ribeiro, Carta Capital, 16/12/09, p. 59).

Já na entrevista do ex-ministro Rubens Ricupero, o tom é mais condizente com a realidade brasileira, considerando que muitos governos se omitem da responsabilidade de combater a degradação ambiental - alegando falta de incentivo financeiro, ou contribuem diretamente para que ela aconteça, fornecendo subsídios para empresas, madeireiras e similares.

RR: *Da minha experiência como ministro, concluí que dar aos estados e municípios a atribuição do licenciamento ambiental seria uma loucura. Ao contrário do que ocorre na Europa, onde vigora o princípio de que se deve dar mais poder à autoridade local, já que quanto mais próxima do problema, supostamente é mais capaz de resolvê-lo. Acontece que, no Brasil, na Amazônia, não há distinção entre os devastadores e os políticos, sobretudo os prefeitos, com algumas poucas exceções, convém mencionar (Luiz Antonio Cintra, Carta Capital, 10/ 06/ 09, p. 38).*

A Conferência de Copenhague

A COP 15 teve grande destaque tanto na revista Veja quanto em Carta Capital. A temática, no entanto, rendeu mais matérias em Veja, que fez comparações entre as ações dos países desenvolvidos e emergentes, sendo que os últimos foram caracterizados em muitos momentos como “empecilhos” para a implementação de acordos. Também foi colocada uma “oposição” entre crescimento econômico e combate às mudanças climáticas. As reportagens questionaram a confiabilidade do IPCC e as causas e consequências do aquecimento global, afirmando, inclusive, que “o fenômeno climático que se quer combater é pouco conhecido, mas as consequências econômicas e sociais de limitar o crescimento são bem conhecidas e trágicas” (Ronaldo França, VEJA, 07/11/2009, p. 94).

Uma matéria de 25 de novembro de Veja, intitulada “Ainda há Esperança”, começa de modo pessimista, relatando a indisposição dos Estados Unidos e da China em levar metas para a reunião da COP15, explicando a seguir que, visto que estes dois países são os maiores poluidores do mundo, todas as outras propostas os tomariam como pauta. Em seguida, a matéria jornalística tenta mostrar que “nem tudo está perdido” e que sempre haverá outras reuniões.

A falta de uniformidade entre os discursos dos cientistas e o escândalo do vazamento de e-mails de pesquisadores do IPCC (nos quais se falava em impedir que cientistas céticos do aquecimento global tivessem seus estudos publicados) serviram de justificativa para a forma “agressiva” com que Veja passou a se referir ao IPCC e aos defensores da teoria do aquecimento global, embora sem jamais abandonar o discurso de que na dúvida, é melhor lutar contra o fenômeno climático.

Como é fácil de ver, essa discussão, nos termos em que vem sendo travada em muitos círculos, nada tem de científica. Os próprios cientistas têm uma montanha de culpa no cartório por se comportarem como místicos divididos sobre quantos anjos podem se equilibrar na cabeça de um alfinete em um assunto do mais alto significado para todos (Ronaldo França, Veja, 05/12/2009, edição 2142, 174).

A Conferência de Copenhague ganhou visibilidade também nas páginas de Carta Capital, principalmente pelas expectativas que se geraram em torno da possibilidade de um acordo para reduzir os GEEs (Gases do Efeito Estufa). Os grandes protagonistas da COP-15 certamente foram Estados Unidos e China, dos quais se esperava maior flexibilidade, por serem eles os responsáveis pela maior parte das emissões mundiais – além do fato de que a população mundial estava depositando esperanças em Barack Obama, o novo presidente norte-americano. No entanto, o “frenesi” foi acompanhado também pela desconfiança, devido aos resultados de conferências climáticas anteriores. Copenhague parecia destinada ao fracasso antes mesmo de começar.

Não há clima para salvar o clima na Cúpula de Copenhague. Ponto. Toda aquela gigantesca expectativa de que se iria pavimentar um acordo agora em dezembro, limitando a emissão de CO2 para que a Terra aqueça “apenas” 2% até 2020 (o Plano 450), desmanchou-se no ar (Antônio Delfim Neto, Carta Capital, 25/11/09, p.38).

Nas matérias de Carta Capital há uma clara divisão dos países da COP-15 em dois grandes grupos: “desenvolvidos” contra “subdesenvolvidos”, “pobres” contra “ricos”, ou os Estados Unidos contra o resto do mundo. Essa bipolaridade girou em torno da atribuição das responsabilidades pelo aquecimento global e da definição do custo da prevenção e de quem deveria pagá-lo. Neste “confronto”, os países desenvolvidos foram colocados pela revista como os responsáveis históricos pelo aquecimento global: “É amplamente aceito que, já que o mundo desenvolvido é responsável por jogar 200 anos de dióxido de carbono na atmosfera, ele deveria ajudar os países em desenvolvimento a se adaptar à mudança climática” (CARTA CAPITAL, 16/12/09, p. 51).

O discurso de Veja, por sua vez, enfatizou a dificuldade dos países subdesenvolvidos em estabelecer metas. Além disso, Carta Capital desacreditou os cientistas céticos, afirmando em suas páginas não haver outra explicação para os eventos climáticos extremos que o planeta tem testemunhado. Não se abordou, como foi mencionado, o escândalo referente ao vazamento de e-mails dos cientistas do IPCC e a instituição tão pouco foi posta em dúvida, em outra flagrante oposição ao discurso da revista Veja.

Conclusão

O ano de 2009 foi marcado pelo debate sobre as mudanças climáticas, assunto principal na COP 15 de Copenhague e no restante do mundo. Duas publicações nacionais deram amplo destaque ao tema: as revistas semanais Veja e Carta Capital, mas com enfoques diferenciados. O derretimento do Ártico, por exemplo, uma das supostas consequências do aquecimento global, foi tema de duas matérias da revista Veja¹⁶, enquanto que em Carta Capital, o assunto não rendeu matérias.

Ambas primaram por uma abordagem de cunho econômico, embora Veja tivesse dado um destaque mais expressivo em suas páginas às consequências ambientais. Mesmo quando Carta Capital tratou sobre os efeitos das mudanças climáticas na economia, o que ocorreu com frequência por causa da utilização de textos da *The Economist*, pode-se notar a frequente menção às populações de países pobres. O foco principal da revista Veja, por sua vez, além da ênfase nas consequências ambientais, foram o comércio internacional e as economias mais fortes.

As revistas Carta Capital e Veja utilizaram, primordialmente, fontes de informação estrangeiras ao tratar do aquecimento global e temas relacionados, estando a ONU e os órgãos ligados a ela, especialmente o IPCC, entre as instituições internacionais mais citadas. Vale ressaltar, porém, que, enquanto Veja pôs em dúvida a credibilidade do IPCC devido ao vazamento de e-mails dos cientistas ocorrido em novembro de 2009, Carta Capital tratou o IPCC como uma fonte praticamente inquestionável.

Na sistematização das informações, observou-se que o viés priorizado do fenômeno aquecimento global foi o político, seguido pelo científico. Indicou-se, deste modo, duas das três principais formações discursivas (FOUCAULT, 1995) nas quais o discurso jornalístico construiu seus sentidos: a política (incluindo aspectos econômicos e empresariais envolvidos e incluídos no discurso político), a ambiental (representada prioritariamente pelo discurso dos representantes de ONGs) e a científica. O respaldo científico pode ser percebido pela escolha das fontes (pesquisadores e cientistas, especialmente estrangeiros) e pela reprodução e divulgação dos resultados de estudos feitos por revistas especializadas e por institutos científicos de ensino e pesquisa.

A consultoria McKinsey também apareceu como uma das instituições estrangeiras mais citadas em ambas publicações. Em Carta Capital, a consultoria é mencionada com frequência em matérias que tratam do custo com a prevenção, já em Veja, as informações da mesma instituição são utilizadas como um elemento político de crítica ao governo federal (“falta vontade política”). Nacionalmente, Carta Capital optou por adotar como principais fontes de informação, os órgãos e pessoas ligadas ao governo federal. Dentre as onze instituições nacionais mais citadas, apenas três não eram ligadas a ele: USP, Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia- COPPE e Instituto Ethos. Em Veja, embora os órgãos ligados ao governo (como o Ministério do Meio Ambiente) aparecessem dentre as instituições mais citadas, a revista os caracterizou, em muitos casos, como “não realistas” ou “irresponsáveis”.

As ONGs praticamente não apareceram nas páginas de Carta Capital, a única ONG ambiental citada nominalmente surgiu de uma parceria entre o governo do Amazonas e o Bradesco. Em Veja, as ONGs tiveram sua caracterização geralmente variando de catastrofistas a confiáveis. No primeiro caso, quando estas supostamente ameaçavam o desenvolvimento econômico e, no segundo, quando também se colocavam contra o governo.

16 “Onde está o efeito estufa? O frio verão no Brasil e o inverno forte na Europa significam que o aquecimento global é lenda? O Ártico demonstra que não”, de 14/01/09 e “Um atalho no gelo: pela primeira vez na história, navios cargueiros fazem pelo Ártico a rota entre a Ásia e a Europa. A proeza é uma triste consequência do aquecimento global”, de 23/09/09.

Veja assumiu uma postura precavida, afirmando que, na dúvida, é melhor combater os fatores que geram as alterações no clima. Já Carta Capital adotou a postura de que a melhor saída é a prevenção, assumindo que os fenômenos ligados às mudanças climáticas são reais e urgentes. A Amazônia, apesar de sua importância econômica, social e ambiental para o país e para o mundo não recebeu destaque significativo em nenhuma das duas publicações. Os chamados amazônidas, igualmente, não foram fontes recorrentes para as revistas.

Referências

- ALEXANDER, R. B. **Aquecimento Global: alarme falso**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2010.
- ANGELO, C. **O Aquecimento Global**. São Paulo: Publifolha, 2008.
- BLUCHEL, K.G. **A fraude do efeito-estufa: aquecimento global, mudança climática: os fatos**. São Paulo: Publishing House, 2008.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- COSTA, L; CUNHA, K; SILVA, K. A Utilização das Fontes na Construção da Notícia: uma análise do discurso das revistas Veja e Carta Capital sobre as mudanças climáticas. **1º Encontro Interdisciplinar de Comunicação Ambiental (EICA)**, 2011, Aracaju. Anais... Aracaju, UFS: 2011. 1 CD –ROM.
- COSTA, L. **As Mudanças Climáticas na pauta da mídia impressa brasileira: informação e desinformação na construção de políticas públicas para a Amazônia**. Projeto de Pesquisa apresentado ao CNPq. Edital de Ciências Humanas. Maio de 2010. Mimeo.
- _____. **Palavras Verdes: análise discursiva da cobertura da imprensa sobre meio ambiente (2002-2006)**. Relatório Técnico. CNPq, Setembro de 2008. Mimeo.
- _____. **Comunicação e Meio Ambiente: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 2006a.
- _____. O esverdeamento da imprensa. **Estudos em Jornalismo e Mídia da Universidade Federal de Santa Catarina**. v. III, n.2, 2º semestre de 2006b, p.41-54.
- ERBOLATO, M. **Dicionário de propaganda e jornalismo**. São Paulo: Editora Papirus, 1985.
- FARIS, S. **Mudança Climática: forecast**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
- FERREIRA, L. da C. F. **A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. RJ: Forense Universitária, 1995.
- FURRIELA, Rachel Biderman. **Introdução à mudança climática global: desafios atuais e futuros**. Santarém: IPAM, 2003.
- GARVEY, J. **Mudanças Climáticas: considerações éticas**. São Paulo: Ed.Rosari, 2010.
- GIDDENS, A. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL. **Alternativas ao Aquecimento Global**. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2007.
- MARUYAMA, S. **Aquecimento Global?** São Paulo: Oficina de Textos, 2009.
- OLIVEIRA, S. M. B. de. **Base Científica para a Compreensão do Aquecimento Global**. In: Aquecimento Global: frias contendas científicas. José Eli da Veiga (Org.). São Paulo: Editora Senac, 2008.
- ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**. Princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 5ª Edição, 2003.
- PINTO, M. J. **Comunicação e Discurso: introdução à análise de discursos**. São Paulo: Hackers Editores, 1999.

SILVA, M. M. **Projeto Roça Sem Queimar**: uma proposta de manejo agroecológico para região da Transamazônica - Pará. Dissertação de Mestrado. UFSC: Florianópolis, Abril de 2003. Mimeo.

SILVA, R. S. (Org.) **Discursos simbólicos da mídia**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

SPINK, M. J. P. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIGUEIRO, A. Meio Ambiente na Idade Mídia. In: **Meio Ambiente no Século 21**. André Trigueiro (Coord.). Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 4ª ed., 2005, p.75-89.

Belém Imaginária: marcas do imaginário amazônico em uma HQ



Leandro Raphael Nascimento de Paula
Maria Ataíde Malcher



Belém Imaginária: marcas do imaginário amazônico em uma HQ

Leandro Raphael Nascimento de Paula
Maria Ataíde Malcher

Estruturas Significantes

Datam do fim do Paleolítico¹, por volta de 35.000 anos atrás, algumas das primeiras manifestações artísticas do homem. Desenhos, como os que podem ser encontrados nas paredes de Altamira ou Lascaux, geralmente representavam a luta dos caçadores com mamutes ou bisões. Há certo consenso de que esses desenhos teriam uma função específica: “representando, ou melhor, prefigurando o encontro com o animal na floresta, o caçador imaginava garantir, com uma operação mágica, o sucesso da luta da qual dependia sua existência” (ARGAN, 2003, p. 24).

O excerto destacado também indica uma qualidade das figurações nas cavernas, seu status de narrativa. Isto é, ao se constituir como parte de uma ritualística mágica, o ato de pintar as paredes das grutas também contava histórias. Com um referente de sua realidade empírica os homens do Paleolítico superior narravam, refletiam sobre suas experiências e as partilhavam com os outros.

Além disso, eram obras extremamente sintéticas, as formas eram reduzidas ao mínimo possível, e de forte caráter pictórico², isto é, expressavam movimento, o que é bastante lógico, considerando que se tratavam de representações de caçadas. Características que lhes renderam a admiração dos artistas modernos, em especial Picasso, que lhes atribuíam o lugar de “grau zero” da arte (ARGAN, 2003).

Isso também é mote para tratarmos uma das principais adaptações, no sentido biológico do termo, do homem, o **desenvolvimento da cultura**. A cultura não surgiu como um passe de mágica na história do homem, em seus componentes material e simbólico para a alteração do meio, afinal o desenvolvimento de uma ferramenta envolve a concepção ou percepção da possibilidade de utilização da mesma, ela foi lentamente passando por um processo de seleção, assim como nossa dieta e características físicas, como a posição ereta (GEERTZ, 1989). Contudo, a cultura foi determinante para a forma como respondemos aos estímulos da natureza, pois passamos a dar respostas calcadas em características culturais ao invés de recorrer aos instintos³.

Dessa forma, os aparatos simbólicos e materiais das culturas foram se desenvolvendo e se transformando, adotamos inúmeras formas de organizar e sistematizar o conhecimento gerando ao longo do tempo, bem como as formas de repassá-lo, por exemplo, as escolas. Contudo, antes da existência de escolas e livros o saber e, portanto, o conhecimento podia ser passado de forma bastante sofisticada, por exemplo, por pinturas em cavernas, que além de rituais, constituíam *narrativas*. Continuando esse passeio pela história, os gregos utilizavam a poesia épica para ensinar, era através dela que se tinha acesso ao seu passado e a formação do mundo, portanto, para os gregos, a poesia épica esta sedimentada na memória (BAKHTIN, 2002, p.405).

1 Período que vai de 650.000 – 10.000 a.C, dividido em inferior, médio e superior. As manifestações encontradas nas cavernas datam do último período, o superior (ARGAN, 2003, p. 22).

2 Wofflin (2006) destaca algumas características formais da arte que foram mais preponderantes em alguns momentos da História da Arte. Sempre divididas em pares, o primeiro trata do pictórico e do linear, o primeiro correspondendo ao uso da técnica que não deixa os limites dos corpo bem definidos de forma a simular a noção de movimento.

3 As questões de cultura animal não serão tocadas nesse trabalho, pois além de não serem pertinentes à discussão, apenas nos afastariam da linha de raciocínio aqui esboçada.

Há, então, algo que nos aproxima tanto do homem Paleolítico quanto da criança que não resiste a dar asas à imaginação em uma parede, ao delinquente com um *spray* e ao poeta clássico: uma incontável vontade/necessidade de nos manifestar seja para ensinar ou para dar ordem ao caos que vivenciamos no mundo. Uma das formas mais comuns de fazê-lo é por meio das narrativas que contêm imagens mentais ou materiais. Qualquer um que invista algum tempo falando com uma criança sobre a parede que essa acabou de “decorar”, provavelmente, descobrirá uma intrincada narrativa, mesmo que essa seja construída ao sabor da conversa.

O ato de contar histórias está enraizado no comportamento social dos grupos humanos – antigos e modernos. As Histórias são usadas para ensinar o comportamento dentro da comunidade, discutir morais e valores, ou para satisfazer curiosidades. Elas dramatizam relações sociais e os problemas de convívio, propagam idéias ou extravasam fantasias (EISNER, 2008, p.11).

Por esta razão a opção de Eisner (2008) por introduzir suas reflexões sobre História em Quadrinhos (HQ) a partir de lições e discussões feitas por homens das cavernas se fez bastante oportuna para esta introdução. Além de ser um livro sobre HQ *Narrativas Gráficas* é um livro que trata também da capacidade do homem de contar histórias, nesse caso, por uma mídia específica, as revistas de histórias em quadrinhos.

O formato dos quadrinhos, nascido mais propriamente no final do século XIX⁴, esteve por muito tempo atrelado às tiras diárias de jornal. Quando passaram a “possuir” uma mídia própria, algumas convenções sobre sua linguagem já estavam, de certa forma, sedimentadas (SOUZA, 2007, p. 18). Mas quais seriam as ditas convenções da linguagem dos quadrinhos? Em sua *Leitura de “Steve Canyon”*, por exemplo, Eco (2006) destaca a existência de elementos iconográficos que reportam a estereótipos, de outros gêneros ou próprios dos quadrinhos, para a visualização de metáforas construídas na narrativa. A representação gráfica das personagens, os comportamentos destas e seu papel na história, isso tudo se reporta aos esquemas narrativos conhecidos do público, seja porque este os conhece dos romances populares, dos filmes, da ópera ou do teatro.

Segundo Baker (apud SILVA, 2001, p. 6) os quadrinhos “tem acumulado um grande número de convenções para expressar fala, movimento, emoções, relações de causa e efeito, o envolvimento do leitor e a natureza física de seus personagens”. Isto é, os quadrinhos, narrativas ao mesmo tempo verbais e visuais, tem uma gramática própria para se expressar, utiliza-se de estereótipos, da construção dos quadros, da forma dos balões, das onomatopéias, tudo isso para, em uma realidade bidimensional, criar mundos ou bosques da ficção⁵. Em sua aula inaugural para o curso de semiologia literária, no *Collège de France*, Barthes (2007) falou da teimosia da literatura de representar, pois a representação nunca poderá apresentar o objeto de forma integral, caso o fizesse se tornaria o próprio objeto representado, e como ela(a literatura) luta também contra língua jogando com os signos, usando-os para subvertê-la e, conseqüentemente, a ordem também. O autor se referia a atividade literária, porém, sua própria noção de texto era tão ampla que tomamos a liberdade de ampliar esse jogo para a atividade simbólica em geral e entender como este se constitui nos quadrinhos.

Na proposta aqui apresentada, fez-se uma relação entre essa possibilidade do jogo com o simbólico que a HQ *Belém Imaginária* (NAZARENO et al, 2004) propicia e propôs-se a discussão de como esta se relacionou tanto com dados conhecidos do imaginário quanto com os de uma experiência globalizada. É importante considerar que para este exercício analítico comungamos com a proposta de Bachelard (1990) que considera o imaginário como uma instância dinâmica ligada a imaginação. Dessa forma, desprende-se o imaginário da concepção de um grupo de elementos culturais fixos, recolocando-o dentro da dinâmica da cultural, na qual tais elementos são revistos, hibridizados e se transformam.

4 Martín-Barbero (2006) entende que as bases da arte sequencial já estavam presentes nos retábulos das igrejas, que se desenvolvem na iconografia popular, cujo “ponto de chegada” é a história em quadrinhos.

5 Referência à expressão “Bosque da Ficção” cunhado por Eco (1994).

Floresta da Ficção

Belém Imaginária é uma revista em quadrinhos e foi apresentada como resultado de uma das Bolsas de Pesquisa, Criação e Experimentação Artística do Instituto de Arte do Pará (IAP), em 2004. A bolsa é ofertada anualmente e os contemplados apresentam os resultados durante a semana de exposição, na qual normalmente são apresentadas peças, exposições, vídeos e, em 2004, uma História em Quadrinho (HQ). A venda foi restrita a loja do IAP.

A revista tem a autoria partilhada por Volney Nazareno, Carlos Paul, Fernando Augusto e Otoniel Oliveira. O trabalho foi colorizado com a técnica de aquarela. No final há um breve manual sobre as fases de produção de uma história em quadrinhos e as opções do momento da produção, a parte gráfica foi toda desenhada à mão, apenas o letramento (falas e onomatopéias que compõem a obra) foi digital.

A publicação conta a história de Saulo (fig. 1), um menino que acorda em uma cidade desconhecida e fantástica. Perdido, o garoto acaba acuado por homens e uma anta antropomorfizada, mas é ajudado por Iaçá (fig. 1), uma garota indígena com poderes mágicos, protetora das tradições, Enilson (fig. 1), um mico “invocado” inspirado em Che-Guevara, e o Mapinguary (fig. 1), que os acompanha em sua aventura.

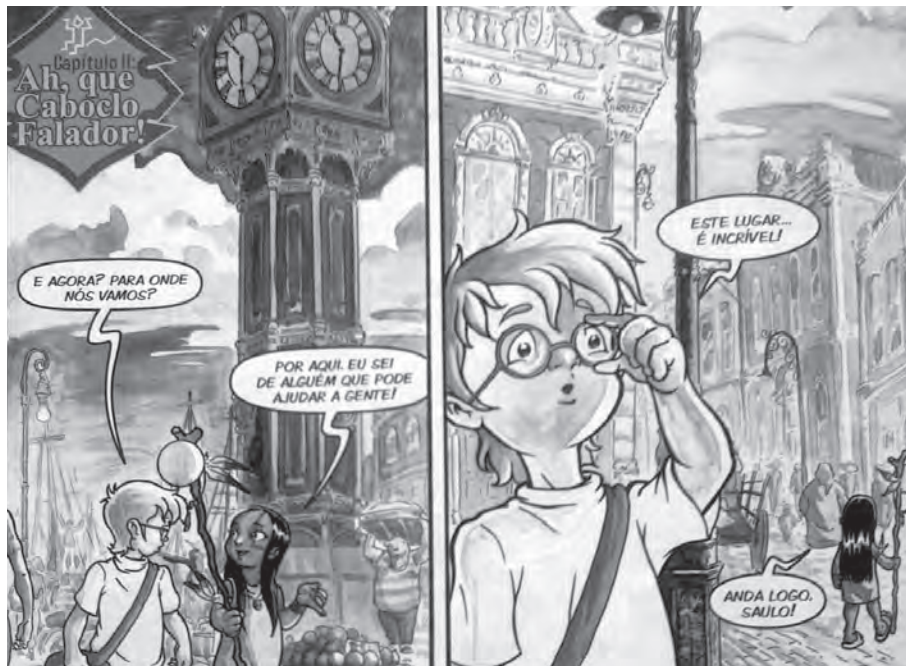


A capa de *Belém Imaginária* (Fig 1)

Com a reunião dessas personagens inicia-se a jornada para devolver Saulo ao seu mundo, aventura que envolve uma passagem por toda a cidade e o encontro com vários personagens comuns ao imaginário amazônico, porém este está longe de ser uma coleção de tradições fixas no tempo, como é senso comum ao se pensar sobre imaginário. As opções dos autores nos encaminham por uma floresta da ficção, pois envolveu o levantamento de termos, expressões do linguajar local⁶, tanto as utilizadas na capital, quanto as mais comuns nas regiões próximas, e pesquisa sobre como transpor as representações de lendas comuns à tradição oral ao quadrinho.

⁶ A obra utiliza inúmeras expressões, com seus devidos significados, como: papa xibé, abilolado, sumano, ratos d'água.

Belém Imaginária mescla esse levantamento a pontos conhecidos da cidade, a Belém ficcional é e ao mesmo tempo não é Belém. Encontram-se transpostos, na narrativa do quadrinho, o Distrito de Icoaraci, aqui representado pelo significado de seu nome “De frente para o Sol”, o Ver-o-Peso, a Praça do Relógio, o bairro da Cidade Velha, a Praça da República, a Rua José Malcher e cenários da mata próxima à cidade, ambientes da realidade empírica presentes no mundo ficcional. A saída de um quadro da história em quadrinho para outro nos transporta para esses ambientes, cujo referente é Belém, mas que não seguem necessariamente a exata geografia do local, como podemos observar pela figura 2, na qual até o terceiro quadro estamos na praça do relógio do Ver-o-Peso, mas no quarto Saulo está de frente a uma placa que indica Icoaraci.



A troca de cenários na revista não obedece à exata geografia da cidade (Fig. 2)

Opções que não são aleatórias, ainda que, quem sabe, não tenham sido todas feitas conscientemente, elas trazem do seu referente elementos marcantes na construção imagética da cidade: a relação ambígua com o Ver-o-Peso, uma enorme feira livre que apresenta parte da diversidade e dos encantos, literalmente, do regional, mas também um local perigoso, no qual um menino, cujo aspecto o “denuncia” de imediato como “estrangeiro”, torna-se uma possível vítima de violência; os resquícios da Belle Époque da borracha, quando a cidade era um lugar economicamente estratégico e de grande efervescência cultural. Um lugar cercado por uma floresta exuberante, mas que pode ser hostil àqueles que a desconhecem. Além disso, por um lado, uma clara divisão entre a cidade que ainda guarda a memória da colonização portuguesa, que, por outro lado, contrasta com uma enorme cidade de palafitas.

Encontramo-nos num mundo ficcional que, tanto para aqueles que desconheçam Belém, quanto para aqueles que a conheçam, nos transporta para a cidade a partir dos elementos visuais e verbais. A revista se apropria de lugares do referente para nos oferecer certa noção de realidade num mundo povoado pelo fantástico, passeia por lendas urbanas, como as passagens secretas das igrejas, cujo subterrâneo teria sido usado pelos cabanos, e também pelo imaginário local.

Esse passeio nos é trazido de uma forma bastante específica, a revista é dividida em cinco capítulos (I – Sabor do açaí, II – Ah, que caboclo falador, III – Toca da cobra, IV – Branco e preto, luz e trevas, V – Coração

sonhador), uma indicação da serialidade da obra e de sua linearidade, cada capítulo desenvolve parte da trama e deve ser lido, de preferência, na ordem em que nos é oferecido, e seu sentido só se completa ao final da leitura, para tanto cada final de capítulo deixa algo a ser resolvido, um gancho de ação, como o sumiço de Saulo no final do capítulo IV. Essa é uma estratégia para tentar garantir a leitura na íntegra, mas também de organização de como os elementos do imaginário foram divididos. A cada capítulo, somos introduzidos e conduzidos a uma parte do que a obra representa sobre a cidade e o imaginário que a permeia.

Uma floresta da ficção que nos remete a formas de identificação locais bastante específicas, mas, conforme discutiremos mais à frente, também nos apresenta outras, que igualmente passaram a integrar este imaginário. Numa realidade globalizada, ainda que a integração promovida pela globalização seja desigual, portanto nem todos vivenciam o fenômeno com a mesma intensidade, as tensões entre o local e o global formam um contexto no qual o sujeito precisa responder e se posicionar muito rapidamente aos estímulos a que é exposto, gerando deslocamentos nos quais se abrem espaços para as outras formas de identificação como nunca visto antes (HALL, 2006).

Wolton (2006) afirma que estamos o tempo todo divididos entre uma forma de identidade relacional e outra de refúgio, e mais do que uma homogeneização cultural, a globalização nos trouxe de volta “o peso da história”, por isso as identificações locais, foram muitas vezes reforçadas. O trabalho de olhar e ler *Belém Imaginária* nos possibilita indagar sobre essas tensões e disputas entre o local e o global presentes na história em quadrinho analisada.

O que é do local (?)

Dutra (2005) nos apresenta visões midiáticas bastante distintas, mas não desconectadas, sobre a Amazônia. De um lado uma visão idílica da exuberância de um lugar ainda por ser descoberto, detentor de potencial para a resolução dos problemas ambientais do planeta, e demograficamente vazio, cujos habitantes são invisibilizados e incapazes de gerir a região. Do outro lado, e isso está diretamente ligado a concepção de indolência e da falta de empreendedorismo e da capacidade de gestão regional por parte dos habitantes, está a Amazônia ameaçada, um patrimônio do mundo que pode desaparecer a qualquer momento e por isso precisa ser preservada.

Em ambas há algo comum, a invisibilidade da população local, um grupo que supostamente viveria numa espécie de bolha histórica, na qual estão congelados no tempo em imagens anacrônicas de povos tradicionais, que realmente existem, porém não estão presos à época da construção de seu estatuto de “povo tradicional”, quem sabe foi a palavra tradição e a forma como a tradição é construída que determinaram essa pseudo-extradição deste grupo da história contemporânea.

O autor identifica raízes históricas desses discursos sobre a floresta, demonstrando como eles remontam a discursos próximos da colonização, os quais a viam de forma ambígua como símbolo da Idade do Ouro, mas também como o inferno verde. O próprio sentido simbólico de floresta provoca certa dualidade, quando nos remete àquele lugar de florescimento, de abundância de vida, um lugar cheio de árvores, elas mesmas símbolos do eixo do mundo, porém que também esconde perigos da natureza devoradora e ocultante da razão (CIRLOT, 2005 verbete árvore, p. 98 e floresta, p. 257)

Estas são visões, segundo Dutra (2005), do exterior, perspectivas sobre a região, a partir de um olhar “estrangeiro” – usado entre aspas porque mesmo as outras regiões do país e parte do amazônidas partilham-na. Ainda que desconheçamos uma vasta bibliografia de quadrinhos sobre o tema “Amazônia”, há pelo menos duas minisséries, uma em quatro edições, chamada *Terra 1*, de 1998, e outra em cinco edições, *Spirit of Amazon*, também de 1998, que nos confirmam esta perspectiva preponderante sobre o olhar para a Amazônia.

Ambas tratam o tema pelo viés do problema da degradação ambiental e mostram pouca intimidade com a região, há a ressalva de que *Terra 1* estaria se referindo ao planeta como um todo, mas a região amazônica é o destaque do que deve ser preservado, ainda que seja feito “a peso de bala”.

A única aparição de amazônidas se dá com a presença de índios em *Spirit os Amazon*, na narrativa eles devem ser salvos e a personagem que mais entra em contato com eles é uma mulher loira com asas de anjo, e dos madeireiros em *Terra 1*, que devem ser parados, a tiros se for necessário. Além disso, a floresta é muitas vezes retratada de uma vista aérea, mostrando um dossel⁷ alto e fechado, típico de floresta clímax, que nos remete às *money shots*.

Como é, então, a Amazônia da HQ *Belém Imaginária*?

Primeiramente, temos de nos ater ao fato de que revista retrata a Amazônia a partir da capital do estado do Pará, informação importante, porque a cidade de Belém encontra-se mais ao norte, longe do arco do desmatamento, e a temática da publicação não versa pela discussão ambiental. Uma cidade que, vista do alto, parece encravada no verde e à noite, para aqueles que viajam de avião, ela está próxima de inúmeros focos de luz por toda a extensão dos rios, como sinais para quem está olhando do alto.

A *Belém Imaginária* retrata uma Amazônia de rios. Para uma população que vive na maior bacia hidrográfica do mundo é bastante natural que os rios sejam parte importante do imaginário. A floresta ali retratada é a de várzea⁸, e as vias a percorrer são os rios. Mais importante, a Amazônia retratada na revista é um lugar povoado, com habitantes dos mais diversos, desde seres antropomorfizados que mesclam características de animais da fauna regional a estereótipos humanos, como por exemplo: os trabalhadores do porto ou do Ver-o-Peso são urubus, e a atitude deles denota que a relação se dá pela quantidade e proximidade da espécie com os locais de trabalho desses tipos sociais, não pelo sentido negativo normalmente atribuído à espécie. O enorme, desajeitado e gentil peixe-boi é dono de um bar; o boto cor-de-rosa veste-se como o um malandro de respeito, de terno branco e gravata, nos lembrando daquele homem que seduz as moças que se atrevem a chegar próximo ao rio durante o período menstrual. O negro, o ribeirinho, o homem elegante da Belle Époque e, inclusive, o índio estão presentes quando se caminha pela cidade do quadrinho.

A obra do autor paraense Inglês de Souza⁹ e as construções literárias deste sobre a Amazônia vem à tona no olhar do Saulo idoso do último capítulo, que remete à melancolia do olhar do caboclo. Uma profusão de tipos sociais na qual nos deteremos um pouco mais na presença do índio, aqui eles misturam o linguajar indígena com o português e alguns regionalismos. Além disso, apropriam-se de vários símbolos contemporâneos, como sandálias e óculos escuros portados pelas tias de Iaçá Andiroba, Pupunha e Castanha (fig. 3), algo impensável para a imagem do índio eternamente semi nu, ou nu, que vive em sua aldeia isolado de todos. O índio representado na *Belém Imaginária* de Souza está muito mais próximo daquele nativo descrito no México por García-Canclini (1995), como alguém que, tanto por vontade quanto por necessidade, desenvolveu grande habilidade para lidar com o arco de negociações entre sua identidade como indígena e a realidade global, alterando também o imaginário.



As tias de Iaçá (Fig. 3)

7 Camada constituída pela copa das árvores.

8 Bioma que fica alagado durante metade do ano, as terras de várzea costumam ser mais férteis e portanto utilizadas pela agricultura tradicional na época “seca”.

9 Nascido na segunda metade do século XIX foi um dos introdutores da literatura naturalista no país voltou sua obra para a vida e natureza amazônicas. Morou por muito tempo em São Paulo e escrevia sobre a Amazônia a partir de suas memórias e de sua leitura de viajantes como Bates e Wallace.

Há também a referência a vários símbolos muito específicos da cidade, como construções da época da colonização portuguesa, principalmente as casas, como as do bairro da cidade velha em Belém, mas que, num lugar do imaginário, convivem com grandes construções de palafitas¹⁰, que aqui assumem maiores dimensões, integram também o cenário urbano e se comunicam com a terra a partir das grandes pontes.

Em se tratando das representações do imaginário local, seria um grave desleixo não fazer menção à presença da Virgem de Nazaré¹¹, que ultrapassa a questão da religiosidade para fazer inclusive parte de uma espécie de mitologia da fundação da cidade de Belém, um conjunto de referências, como a cabanagem e a adesão a independência¹², que, dentre outras coisas, constituiriam a identidade do que é ser paraense¹³. A santa está presente no cotidiano, até daqueles que não são católicos, como Iaçá, que a invoca nos momentos de necessidade.

Algumas das lendas, inclusive urbanas, se apresentam para compor o que há no imaginário de Belém: o mapinguary, lenda que nasce devido à existência de fósseis de preguiça gigante na Amazônia (*Megatherium americanum*); a Iara, entidade das águas, única menção, e mesmo assim indireta, a questão ambiental na obra; a entidades espirituais dos cemitérios, que são reverenciadas por realizarem milagres; e a Matinta Perera (fig. 4), uma entidade cujas lendas diferem, em algumas ela está tentando passar a maldição da Matinta à frente perguntando aos incautos “Quem quer? Quem quer?” e aquele que responde “sim”, se tornará Matinta também, em outras ela é uma velha que exige fumo, mas em ambos os casos sabe-se que ela está por perto por seu assovio característico.



A Matinta e o Mucura (Fig. 4)

10 Casas de madeira próximas à beira do rio.

11 Padroeira da cidade, reza a lenda que uma imagem da Virgem de Nazaré foi encontrada 1700. Desde 1792, o Vaticano autorizou a realização de uma procissão que, desde 1901, ocorre no segundo domingo de outubro.

12 O Pará foi o último dos estados brasileiros a aderir à independência do Brasil, foi contratado um navio inglês para obrigar os revoltosos a cederem.

13 Mesmo isso, se melhor examinado, pode ser contestado, a cabanagem, por exemplo, em vários momentos da história foi apropriada de formas diferentes, seja para destacá-la como um episódio violento e pernicioso, seja para destacar o heroísmo dos cabanos.

O que não é do local?!

Certamente não somos uma aldeia global, mas também não somos a resultante de um processo homogeneizador da cultura. O que somos então? A filosofia ocidental tem se debruçado sobre essa pergunta há mais de dois mil anos e, obviamente, isso não poderá ser respondido aqui. Contudo, os dois últimos períodos do capítulo “Exaustão: pós-modernismo e palinódia” do livro “Os cinco paradoxos da modernidade”, nos dão uma perspectiva interessante sobre “onde” estamos:

Se a arte não persegue, de avanço crítico em avanço crítico, algum fim de abstração sublime, como desejavam as narrativas ortodoxas da tradição moderna, então nós gozamos de uma liberdade desconhecida há bem um século. Evidentemente não é fácil utilizá-la (Compagnon, 1996, p. 124).

Liberdade para nos apropriarmos e o fazemos, Compagnon (1996) refere-se ao campo da arte, para o qual o trabalho da citação tornou-se de extrema importância e até mesmo as vanguardas da primeira metade do século, aquelas que mais sofriam da “paixão pelo novo”, podem ser revisitadas. É a preponderância da Tradução Intersemiótica (TI) na arte contemporânea, como propôs Plaza (2010)¹⁴. Contudo, quando estamos falando de imaginário e identidade – e uma das formas privilegiadas de expressá-la é através da arte – e discutimos o caráter essencialista versus os deslocamentos e a questão das identificações, de alguma forma, esse movimento visto na arte nos parece um fenômeno transversal que se manifesta de maneira diferente nas inúmeras formas de interação humana.

A globalização nos trouxe o “peso da história”, destacou nossas diferenças, mas a reação ao diferente não se restringe ao estranhamento, ainda que essa possa ser a primeira reação, há o deslumbramento, a rejeição e também a apropriação: “Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição [...] que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais” (HALL, 2006, p. 88).

Ainda que a *geometria do poder* (HALL, 2006) seja desigual, a Amazônia de forma alguma está excluída do processo. O uso de formas que não são aquelas do local está claro em *Belém Imaginária*. Desde sua capa, uma clara homenagem aos filmes de aventura da década de 1980, como “Os Goonies”, “Tudo por uma esmeralda” e “Indiana Jones”, à construção de personagens e elementos de alguns cenários, a HQ faz um trabalho de TI dessas formas. A globalização não só está presente e ativa na Amazônia, como os processos por ela iniciados são absorvidos na dinâmica cultural local, e isso se dá em grande parte pela ação dos meios de comunicação massivos, o rádio e a televisão em especial. Obras como esta revista nos dão indícios sobre como esse processo está presente nas construções do imaginário local.

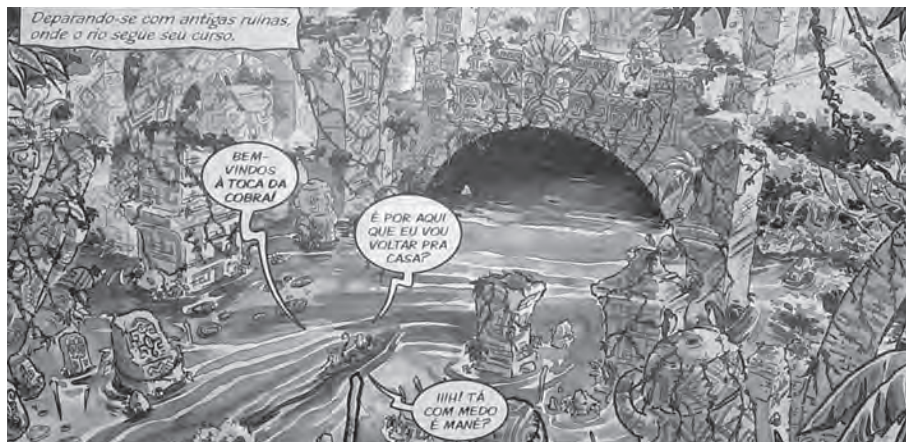
Também parece ser dos filmes anteriormente citados que a ação espetacularizada – parte importante na construção de produtos das indústrias culturais – foi inspirada. Grandes cavaleiros indígenas (fig. 5) que cavalgam búfalos (uma má opção em termos de velocidade de corrida) com selas adornadas por tapeçaria na qual está desenhada a Virgem de Nazaré. A vestimenta dos cavaleiros carrega um misto da arte marajoara com vestimentas de outras etnias indígenas como os incas, eternalizados pelos filmes de aventura.

14 Para o autor, a arte contemporânea se assenta na possibilidade de diálogo entre as diversas formas de expressão estética: “A arte contemporânea não é, assim, mais do que uma imensa e formidável bricolagem da história em interação sincrônica, onde o novo aparece raramente, mas tem a possibilidade de se presentificar justo a partir dessa interação” (PLAZA, 2010, p. 12). Dessa forma, a pintura pode assumir perspectivas e planos do cinema, este pode se construir a partir da seção áurea, uma microssérie pode constituir sua narrativa a partir das vanguardas estéticas do século XX etc.



Os cavaleiros de búfalos (Fig. 5)

A floresta também é espetacularizada, mas diferente de “Terra 1” e “Amazon Spirit”, cuja *money shot* está na vista aérea, em *Belém Imaginária* a floresta é vista por dentro, sua espetacularização está nos perigos que ela encerra e principalmente, nos mistérios que ela esconde, como construções perdidas de civilizações já esquecidas (fig. 6), e aqui a imagética também é tributária dos povos maias, incas e astecas, cujas edificações também foram eternalizadas pelo cinema mundial. Ora, se por um lado as populações da Amazônia brasileira viveram em uma parte da floresta que nem sempre é propícia às grandes construções, por outro temos um referencial imagético vindo das indústrias culturais muito importante à formação do olhar sobre o que há na Amazônia, e é isso que encontra-se em *Belém Imaginária*, uma hibridação entre os caracteres da cultura marajoara decorando ruínas que dificilmente pertenceriam àquele povo. É o imaginário incorporando dados que excitam a imaginação do homem contemporâneo, mesclando-os com os dados que este possui do local.



Ruínas que os heróis precisam atravessar (Fig. 6)

Há também a presença de um arqueólogo que pouco lembra os naturalistas que passaram pela Amazônia, mais próximo da imagética do cinema e do desenho animado, ele se adéqua as imagens familiares da geração da década de 1980 e mais jovens. A cobra grande, uma enormidade da qual só é mostrado um olho (fig. 7) e as escamas que o cercam e, pela aparência de seu balões, parece falar diretamente à mente dos heróis, nos

remete a visão de um grande olho viperino como o de Sauron, do *Senhor dos Anéis* de Tolkien, essa não é uma aproximação forçada, alguns mitos da cobra grande não lhe conferem as dimensões do Leviatã da mitologia nórdica, a apropriação de um referencial da literatura e do cinema de fantasia é uma opção bastante inteligente apropriada pelos autores do produto. Ao mesmo tempo em que pode se constituir como uma homenagem à obra literária é uma forma de construir uma ponte de identificação, em especial com a geração que cresceu com assistindo os filmes da série.



O olho da Boiúna (Fig. 7)

A imagem da principal antagonista é também uma opção interessante, a Matinta Perera é uma mulher – não nos recordamos do adjetivo “idosa” ser utilizado para descrevê-la – de cabelos desgrenhados que tenta se livrar do fardo da Matinta (fig. 4). Na revista ela se torna a vilã e essa transformação envolve dotar-lhe do estereótipo da bruxa, com poderes mágicos inclusive, o que rende uma alteração na lenda. Para que o rapto de Saulo possa ter sentido, na trama a Matinta só pode passar seu fardo para pessoas com algum poder mágico, o que seria o caso do menino, por isso ele foi trazido para a outra Belém.

O referente no qual *Belém Imaginária* se apoia também passa por construções nacionais, o boto, cuja aparição se dá em apenas dois quadros, ainda que esteja com seu chapéu para evitar o odor que sai da abertura em sua cabeça, não é o rapaz sedutor que ataca as incautas, nem o “sujeito baixo, feio de casação comprido e chapéu desabado” que rouba a estrela da festa (SOUZA, 2006, p. 85). Ele é antes o malandro carioca, de terno branco, gravata e chapéu, tudo em perfeito alinhado, como podemos observar na figura 8.



O boto como malandro (Fig. 8)

Essa “invasão” do imaginário é simbolizada na casa de Enilson (fig. 9), um colecionador, que guarda tudo aquilo que não “pertence” aquele mundo: partes de bicicletas, patos de borracha, caixas de som, um cavaleiro medieval, rodas de motocicleta e mesmo um computador. Todos elementos vindos do igarapé aberto pela Boiúna (um dos nomes da cobra grande) e que agora fazem parte desse mundo.



A casa de Enilson (Fig. 9)

É no acordar de um Saulo idoso, no desfecho da HQ, que tomamos dimensão de que a *Belém Imaginária* existe, existe na ficção e existe na memória. Ela é uma ruína, no sentido benjaminiano, uma “escritura imagética e hieroglífica [...]”, que pode ser infinitamente re-inscrita, mas nunca definitivamente traduzida” (apud SELIGMANN-SILVA, 2001, p. 369).

Ali estão as reminiscências de uma memória pessoal e coletiva, expressas na ficção:

Vivendo com duas memórias (nossa memória individual, que nos habilita a relatar o que fizemos ontem, e a memória coletiva, que nos diz quando e onde nossa mãe nasceu), muitas vezes tendemos a confundi-las, como se tivéssemos testemunhado o nascimento de nossa mãe (e também o de Júlio César) da mesma forma como “testemunhamos” as cenas de nossas experiências passadas [...] E, assim, é fácil entender porque a ficção nos fascina tanto. Ela nos proporciona a oportunidade de utilizar infinitamente nossas faculdades para perceber o mundo e reconstituir o passado (ECO, 1994, p.137).

Eco (1994) afirma que costumamos confundir vida e ficção, transformando o ficcional em real e vice-versa, porque o ficcional é mais atraente, mas também porque, por vezes, tentamos conferir-lhe o máximo de realidade possível, como a presença da Rua José Malcher que, assim como o Ver-o-Peso e Icoaraci, pode ser visitada no mundo real. O mundo ficcional é um mosaico da memória de Saulo, e também dos autores da revista, por meio desta personagem: “O Belém Imaginária é um pouco daquilo que guardamos quando éramos crianças e escutávamos as histórias de nossos avós, antes de dormir e sonhar” (NAZARENO et al, 2004, p. 62).

Então, como dizer o que todos os elementos previamente apontados em *Belém Imaginária* não fazem parte do local? Talvez não o sejam em origem – ainda que muitas vezes essa origem seja diferente da que pensávamos –, mas como parte do imaginário transformado pelas muitas identificações e apropriações que caracterizam os deslocamentos identitários em nossa sociedade globalizada.

A vida mediada pela tecnologia da informação nos dá acesso a um sem número de formas de expressão e linguagem, o outro jamais esteve tão próximo e nele buscamos inúmeras coisas, nossas identificações culturais, projetamos em sua imagem nossos desejos, nossas expectativas de usufruir as coisas que um mundo globalizado pode oferecer e, quem sabe, até mesmo a troca de experiências, que se julgava a muito perdida.

A revista nos apresenta um lugar perpassado por esse arco de negociações, no qual temos os cascos – barcos artesanais construídos pelos habitantes das ilhas – decorados com símbolos da Nike ou da Adidas, ribeirinhos que tomam barcos todos os dias para ir a universidade e convivem com aqueles que moram na

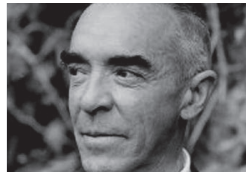
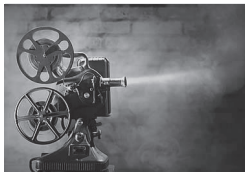
parte luxuosa da cidade e com alunos cotistas. Parte da América Latina que, a sua própria forma, torna-se *wireless* e faz dialogarem a Boiúna, a Matinta, os cascos etc. com formas de representação e identificação globais. Um constante intercâmbio do qual muito já se desconfiou, com razão, quanto a possibilidade de desaparecimento da cultura local, mas que pode nos oferecer novas perspectivas sobre nossa realidade, que está longe da noção de um lugar e de uma cultura estanques, como nos mostra *Belém Imaginária*.

A revista traz à tona a dinâmica da cultura em sua ligação com um imaginário em estreita conexão com uma imaginação excitada pela tensão entre o local e o global, no qual as negociações da identificação estão presentes, e isso de forma alguma quer dizer um jogo de amenidades, mas sim um processo de disputas, com concessões, perdas e resistência. Um cenário no qual o papel da comunicação é o de participar da inclusão do global nessa dinâmica, mas também deve, ou pelo menos deveria ser, o de pensar o papel e a responsabilidade ética do comunicólogo na construção e circulação dos bens simbólicos que circulam e circundam tanto este quanto outros contextos.

Referências

- ARGAN, G. C. **História da arte italiana: da Antiguidade a Duccio** – v. 1. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- BACHELARD, Gastón. **O Ar e os Sonhos: ensaio sobre a imaginação do movimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética: a teoria do romance**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- BARTHES, R. **Aula: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França**. São Paulo: Cultrix, 2007.
- CIRLOT, J. **Dicionário de símbolos**. São Paulo: Centauro, 2005.
- COMPAGNON, A. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.
- DUTRA, M. J. S. **A natureza da TV: uma leitura dos discursos da mídia sobre a Amazônia, biodiversidade, povos da floresta...** Belém, NAEA, 2005.
- ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- _____. **Seis passeios pelos bosques da ficção**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- EISNER, W. **Narrativas gráficas: princípios e práticas da lenda dos quadrinhos**. São Paulo: Devir, 2008.
- GARCÍA-CANCLINI, N. **Consumidores e Cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- NAZARENO, Volney; PAUL, Carlos; AUGUSTO, Fernando; OLIVEIRA, Otoniel. **Belém Imaginária**. Belém: IAP, 2004.
- PLAZA, J. **Tradução Intersemiótica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- SELIGMAN-SILVA, M. **A catástrofe do cotidiano, a Apocalíptica e a Redentora: Sobre Walter Benjamin e a escritura da memória**. In: DUARTE, R.; FIGUEIREDO, V. (ORGS.). *Mimesis e Expressão*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- SOUZA, G. L. **Da literatura aos quadrinhos: três leituras de adaptações**. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, 2007.
- SOUZA, I. **Contos Amazônicos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.
- SILVA, N. M. **Elementos para a análise das Histórias em quadrinhos**. Anais do INTERCOM 2001.
- WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

**Cinema na Amazônia diálogos impertinentes:
Cinema, Literatura & Academia**



Joel Cardoso



Cinema na Amazônia Diálogos Impertinentes: Cinema, Literatura & Academia

Joel Cardoso

Desde sempre

*Na minha frente, no cinema escuro e silencioso
Eu vejo as imagens musicalmente rítmicas
Narrando a beleza suave de um drama de amor.
Atrás de mim, no cinema escuro e silencioso
Ouço vozes surdas, viciadas
Vivendo a miséria de uma comédia de carne.
Cada beijo longo e casto do drama
Corresponde a cada beijo ruidoso e sensual da comédia
Minha alma recolhe a carícia de um
E a minha carne a brutalidade do outro.
Eu me angustio.
Desespera-me não me perder da comédia ridícula e falsa
Para me integrar definitivamente no drama.
Sinto a minha carne curiosa prendendo-me às palavras implorantes
Que ambos se trocam na agitação do sexo.
Tento fugir para a imagem pura e melodiosa
Mas ouço terrivelmente tudo
Sem poder tapar os ouvidos.
Num impulso fujo, vou para longe do casal impudico
Para somente poder ver a imagem.
Mas é tarde. Olho o drama sem mais penetrar-lhe a beleza
Minha imaginação cria o fim da comédia que é sempre o mesmo fim
E me penetra a alma uma tristeza infinita
Como se para mim tudo tivesse morrido.*

Vinícius de Moraes¹

Entre textos e contextos, alinhavando inquietações

... o dizer é fazer e o ouvir é ver. Suponhamos que diante de uma visão estupenda, saiam os sentidos fora de sua esfera e inaugurem o ver com os ouvidos e o ouvir com os olhos.

Padre António Vieira

Reler é quase sempre bem mais importante que ler. Revisitar velhas histórias pode se tornar um momento ímpar de oportunizarmos novos posicionamentos críticos, novas proposições teóricas. Revendo *Chuvas e Trovoadas*, um filme da década de curta-metragem, de 1994, dirigido pela paraense Flávia Alfinito, advieram-nos algumas velhas inquietações, algumas localizadas e mais imediatas, como, por exemplo, a situação da sétima arte no país, especialmente na Amazônia; existe uma produção local que nos represente identitariamente; outras, mais gerais: o lugar de outras linguagens, outras mídias, outros textos

¹ MORAES, V. 1933.

na academia e, mais especificamente, do texto cinematográfico; a recepção do cinema - em seus múltiplos desdobramentos, como texto, como arte, tanto pela crítica especializada quanto pelo público em geral; as aproximações e contrapontos inevitáveis com o mercado internacional, principalmente em se tratando do fazer cinematográfico nacional no contexto da contemporaneidade; o processo como se elegem textos, teorias e temas que se transformam em paradigmas para a Academia. Questões para as quais não é possível respostas imediatas.

O cinema, no poema de Vinícius que precede esta sessão, num texto que veio à lume em 1933, portanto, nos primórdios da história do cinema, fazendo ressaltar um clima liricamente nostálgico, já apontava para a magia da arte fílmica no sentido de tomar o espectador, envolvendo-o na trama, fundindo os dramas pessoais de quem assiste às peripécias que se desenrolam na tela. *Desespera-me não me perder da comédia ridícula e falsa / Para me integrar definitivamente no drama.* No cinema é assim: *desde sempre*, somos levados de roldão. Nós, no momento em que assistimos a algum filme, vivemos de alguma forma a narrativa fílmica e, a partir daí, essa narrativa também passa a viver em nós. As imagens em movimento, a sonoridade, o clima propício do escurinho do cinema, fazendo-nos esquecer um pouco das nossas vidas, propiciando uma válvula de escape à aridez da realidade em que estamos envolvidos, faz com que viajemos um pouco no drama, nas emoções, nas angústias, na felicidade, nos desejos, nas venturas e desventuras do outro que nos é apresentado. Tornamo-nos, ainda que momentaneamente, cúmplices nas tramas, solidários e fraternos nas trajetórias das personagens. Ou, num outro extremo, nos revoltamos, nos distanciamos. Impossível, quase sempre, no caso, a impassibilidade. Um drama mostrado na tela repercute em nós como um desdobramento, fazendo-nos reviver dramas, reacendendo paixões, revolvendo inquietações. Trégua tácita, durante o tempo em que nos concentramos na apresentação, a vida sem mantém em suspenso, em suspense, como se ela estivesse a nos aguardar para além dos pórticos do cinema. Coniventes, facultamos o estabelecimento de um intervalo mais que propício, necessário para a liberação ou apaziguamento de emoções.

Do Cinema e suas especificidades

Minha história é também o som das palavras exatas ocupando o silêncio e arrancando dele gravidade e beleza. Daqui a pouco este lugar se encherá de sombras entremeadas de luz. Minha história tem frestas e fendas. Descansa o corpo e me segue, as imagens depois, devolverás para o fogo das retinas. Minha história tem retinas em fogo.

Maria Lúcia Medeiros²

A história do cinema se constrói há pouco mais de cem anos. Acompanhando a trajetória do Cinema quer como arte, quer como indústria, constatamos que, no Brasil, apesar das adversidades impostas pela nossa realidade, há uma produção nacional que comemora, também mais de um século de existência. Arte coletiva, o cinema agrega, na sua elaboração, um número considerável de participantes. Aos diretores, regentes de uma orquestração que se organiza em torno da projeção de imagens, dos sons e dos movimentos, cabe grande parte da responsabilidade pelo resultado do filme. Se, por um lado, as iniciativas coletivas protegem os sujeitos, dando-lhes, no convívio profissional e, por extensão, no de vida, uma segurança que individualmente talvez não tivessem, por outro, gera uma competitividade muito grande, ocasionando, também não raro, rivalidades e desavenças que, extrapolando o ato do fazer artístico, perpassam e perduram por vidas inteiras.

² MEDEIROS, M. L. 1997, p. 64.

Na contemporaneidade, em detrimento da palavra, sempre presente, mas relegada a um segundo plano, há um evidente predomínio da imagem. Imagens de toda a sorte, de todas as modalidades. Verdadeira ditadura! Imagens, talvez, em excesso, promovendo um verdadeiro bombardeio à nossa capacidade de percepção. Imagens que, atreladas - ou não - à realidade, traduzem, criam, veiculam textos e contextos, imagens que, se refletindo em nós, nos autenticam, nos registram, nos questionam, nos forçam cada vez mais a prementes tomadas de posicionamentos no mundo.

No contato que, através do olhar, o homem contemporâneo estabelece com as imagens, somos subjugados por um arsenal de imagens, que vão desde o *outdoor* à tela do computador, das imagens televisivas às manchetes jornalísticas, dos grafites espalhados alheatoriamente às imagens requintadas, sofisticadas, elaboradas minuciosamente em centros especializados. Nosso olhar, na ânsia de ver, se move incansavelmente. Impossível acompanhar esse turbilhão de imagens. As informações se perdem. Fascinados por um lado, mas anestesiados, por outro, olhamos, e, aos poucos, vencidos pelo turbilhão, vamos perdendo a nossa capacidade de ver, de perceber, de captar, de formar sentidos.

Representar, Re-apresentar, Representações

Dedo, dedal, de-mal. drapeado, debrum, debruado, dever, desfazer...

A caixinha de costura, a mesa comprida, sala imensa. Cabecinhas baixas, olhos fixos nas agulhas que mergulhavam rápidas, tecido claro, claro como a tarde modorrenta, se arrastando.

Maria Lúcia Medeiros

A citação refere-se ao início do décimo segundo conto do livro *Zeus, ou A menina e os olhos*, da escritora paraense Maria Lúcia Medeiros. O texto tem como título “Chuvas e Trovoadas”. O primeiro parágrafo do fragmento citado, uma aliteração densamente poética, termina com as palavras *dever, desfazer*, que funcionando como um *flashback* comum nos filmes modernos, antecipa o final do conto. No período seguinte temos uma superposição de imagens, descritas por sintagmas nominais. Apenas dois verbos. Um dos quais - arrastando -, no gerúndio, forma também nominal. Eis-nos, pois, ante um quadro típico de uma cena cotidiana!... O discurso se organiza poética, sugestiva e cadenciadamente... Ao lê-lo, criamos mentalmente um cenário característico, no qual as imagens, como numa pintura, se formam, se conformam ao sabor da nossa imaginação. Isso, naturalmente, advém da magia da Literatura. E a Literatura - cuja essência se configura na arte da sedução, sedução do dizer -, apresenta, através do discurso, um estranho poder de nos fazer evocar mentalmente imagens e situações, de nos fazer vasculhar no nosso repertório interior, quadros, associações, lembranças, discursos, sonoridades, imagens, sensações, enfim, um amplo universo que, em vindo à tona, confere, ainda que particular e subjetivamente, sentido ao discurso que lemos.

A Literatura, partindo da nossa realidade cotidiana, da nossa experiência acumulada, cria um universo mágico. Nesse universo, nós nos reconhecemos, nós nos sentimos refletidos, espelhados, representados. As palavras, com o seu poder de evocação, de associação racional ou simbólica, de recuperação de sentidos, nos levam para fora e, ao mesmo tempo, para dentro de nós mesmos. No deleite das palavras lidas, automaticamente, revisitamos nossos interiores. Não raro, defrontamo-nos com nossos fantasmas interiores e, algumas vezes, os exorcizamos. As palavras representam, reapresentam, em suma, criam uma realidade, ou melhor, criam, a partir da realidade que conhecemos, uma outra realidade, cujo ponto de partida emerge da nossa experiência com a realidade que nos circunda. O que era banal, corriqueiro, normal, sobejamente conhecido, torna-se algo novo. O cotidiano, como se só agora fosse percebido, se reveste de um poder encantatório. As drummondianas e simplicísimas pedras do caminho, em sendo e continuando pedra, assumem outras e insuspeitadas potencialidades, descortinando inusitadas dimensões semânticas, simbólicas, metafóricas, alegóricas.

A arte de representar veicula imagens plurissignificativas. Representar é, então e antes de tudo, estar no lugar do outro; é viabilizar a possibilidade, através de um exercício de observação minucioso, de captar e de tentar transmitir, de ousar repassar a imagem do outro. Centrada no outro, pensando a sua identidade, a sua realidade, a sua maneira de ser e de estar, as imagens criadas no ato da representação, presentificam e re-apresentam esse lugar ausente; portanto, presentificam re-apresentando potencialmente o outro. Representar converte-se, então e naturalmente, no ato de re-apresentar. Por esta via, torna presente, através da representação, uma ausência.

As imagens, em sua potencialidade, oferecem incontáveis possibilidades para que os sujeitos estabeleçam diálogos com a realidade. Pensando, agora, no universo das imagens cinematográficas, sabemos que o Cinema é, sobretudo, a arte de registrar, preservar, guardar e veicular imagens. Imagens estáticas e moventes que, aliadas às sonoridades, ao dinamismo dos movimentos, representam (isto é, estão no lugar de) os fatos, as coisas, as situações, as vivências. Quando articuladas sequencialmente, contam histórias, criam a ilusão da realidade, suscitam e veiculam idéias.

Contar histórias através de imagens tem sido, basicamente, o desafio primordial a que se propôs o Cinema. Ele sequencia imagens e, ao sequenciá-las, não só pode restabelecer como subverter a ordem vigente. O Cinema cria histórias, mas, não raro, se apropria de histórias alheias, extraídas da vida, do universo pessoas, do discurso da História (o que redundava inevitavelmente numa ficcionalização), da realidade circundante, dos mitos inacessíveis, das lendas remotas, como, também, o cinema se apropria do universo de outras linguagens artísticas, incorporando outros discursos artísticos (pintura, teatro, escultura, arquitetura, dança, sugestões musicais, cantigas etc.).

Pois bem, a diretora Flávia Alfinito entregou-se ao desafio de transpor para a linguagem cinematográfica o conto “Chuvás e Trovoadas” de Maria Lúcia Medeiros. Visto tradicionalmente, o conto, como gênero de teor quase sempre narrativo, em sendo denso, deve dar conta - na exiguidade da sua extensão narrativa - de uma história. Transpor um texto literário para o cinema é propor uma tradução intersemiótica. As traduções sempre traem o texto a ser traduzido. *Traduttore traditore*, reza o provérbio italiano, ou seja, tradutor, traidor. Quando há mudança de linguagem, no caso das traduções intersemióticas, por exemplo, a empreitada se torna muito mais difícil. Como dar conta do poder das palavras, da sua magia, da sua sintaxe, da sua musicalidade, da sua expressividade? O texto literário, de inegável poeticidade e força comunicativa, é citado, na película, literal, linear e quase integralmente, por uma voz em *off* - do ator José Mayer -, numa recomposição que põe em destaque a beleza e sensibilidade do texto - indubitavelmente um poema narrativo -, que, no filme, funciona quase como um roteiro prévio, dando sustentação às imagens que se vêem projetadas e, ao mesmo tempo, acompanhando a trama que se viabiliza através da representação. Sem que queiramos desmerecê-las, as imagens, na realidade, servem apenas para ilustrar a narrativa literária ouvida em *off*.

O filme, com uma direção de arte discreta, mas competente e com aproximadamente quatorze minutos de duração, recria a atmosfera não apenas saudosista, como conservadora, tranquila e próspera de uma Belém da *belle époque*. Trata-se de uma aula de costura em que meninas de classe média belenense, com vistas à vida futura e, possivelmente, ao casamento, eram preparadas para o lar, para as prendas domésticas. Educadas para servir, para serem gentis, elas seguem à risca o receituário das boas maneiras, cultivando hábitos polidos e procedimentos conservadores. A tradição, o previamente conhecido, tem sido sempre um porto seguro. As garotas se apresentavam *todas lavadas, cheirando à lavanda francesa, uma de tranças, outra de franja, laço de fita, broche dourado...* Uma das meninas - no filme, interpretada pela atriz Marlene França -, no entanto, no inquieto despertar da sua adolescência, transgride as normas tacitamente ditadas pela sociedade e cultivadas no ambiente austero da aula. Era a garota *de cabelos encaracolados*. No silêncio da sala imensa, palco para o ritual diuturno da aula de corte e costura, ela, com um ruidoso e inoportuno arrastar de cadeiras, de alguma forma, transgredia sempre e, sempre incomodando, acabava por chamar a atenção. Convergiam para ela olhares reprovadores não só da professora, mas também das demais meninas. A ela, ávida de sensações, na sua inquietação adolescente, interessavam os sons que vinham da rua, pressentidos

através janelas altas, que tornavam mais inacessível o mundo exterior. *E passavam vendedores de cascalho. E passavam vendedores de pipoca e havia ainda, quando em vez, bruscas freadas dos automóveis.* Os sons eram sinônimo de vida. Lá fora dançava soberana a vida. A monotonia da sala, imersa num silêncio pesado, fazia com que a menina concentrasse sua atenção na agitação externa. Outros sons também vinham dos fundos da casa. Um som que *vinha do quintal, vinha de mais longe, vinha triste chegando e enfeitava a tarde calorenta.* Um mundo vivo, pulsante, existia para além da placidez morta da sala em que aconteciam as monótonas aulas. Na sala, um piano, sempre fechado, irremediavelmente mudo, promessa de sonoridades que talvez nunca se concretizassem, ajudava a compor a rigidez e o tradicionalismo do cenário.

A ousadia, a transgressão, a surpresa...

*Não, não vou por aí!
Só vou por onde
Me levam meus próprios passos...
Se ao que busco saber nenhum de vós responde
Por que me repetis: “vem por aqui!”?
José Régio³*

Elas eram apenas quatro alunas. Quatro jovens *aprendizes num mundo comportado.* Mais a professora, interpretada, no filme, com sobriedade, pela atriz Suzana Faine. O ritual diário se repetia: as aulas de costura, tinham início impreterivelmente às quatro horas e encerravam-se às cinco e meia. *Em meio à aula, às quatro e 45, entrava na sala tangida por um estranho relógio a empregada de avental branco e na bandeja redonda, cinco copos d'água.* Pois bem. Vejamos o que aconteceu. *Contam que foi numa tarde de janeiro e que a aula decorria já pela metade, na hora dos copos d'água, quando desabou a chuva.*

Fazendo parte de um ritual esperado, a chuva, elemento simbólico, elemento comum na realidade belenense, se faz presente em quase todas as tardes. A chuva desabou e a tarde fez-se noite. O lustre da sala, aceso às pressas, iluminou o ambiente. *A menina do cabelo encaracolado perdeu-se esquecida, agulha presa entre os dedos, olhos fixos no lustre resplandecente.* Num gesto de rebeldia, mas, sobretudo de libertação, de autoafirmação, a menina, ante o olhar estupefato das companheiras e da professora, abandonando a sala, sai para a chuva. - *Merda! Que ela disse ainda, antes de mergulhar na chuva grossa que banhava ruas e calçadas.*

Assim ocorre a ruptura da protagonista com esse *mundo arrumado, costurado.* É hora de voltarmos ao início. O final da frase que inicia o conto é marcada pelos verbos *dever* e *desfazer*... Como num círculo vicioso, numa volta ao começo, é bem o que ocorre na história: cumprido o dever, um dever marcado pelo convencional, pelo maçante, pelo trivial, é hora de desfazer os nós que prendem a personagem às convenções, é hora de se desvencilhar desse *mundo comportado, arrumado, costurado.* É a hora da liberdade, aqui, essa hora é desencadeada pelo elemento chuva. Chuva que lava, que com suas águas liberta.

Do texto a outros contextos: repensando os paradigmas acadêmicos

Contam que as outras meninas acudiram a professora com água e açúcar. E que a aula acabou por ali mesmo. E que logo depois tocou o telefone e que a conversa não foi escutada por ninguém.

Só gato enrolava-se nas pernas da professora. Contam, por fim, que a menina, filha de um professor de filosofia, passa as tardes devorando livros de aventuras, contos de fada, lendas e mitos, sonhando com terras distantes... E que (já ia me esquecendo) anda apaixonada por um tal de Robinson Crusuê.

Maria Lúcia Medeiros

³ RÉGIO, J. 1985, p. 50.

Criar é, talvez, o mais rebelde, o mais ousado, o mais libertário dos gestos, dos atos. Criar, independentemente da opinião positiva ou negativa do outro, é reconhecer-se autêntico, original, livre. Texto e filme apontam para um gesto aparentemente simples de rebeldia da personagem que, contrapondo-se a um contexto conservador, causa impacto. A menina - só no final ficamos sabendo tratar-se não por acaso da filha de um professor de filosofia - destoa das demais companheiras de aula porque ousa sonhar, ousa ter atitudes próprias. Ancorados no comodismo, somos todos obedientes seguidores de normas, de regras, algumas das quais desejamos ardentemente transgredir. No entanto, falta-nos, é bem verdade, a coragem e ousadia necessárias.

Talvez em decorrência da ânsia de explicar, de padronizar, de estabelecer receitas pedagógicas, a Academia incorporou, como uma de suas funções primordiais, a constituição, manutenção e veiculação de paradigmas. Se por um lado, isso se torna uma característica do fazer acadêmico, por outro, a Academia, que deveria ser um palco para os mais variados fóruns de ideias, de debates, abrigando tendências convergentes ou divergentes, harmônicas ou opostas, acaba por criar delimitações das quais, uma vez instituídas, infelizmente não consegue mais se desvencilhar. Como instituição de ensino, tanto na crítica, como na teoria, a eleição dos cânones constitui, via de regra, uma prisão, pretexto banal para *vigiar e punir*. para discriminar quem quer que se aventure para além dos parâmetros e limites pré-estabelecidos. A vida em sociedade se orienta através de regras comportamentais. O cânone, bem o sabemos, é tão inevitável quanto imprescindível. O lado negativo da instituição do cânone é que, uma vez eleito, ficamos refém dele. Transgressora por natureza, a obra de arte desafia a crítica. Uma nova estética só se institui quando se rebela contra a anterior. Mas a Academia, de natural conservadora, demora a se render às inovações. O problema não é o cânone em si mesmo. Os mecanismos que levam à eleição do cânone, calcados em estereótipos, é que preocupam. Ficar nos limites do cânone é, sem dúvida, transitar em porto seguro. Não envolve risco. Não há perigo.

Goethe, em um de seus diálogos com Eckermann, sabiamente advertia: *é preciso simpatia pelo que nos é estranho*. Curiosa premissa! Na academia, nos nossos tempos, julgamos, sem o menor critério e com uma pressa no mínimo desnecessária, que quem não é por nós, necessariamente, é contra nós. Que quem não comunga ou partilha as nossas idéias, imediatamente se transforma em nosso opositor. Pensando dessa maneira, na desvairada ciranda das vaidades, todos os que se deixam envolver nas querelas do poder acadêmico ou se queimam ou saem chamuscados. Temos que lutar para que o diálogo se instaure soberano, para que as ideias divergentes, se embasadas e formuladas coerentemente, tenham espaço. O que se preconiza não é a mudança pura e simples, mas a mudança fundamentada pela reflexão. Se queremos mudar de ideias, queremos fazê-lo conscientemente, através do convencimento. E o convencimento só pode ser fruto do diálogo, da razão, da lucidez.

O Cinema, como aula, como recurso, como texto poético, narrativo e artístico, ainda não chegou à Academia como gostaríamos que tivesse chegado. Inexplicável ausência, principalmente nos cursos de humanidades. Há, ainda, resistências. Palavra e imagem ainda se espreitam desconfiadas, arredias, antagônicas, como se uma não vivesse à sombra da outra. A palavra, proferida, imaginada, cria de imediato imagens que, para que sejam apreendidas, precisam do recurso das palavras verbais, escritas, imaginadas. As palavras estão na base, na origem, na percepção, na concepção das coisas. É a palavra que move o pensamento, que impulsiona as idéias e não o contrário. A palavra, na esteira das imagens, explicitam. As imagens - soberanas, independentes, genesíacas - motivam, encadeiam e impulsionam as palavras. Palavra puxa palavra. Fazer cinema é, com a incorporação de outros recursos, como o do som, do movimento, conciliar - sobretudo, mas não somente - duas artes: a da palavra e a da imagem. Se não há predomínio de uma linguagem expressiva sobre outra qualquer, tampouco deve existir qualquer espécie de hierarquização entre as artes. Cada modalidade artística, com sua autonomia, com sua linguagem, com sua gramática específica, com sua potencialidade, firma-se soberana e plena na sua expressividade, seja através dos sons, ou das imagens, ou seja através dos gestos, da representação, das formas, etc.

Arrematando, com precauções, alguns pontos que se querem finais

*Entre mim e mim, há vastidões bastantes
para a navegação dos meus desejos afligidos.*
Cecília Meireles

Extrapolando o âmbito dos textos de que nos ocupamos, a personagem que protagoniza os textos fílmico e literário, de quem sabíamos apenas tratar-se de uma *menina de cabelos encaracolados*, serviu de pretexto, mero *leitmotiv* para nossas reflexões, reflexões que enveredaram, que migraram para outras e insuspeitadas plagas. Seres permanentemente em construção, nós também vamos, aos poucos, ao sabor dos acontecimentos, tangenciados pelas emoções, por vezes nos assumindo, quando possível, nos liberando e nos descobrindo ao longo das nossas trajetórias. Para a protagonista de ambas as narrativas, no marasmo da tarde modorrenta dessa Belém de outrora, o cair da chuva representa, metafórica e simbolicamente, o impulso inicial para a tomada de iniciativas. Como a *garota de cabelos encaracolados*, também nós trazemos desejos represados em nosso interior. Salvaguardadas as devidas distâncias, e ainda, transpondo - uma vez mais, metafórica e simbolicamente - o mote dos textos para outro patamar, também nós seguimos modelos comportamentais que nos aprisionam e que, uma vez adotados, nada acrescentam à nossa maneira de ser e estar no mundo. Ao mesmo tempo que a garota rompe com o convencionalismo das tarefas a ela impostas, numa atitude inusitada, ela se libera para a vida, para o mundo da Literatura, reino da imaginação, da arte da palavra, ponte para o encantamento, para a imaginação, para o sonho, para a liberdade. Quem dera que nós nos conhecêssemos, que pudéssemos, navegando entre as *vastidões* que há em nós, apaziguar os nossos *desejos afligidos*, como queria Cecília Meireles! Quem dera que pudéssemos nós, também, banhados por essa chuva libertária, revisitar e ousar questionar as velhas práticas que vêm se perpetuando na Academia ao longo dos anos, que nos abrissemos para a revisão dos cânones eleitos e que insistem em permanecer intocados.

Referências

CHUVAS E TROVOADAS. Filme de 1994, Direção e Roteiro: Flávia Alfinito. 14 minutos. Patrocínio: FUMBEL - Fundação Cultural do Município de Belém, Funart, Secult, Tabá. Elenco: Patrícia França, Suzana Faii, José Mayer (voz). Fotografia: Guy Gonçalves; Produção Executiva: Alvarina S. Silva; Direção de Arte: Flávia Alfinito; Cenários: Marco Antonio Rocha; Figurino: Beti Felipecki; Montagem: Sarah Yakhri; Edição de Som: Carlos Cox; Direção Musical: Marco André.

MEDEIROS, Maria Lúcia. "Chuvas e Trovoadas". In: _____. **Zeus ou A menina e os óculos.** São Paulo: Roswitha Kempf Editores, 1988, pp. 52-5.

MEDEIROS, Maria Lúcia. **Velas. Por quem?** São Paulo: CEJUP, SECULT, A Província do Pará, 1997.

MEIRELES, Cecília. **Obra poética.** Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1987.

MORAES, Vinícius de. **Os caminhos para a Distância.** Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.

RÉGIO, José. **Antologia.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

**Entre local e global: recortes sobre a pesquisa
em audiovisual na e sobre a Amazônia**



Regina Lima
Uriel Pinho



Entre local e global: recortes sobre a pesquisa em audiovisual na e sobre a Amazônia

Regina Lima
Uriel Pinho

A proposta neste capítulo é mapear as principais teorias e metodologias acionadas por pesquisadores da região Norte/Amazônica que buscam entender os processos de construção do imaginário e das identidades na região amazônica, presentes em diferentes suportes audiovisuais, a partir do levantamento de trabalhos publicados sobre e na região, na perspectiva de contribuir para a identificação das abordagens frequentemente feitas por estes pesquisadores para analisar os fenômenos audiovisuais midiáticos. Este capítulo é resultado da primeira etapa do projeto de pesquisa¹ em andamento que tem como propósito analisar os conteúdos audiovisuais midiáticos na Amazônia.

O projeto, sob nossa orientação, pretende possibilitar a criação de um espaço de interlocução acadêmica, de maneira que os pesquisadores da região possam, além de acessar os textos e os conteúdos audiovisuais que retratem a Amazônia, analisar e desenvolver pesquisas e estudos sobre novos parâmetros para área comunicacional e trazê-los para o campo pragmático através de experimentações e produção de conteúdos audiovisuais.

Dessa forma, o projeto possibilita a utilização do conhecimento produzido na pesquisa para as atividades de ensino, fortalecendo o vínculo teoria-prática na formação acadêmica profissional, bem como fornecerá contribuições às fontes para pesquisa que tratam da linguagem audiovisual, dando grande contribuição para o entendimento do contexto regional, além de permitir a inserção de nossa comunidade nas discussões atuais que envolvem o audiovisual, como a hibridização de linguagens e a transição do padrão analógico televisivo para o digital, por exemplo.

Neste capítulo, especificamente, empreendemos um trabalho de reconhecimento das pesquisas sobre audiovisual realizadas na região, por meio da reunião de textos acadêmicos que abordem o audiovisual, sendo que esses textos são a) produzidos por autores da região; b) produzidos por autores de fora da Amazônia brasileira, mas publicados em eventos/periódicos regionais. O recorte e a metodologia deste levantamento serão explicitados mais adiante.

Com esta ação, esperamos dar um primeiro passo rumo ao reconhecimento de metodologias e abordagens aplicadas aos objetos audiovisuais midiáticos por outros pesquisadores brasileiros, para posteriormente elaborar abordagens e metodologias mais afinadas com os objetivos do projeto e a subsequente análise de conteúdos audiovisuais. Dessa maneira, o presente estudo assume características de metapesquisa, conceito que refere-se à “pesquisa sobre a pesquisa”, uma mobilização dos melhores recursos e referenciais de uma ciência para pensar a si mesma (NAVARRO, 2007). Conforme destaca Raúl Fuentes Navarro:

A meta-pesquisa dos estudos de comunicação tem se transformado nos últimos anos numa especialidade indispensável para o reconhecimento dos processos de institucionalização, profissionalização e legitimação dessa área acadêmica, e para subsidiar “mapas” heurísticos que facilitem, aos agentes responsáveis pelo seu gerenciamento e desenvolvimento, a interpretação crítica que a determina (NAVARRO, 2007, p.166).

¹ Esse projeto de pesquisa tem por título “Análise de Conteúdos Audiovisuais Midiáticos na Amazônia”, com prazo de duração de dois anos (2011 a 2013). Fazem parte do projeto os bolsistas Joice Ribeiro da Costa (responsável por parte do levantamento e organização do material analisado neste capítulo) e Uriel Nascimento Santos Pinho, ambos da Faculdade de Comunicação (FACOM) da UFPA.

Metodologia

Inicialmente, o levantamento de textos (preferencialmente artigos, mas também dissertações e resenhas) para análise foi feito a partir de sondagens na internet, em bancos de dados como o *Sciello*² e *Periódicos Capes*³, além de fazer uso de ferramentas de busca como o *Google Acadêmico*⁴. As palavras-chave mais utilizadas foram: “Audiovisual”, “Amazônia”, “TV na Amazônia”, “documentário na Amazônia”. Nesta primeira reunião de textos, demos preferência ao formato “artigo” e consideramos apenas os trabalhos produzidos por pesquisadores oriundos dos estados da região norte do Brasil e em nível de pós-graduação. Essas informações eram extraídas e confirmadas por meio da identificação do(s) pesquisador(es) nos textos, bem como da consulta de seus registros na plataforma *Lattes*. Para definir o local de produção dos textos, ou seja, a instituição a qual o pesquisador “pertencia”, consideramos os mesmo meios. Neste caso, optamos por definir como “local de produção” o vínculo institucional do(s) autor(es) do(s) texto(s) no momento de publicação do mesmo, fosse esse vínculo relacionado a uma universidade ou centro de pesquisa, fosse a outras unidades de pesquisa, como órgãos públicos e empresas privadas. O levantamento resultou em 08 (oito) textos levantados (artigos, uma dissertação e uma resenha), de diferentes áreas do conhecimento.

Em um segundo momento, nosso recorte direcionou-se especificamente para os textos produzidos em relação ao campo acadêmico da comunicação, reconhecendo-o como espaço importante para a insitucionalização das pesquisas relacionadas ao audiovisual.

Para tanto, optamos por fazer um levantamento a partir dos artigos presentes nos anais dos Congressos Regionais - Norte da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM)⁵, no período de 2007 a 2011. O critério utilizado para a pesquisa foi “palavras-chave”. Nesse caso, foram considerados os artigos que possuísem pelo menos uma das seguintes palavras-chave: “Audiovisual”, “Documentário”, “Cinema”, “Televisão”, “TV” e “Telejornalismo” e “videoclipe”. Optou-se por recorrer ao critério das palavras-chave, ao invés de reunir os artigos presentes na Divisão Temática (DT) Comunicação Audiovisual⁶ - como pensado inicialmente - por terem sido identificados trabalhos relacionados à temática audiovisual em outras divisões temáticas que não a de Audiovisual. Este fato pode ser encarado como uma das expressões da repetidas vezes identificada fragmentação do campo da comunicação (NAVARRO, 2007, p.166), tanto do ponto de vista institucional quanto epistemológico. Desta maneira, seguindo o critério acima apresentado, pensamos dar conta desta característica do campo acadêmico da comunicação de maneira mais abrangente e de maneira a não excluir pesquisas possivelmente significativas sobre o audiovisual.

Dentre os artigos pesquisados nos anais da Intercom Norte, encontram-se aqueles produzidos por autores com vínculo institucional exterior à região amazônica (04 do total de 10 artigos levantados), mas que abordam temas relacionados ao audiovisual. Neste momento, ao contrário da primeira parte do levantamento, optamos por considerar autores que não produziram seus trabalhos na região amazônica por estarem sendo reunidos apenas artigos produzidos por autores em nível de pós-graduação, sendo que o advento deste nível de formação na área de comunicação é relativamente recente na região e muitos pesquisadores locais a procuram em outras regiões do país.

2 “SciELO - Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet.” Texto disponível em: <http://www.scielo.org/php/level.php?lang=pt&component=56&item=1>.

3 “O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta atualmente com um acervo de mais de 30 mil periódicos com texto completo, 130 bases referenciais, dez bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.” Texto disponível em: http://www.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pinstitutional&mn=69.

4 “O Google Acadêmico fornece uma maneira simples de pesquisar literatura acadêmica de forma abrangente. Você pode pesquisar várias disciplinas e fontes em um só lugar: artigos revisados por especialistas (peer-reviewed), teses, livros, resumos e artigos de editoras acadêmicas, organizações profissionais, bibliotecas de publicações, universidades e outras entidades acadêmicas.” Texto disponível em: <http://scholar.google.com.br/intl/pt-BR/scholar/about.html>.

5 “Fundada no dia 12 de dezembro de 1977 em São Paulo, a Intercom preocupa-se com o compartilhamento de pesquisas e informações de forma interdisciplinar. Além de encontros periódicos e simpósios, a instituição promove um Congresso Nacional – evento de maior prestígio na área de pesquisa em Comunicação, que recebe média de 3.500 pessoas anualmente, entre pesquisadores e estudantes do Brasil e do exterior. O evento, sediado em cidade escolhida pelos sócios no ano anterior, é precedido de cinco Congressos Regionais” Texto disponível em http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=263&Itemid=57.

6 Para saber mais sobre as divisões temáticas da Intercom, consulte: http://www.portalintercom.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=699&Itemid=75

Para que fosse possível abranger a pluralidade de temas discutidos na região e fosse levada em consideração a complexidade da relação local/global que envolve a Amazônia, alguns dos artigos levantados têm os conteúdos audiovisuais midiáticos como objeto de estudo, mas não abordam discussões ou temas especificamente relacionados à região/identidade(s) amazônica(s).

Dessa maneira, nosso objetivo foi dar conta dos pesquisadores cujas pesquisas em audiovisual tanto estivessem ligadas à região amazônica por tema, quanto por vínculo institucional (formação em alguma instituição da região), e também por participação em um congresso que acontece na região, o que, na ausência de uma carreira ligada à Amazônia ou de objetos relacionados à região, demonstra minimamente o esforço de socialização de sua produção acadêmica na região e consequente fluxo científico com os pesquisadores que nela atuam, especialmente quando se observa que os principais ambientes de pesquisa no Brasil localizam-se no eixo centro-sul.

A seguir, justificaremos algumas de nossas opções metodológicas e teóricas para este trabalho. Após isso, apresentaremos os resultados do levantamento dos textos realizados, dividindo-os por abordagem teórica/metodológica e destacando informações quanto aos temas abordados e conceitos utilizados. Para que este processo seja mais claro, haverá uma breve resenha de cada um dos textos levantados (total de 18). A este trabalho, seguem-se nossas considerações finais.

Por que a Região Amazônica?

Pelo menos 3 fatores podem ser usados para se definir a região Amazônica (DOMINGUEZ *apud* ARAGÓN, 2002): do ponto de vista dos rios que compõem sua bacia hidrográfica; pelo critério do ecossistema, ou seja, o domínio da selva tropical úmida em várias temperaturas; e por último a definição da lei, independente dos critérios de bacia hidrográfica, ecossistema ou outros semelhantes. (ARAGÓN, 2002, p. 1 - 3).

Do ponto de vista biológico, a diversidade da Amazônia pode ser expressa de diversas maneiras. Ex: Em 2km² na Amazônia Peruana acharam-se 630 espécies de vertebrados, incluindo 353 espécies de aves (12% do mundo), 70 espécies de peixes, anfíbios, répteis e mamíferos, e 232 espécies de borboletas (KLINGLE *et. al. apud* ARAGÓN, 2002, p. 5). Politicamente, a região compreende 8 países e um território francês. Cada um com seu regime político e políticas próprias para o desenvolvimento da região. (ARAGÓN, 2002, p.5). Após 20 mil anos de ocupação humana, calcula-se em 24 milhões de pessoas a população da região, que cresce a mais de 3% ao ano e é composta por pessoas de diversas origens e etnias. (ARAGÓN, 2002, p. 6). Os processos recentes de ocupação têm culminado com uma população concentrada em áreas urbanas de cidades e povoados, mas alcançando cidades que ultrapassam um milhão de habitantes. (ARAGÓN, 2002, p. 6).

Essa diversidade de definições que tentam levar em consideração a complexidade e riqueza da Amazônia expressam de forma categórica a importância da região não apenas para o Brasil, mas para a América do Sul e para o mundo. De acordo com Pierre Bourdieu (*apud* DUTRA, 1999, p. 1) a *região* é, antes de mais nada, uma representação mental que tem como ponto de partida os interesses daquele(s) que o elabora(m). É um recorte da realidade perpetuado e externalizado através de representações objetivas: emblemas, bandeiras, insígnias, estratégias de manipulação simbólica etc. A região ao mesmo tempo em que enfatiza as similaridades espaciais, faz com que as diferenças se tornem visíveis, uma vez que os recortes regionais apresentam distintas formas de organização. A região expressa, então, as necessidades impostas pela sociedade, considerando que o uso do tempo, do espaço e da técnica apresenta-se de forma desigual.

Dessa maneira, interessam-nos a representações da Amazônia brasileira em conteúdos audiovisuais midiáticos, bem como os processos de elaboração de produtos audiovisuais, análises e críticas que são feitas sobre eles na região, de maneira a (re)conhecer os atores envolvidos nas mesmas bem como os discursos circulantes em suas produções. Discursos que podem ter impacto e interferência sobre as assimetrias e desigualdades em relação às outras regiões do país.

Porque Comunicação na Amazônia?

A escolha desta região como nosso lócus e objeto de discussão se justifica não somente por conta do histórico isolamento, já vivido e percebido, em relação ao restante do país, mas especialmente pelo isolamento imposto entre seus Estados (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), que talvez não seja tão percebido para quem não conhece a região. Isolamento que se torna um grande obstáculo para diversas ações, dentre elas a comunicação. Acreditamos que esse isolamento entre os Estados só será melhor compreendido quando nos aproximamos mais desta região, olhando-a de dentro para fora e em sua interrelação com agentes externos, exercitando um olhar que, a partir de sucessivos movimentos, reconheça a importância da complexidade (MORIN, 2003).

Na Amazônia, as mais recentes e as mais antigas tecnologias midiáticas dão o tom na modificação no *status quo* da região. A partir do rádio, grande meio de comunicação nesta região, da televisão e da Internet, as distâncias diminuem e as dificuldades de acesso vão sendo vencidas. O Censo de 2007 (IBGE, 2009) registrou a penetração dos meios de comunicação por domicílio, no Brasil, contava com a seguinte distribuição: rádio 88,9%, TV 95,1%, microcomputador 31,2% e micro com acesso a Internet: 23,8%. O Norte do país tem alta concentração do rádio e televisão, registrando apenas 8,06% de computadores com acesso a Internet. Portanto, é necessário considerar esses dados ao tratarmos de disponibilização de conteúdos.

Para uma parte do país que durante muito tempo ficou isolada, comunicando-se muito mais com países vizinhos, trocando pouco com seus compatriotas, e que ainda hoje carece de infraestrutura de transportes e telecomunicações eficientes e adequadas a suas realidades, as possibilidades virtuais abrem perspectivas intensas de interatividade a partir da nova realidade digital e expressam, do ponto de vista comunicacional, a importância da interrelação entre fenômenos locais, extremamente específicos, com movimentos nacionais e globais, para a compreensão dos fenômenos na/da região e para a tomada de decisões frente às necessidades anteriormente explicitadas.

Nesta sociedade, que exclui e ao mesmo tempo promove a interconexão, novas formas de sociabilidade e aprendizados são acrescentadas ao panorama amazônico. Na nova realidade comunicacional e digital, tornam-se mais evidentes os conceitos defendidos por Castells (1999) que evidenciam a poderosa ação das redes comunicacionais encurtando distâncias, promovendo encontros virtuais e a interatividade.

Entretanto, as redes não darão conta sozinhas de resolver questões concretas como a taxa de 10,7% de analfabetos e 24,2% de analfabetos funcionais. Além desses índices apenas 39,6% da população, entre 15 e 17 anos, chega ao ensino médio. O ensino superior registra a taxa de 9,9% da população com pessoas na faixa etária entre 18 e 24 anos e 85% da população está classificada na faixa E de distribuição de renda e 11,3% na faixa D (IBGE, 2009).

Por que pesquisadores da região?

Não é de hoje que a Amazônia tem sido objeto de interpretação por estudiosos principalmente de outros países. Historicamente, o olhar sobre a Amazônia tem sido constante e intenso, desde os relatos dos viajantes que passaram pela região no início do século XVI, descrevendo-a com imagens exóticas, passando pelo discurso preservacionista do naturalista colecionador, a partir do século XIX, quando o olhar sobre a região passa a ser de intelectuais estrangeiros não comprometidos com uma visão científica local até o olhar contemporâneo da biodiversidade, da ecologia e da preservação que prioriza os aspectos naturais.

Olhares diversos, portanto, sobre uma região que carece de muitos investimentos para diminuir o abismo das desigualdades e assimetrias ainda muito frequentes no país. Por isso, priorizar o olhar local sobre uma temática conhecida nacionalmente, parece-nos importante para revelar um olhar diferenciado sobre o local, diferentemente do olhar do estrangeiro. Perceber, então, como os pesquisadores estão vendo e

interpretando seu próprio universo e quais os conceitos e discursos que circulam sobre a região, ao analisar os conteúdos audiovisuais que retratam as representações regionais, é uma forma importante de conhecer os hábitos e os costumes, bem como revelador de uma vivência efetiva do cotidiano, dos rituais, das relações sociais dos diferentes grupos e povos existentes na região.

É bem verdade que o número de pesquisadores ainda seja insuficiente para atender o elevado número de demandas necessárias à região, sem contar a falta de condições para o desenvolvimento destas pesquisas, especialmente as que dizem respeito à comunicação. Este cenário é revelador diante do abismo das desigualdades e assimetrias existentes no país. A região Norte concentra menos de 2% dos grupos de pesquisas, 1,7% dos pesquisadores e 1,5% dos doutores do país (ABC, 2004). Se levarmos em conta o cenário de formação de novos cientistas, é ainda mais desanimador.

As marcas dessas desigualdades são facilmente percebidas se comparadas a outras regiões do país. Há muito a ser feito, do ponto de vista acadêmico, para a formação e qualificação de recursos humanos para a análise e produção de produtos audiovisuais, quando se pensa na ciência enquanto um discurso privilegiado e com capacidade de interferência política, cultural e econômica, visando à democratização da comunicação na região.

Por que o audiovisual na Amazônia?

O recurso do audiovisual é revelador como método de análise social, no momento em que aponta elementos que possibilitam mostrar e registrar as diferentes culturas e localidades. A televisão analógica, ao nos referirmos ao conteúdo audiovisual, ainda é o suporte de maior alcance no país e tem sido a grande difusora dos produtos audiovisuais no Brasil e grande disponibilizadora de informações para a população, considerando apenas o volume e não a qualidade do que é disponibilizado que não é objeto deste ensaio.

Dos diferentes suportes audiovisuais que buscam retratar a relação das identidades culturais, a memória e o imaginário que se efetivam no contexto da realidade amazônica, priorizam-se o cinema e a televisão por congregarem um número significativo de textos que retratam a região. Os filmes, assim conhecidos, do curta ao longa-metragem, são importantes trabalhos etnográficos de registro dos modos de vida regionais, dos hábitos, da cultura e da sociedade em uma dada conjuntura.

O cinema, historicamente, surge no final do século XIX com o desafio de registrar a atualidade através de imagens em movimento. Constituindo-se em “sétima arte” ao longo do século XX, foi um dos elementos responsáveis por tornar a comunicação visual uma das mais significativas maneiras de se comunicar de nosso século, fornecendo paradigmas para outras linguagens e mídias, como a televisão.

Como demonstrado anteriormente, a televisão analógica ainda é a mídia de maior alcance no Brasil e tem sido a grande difusora dos produtos audiovisuais no país e grande disponibilizadora de informações para a população. Portanto, quando se fala em mudanças relativas a esse domínio midiático há muito a ser aprendido. Considerando ainda que a região Amazônica é um espaço que atrai a atenção de diversos atores econômicos, políticos e culturais, seria estratégico que se formassem competências locais para pensar o que aqui acontece.

Esse equilíbrio e interrelação entre o local e o global pode se tornar um caminho para garantir trato mais eficiente dos problemas da região, como a conservação dos recursos e a racionalização dos serviços ambientais, bem como a valorização cultural de seus diversos povos, de maneira a convertê-los de problemas em possibilidades de geração de renda, desenvolvimento social e autoestima. Para isso é preciso enxergar a problemática num movimento duplo, a partir de um olhar geral, global, o que vem de fora e pode mostrar as coisas sobre um ângulo diferente, às vezes inesperado; e o do local, o “residente”, aquele que fala com propriedade sobre os detalhes de sua realidade e das necessidades que possui.

Entretanto, para que isso ocorra, é imperativo que se invista na formação de competências, especialmente localmente, pois, a partir de nosso ponto de vista, os olhares locais são os historicamente mais prejudicados dentre os atores capazes de contribuir para o movimento duplo de que falamos. Nessa perspectiva é que pretendemos, a partir do estudo sobre a constituição e potencialidade da linguagem audiovisual no século XXI, encontrar caminhos que levem à democratização dos resultados e atividades dos diferentes setores estratégicos em prol do equilíbrio social na região Amazônica e, de maneira ampla do país e do planeta.

Resultados do levantamento de textos

Levantamento geral, considerando apenas trabalhos produzidos na região, realizado em mecanismos de busca na internet.

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados	Ano	Local de Produção
A Amazônia na TV: produção de sentido e o discurso da ecologia	Comunicação Ambiental, Ciência e Ecologia, Televisão e Ecologia	Análise do Discurso	Produção de sentidos Amazônia - Mídia	2001	Universidade Federal do Pará
Cinema no Amazonas	Amazonas, imaginário, exotismo	Histórica	Região Amazônia	2005	Universidade Federal do Amazonas
Documentos da Amazônia: cinema documentário na TV educativa do Amazonas	Televisão, Cinema, Amazonas	Histórica	Identidade Cultural	2010	Centro Universitário do Norte / Laureate International Universities
Imagem e pesquisa na Amazônia	Ciência, fotografia, audiovisual	Antropológica	Imagem Ciência	2008	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Pará
Imagens da Amazônia	Cinema, Amazônia, Representações do exótico	Histórica	Região Mito Identidade	2007	Universidade Federal do Amazonas
O cinema na Amazônia & a Amazônia no cinema	Amazonas, Belle Époque, Cinema	Histórica	Arte Entretenimento Economia	2006	Universidade Federal do Amazonas
Território imaginado imagens da Amazônia no cinema	Cinema, Amazônia, documentário, representação, TV Pública	Sociológica	Representação Identidade Sociedade Cultura	2009	Universidade Federal do Amazonas
Antropologia, cinema e cidade: representações de Belém do Pará em dias	Cinema na Amazônia; Belém do Pará, Produção e recepção das mídias audiovisuais, Significação nas mídias audiovisuais	Antropológica	Contemporaneidade Pós-Modernidade	2009	Universidade da Amazônia

Foram reunidos 08 (oito) textos. Destes, 06 (seis) eram artigos, 01(um) era resenha e 01 (um) era dissertação de mestrado. Quanto às instituições em que foram produzidas essas publicações, metade delas (quatro textos) vieram de pesquisadores ligados à Universidade Federal do Amazonas. Quanto às restantes: 01 (uma) é oriunda da Universidade da Amazônia; 01 (uma) foi produzida na Universidade Federal do Pará; 01 (uma) no Centro Universitário do Norte e 01(uma) no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/PA.

Foram reunidas publicações de 09 (nove) autores diferentes, sendo que 01 (um) deles (Gustavo Soranz Gonçalves) é responsável por 03 (três) das publicações levantadas: 02 (dois) artigos e 01(uma) dissertação de mestrado; e outra (Selda Vale da Costa) é responsável por 02 (duas) das publicações levantadas: 02 (dois) artigos, sendo 01 (um) em co-autoria.

Levantamento realizado nos anais da Intercom Norte (2007-2011), levando em conta trabalhos de pesquisadores em nível de pós-graduação de qualquer parte do país.

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados	Ano	Local de Produção
Da Imagem: lembrança à imagem - Recordação	Imagem-recordação, Imagem-lembrança, Audiovisual, Memória	Filosófica/ Semiótica	Imagem Recordação Lembrança Memória	2011	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
Mídia e Música na Amazônia Paraense: aspectos históricos e culturais	Audiovisual, Indústria Cultural, Música, Pará	Sociológica/ Histórica	Industriais Culturais Produto Midiático Música Popular	2011	Universidade da Amazônia
Telejornalismo e Semiótica: análise das unidades visuais dos jornais “Bom Dia Brasil” e “Jornal do SBT Manhã”	Telejornalismo, Semiótica, Telespetador	Semiótica	Telejornalismo Signo Identidade Visual	2011	Universidade de Passo Fundo/RS
Griffith Eisenstein e Vertov do Cinema à Linguagem da Televisão	Cinema, Intersecção de Linguagens, Televisão	Semiótica	Linguagem Televisiva Linguagem Cinematográfica Mídia Híbrida	2010	Universidade Federal de Rondônia
Avatar, Gaia e Florestania: três dimensões	Avatar, Cinema, Comunicação, Florestania, Meio Ambiente	Crítica Cinematográfica/ Semiótica	Ecologia Desenvolvimento Sustentável Teoria de Gaia	2010	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Redes Nacionais de TV e Recepção Local: cruzando falares, dissonâncias	Lugar de fala, Recepção local, Rede nacional, Televisão	Análise do Discurso	Nacional / Regional Enunciação Mito	2010	Universidade Federal do Pará
Luzes e Sombras: proteções do bem e do mal na tela do cinema	Cinema, Ficção, Maniqueísmo, Infiltrados, Comunicação	Antropológica	Maniqueísmo Imagem Felicidade Bem e Mal	2008	Instituto de Ensino Superior do Acre
Cinema e Amazônia: uma abordagem Sócio-Histórica	Cultura, Amazônia, Cinema, Identidade, Poder	Antropológica	Região Identidade Hegemonia Sujeito Descentrado	2007	Universidade Federal da Bahia
A Carnavaização no Cinema Nacional: quando o filme é texto e pretexto para uma (re)leitura da sociedade	Cinema Nacional, Símbolo, Ideologia, Carnavaização	Linguística Aplicada	Linguagem Enunciação Ideologia Carnavaização	2007	Universidade Federal do Pará
Inter-Relações entre Comunicação e Educação em Grupos Comunitários de Estudos sobre Questões Ambientais: do álbum seriado ao videoclipe	Comunicação e Música, Extensão Rural, Educomunicação, Videoclipe-Educativo	Educomunicativa	Educomunicação Ação Extensionista	2007	Embrapa Rondônia

Total de 10 (dez) publicações levantadas, todas no formato de artigo. Quanto as instituições onde esses artigos foram produzidos, 40% deles foram elaborado por pesquisadores vinculados a instituições de fora da região amazônica: 01 (um) foi oriundo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, (1) oriundo da Universidade de Passo Fundo, 01 (um) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e 01 (um) da Universidade Federal da Bahia.

Os artigos restantes foram produzidos em instituições da região, a saber: 02 (dois) da Universidade Federal do Pará; 01 (um) da Embrapa Rondônia; 01 (um) do Instituto de Ensino Superior do Acre; 01 (um) da Universidade Federal de Rondônia e 01 (um) da Universidade da Amazônia. Esses artigos foram publicados por 14 (quatorze) autores diferentes: 02 (dois) foram em coautoria, ambos com 03 (três) autores cada e, dentre os 14 autores, um dos deles (Francisco de Moura Pinheiro) publicou 02 (dois) dos artigos levantados.

Quanto às abordagens e conceitos de todos os materiais levantados

•04 (quatro) trabalhos com abordagem semiótica. Principais conceitos utilizados: Imagem | Recordação | Lembrança-memória | Telejornalismo | Signo | Identidade Visual | Linguagem Televisiva | Linguagem Cinematográfica | Mídia Híbrida | Ecologia | Desenvolvimento Sustentável | Teoria De Gaia.

•04 (quatro) trabalhos com abordagens antropológicas. Principais conceitos utilizados: Maniqueísmo | Imagem | Felicidade | Bem e Mal | Região | Identidade | Hegemonia | Sujeito Descentrado | Imagem | Ciência | Contemporaneidade | Pós-modernidade.

•01 (um) Trabalho com abordagens comunicacionais. Principais conceitos utilizados: Educomunicação | Ação Extensionista.

•02 (dois) trabalhos com abordagens sociológicas. Principais conceitos utilizados: Indústrias Culturais | Produto Midiático | Música Popular | Representação | Identidade | sociedade | Cultura.

•03 (três) trabalhos com abordagens linguísticas. Principais conceitos utilizados: Nacional/regional | Enunciação | Mito | Linguagem | Enunciação | Ideologia | Carnavaização | Produção De Sentidos | Amazônia | Mídia.

•04 (quatro) trabalhos com abordagens históricas. Região | Mito | Identidade | Arte | Entretenimento | Economia | Região | Amazônia | Identidade Cultural.

O destaque maior recaiu sobre as abordagens semióticas/linguísticas e históricas (essa última presente em alguns textos com abordagem predominantemente antropológica e também sociológica). Apesar de muitos textos apresentarem características claramente relacionadas a uma determinada abordagem teórico-metodológica, muitos deles apresentavam interpenetração de conceitos, com abordagem marcadamente inter e transdisciplinar. Para que essas negociações e conflitos fiquem explícitos, segue-se breve resenha de cada um dos textos.

Perspectivas antropológicas

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados
Luzes e Sombras: projeções do bem e do mal na tela do cinema	Cinema, Ficção, Maniqueísmo, Infiltrados, Comunicação	Antropológica	Maniqueísmo Imagem Felicidade Bem e Mal
Cinema e Amazônia: uma abordagem Sócio-Histórica	Cultura, Amazônia, Cinema, Identidade, Poder	Antropológica	Região Identidade Hegemonia Sujeito Descentrado
Imagem e pesquisa na Amazônia	Ciência, fotografia, audiovisual	Antropológica	Imagem Ciência
Antropologia, Cinema e Cidade: representações de Belém do Pará em dias	Cinema na Amazônia; Belém do Pará; Produção e recepção das mídias audiovisuais; Significação nas mídias audiovisuais;	Antropológica	Contemporaneidade Pós-Modernidade

No artigo de Francisco de Moura Pinheiro, intitulado “Luzes e Sombras - Projeções do Bem e do Mal na tela do Cinema” o objetivo é fazer algumas considerações sobre fato de o filme *Os Infiltrados* (2007) de Martin Scorsese ter ganhado um dos principais prêmios da indústria cinematográfica norte-americana: o Oscar de melhor filme do ano. O fato é problematizado pelo autor a partir da perspectiva de que o filme em questão destoa das histórias procedentes do cinema feito nos Estados Unidos, que costumam estabelecer uma dicotomia inconciliável entre as noções de bem e de mal.

Para a análise, o autor faz um levantamento bibliográfico sobre as origens do maniqueísmo, destacando que seus princípios permanecem até hoje como guias do cinema, assim como onipresença de um “final feliz”. Em sua problematização, o autor utiliza teóricos como Edgar Morin (*Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo*, traduzido por Maura Ribeiro Sardinha. 8ª. Edição. Rio de Janeiro : Forense, 1990), Sigmund Freud (*O Mal-Estar na Civilização*. Tradução: José Otávio Aguiar

Abreu. Rio de Janeiro: Imago Editorial, 1997) e Martin Buber (*Imagens do Bem e do Mal*. Petrópolis : Vozes, 1972).

Já no artigo “Cinema e Amazônia: Uma abordagem Sócio-Histórica”, de Alexandre Sócrates Lins, o objetivo é discutir o sentido do que se convencionou chamar “cultura paraense” ou “cultura amazônica” no cinema. Para tanto, é feita uma análise do filme curta-metragem paraense “Dezembro” (2003), de Fernando Segtowick. O intento do estudo é mostrar que: “cada enunciação cultural evidencia, inevitavelmente, seu caráter ideológico, ou seja, não consegue ser totalizadora de uma realidade, mas, ao contrário, só faz sentido quando se compreende a posição social do sujeito enunciatador em um dado contexto” (LINS, 2007, p. 1).

Para tanto, o autor recorre a referenciais como Pierre Bourdieu (*O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.), Fábio Castro (*A encenação das identidades na Amazônia contemporânea*. Paper do Laboratório de Sociomorfologia, série “Identificações amazônicas”, nº 1. Belém, 2005a), Homi K. Bhabha (*O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998), e Mikhail Bakhtin (*Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2006).

A partir do filme de Segtowick, o autor aponta para interpretações sobre uma cultura urbana amazônica, uma definição de região diferente das usualmente utilizadas para esta parte da América do Sul e do Brasil, especialmente o Pará. Nas palavras do autor:

Esse mosaico que une vidas tão diferentes em uma mesma cidade aponta que a identidade que Fernando Segtowick se refere é bem mais plural que a construção política em torno da identidade cabocla. É como se o drama de seus personagens dissesse que mais do que caboclos, na Amazônia também vivem outros seres humanos com inúmeras formas de identificação (LINS, 2007, p. 10 - 11).

Outro trabalho de abordagem antropológica é a resenha “Imagem e Pesquisa na Amazônia”, de Rubens da Silva Ferreira, feita a partir do livro de mesmo nome. A publicação resenhada foi resultante do seminário “Imagem e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica” que teve o propósito de intercambiar reflexões e experiências sobre o uso acadêmico da imagem na Amazônia paraense, qual fosse à fotografia, o vídeo ou o cinema.

Tal encontro pretendeu discorrer a cerca do momento histórico do surgimento da escrita, e sua predominância ao longo dos tempos, e da imagem que vem reforçar e legitimar a escrita, se apresentando como elemento metodológico em muitas áreas da ciência, possibilitando a abertura de novos olhares sobre a realidade amazônica e seus fenômenos. A publicação reuniu oito autores de diferentes formações e graus acadêmicos, como a PhD Ligia Terezinha Lopes Simonian (NAEA/UFPa) e a cineasta e mestra em etnometodologia Jorane Castro.

Já o artigo de Relivaldo de Oliveira, intitulado “Antropologia Cinema e Cidade: Representações de Belém do Pará em *Dias*”, objetivo é refletir sobre as características pós-modernas no curta-metragem paraense *Dias* (2001), de Fernando Segtowick. Um filme que tem a cidade de Belém do Pará como temática e que, segundo Oliveira, tenta mostrar uma cidade mais contemporânea, diferentemente do regionalismo marcante em outras expressões do espaço amazônico/belenense.

O autor começa fazendo uma revisão bibliográfica que auxilie na delimitação do que ele chama de “uma nova antropologia que pensa a cultura contemporânea” (OLIVEIRA R, 2009, p. 1).

A partir dessa revisão, o autor analisa o filme, discorrendo sobre suas relações com discursos e realidades, a partir da ideia da semiótica de Clifford Geertz e de autores como David Harvey e outros que fornecem conceitos sobre antropologia contemporânea, pós-modernidade/contemporaneidade.

Perspectivas históricas

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados
Imagens da Amazônia	Cinema, Amazônia, Representações do exótico.	Histórica	Região Mito Identidade
O cinema na Amazônia & a Amazônia no cinema	Amazonas, Belle Époque, Cinema	Histórica	Arte Entretenimento Economia
Cinema no Amazonas	Amazonas, imaginário, exotismo	Histórica	Região Amazônia
Documentos da Amazônia: cinema documentário na TV educativa do Amazonas	Televisão, Cinema, Amazonas	Histórica	Identidade Cultural

Por meio do artigo “Imagens da Amazônia”, o autor Gustavo Soranz relaciona os principais momentos da produção cinematográfica realizada no estado do Amazonas, identificando neste percurso de que maneira a imagem da Amazônia, circulante nessa produção, esteve relacionada aos mitos identificados com a ideia de “Novo Mundo” do século XVI, e, como a atual produção cinematográfica produzida no Estado do Amazonas pode realizar sua autoetnografia através da elaboração de um olhar comprometido com o local (SORANZ, 2007, p. 1). Ainda, de acordo com o autor: “O desafio do atual cinema produzido no Amazonas é o de pensar o local sob sua própria percepção, revelando suas cores e formas, realizando assim uma autoetnografia a partir da experiência local” (SORANZ, 2007, p 10).

Para sustentar seus argumentos, Soranz recorre a autores como Arlindo Machado (*Pré-cinemas & pós-cinemas*. Campinas, SP: Papyrus, 1997.) e Jean-Claude Bernardet (*Brasil em tempo de cinema: ensaios sobre o cinema brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.).

Em outro artigo intitulado “Documentos da Amazônia - Cinema documentário na TV Educativa do Amazonas” Gustavo Soranz pretende estudar os primeiros passos do audiovisual no Amazonas, tanto no campo cinematográfico quanto no televisivo, fomentado pelas produções audiovisuais realizadas na TV Educativa do Amazonas. Para isso, fundamenta seus argumentos em autores como Stuart Hall (*A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracina Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.), acreditando ser necessário resgatar, estudar e repensar essas experiências, praticamente desconhecidas, para se entender os rumos da produção audiovisual no estado, assim como para apontar uma outra leitura possível da história do cinema regional brasileiro, lançando luzes sobre produções de diversas partes do Brasil, muitas vezes ligadas aos canais de televisão locais, negligenciadas pela historiografia clássica

Dessa maneira, espera ampliar as análises relacionadas ao contexto histórico-social em que a comunicação de massa, através da mídia eletrônica, ganhava importância, modificando o cenário da comunicação social no país e, especificamente no Amazonas, com capacidade de fazer com que atores locais adquiram capacidade de produção cinematográfica e enunciação de seus próprios discursos sobre a região.

Outro artigo com abordagem predominante histórica é “O Cinema na Amazônia & a Amazônia no Cinema”, de Selda Vale da Costa. Neste estudo, a autora busca mapear a trajetória dos cinematógrafos que chegaram a Manaus no final do século XIX, descrevendo o contexto de chegada dos aparelhos e sua relação com outros tipos de entretenimento existentes na capital do Amazonas, à época uma das principais capitais do Brasil, enriquecida pelo comércio do látex.

Descreve como as projeções de imagem em movimento eram uma diversão secundária no gosto da elite amazonense, mais ligada a produções culturais importadas como o teatro e a ópera, quanto das camadas populares de Manaus, que preferiam diversões como touradas e passeios de bonde. Com o passar do tempo, descreve a popularização do cinema da região e sua crescente ligação com temas locais, ao invés de “estrangeirismos”.

Costa utiliza autores como Vicente de Paula Araújo (*A bela época do cinema brasileiro*. 2 ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.), Pedro Veriano (*Fazendo fitas. Memórias do cinema paraense*. Belém: EDUFPA, 2006.), entre outros. Desta forma, buscará mostrar também de que forma a Amazônia foi retratada: edênica e fantástica, bem como, tempos depois, foi possível transpor as barreiras do exótico, mostrando as outras realidades “das Amazônias” e articulando-as com as do restante do país e também do mundo.

Em outro artigo, Selda Vale da Costa, em coautoria com Narciso Julio Freire Lobo, faz um resgate histórico não apenas da chegada dos aparelhos que projetam imagens ao estado do Amazonas, mas também da cultura cinematográfica desenvolvida no estado ao longo do tempo, com seus cineclubes, revistas e produtoras. Afirmam que a região amazônica e seu grande rio estiveram, desde o início, sob o foco e enfoque dessa nova “engenhoca tecnológica” e discorrem sobre as imagens da Amazônia presentes nessas produções cinematográficas de acordo com cada momento histórico, econômico e social da região. Para construção do estudo, os autores baseiam-se em obras próprias, publicadas anteriormente, como *Eldorado das ilusões. Cinema e sociedade. Manaus: 1897-1935* (Manaus, Editora da Universidade do Amazonas, 1997.) de Selda Vale, e *A tônica da descontinuidade. Cinema e política na década de 60* (Manaus, Editora de Universidade do Amazonas, 1994), de Narciso Lobo.

Perspectivas sociológicas

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados
Mídia e Música na Amazônia Paraense: aspectos históricos e culturais	Audiovisual, Indústria Cultural, Música - Pará	Sociológica/ Histórica	Industriais Culturais Produto Midiático Música Popular
Território imaginado imagens da Amazônia no cinema	Cinema, Amazônia, documentário, representação, TV Pública	Sociológica	Representação Identidade Sociedade Cultura

No artigo “Mídia e Música na Amazônia Paraense: aspectos históricos e Culturais”, autor Mauro Celso Feitosa Maia parte da hipótese de que, ao final da década de 70 do século XX, as cidades do estado do Pará passavam por uma série de transformações que possuem “entre seus elementos mais característicos a informação e a comunicação, interferindo no processo de desenvolvimento histórico específico da sociedade local” (MAIA, 2011, p.1).

A partir deste contexto, o objetivo do artigo é compreender a mídia e a música no estágio atual da cultura, bem como a conformação de indústrias culturais locais relacionadas a elas. Para tanto, é feita uma apresentação de alguns elementos da história da música no estado do Pará na segunda metade do século XX, em sua relação com a mídia audiovisual.

Dentre as referências do artigo estão Fábio Castro (*Identificações amazônicas*. Belém: Papers do Laboratório de Sociomorfologia, UFPA. Série, nº 2. 2006); Antonio Maurício Dias da Costa (*Festa na Cidade: o circuito bregueiro de Belém do Pará*. Belém: [s.n.]. 2007) e Marcos Napolitano (*História & Música*. Belo Horizonte : Autêntica. 2002).

Outro trabalho em que se destaca a abordagem sociológica é a dissertação de mestrado de Gustavo Soranz, intitulada “Território Imaginado - Imagens da Amazônia no Cinema”. Nela, o autor discorre a respeito das representações da Amazônia no cinema, buscando identificar “a gênese social do conceito de Amazônia para empreender uma análise de como as noções recorrentes sobre a região tem raiz histórica e socialmente construídas” (SORANZ, 2009, p.10).

O autor desenvolve sua análise tanto em exemplos de representações da Amazônia no cinema internacional, responsável pela consolidação de um discurso exotizante sobre a região; quanto a representação da Amazônia no cinema brasileiro e as mudanças que ocorrem nessas representações na década de 60 e 70 do século XX. Direcionando seu foco para o cinema realizado no Amazonas, o autor busca contextualizar a série *Documentos da Amazônia*, produzida na TV Educativa do Amazonas na década de 60, em uma perspectiva que

busca o deslocamento do conceito de Amazônia para um eixo onde tal representação deixa de existir enquanto referência imaginária, mas assume sua configuração social e cultural, assumindo um discurso próprio, proporcionando a afirmação de uma identidade cultural autêntica, resultado de um processo de revisão crítica de sua historicidade e de uma autoconsciência cultural. (SORANZ, 2009, p. 10)

Perspectivas Comunicacionais

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados
Inter-Relações entre Comunicação e Educação em Grupos Comunitários de Estudos sobre Questões Ambientais: do álbum seriado ao videoclipe	Comunicação e Música, Extensão Rural, Educomunicação, Videoclipe-Educativo	Educomunicativa	Educomunicação Ação Extensionista

O objetivo do artigo de Vânia Oliveira, intitulado “Inter-Relações entre Comunicação e Educação em Grupos Comunitários de Estudos sobre questões ambientais: do álbum seriado ao videoclipe” é discutir as inter-relações entre comunicação e educação, fomentada em grupos comunitários de estudo, através de linguagem audiovisual. Baseando-se em autores como Paulo Freire (*Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 1992, 10 ed. 93 p. Coleção O Mundo Hoje, vol.24) e a autora relata dinâmicas de sensibilização e reflexão com a produção e aplicação de recursos audiovisuais (videoclipe e “álbum seriado”), na perspectiva de que os mesmos são elementos da comunicação educativa que contribuem para a ação da extensão rural (OLIVEIRA, 2007, p. 1).

De acordo com a autora, as atividades se inserem no campo da “mediação tecnológica na educação não formal”, consistindo na associação de músicas de conteúdo educativo, preferencialmente do repertório de artistas da região amazônica, e imagens das comunidades nas quais se desenvolve o programa socioeducativo.

Abordagens Semióticas

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados
Da Imagem: lembrança à imagem - Recordação	Imagem-recordação, Imagem-lembrança, Audiovisual, Memória	Filosófica/Semiótica	Imagem Recordação Lembrança Memória
Telejornalismo e Semiótica: análise das unidades visuais dos jornais “Bom Dia Brasil” e “Jornal do SBT Manhã”	Telejornalismo, Semiótica, Telespetador	Semiótica	Telejornalismo Signo Identidade Visual
Griffith Eisenstein e Vertov do Cinema à Linguagem da Televisão	Cinema, Intersecção de Linguagens, Televisão	Semiótica	Linguagem Televisiva Linguagem Cinematográfica Mídia Híbrida
Avatar, Gaia e Florestania: três dimensões	Avatar, Cinema, Comunicação, Florestania, Meio Ambiente	Crítica Cinematográfica/Semiótica	Ecologia Desenvolvimento Sustentável Teoria de Gaia

O objetivo do artigo “Da Imagem-Lembrança à Imagem-Recordação”, de Alex Ferreira Damasceno, é apresentar o processo de criação do conceito de “Imagem-recordação”, cujo objeto é formado na intercessão entre imagens audiovisuais e a temática da memória (DAMASCENO, 2011, p. 1). Para apresentar o conceito, o autor utiliza o caso da minissérie *Capitu* (2008), dirigida por Luiz Fernando Carvalho.

Henri Bergson, com seu conceito de “imagem-lembrança”; e em segundo lugar, Sören Kierkegaard, e sua discussão sobre o caráter poético do ato de recordar; são os autores que baseiam o conceito de “imagem-recordação”. De acordo com Damasceno, a “imagem-recordação” surgiria no interior da

“imagem-lembrança”, porém recusando a dualidade própria do procedimento “usual” na linguagem cinematográfica/audiovisual chamado *flashback*, e “formando imagens expressionistas de memória” (DASMASCENO, 2011, p. 1).

O autor começa discorrendo sobre o conceito de imagem-lembrança de Bergson, e suas aparições no cinema comentadas por Deleuze. Em seguida, revisa o pensamento de Kierkegaard, tendo em vista estabelecer a diferença em relação ao ato da recordação. Ao final, traça considerações sobre o conceito de “Imagem-recordação”, a partir do “tensionamento dos pensamentos dos intercessores filosóficos” (DAMASCENO, 2011, p. 2) com as imagens audiovisuais analisadas na minissérie *Capitu*.

Já no artigo de Sônia Bertol, Maria Betencourt e Dieli Mattje intitulado “Telejornalismo e Semiótica: Análise das unidades visuais dos Jornais ‘Bom Dia Brasil’ E ‘Jornal do SBT Manhã’”, as autoras fazem a descrição e análise das principais diferenças em termos de cenografia dos dois telejornais matutinos das maiores emissoras de televisão aberta do Brasil: o telejornal Bom Dia Brasil, da Rede Globo, e Jornal do SBT Manhã, do SBT, com o objetivo de fazer uma análise semiótica da identidade visual de ambos (BERTOL; BETENCOURT; MATTJE, 2011, p. 1). Para tanto, foi feito um levantamento bibliográfico sobre a história do telejornalismo, e as origens da semiótica, bem como de suas principais vertentes e características. Para a realização da análise, foram tomadas como amostras várias imagens dos programas na data de 08/11/2010.

Alguns dos principais autores usados no artigo são Luciano Guimarães (*As Cores na Midia: a organização da cor-informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003), Lúcia Santaella e Winfried Noth (*Imagem: cognição, semiótica, mídia*. São Paulo: Iluminuras, 1998) e Sebastião Carlos de M. Squirra (*Aprender Telejornalismo – produção e técnica*. São Paulo: Brasiliense, 1995). A partir do trabalho, verificou-se que, através do uso das cores em logotipos e cenários, o Bom Dia Brasil torna-se mais próximo do telespectador, enquanto o Jornal do SBT Manhã permanece mais distante.

O artigo “Griffith, Eisenstein e Vertov: do cinema à linguagem da televisão”, de autoria de Juliano José de Araújo, por sua vez, tem o objetivo de discorrer sobre o que considera as principais influências do cinema na configuração da linguagem televisiva. A principal hipótese do autor é a de que o cinema é o principal paradigma televisivo (ARAÚJO, 2010, p.1), num contexto de hibridez midiática onde o audiovisual passa por um constante processo de (re) evolução (ARAÚJO, 2010, p.1), reforçada pelas possibilidades abertas pelas novas tecnologias da comunicação.

Para cumprir seu intento, o autor resgata alguns elementos da codificação do cinema narrativo clássico, preconizados por David Griffith. Retoma também os nomes de Sergei Eisenstein e Dziga Vertov, da escola soviética dos anos 1920. Outros nomes como Vsevolod Pudovkin, Béla Balázs e Hugo Munsterberg são também lembrados para auxiliar na compreensão da natureza da sintaxe do texto televisivo (ARAÚJO, 2010, p. 2). O autor conclui que é difícil compreender a televisão e sua linguagem, e ainda mais fazer televisão, sem desvelar as influências dos outros meios na configuração de sua sintaxe (ARAÚJO, 2010, p. 14). A partir dessas conclusões, ele acredita que é possível não apenas analisar, mas aprender a lidar com a produção de conteúdos para as mídias híbridas, o que ele considera a forma dominante de nosso tempo.

Já o artigo de Francisco de Moura Pinheiro, intitulado “Avatar, Gaia e Florestania: três dimensões” se propõe a fazer é uma reflexão acerca das mensagens sobre os perigos da depredação da natureza presentes no argumento do filme *Avatar* (2009), do cineasta norte-americano James Cameron. O autor parte da hipótese de que essas mensagens ajudaram a dar à obra um grande apelo, tendo em vista a época de mobilização global pela preservação dos recursos naturais que vivemos atualmente. A partir disso, nos descreve o enredo do filme, analisa seu argumento, discorre sobre algumas críticas feitas à obra e apresenta um levantamento de algumas “reverberações” midiáticas do filme no cenário político e social do Brasil. Para o intuito de análise e exposição de algumas interpretações possíveis sobre o filme, o autor recorre a conceitos contidos na hipótese de Gaia, em mitos da Amazônia, no desenvolvimento sustentável e na noção de florestania - neologismo criado no Acre nos últimos anos do século XX.

Abordagens Linguísticas

Título Trabalho	Palavras Chave	Abordagem	Principais Conceitos Utilizados	Ano
Redes Nacionais de Tv e Recepção Local: cruzando falares, dissonâncias	Lugar de Fala, Recepção Local, Rede Nacional, Televisão	Análise do Discurso	Nacional / Regional Enunciação Mito	2005
A Carnavalização no Cinema Nacional: quando o filme é texto e pretexto para uma (re)leitura da sociedade	Cinema Nacional, Símbolo, Ideologia, Carnavalização	Linguística Aplicada	Linguagem Enunciação Ideologia Carnavalização	2006
A Amazônia na TV: produção de sentido e o discurso da ecologia.	Comunicação Ambiental, Ciência e Ecologia, Televisão e Ecologia.	Análise do Discurso	Produção de sentidos Amazônia Mídia	2007

O trabalho do pesquisador Manuel Dutra, intitulado “Redes Nacionais de TV e Recepção Local: cruzando falares, dissonâncias” é parte do relatório de uma pesquisa desenvolvida pelo autor, cujo objeto é a relação midiática entre o nacional, evocado pelas redes de TV, e as formas de recepção local; e como esses dispositivos se esforçam, nem sempre com êxito, para camuflar seu lugar de fala (DUTRA, 2010, p. 1).

No texto, o autor faz uma descrição da constituição das redes nacionais de televisão no Brasil e as dinâmicas políticas, teóricas, sociais e culturais provocadas por tal processo. Os conflitos entre regional e nacional ocupam importante espaço nas preocupações do autor, sendo que ele faz uma análise de enunciados relacionados a essa temática presentes em produtos midiáticos como telenovelas e programas de variedades, bem como dos desdobramentos de tais enunciados em outros espaços midiáticos.

Para sua análise, o autor se utiliza de teóricos como Roberto Benjamim (*Culturas regionais: permanências e mudanças em tempo de globalização*. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). *Globalização e regionalização das comunicações*. São Paulo: EDUC: Universidade Federal de Sergipe, 1999, p.129-136), Michel Foucault (*A ordem do discurso* [1970]. São Paulo: Loyola, 1998, 4.ed) e Muniz Sodré (*O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984, 5. ed.).

Em outro texto, intitulado “A Amazônia na TV: produção de sentido e o discurso da ecologia”, Manuel Dutra objetiva analisar como a Amazônia, por meio da ecologia, é pautada no discurso da mídia. De acordo com o autor, num momento em que a ecologia é a “senha para se colocar a Amazônia no centro de um heterogêneo campo discursivo”, cumpre analisar: (a) como aquele discurso recorrente, das imagens edênico-exóticas, permanece de modo fragmentário no processo de produção do texto midiático; (b) se a introdução de conceitos, como biodiversidade e desenvolvimento sustentável, materializa a produção de sentidos que marcam as noções de exuberância e riqueza natural em contraste com vazio demográfico, atraso e indolência (DUTRA, 2001, p. 1). Para tanto, Dutra utiliza autores como Eliseo Verón (*A produção de sentido*. São Paulo: Cultrix, 1980) e Milton Santos. (*A aceleração contemporânea: tempo e espaço mundo*. In: SANTOS, Milton et al. [Org.]. *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 15-22.).

Já o estudo de Rosa Brasil, José Sena e Mara Tavares intitulado “A Carnavalização no Cinema Nacional: Quando O Filme É Texto E Pretexto Para Uma (Re)Leitura Da Sociedade” propõe um diálogo entre o processo enunciativo, próprio dos estudos lingüísticos, discursivos, e o processo cinematográfico, “ambos direcionados a uma subversão dos símbolos, padrões, convenções estabelecidos no paradigma capitalista” (BRASIL; SENA FILHO; TAVARES, 2007, p. 1), subversão esta materializada no conceito de “carnavalização” como processo de redimensionamento das estruturas e valores sociais. Dessa maneira, os autores partem do pressuposto de que o cinema brasileiro contemporâneo apresenta signos sociais sob uma perspectiva carnavalizante, seguindo uma proposta aproximada do neorealismo italiano (BRASIL; SENA FILHO; TAVARES, 2007).

Para este intuito, utiliza autores como Mikhail Bakhtin (em obras como *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997; e também em *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987). Para problematização dos conceitos apresentados, faz uma

análise do filme *Quanto vale ou é por quilo?* (2005) de Sérgio Bianchi, na perspectiva de que o filme apresenta uma proposta de (sub)versão da temática da escravidão no Brasil, como pode ser observado, por exemplo, no processo de ambivalência entre o negro e o branco: no filme, o homem, negro ou branco, escraviza e é escravizado. A condição de ser “dono” advém do poder (BRASIL; SENA FILHO; TAVARES, 2007, p. 9).

Considerações finais

Estes são alguns dos diversos textos que centralizam suas análises em conteúdos audiovisuais, com objetivo de mostrar de que forma a região é representada. É claro que outros textos, não expostos aqui, também cumprem o papel de mostrar a região vista pelo olhar do local. Após este breve levantamento, pode-se dizer que a produção do audiovisual, além de ser uma grande referência no reconhecimento das diversas manifestações culturais locais, é responsável também pela revelação dos sentidos construídos na cultura local, podendo servir de objeto e recurso de análise para diversas áreas o conhecimento das ciências humanas e sociais. Notamos o predomínio das análises que levam em consideração as abordagens relacionadas à semiótica e as ciências da linguagem, bem como as abordagens históricas, que permeavam até mesmo trabalhos predominantemente pertencentes a outras abordagens. Na mesma medida em que isso pode revelar o prosseguimento de uma tradição acadêmica de análise do audiovisual enquanto linguagem, revela também o interesse dos pesquisadores pelo caminho percorrido pelas produções e exibições audiovisuais na região amazônica, com o objetivo de desenhar uma memória para o cinema e o audiovisual na região.

Ao mesmo tempo, foi encontrado apenas um trabalho com abordagem especificamente relacionada a comunicação, ou a um conceito que nasce diretamente relacionado a pesquisadores da área: a educomunicação - o que não quer dizer que os demais não se colocassem enquanto pertencentes à área, mas apresentavam fortes características de outras áreas do saber, de maneira a mais uma vez expressar a fragmentação do campo da comunicação (NAVARRO, 2007). O mapeamento de textos que analisam como os conteúdos audiovisuais, em particular o cinema e a televisão, descortinam a Amazônia, em que novos sentidos são culturalmente construídos, proporcionando aos cidadãos locais outra possibilidade de ler sua vida sob novos pontos de vistas, ao mesmo tempo em que ajuda a modificar sua própria cultura. Desse modo, tanto o cinema, sob suas diferentes versões, quanto à televisão tem um papel inquestionável na compreensão da cultura local. Aqueles, os pesquisadores, que buscam entender a dinâmica cultural da região, numa leitura da produção audiovisual local, também contribuem para construir uma cultura complexa, que valorize o olhar “da terra” em relação com os discursos globais.

Referências

- ALEIXO, Marcos Frederico Kruger. **A Amazônia na visão dos viajantes**. In Anais do Congresso Brasileiro de Tropicologia. Recife: Fundaj Massangana, 1986.
- ARAGÓN, Luis E. **Há futuro para o Desenvolvimento sustentável na Amazônia?** Belém: NAEA, 2002.
- ARAÚJO, Juliano José de. **Griffith, Eisenstein e Vertov: do Cinema à Linguagem da Televisão**. Anais do IX CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE - INTERCOM NORTE, 2010, Rio Branco.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema: ensaios sobre o cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1978.
- BERTOL, Sônia Regina Schena; BETENCOURT, Maria Goreti; MATTJE, Dieli Rodrigues. **Telejornalismo e Semiótica: Análise das unidades visuais dos jornais “Bom Dia Brasil” e “Jornal do Sbt Manhã”**. Anais do X CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE – INTERCOM NORTE, 2011, Boa Vista.
- BOLLE, Willi, CASTRO, Edna, VEJMEKA, Marcel (org). **Amazônia região universal e teatro do mundo**. São Paulo: Globo, 2010.

BRASIL, Rosa Maria de Souza; SILVA FILHO, José Sena da; TAVARES, Mara Rodrigues. **A Carnavalização No Cinema Nacional: Quando O Filme É Texto E Pretexto Para Uma (Re)Leitura Da Sociedade**. Anais do VI CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE- INTERCOM NORTE, 2007, Belém.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo. Paz e Terra, 1999 (vol. 1).

COSTA, Selda Vale da; LOBO, Narciso Julio Freire. **Cinema no Amazonas**. Estud. av., São Paulo, v. 19, n. 53, abril 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2012.

_____. O Cinema na Amazônia & A Amazônia no Cinema. **Revista de Economia Política de Las Tecnologias de la información y Comunicación**. Dossiê Especial Cultura e Pensamento, Vol II- Dinâmicas Culturais, DEC.2006.

DAMASCENO, Alex Ferreira. **Da Imagem-Lembrança à Imagem-Recordação**. Anais do X CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE - INTERCOM NORTE, 2011, Boa Vista.

DA-RIN, Sílvio. **Espelho partido** - tradição e transformação do documentário. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2004.

DUTRA, Manuel José Sena. **Região e Regionalismo**. Belém: NAEA/UFPA, 1999.

_____. **A Amazônia na TV: produção de sentido e o discurso da ecologia**. Anais do XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2001, Campo Grande.

_____. **Redes Nacionais de TV e Recepção Local: Cruzando Falares, Dissonâncias**. Anais do IX CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE - INTERCOM NORTE, 2010, Rio Branco.

FERREIRA, Rubens da Silva. Imagem e pesquisa na Amazônia. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém, v. 3, n. 3, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81222008000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 abr. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - Síntese de Indicadores 2009**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

LINS, Alexandre Sócrates Araújo de Almeida. **Cinema e Amazônia: uma abordagem sócio-histórica**. Anais do VI CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE- INTERCOM NORTE, 2007, Belém.

MACHADO, Arlindo. **Pré-cinemas & pós-cinemas**. Campinas: Papirus, 1997.

MAIA, Mauro Celso Feitosa. **Mídia e Música na Amazônia Paraense: Aspectos históricos e culturais**. Anais do X CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE - INTERCOM NORTE, 2011, Boa Vista.

MORIN, Edgar. **A Cabeça Bem-Feita: Repensar a reforma, reformar o pensamento**. 8ª edição. Rio de Janeiro, 2003.

NAVARRO, Raúl Fuentes. Fontes bibliográficas da pesquisa acadêmica nos cursos de pós-graduação em comunicação no Brasil e no México: uma aproximação da análise comparativa. **Revista Matrizes**. n° 1, outubro 2007 p.165 -177.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. **Inter-Relações entre Comunicação e Educação em grupos comunitários de estudos sobre questões ambientais**. Anais do VI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE- INTERCOM NORTE, 6, 2007, Belém.

OLIVERIA R, Relivaldo de. *Antropologia, Cinema e Cidade: Representações de Belém do Pará em Dias*. Anais do XXXII CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO - INTERCOM, 2009, Curitiba.

PINHEIRO, Francisco de Moura. **Avatar, Gaia e Florestania: Três Dimensões**. Anais do IX CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE - INTERCOM NORTE, 2010, Rio Branco.

_____. **Luzes e Sombras: Projeções do Bem e do Mal na Tela do Cinema**. Anaid do VII CONGRESSO DE COMUNICAÇÃO DA REGIÃO NORTE- INTERCOM NORTE, 7, 2008, Boa Vista.

SORANZ, G. **Documentos da Amazônia:** Cinema documentário na TV Educativa do Amazonas. In: PAIVA, Samuel; CÁNEPA, Laura; SOUZA, Gustavo. (Org.). XI Estudos de Cinema e Audiovisual SOCINE. 1 ed., 2010, v. 11, p. 105-119.

_____. **Imagens da Amazônia.** BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação, v. 01, p. 1-10, 2007

_____. **Território Imaginado:** Imagens da Amazônia no Cinema. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós- Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas, 2009.

Mirada sobre o cenário midiático amazônico



Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Maria Ataíde Malcher



Mirada sobre o cenário midiático amazônico

Ronaldo de Oliveira Rodrigues
Maria Ataíde Malcher

Introdução

A comunicação mediada pelos meios de comunicação de massa é um dos maiores destaques do século XX (WOLTON, 1999). Neste texto, parte-se então do pressuposto de que não há como pensar os processos sociais, políticos, econômicos e culturais de uma sociedade sem compreender os fios explicativos comunicacionais que permeiam suas estruturas.

A partir do século XX, com as transformações e inovações tecnológicas em larga escala e em tempo cada vez menor (o que se intensifica com a globalização), a necessidade de um pensamento mais intersetorial tornou-se essencial para o estudo dos meios de comunicação.

Segundo Fadul (1998, p. 74) “a globalização da cultura está intimamente relacionada com a globalização da mídia, por um lado, e com a globalização da economia, de outro lado”. Deve-se, então, valer-se do pensamento de que ora a mídia, ora a economia (ou as duas ao mesmo tempo) são elementos que contribuem para a constituição de um imaginário que é coletivo (global) e ao mesmo tempo local.

Com a globalização, mesmo diante das dificuldades a serem transpostas, o local torna-se mais visível. Deve-se reconhecer que essa “visibilidade” passa pelos interesses dominantes, bem como pelo entrelaçamento com a cultura. Nessa conjuntura, ganha força o processo de regionalização. Não se pode negar que as mídias massivas são fundamentais para a dinamização desse processo, pois a partir delas é que ele se intensifica.

Para Wolton (2000, p. 89-90 *apud* COELHO, 2007, p. 320), o local não tem “perfume de pureza virginal” e os meios de comunicação social, sejam locais ou regionais, enquanto não conseguirem libertar-se de um conjunto de marcas negativas¹ que os caracterizam, não poderão contribuir para a ressignificação do espaço público, ou seja, os meios devem contribuir para melhorar a organização da própria sociedade, por atuarem ativamente como produtores e produtos da realidade contemporânea.

É pertinente manifestar a insatisfação sentida em razão de, há muito tempo, a Amazônia ser lembrada somente pelas suas belezas e riquezas naturais ou, em outros momentos, quando é foco de temas polêmicos, o que não deixa de estar relacionado à primeira problemática.

Os meios de comunicação em muito contribuíram, e ainda contribuem, para a apresentação da realidade regional e local, contudo, eles assumem, também, outra função que vai além da reprodução de uma imagem estereotipada, colaborando, de alguma maneira, para dinamizar os modos de vida da população amazônica, pois em uma região em que o transporte hidroviário constitui-se também significativo meio de comunicação², as mídias massivas impulsionam novas formas de existência, intensificando o encontro de crenças, hábitos, valores e realidades.

Neste capítulo a intenção é debater sobre os meios de comunicação na Amazônia, especificamente a circunscrita à Região Norte do Brasil. Para isso a opção foi iniciá-lo a partir de considerações gerais sobre o

1 Entende-se, em relação ao conjunto de marcas negativas, o discurso dominante portador do estereótipo reforçado pela produção realizada nos próprios meios de comunicação locais e regionais.

2 Considerando que o acesso por vias rodoviárias ou pelo sistema de transporte aéreo é bastante limitado na região, é natural que o transporte hidroviário se configure como elemento central que provoca encontro entre as pessoas, proporcionando, então, a existência de um processo comunicativo peculiar, que tem nos portos espaços convergentes do dinamismo urbano e rural.

referido tema, citando exemplos de observações realizadas na Comunidade São Pedro³ em Breves-Marajó-Pará⁴. Em seguida, apresenta-se um mapa descritivo e analítico da mídia na região, propondo reflexões sobre a realidade encontrada em seus diferentes estados.

A partir de um panorama contextualizado, a proposta foi realizar uma investigação densa, mas não conclusiva. Os aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e educacionais, que permeiam e são permeados também pelas questões midiáticas, não poderiam ser desprezados.

Mesmo que o panorama não seja completo, o importante é trazer informações relevantes e contextualizadas sobre a disposição dos meios de comunicação massiva na região amazônica, de modo que a partir disso seja possível compor estudos cada vez mais sistematizados em relação aos aspectos midiáticos dessa realidade, o que, sem dúvida, será fundamental para novas compreensões desse cenário.

Meios de Comunicação Massiva na Amazônia

Um ponto significativo para a tentativa de compreensão dos meios de comunicação massiva na Amazônia envolve a passagem do individual para o coletivo, do coletivo para o individual e a existência de ambos os processos simultaneamente. A chegada das mídias massivas nessa região implicou novas formas de perceber o sentido de individualidade e coletividade, pois, ambos não podem mais ser analisados somente sob a égide da tradição que os acompanhou durante séculos.

Desapareceu o tempo em que o sentido de individualidade e coletividade estava relacionado à quantidade de pessoas. O século XIX marca nitidamente o início de uma nova configuração de agrupamento humano. Antes, normalmente se vivia em pequenas vilas, em que, se não todas, pelo menos a maioria das pessoas se conhecia e se relacionava.

Com o processo de industrialização, uma quantidade significativa de pessoas deslocou-se para os centros urbanos, onde os indivíduos, geralmente, não se conhecem. Por necessidade, essa aglomeração força o contato com pessoas desconhecidas, mas restrito a um toque rápido, não alcançando o convívio e muitas delas permanecendo sempre desconhecidas.

O homem moderno é rodeado de gente, mas é solitário. É solitário e ao mesmo tempo tem muitos amigos (virtuais, por exemplo). Não seria possível fazer tais considerações sem levar em conta a presença das tecnologias, em especial das mídias massivas na sociedade.

Na atualidade, uma forma diferenciada de perceber a passagem do individual para o coletivo está no fato de muitos compartilharem do mesmo espaço para ouvir o rádio ou assistir a TV, mesmo que não desejem estar em grupo.

A passagem do coletivo para o individual pode ser percebida nos momentos (principalmente à noite) em que já não existem mais aqueles grupos de pessoas em frente às casas, reunindo vizinhos para, simplesmente, conversar, pois já é um tempo ocupado pelas mídias. Contudo, quase que concomitantemente este individual se torna coletivo, à medida que as pessoas se reúnem para acompanhar a programação da TV, que por seu turno é discutida no cotidiano, como ocorre na comunidade de São Pedro.

Vale considerar que o fato de muitas pessoas estarem no mesmo espaço, diante de uma televisão, não significa necessariamente que haja interação⁵ entre elas, mas se a interação ocorrer, a partir do dito midiático,

3 A comunidade São Pedro é formada por cerca de 40 famílias e possui aproximadamente 160 moradores. Deste total, 30 famílias (cerca de 105 pessoas) moram no terreno da vila e as demais moram nas proximidades, cujo acesso se dá por meio de canoas, ou barco de pequeno porte. Em relação à cidade de Breves a distância é de 20 km do centro da comunidade pela PA-150.

4 Observações realizadas para o desenvolvimento da dissertação intitulada "Tv aberta no Marajó: usos e apropriações pelos moradores da Comunidade São Pedro em Breves-Pará-Amazônia" de autoria de Ronaldo de Oliveira Rodrigues, orientado pela Prof^a Dr^a Maria Ataíde Malcher; Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará.

5 A esse respeito Kerckhove (*apud* KENSKI, 2003) diz que nas sociedades primitivas as fogueiras eram úteis para que as pessoas ao redor delas pudessem manter algum tipo de comunicação. Hoje a fogueira pode ser a televisão. Ela pode gerar comunicação ou não.

acredita-se que possa existir uma contribuição significativa para o processo comunicacional fomentado pelo conteúdo transmitido pelos meios.

É pertinente afirmar que “nunca existe comunicação por si, ela está sempre ligada a um modelo cultural, ou seja, a uma representação do outro, uma vez que comunicar consiste em difundir, mas também em interagir com um indivíduo ou uma coletividade” (WOLTON, 1999, p. 10).

Nesse sentido o conceito de comunicação remete a uma troca entre pessoas não necessariamente em contato entre si (dadas as distâncias físico-geográficas). Afirma-se, então, que a comunicação, a partir das mídias massivas, passa a ter sentido em função das relações sociais estabelecidas, configurando um novo cenário de existência.

Na “sociedade da midiática”,

esse novo cenário de interação produz rupturas, mas também a necessidade de dispositivos que reinstaurem novas formas de contato. Nele as mídias não são apenas meios, mas um amplo ambiente, e assim se transformam em dispositivos, espécie de “sistema” regulador que, através de suas próprias auto-operações, realizam o funcionamento de um novo tipo de trabalho do registro simbólico (FAUSTO NETO, 2008, p. 127).

Na realidade, essas novas formas de contato, em que as mídias são ambientes, passam pelas operações de incorporação do dito midiático à linguagem privada e, conseqüentemente, coletiva. Passam também por uma coletivização, muitas vezes forçada, em que muitos se reúnem no mesmo cômodo para desfrutar da programação da TV. Exemplo disso é retratado pelo depoimento de um morador da comunidade São Pedro, também professor em outro distrito do município de Breves⁶

Somos quatorze em casa, mas geralmente, principalmente à noite, muitos mais se reúnem para acompanhar as novelas [da Globo]. [...] Quando é hora da novela só ouvimos as falas dos atores e atrizes, mas quando é hora do jornal [nacional] é um alvoroço tão grande que não dá para entender nada, porque as pessoas não ligam para assistir ao jornal (FSC, professor, 38 anos).

A assistência coletiva, muitas vezes forçada, está no fato de não se contar com um espaço para assistir a TV individualmente. Essa é uma realidade muito comum para aqueles que habitam na zona rural amazônica (ou seja, mais de 4 milhões de habitantes, conforme IBGE/CENSO, 2010).

“Quando se fala de Amazônia é preciso estar atento para saber de que Amazônia se está falando” (GONÇALVES, 2010, p. 17). Para efeito de esclarecimento, a Amazônia Legal é composta por nove estados. Os sete estados da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins), mais um estado da Região Nordeste (Maranhão), mais um estado da Região Centro-Oeste (Mato Grosso).

Neste estudo sempre que se fizer referência à Amazônia, a proposta deve ser entendida mais especificamente à Região Norte e, de forma mais dirigida, ao lócus de pesquisa escolhido. Este fator deve-se a duas razões. Primeiro por acreditar que não há uma Amazônia e sim várias, ou seja, a variedade de elementos é incontável e ao extrapolar os limites da Região Norte, pode-se incorrer no erro de tratar sobre algo ainda mais desconhecido. Segundo, esta pesquisa tem sua razão de ser na necessidade de compreender o cenário midiático amazônico, acredita-se, que para fins de análise, é de grande valor tratar sobre o cenário desta região, em particular.

É preciso lembrar ainda da Amazônia dos rios de águas brancas, pretas, a Amazônia dos manguezais, dos cerrados, das florestas, pois “A Amazônia não é [...] uma região fácil de definir, e delimitar, a começar pela pluralidade de sentido do termo que a nomeia, que tanto pode significar uma bacia hidrográfica como uma província botânica, um conjunto político, como espaço econômico (PAES LOUREIRO, 2001, p. 69).

⁶ O município de Breves, em relação à sua organização administrativa, é formado por 4 (quatro) distritos: Breves (distrito-sede), São Miguel dos Macacos, Antônio Lemos e Curumú. Todos os três distritos possuem um agente distrital, indicado pelo gestor municipal.

A Amazônia, que tem uma particularidade bem específica em relação às demais regiões do país, tem nos rios sua forte expressão de vitalidade. Essa especificidade pode ser exemplificada pelo acesso às diversas localidades da região, pois “chega-se à maioria das cidades da Amazônia pelo rio e delas é possível se contemplar uma paisagem cujo limite é o reencontro das paralelas no horizonte em que o céu e as águas parecem se abraçar, quer se olhe em direção ao Ocidente ou ao Oriente” (OLIVEIRA, 1995, p.156).

Não é por acaso o fato de o povo amazônida construir, usualmente, suas variadas formas de comunicação e transporte utilizando o rio como meio. Destaque-se que em função do crescimento das cidades, localizadas quase sempre às margens dos rios, à visão primeira para quem chega – a torre da igreja, geralmente chamada matriz –, hoje se somam às torres de antenas de TV, de celular, de rádio, de provedores de acesso à internet, que gradativamente começam a compartilhar um espaço antes somente do religioso; situação demonstrada na comparação das imagens a seguir.



Imagem 1: Frente de Breves | Ano: 2004



Imagem 2: Frente de Breves | Ano: 2012 | Fonte das imagens 1 e 2: Acervo dos Pesquisadores



Imagem 3: Frente da cidade de Afuá (2011) | Fonte: Acervo dos Pesquisadores

Por outro lado, há aqueles locais que mantêm um cenário paisagístico que preserva as características tradicionais típicas do religioso, como na imagem a seguir, que registra o momento da celebração da Santa Padroeira do município.

O vínculo do povo amazônida com a água e com o religioso pode ser muito bem caracterizado a partir da seguinte afirmação:

A efetivação do projeto evangelizador agostiniano, na imensa porção da região constituída pelos municípios de Afuá, Anajás e parte de Breves, com destaque para Chaves, por comportar, em sua extensão espaço de manifestação da pororoca, exigia dos padres de Afuá o decifrar dos códigos e linguagens das águas. Os longos anos de presença de um mesmo padre na direção da paróquia sede daqueles povoados, podem ser explicados pela necessidade do religioso para conviver e aprender, com populações locais, movimentos e dinâmicas em cursos de rios e águas da Amazônia (PACHECO, 2009, p.55).

A descrição de Pacheco retrata o quanto o imaginário do povo amazônida (no caso Marajoara) é permeado por elementos da natureza, bem como pela forte influência da presença religiosa, em especial, católica. Na verdade, não é raro encontrar nos textos que tratam sobre Amazônia a confluência de fatores que permeiam o imaginário de seu povo a partir dos aspectos naturais e do religioso, tornando-se impossível, e inconsequente, desprezá-los. O que não significa que o amazônida tenha parado no tempo.

É fundamental considerar que as embarcações fluviais constituem um meio de transporte essencial para a Região. É bom lembrar que para essa realidade, especialmente nos Estados do Pará e Amazonas, as águas são tão importantes quanto as ruas, estradas, avenidas e a terra firme.

Novos conceitos, novas formas de ver o mundo e novas paisagens se imbricam na dinâmica atual de rápidas mudanças provocadas pelas tecnologias. Na Amazônia essa realidade não é diferente e talvez seja ainda mais intensa pelo fato de que há pouco tempo tem vivenciado essas transformações.

A Amazônia, entendida como espaço físico-geográfico e humano, não constitui algo homogêneo nem um vazio. Aqui sobrevivem grupos aos quais a mídia, com frequência chama de “povos da floresta”⁷, às vezes “povos da Amazônia”, para os quais torna-se familiar a presença de antenas parabólicas, sucedâneas do rádio, tornando presentes, no lugar, realidades do mundo contemporâneo (DUTRA, 2009, p.17).

A afirmação anterior traz a necessidade de se refletir acerca da mudança de paisagem e dos hábitos de vida do povo amazônida, pois a cultura amazônica brasileira tem recebido diariamente, ininterruptamente, uma quantidade significativa de conteúdos a partir dos meios de comunicação, em especial da televisão. Esse fato implica mudanças consideráveis no cotidiano dos moradores.

Para Fausto Neto (2008, p. 119-120),

O desenvolvimento e a intensificação das convergências tecnológicas (informática, telecomunicações e audiovisualidades) têm produzido a gênese, organização e efeitos nos processos de interação social, designados como novas formas tecnológicas de vida. Esses processos, também compreendidos como midiáticação da sociedade, afetam os campos sociais, suas práticas e suas interações, pois passam a se organizar e a funcionar tendo como referência a existência da cultura, de lógicas e operações midiáticas.

A lógica da midiáticação tende a redefinir os processos de interação nos mais variados grupos sociais, contudo esses processos não podem ser analisados de forma isolada no contexto em que ocorrem, até porque o que as pessoas têm como referências para respaldar suas ações e pensamentos são os elementos já existentes no seu cotidiano, somados aos veiculados pela mídia.

⁷ Dutra (2009, p. 43) diz que aquilo que a mídia chama de povos da floresta encontra dificuldades classificatórias. Pois, “sem explicar verbalmente, deixa a entender, pelas imagens, que se trata de algo como uma categoria-ônibus, na qual cabem tanto índios que vivem nas aldeias, índios que vivem nas cidades, vendedores de produtos da floresta em feiras urbanas, pescadores, pequenos agricultores de zonas ribeirinhas, coletores de essências da floresta, etc”.

Vale lembrar que na Comunidade São Pedro, de um total de 30 famílias, são 27 as que possuem antenas parabólicas⁸. Algumas famílias dispõem de mais de um aparelho de TV e, conseqüentemente, duas antenas parabólicas. O que criou para muitos a necessidade de construir um cômodo a mais na casa⁹. Nesse caso, tal construção, geralmente, é feita pelos próprios moradores, que exercem a atividade processual completa, desde ir para a floresta (para retirar a madeira), plainar a matéria-prima, à conclusão do novo cômodo.

Informações como essas permitem o entendimento de que esse recente cenário amazônico, ao mesmo tempo em que é redefinido pelos novos elementos comunicacionais, mantém vivo seus elementos que historicamente o fazem ser reconhecido como uma região de hábitos, populações, tradições e crenças bastante peculiares.

De acordo com Taveira,

as pessoas que moram na Região Norte são muito ligadas à cultura local. Primeiro, porque há um contato muito grande com a terra, resultando num grande apego ao espaço geográfico. Segundo, o clima, a vegetação e a economia fazem com que o povo sustente mais seu jeito de ser e se apegue ao lugar e aos seus moradores [...] as pessoas vivem em comunidade [...] Terceiro porque como há uma grande distância (em todos os sentidos) das demais regiões brasileiras, o povo passa a valorizar mais sua vida e, quando viaja, de barco ou de avião, sai para conhecer outras realidades [...] sem abrir mão de serem patriotas da “Pátria amada e idolatrada”, pois, sendo rodeado por fronteiras, defende o solo brasileiro (TAVEIRA, 2004, p. 105-106).

A visão de Taveira parece romântica em relação à Região Norte. Contudo, acredita-se que distante das capitais e das grandes cidades é uma compreensão bastante aceitável. No entanto, já não é mais tão aceitável para as pessoas que moram nas capitais da região, porque as mesmas, em grande parte, já vivem de uma maneira muito semelhante à dos grandes centros urbanos brasileiros e, até mesmo, mundiais; talvez em razão do trabalho, do alto índice de violência e da própria dinâmica de vida nesses espaços (a pressa, a insegurança, a desconfiança etc).

No que se refere à presença dos meios de comunicação na Amazônia deve-se considerar que “a introdução da televisão no Brasil coincide com o começo de um importante período de mudanças na estrutura econômica, social e política” (MATTOS, 2010, p. 31).

Nesse sentido, enquanto o governo federal discutia os grandes projetos (Carajás, Tucuruí, Transamazônica, Zona Franca de Manaus) para a expansão da região amazônica, debatendo sua interligação aos demais locais do Brasil, a partir da construção de estradas, “no restante do país estavam sendo instaladas estações repetidoras e canais de micro-ondas, surgindo as redes de televisão, com a programação centralizada no Rio e em São Paulo¹⁰” (TAVEIRA, 2004, p. 103).

Considerada essa realidade, não surpreende afirmar que “na Amazônia, a televisão chegou, oficialmente com o interesse governamental sobre a região” (AGRA; BERNO, 2000, p. 3). De acordo com Caparelli,

A televisão talvez fosse o melhor meio de comunicação para representar esta espécie de integração. Porque refletia a acumulação e concentração de capital, era formada por um oligopólio da indústria da informação, estava situada num país dependente e tendia a reproduzir internamente as disparidades a nível internacional (CAPARELLI, 1982, p. 34).

8 É importante registrar que, na comunidade estudada, se não for através de antena parabólica, não há recebimento de sinal (emissora) algum na TV.

9 A maioria das casas na comunidade é construída em madeira (apenas uma tem piso em alvenaria). Geralmente são casas de dois cômodos e andar térreo (apenas duas casas, em construção, estão fugindo desses padrões – ou seja, serão de dois andares). Boa parte delas está passando por um estágio de reforma, já que ainda mantém os alicerces do período de chegada dos moradores.

10 Sobre isso vale lembrar que a televisão brasileira nasceu regional, em São Paulo, no ano de 1950, com a Televisão Tupi Difusora, canal 3, trazida por Assis Chateaubriand. Menos de um ano depois, outra emissora era inaugurada no Rio de Janeiro, também da Tupi, o canal 6, VHF (MÜLLER, 2007).

Em relação a esses aspectos o Panorama Evolutivo da Mídia (1970-1979, p. 12) traz a informação de que “o impulso final viria com a implantação do Sistema Nacional de Telecomunicações que previa a instalação de pelo menos um canal em toda capital ou grande cidade, visando a integração de todo País”. A telecomunicação se constituiu, então, como, o grande elemento de integração da Amazônia ao restante do país.

De acordo com Amaral; Guimarães (1994), na década de 1970 a política de telecomunicação tinha entre outros objetivos oferecer ao país uma programação televisiva única, facilitando a expansão de várias redes de televisão. Contudo, hoje muitas críticas se estabelecem a esse modelo, considerando que a proposta de programação única em nível nacional é incabível. Para esse fato pesam as mudanças ocorridas na mídia, implicando a concepção de que a programação nacional deve incorporar a regional.

A título de informação¹¹, vale considerar que no dia 08/11/2011, após discussão do tema na Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, o Relator do projeto (PL 7075/02, do Senado Federal) que determina uma cota única de 30% de programação local e regional nas emissoras de rádio e televisão, deputado Pinto Itamaraty (PSDB-MA), declarou que pretende sugerir mudanças e que deve propor cotas variáveis às emissoras, conforme a população ou o tamanho dos municípios.

Para o representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Paulo Tonet Camargo, a cota única de 30% é inviável em razão de duas situações. Primeiro, porque contempla rádio e TV na mesma proporção. Segundo porque ela é imposta para todas as praças, em todas as regiões – em se tratando de radiodifusão comercial, os mercados em cada canto do país são muito díspares. Então, para o presidente da Abert, é preciso adaptar as cotas e percentuais, para que sejam compatíveis com cada local do Brasil, sendo possível sustentar a produção local e regional.

O diretor do Departamento de Outorga e Serviços do Ministério das Comunicações, Demerval da Silva Junior, concordou que a cota exigida deve levar em conta as diferenças regionais. Ele afirmou que o ministério apresentará uma proposta semelhante no novo marco legal para o setor de comunicação, que irá à consulta pública em breve.

Há realidades diferentes para cidades menores e cidades maiores. Dessa forma, a modulação por população, por tamanho do município é importante. Além disso, é preciso escalonar o tempo exigido de programação local e regional: não dá para sair de 8% [da grade ocupada por essas atrações], que é a realidade atual, para 20% ou 30%, de uma hora para outra (DEMerval JÚNIOR, Minicom)

Observadas essas questões, acredita-se que conhecer um pouco melhor o cenário midiático da Amazônia na atual conjuntura, não somente em relação à TV, mas também considerando outras mídias, poderá contribuir de maneira bastante significativa para um melhor entendimento das relações de comunicação massiva estabelecidas na região.

Região Norte

A Região Norte é a maior região do país em extensão territorial. Possui aproximadamente 3,9 milhões de km², constituindo cerca de 45% da área total do Brasil, formada por sete Estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO). Ela apresenta fronteiras com seis países sul-americanos (Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname), além do território da Guiana Francesa. É uma região que possui uma biodiversidade muito rica em razão da Floresta Amazônica.

Como já mencionado anteriormente todos os setes estados dessa região fazem parte da Amazônia Legal, o que fundamenta que a realização de um estudo nesses estados, em relação aos meios de comunicação, é extremamente representativo para a composição do cenário midiático da Amazônia.

¹¹ Baseado em material divulgado pela redação da Agência Câmara de Notícias em 2011. Acesso em 08/11/2011.

Em relação à extensão territorial e a sua demografia, a Amazônia se apresenta:

Tabela 1 - Região Norte

Estado	Área (Km ²)	Pop. Urbana	Pop. Rural	Pop. Total	Dens. Dem.	Nº de Munic.
Acre	164.122,280	532.279	201.280	733.559	4,47	22
Amapá	142.827,897	601.036	68.490	669.526	4,69	16
Amazonas	1.559.161,682	2.755.490	728.495	3.483.985	2,23	62
Pará	1.247.950,003	5.191.559	2.389.492	7.581.051	6,07	143
Rondônia	237.590,864	1.149.180	413.229	1.562.409	6,58	52
Roraima	224.301,040	344.859	105.620	450.479	2,01	15
Tocantins	277.621,858	1.090.106	293.339	1.383.445	4,98	139
Total		11.664.509	4.199.945	15.864.454	4,1	449

Fonte: IBGE | Censo 2010

Estão localizados na Região Norte os dois maiores estados do Brasil em extensão territorial: Amazonas e Pará. Encontram-se também os três maiores municípios do país considerando o mesmo critério (Altamira – PA, Barcelos – AM e São Gabriel da Cachoeira – AM), cada um possui área superior a 100.000 km².

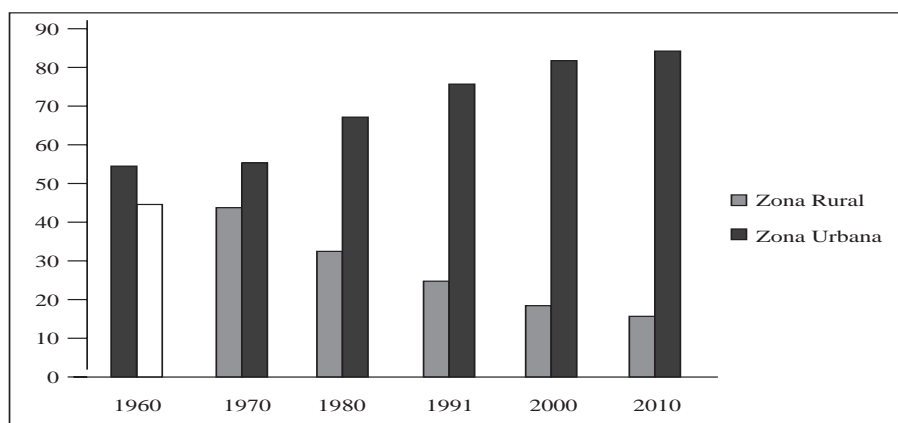
Apesar de suas dimensões continentais, é a segunda região do país menos habitada (somente o Centro-Oeste tem quantidade inferior). O que a faz ter uma densidade demográfica de 4,1 hab/km².

É um quantitativo populacional ainda muito pequeno quando comparado ao seu território total. Por outro lado é a região que apresenta a maior média de crescimento demográfico do país (2,1% ano). As áreas de maior densidade continuam sendo apenas as capitais dos estados (Belém e Manaus, por exemplo) e algumas cidades que constituem regiões metropolitanas (como no caso de Ananindeua no Pará).

No geral há um quantitativo de 450 municípios que compõem esta região. O Estado que tem o maior número de municípios é o Pará (143) e o menor é o de Roraima (15).

Sua população de 15.864.454 habitantes (IBGE, 2010) corresponde a 8,3% do total de habitantes do país. Destes, são mais de 4 milhões de pessoas que vivem na Zona Rural, ou seja, 26,4% da população. Isto significa dizer que, depois da Região Nordeste (26,8%), é a região que mais tem pessoas vivendo fora dos centros urbanos. Para melhor compreender o processo histórico de evolução demográfica no país, considerando população rural e urbana, apresenta-se o seguinte gráfico:

Gráfico 1-Evolução da População Rural e Urbana no Brasil



Fonte: IBGE | Censo Demográfico: 2010

Conforme se observa, no ano de 1960 a população rural era maior no Brasil. Esta realidade tem a ver com o processo de Revolução Industrial, que se inicia na Inglaterra e tem seu ápice (final da 1ª fase) por volta de 1960. Como o Brasil viveu sua Primeira Revolução Industrial cerca de cem anos mais tarde, somente a partir de 1930, no Governo de Getúlio Vargas, é que esse processo inicia uma mudança significativa na dinâmica de vida (rural e urbana) da população. Daí, talvez uma das possíveis explicações para até o ano de 1960 a zona rural ter maior concentração populacional no país.

É impossível fazer qualquer tentativa de situar este local de onde se fala sem mencionar a participação dos indígenas na constituição dessa região. De acordo com o IBGE (2010), a Região Norte concentra a maior população indígena do país. Dos 817.963 índios em todo o território brasileiro, somente nos estados do Norte vivem 305.873.

Já em termos econômicos, considerando o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, a região contribui com apenas 5%. A menor contribuição entre todas as regiões do país. Nesse cenário a maior participação é do Pará com 1,9% e a menor é a de Roraima, com 0,2% (IBGE, 2010), sendo esta última a menor do Brasil.

Os principais setores que contribuem para a sustentação das atividades econômicas da região são a agricultura, a pecuária e o extrativismo. De acordo com o IBGE (2010) os estados da Região Norte vêm aumentando sua participação no PIB desde 2002 e no caso específico do Pará isso se deve a indústria extrativa mineral. Acrescenta-se que o menor crescimento está registrado nos estados do Acre e do Amapá.

Atualmente, é difícil conhecer a realidade de qualquer região sem levar em conta os meios de comunicação massivos. Por isso é fundamental traçar alguns comentários sobre o estudo dessa temática na Região Norte.

Vale considerar que nesta região a presença dos meios de comunicação representa um elemento importantíssimo para a colocação de serviços básicos ao alcance da população. Um exemplo que pode ser citado é que ainda hoje é muito comum se ouvir “recados” ou informações trocados entre pessoas distantes uma das outras a partir do uso do rádio.

É uma região que não está isenta de um processo a nível macro, que acontece em todo o Brasil. A concentração de indústrias midiáticas que trabalha a informação de maneira centralizada é uma realidade que acompanha a trajetória de modernização das tecnologias, ou seja, o nacional e o global se destacam diante do local. Para compreender como isso se dá na região é importante considerar a centralização das indústrias das mídias por três grandes grupos de comunicação no Norte.

A Rede Amazônica de Rádio e Televisão [RART] é macrorregional, pois está em quase toda a região (dos sete Estados, atua em cinco: Amazonas, Rondônia, Acre, Amapá e Roraima). A Organização Rômulo Maiorana se enquadra como mesorregional, por ter a maioria de seus investimentos no Pará. E, quanto à Organização Jaime Câmara, é um grupo atípico, pois tem empresas em Tocantins (Região Norte) e em quase todos os Estados do Centro-Oeste [grifos dos autores] (TAVEIRA, 2004, p. 107).

Fazer uma análise desses grupos regionais implicaria analisar o processo de regionalização das mídias, o que constituiria um estudo a parte, não caracterizando objetivo deste texto. Contudo, é pertinente lembrar que para Peruzzo (1998), o crescimento dos meios comunitários foi possível graças à importância dada a regionalização. Não distante desta ideia, Fernandes (1998, p. 20) afirma que “a tendência à regionalização da mídia se configura como uma aspiração do povo. O conteúdo da programação quanto mais regional será, mais representativo do anseio da comunidade, gerando novos conhecimentos e resgatando hábitos e costumes”.

Nesse sentido, destaca-se a valorização do local, do regional, o que se justifica pelo fato de o receptor não se contentar somente com o que se transmite sobre o outro lado do mundo, mas também deseja saber um pouco mais sobre sua região e sobre sua cidade. Isso se evidencia na fala de AJS (75 anos, morador mais antigo da comunidade São Pedro):

Em 2009, o pessoal da Liberal já veio aqui, conversaram com a gente pra saber se queríamos a instalação de uma antena repetidora, fomos a favor, mas até agora nada. Seria bom, porque bom mesmo é ver as coisas do nosso Pará... sabemos as coisas lá de fora, como por exemplo do Sul, mas daqui a gente não vê nada e se a Liberal vier então vai melhorar muito.

Percebe-se então que, concomitantemente, existe o interesse pelo que acontece do outro lado do mundo e a preocupação em ter as notícias específicas da região em que o indivíduo está localizado.

Considera-se também que as informações sobre o global, sobre o distante, não amortece a curiosidade, a necessidade do reconhecimento, de ver a representação do que é próprio do local.

O que parece paradoxal, no depoimento do morador mais antigo da localidade, é que a esperança da chegada da repetidora da TV Liberal (Globo) é sinalizada também como promessa de uma produção mais regional, ou seja, ela traria conteúdos sobre a região. O que não é tão simples assim, considerando que aproximadamente 90% da programação da TV Liberal é recebida da cabeça de rede; fato que reduz a possibilidade de oferta de programação local.

Analisando, mesmo que superficialmente, o fato, afirma-se que os moradores teriam um pouco mais de informações sobre o Estado do Pará (mais precisamente sobre a capital) e algumas poucas notícias sobre o Marajó ou sobre a própria cidade de Breves. Para obtenção de informações do município seria interessante o funcionamento do sinal das repetidoras do próprio município, o que ainda parece distante de acontecer.

Assim, dada a realidade do cenário televisivo brasileiro, é explícito que “hoje, as redes dominam inteiramente a grade de programação e o que há para produção local são os espaços destinados a um fôlego regional. A TV local acabou virando visita em sua própria casa. São as marcas de um tempo globalizado” (PEREIRA, 2002, p.10).

Ao confrontar as considerações tecidas com a audiência dos conteúdos mais assistidos pelos moradores da comunidade São Pedro tem-se, por ordem de importância, o seguinte: telenovelas, telejornais, filmes, desenhos animados e programação esportiva (futebol).

Das telenovelas, cerca de 90% dos espectadores assistem somente as da Rede Globo. Entre os filmes há uma pequena preferência pelos da Rede Globo (55%) em relação aos do SBT (45%). Dos telejornais assistidos, 90% dos que acompanham frequentemente essa programação veem somente os da Rede Globo (principalmente o Jornal Nacional). Há outros que assistem somente o da Record. Os desenhos preferidos são os da SBT (90%) e em dias de programação esportiva (quarta e domingo), 95% a acompanham pela Rede Globo.

Esses dados sinalizam que os moradores da comunidade São Pedro não estariam completamente a par de questões mais regionais, uma vez que a preferência pelos telejornais é a segunda opção (considerando apenas o conteúdo) e, por sua vez, a programação da TV Liberal tem como características de sua produção local, os programas de jornalismo.

A partir dessas informações é possível afirmar que a esperança dos moradores de terem acesso a conteúdos mais próximos da realidade em que vivem, também deve se aliar a uma mudança de hábitos e de preferências em relação ao que assistir na televisão; o que, ainda assim, não seria garantia de conteúdos locais, em razão da escassez da produção de programação regional.

É interessante perceber que o processo de constituição das empresas de comunicação na Região acelera-se a partir dos anos 70, uma vez que

a criação de rodovias, bancos, superintendências e instituições acadêmicas tinha como meta, também, fazer com que a Amazônia fosse vista como um grande polo de investimentos empresariais. Não foi à toa que, durante o regime militar, muitos empresários foram convidados a conhecer a região e a investir no local, pois se assim o fizessem teriam inúmeras facilidades fiscais (TAVEIRA, 2004, p. 103).

Assim, pessoas interessadas em trabalhar na área comunicacional aproveitaram para disputar a mídia local, estadual e, até mesmo, regional. Nessa época é que se constituiu a Rede Amazônica de Rádio e Televisão, o maior conglomerado de comunicação da região.

Algumas datas são muito importantes para a constituição do cenário midiático amazônico atual. Em relação aos meios atuais ativos, no que se refere à mídia impressa, o Jornal “Alto Madeira” de Rondônia-RO é o mais antigo da região, fundado em 15/04/1917. O jornal “A Crítica” de Manaus – AM, lançado em 19/04/1949, é o segundo mais antigo. Mais de duas décadas depois se dá o lançamento do jornal “O Rio Branco”, em Rio Branco – AC, em 21/04/1969.

De acordo com as estatísticas organizadas por estes pesquisadores com base na Tiragem Média (TM) dos jornais impressos de todos os estados da Região Norte, considerando a periodicidade diária, chega-se ao dado aproximado de 250.000 tiragens. Essa projeção pode ser considerada como uma referência aproximada à quantidade de leitores desse tipo de mídia em toda a Região durante um dia.

É claro que é um dado que precisaria ser estudado mais profundamente, pois há jornais diários, semanais, bissetimanais ou quinzenais, trissemanais, e há também aqueles que circulam de terça-feira a domingo, de segunda-feira a sábado e de terça-feira a sábado. Há jornais diários de TM de 1.000 impressões (como o Jornal Novo Horizonte de Parintins – AM), bem como jornais de TM de 44.000 impressões diárias (como o caso do Jornal O Liberal, de Belém – PA)¹².

Contudo, mesmo se estabelecendo algumas projeções de potenciais leitores, levando em conta outras periodicidades, esse dado não alcança 3% da população total da região, o que indica que a notícia, a partir da mídia jornalística, acaba chegando unicamente àqueles que podem pagar pelo serviço e/ou àqueles que têm como utilizá-lo¹³. Esse fato é observado no comentário do HMS (48 anos, morador da comunidade São Pedro), quando diz:

Primeiro a televisão é melhor porque a gente não precisa ler. Segundo eu não sei ler direito, mal assino meu nome, por isso mesmo ter jornal para mim não iria fazer muita diferença. Terceiro é que tem que pagar né. Então se eu gastar R\$ 2,00 ou R\$ 3,00 com outra coisa eu já perco para o da farinha, do café, do leite ou outras coisas né?

O comentário reflete algumas dificuldades de uso do jornal impresso por muitas pessoas da região, em especial, nas cidades do interior. Essas questões devem ser consideradas nas análises que envolvem as discussões sobre mídia massiva na região. Acredita-se também que, nessas localidades, a presença de outras mídias (como televisão e rádio) faz com o que o morador tenha menos necessidade (ou desejo) de ter contato com o jornal impresso.

No que se refere a dados históricos, a mídia impressa na Região Norte apareceu primeiramente no Pará (em março de 1822) com o jornal “O Paraense”. Posteriormente, no estado do Amazonas, o periódico “Cinco de Setembro” foi lançado em 03/05/1851 (BARBOSA, 1996 *apud* TAVEIRA, 2004, p. 111).

Em relação ao rádio, cita-se, como a mais antiga transmissora, a Rádio Clube do Pará (AM – 690), em Belém – PA, inaugurada em 22/04/1928¹⁴. É oportuno mencionar que há outras rádios em funcionamento na região e que também são bastante antigas, como a Rádio Difusora de Macapá (AM – 630), no estado do Amapá, inaugurada em 11/09/1946; a rádio Rio Mar (AM – 1290), de Manaus – AM, inaugurada em 15/11/1954 e a Rádio Marajoara (AM – 1130), de Belém – PA, inaugurada em 06/02/1954.

¹² Dados elaborados com base no Anuário da Mídia 2011.

¹³ De acordo com o IBGE (2010) o país tem 14.612.183 de analfabetos entre mais de 162 milhões de brasileiros com mais de dez anos de idade, o que representa pouco mais de 9% da população a partir desta faixa etária. Do total de analfabetos, o Nordeste apresenta a maior taxa (17,6%) e o Norte a segunda maior (10,6%).

¹⁴ Como fonte para a definição dessa data utilizou-se estudos da Professora Luciana Miranda, Jornalista e Professora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará; bem como as informações do Anuário de Mídia 2011.

Em relação à data de fundação e início do serviço radiofônico na região há um pequeno desencontro de informações, tanto em relação às datas como em relação à própria rádio. Barbosa (1996 *apud* TAVEIRA, 2004, p. 111) afirma que a rádio mais antiga é a Rádio Clube do Pará, fundada em 1925. Já de acordo com o Anuário da Mídia (2011) e os estudos da professora Luciana Miranda, o ano adotado como de início das atividades radiofônicas no estado do Pará é 1928.

No Amazonas, a Rádio Voz de Manaus inaugura a experiência radiofônica no estado a partir de 1927 (BARBOSA, 1996 *apud* TAVEIRA, 2004, p. 111), porém para Erasmo Linhares e Roseane Motta o rádio surgiu oficialmente no Amazonas em 1939 com a Voz da Baricéa; data que a maioria dos estudiosos, principalmente amazonenses, referencia (TAVEIRA, 2004).

Essas divergências demonstram o quanto o estudo sobre os meios de comunicação na região precisa ser aprofundado, da mesma forma que indica que muitos pesquisadores, como os já citados (e outros), estão em busca da composição dessa historiografia.

Em relação à televisão, cita-se como a mais antiga a TV Amazonas – Canal 5 (afiliada à rede Globo), em Manaus – AM, inaugurada em 01/09/1972. Vale também citar o caso da TV Rondônia – Canal 4 (Globo), em Porto Velho (RO), inaugurada em 13/09/1974; a TV Acre – Canal 4 (Globo), em Rio Branco (AC), inaugurada em 16/10/1974 e a TV Roraima – Canal 4 (Globo), em Boa Vista (RR), inaugurada em 22/12/1974. Em 21/01/1975, a Rede Globo (TV Amapá – Canal 6) também chega ao Amapá. No ano seguinte, 27/04/1976, é fundada, a TV Liberal – Canal 7 (Globo), em Belém – PA.

Semelhante ao efeito dominó, em Rondônia, Acre, Roraima e Amapá, em meses subsequentes e datas muito próximas, a Rede Globo amplia sua área de cobertura e até o ano de 1976 está presente em todos os estados da Região Norte. Note-se que à época não existia o Estado de Tocantins.

Em relação às informações sobre a história da televisão na região, de acordo com o Relatório de Gestão da Funtelpa (2007-2010), intitulado 60 anos de Televisão Aberta no Brasil, a TV Marajoara, em 30 de setembro de 1961, seguindo os passos da primeira emissora de televisão nacional (Tupi) e ocupando o canal 2, entra no ar na cidade de Belém – PA (MALCHER; LIMA; VIDAL, 2010).

De acordo com Abdul Hauache Neto (*apud* TAVEIRA, 2004, p. 112) a TV a cabo Manauara, de Manaus, entra no ar em 1965, mesmo funcionando só até 1967, por problemas de infraestrutura, também é um marco significativo para a região. A Manauara vai ser sucedida pela TV Ajuricaba, inicialmente filiada à Record e posteriormente à Rede Globo. Em 1986, foi vendida para o Grupo Simões e posteriormente ao pastor Samuel Câmara. Hoje a emissora denomina-se Rede Boas Novas e é um canal independente.

Para se ter dimensão do cenário midiático da Região Norte será apresentada a seguir a descrição dos meios de comunicação presentes em cada estado da região. É pertinente esclarecer que todas as informações tiveram como fonte o Anuário da Mídia (2011); o Mídia Dados (2006); os contatos com alguns profissionais do campo da comunicação que atuam na região e informações obtidas na internet nos sites: guiademidia.com.br, radio.com.br, netpapers.com.

Outra consideração a fazer é que a apresentação dessa sistematização tem a intenção de oferecer dados para a compreensão do cenário midiático amazônico, bem como sua disposição nos estados nortistas, e o de contribuir, fornecendo informações, para o preenchimento de lacunas existentes sobre a trajetória dos meios de comunicação massiva na região.




De forma alguma se pretendeu fazer análises específicas sobre cada meio. A proposta foi escolher os elementos mais pertinentes aos objetivos deste texto para que fosse possível realizar reflexões sobre as realidades encontradas.

É importante destacar que nesta pesquisa, para a identificação da existência de TV nos municípios do interior, foram consideradas apenas as emissoras com repetidoras locais. Por isso, em boa parte dos municípios são contabilizadas apenas um ou dois canais de TV aberta, sendo que a estratégia adotada para




obter tais informações foi a pesquisa na internet e o contato com profissionais de algumas emissoras. É igualmente importante esclarecer que todos os dados apresentados fazem parte de exaustiva (não conclusiva) pesquisa realizada pelos autores deste capítulo.

ACRE

Quadro 1 – Meios de comunicação – AC – Capital

Meios	Identificação	Total
	A Gazeta; A Tribuna; O Rio Branco; Página 20	4
	Acre FM 98,1; Difusora Acreana - 1400; Gazeta FM - 93,3; Alvorada AM; Gameleira FM 104,9; Interativa FM; União FM - 94,7; Aldeia FM	8
	TV Acre - Canal 04(Globo); TV Gazeta - Canal 11 (Record); TV Rio Branco - Canal 08 (SBT); TV5 - Canal 05 (Band); União - Canal 13 (Rede União de rádio e televisão); TV 40 - Canal 40 (CNT); TV Aldeia - Canal 02 (TV Cultura/TV Brasil)	7

Quadro 2 – Meios de comunicação – AC – Interior

Município	Meios/Identificação		
			
Cruzeiro do Sul	1. Tribuna do Juruá 2. Jornal Voz do Norte	1. Verdes Florestas-AM 940 2. Juará FM 100,9	1. TV Cruzeiro do Sul - Canal 5(Globo) 2. TV Integração - Canal 12 (Band) 3. TV Juruá - Canal 10 (SBT)
Brasiléia	1. O Alto Acre	1. Rádio Difusora de Brasiléia - AM	1. TV Acre - Canal 04(Globo) 2. TV Gazeta - Canal 09 (Record) 3. TV5 - Canal 05 (Band) 4. TV Rio Branco - Canal 08 (SBT)
Total	3	3	7

Em relação aos dados, tanto da capital quanto do interior, algumas considerações precisam ser feitas. O fato de existir jornal impresso na capital e em apenas dois municípios do interior (dos 22 existentes no Acre) reforça tanto a condição histórica da falta de acessibilidade do povo do interior a artefatos culturais, informativos e educativos, quanto as dificuldades enfrentadas pelas empresas para instalar-se em locais onde a demanda não atende aos interesses empresariais. Acredita-se que essa não é uma realidade apenas do Estado do Acre, mas de toda a Região Norte.

Na capital, apenas um dos jornais tem mais de 50% de distribuição própria para assinantes. O que possibilita considerar que há um público leitor, em grande quantidade, com perfil ainda indefinido, tornando grande a dificuldade por parte da produção, e maior o desafio em conquistar os leitores.

Todos os jornais mapeados são diários e já dispõem de uma base de dados digitalizados na internet. No que diz respeito à última afirmação é preciso destacar que “a expansão digital dos arquivos [...] além de favorecer a difusão de genealogias alternativas e contramemórias, deixa-nos disponíveis para pensar além do livro e da velha oposição entre leitura e imagens” (FEATHERSTONE; VEUN, 2006, p. 15, *apud* GARCÍA-CANCLINI, 2008, p. 15)

Entende-se “contramemórias” em razão da disponibilidade dos acervos na rede, impedindo, assim, qualquer desvio da informação a partir do escrito. Por outro lado, quando se fala da oposição entre leitura e

imagens, entende-se que a internet consegue dispor de uma linguagem que integra e converge o formato de outras mídias em seu ambiente digital.

Não por acaso é que a internet tem crescido tanto em relação a outros meios, pois a fugacidade da memória a partir de outras mídias é algo comum. Um exemplo disso está na afirmação de Jost (2007, p. 26) “a efemeridade da mídia televisão foi, durante muito tempo, um obstáculo à constituição de uma memória”. É sabido que até o surgimento do videoteipe nas emissoras de televisão, somente as emissões que obtinham o estatuto de obra é que recebiam tratamento para a devida conservação.

A própria facilidade de uso de alguns *softwares* para destaque de informações nos textos digitalizados contribui bastante para que a internet e o computador tenham espaço garantido em relação à “memória da informação”.

Entre as rádios, destaca-se que há uma facilidade bem maior para que haja programação local¹⁵. Sobre isso, Ortiz (1988, p. 54) considera que “em São Paulo, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, o rádio já tinha características locais, pautando-se segundo um padrão regional”.

Essa afirmação deve-se, sobretudo, ao fato de que, no período citado, a concentração das rádios estava em São Paulo e no Rio de Janeiro, e já existia a exploração comercial dos mercados, em que os anunciantes acompanhavam as apresentações das radionovelas para poder divulgar seu produto. O que caracteriza uma exploração regional desse tipo de mídia.

No que diz respeito às TVs na capital acreana, somente a que é afiliada à Rede Globo apresenta mais de 10% da programação destinada ao local (ANUÁRIO DE MÍDIA, 2011). Já no interior a maior parte da programação é da rede nacional, veiculando também a programação “local” da capital.

Acredita-se que dois fatores são basilares para a ausência da produção local: a falta de pessoas mais qualificadas para o setor televisivo e a necessidade de investimento em infraestrutura física e financeira para exercer seu funcionamento local. Acredita-se que esse fato não seja uma realidade apenas do interior acreano, mas algo comum aos municípios do interior do Brasil.

Quanto à chegada da TV no Acre, há informações (não oficiais) de que para difundir mais rapidamente sua programação, a emissora TV Acre, teria incentivado a realização das primeiras transmissões tendo como palco a praça pública.

No que concerne a essa questão, pode-se dizer que desde o início da implantação da televisão brasileira, várias estratégias foram adotadas, no sentido de propagar o produto e estimular as vendas, como pode se ler no relato abaixo.




De acordo com Georges Henry, pouco tempo antes da inauguração da TV Tupi, o técnico americano Walther Obermüller, responsável pela instalação dos equipamentos RCA Vitor, descobriu que não havia um único televisor em São Paulo para captar as primeiras imagens a serem transmitidas. Informado das preocupações do americano e sabedor de que nem o Presidente da República seria capaz de reduzir o prazo dos trâmites normais estabelecidos pela burocracia, para que duzentos televisores fossem importados, Assis Chateaubriand ordenou que os mesmos fossem providenciados através de contrabando (JÚNIOR, 1998 apud MATTOS, 2010, p. 86).

Nesse sentido é pertinente afirmar que “as improvisações e o famoso jeitinho brasileiro marcaram o início de nossa televisão” (MATTOS, 2010, p. 87).




¹⁵ Deve-se levar em conta os espaços obrigatórios resguardados na alínea e; Art. 38, do Código Brasileiro de Telecomunicações (1962): “as emissoras de radiodifusão, excluídas as de televisão, são obrigadas a retransmitir, diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República, ficando reservados 30 (trinta) minutos para divulgação de noticiário preparado pelas duas Casas do Congresso Nacional” (BRASIL, 1962).

AMAPÁ

Quadro 3 – Meios de comunicação – AP – Capital

Meios	Identificação	Total
	Jornal do Dia; Diário do Amapá; Folha do Amapá; A Gazeta; Correio do Amapá; Aqui Amapá	6
	102 FM - 102,9; Difusora de Macapá AM - 630; Equatorial FM - 94,5; Cidade FM - 101,9; Jovem FM - 92,3; Marco Zero FM - 99,1; Forte FM - 99,9; Equatorial AM - 670 (Globo)	8
	TV Amapá - Canal 06 (Globo); TV Amazônia - Canal 13 (SBT); TV Gazeta Marco Zero - Canal 10 (Record); TV Jari - Canal 07 (SBT); TV Tucuju - Canal 24 (Rede TV!); Esporte Interativo Macapá - Canal 19 (TV Esporte Interativo); TV Cidade - Canal 02 (CNT); TV Macapá - Canal 04 (Band); Record News Macapá - Canal 08 (Record News)	9

Quadro 4 – Meios de comunicação – AP – Interior

Município	Meios/Identificação		
			
Ferreira Gomes	-	FM Piudara	TV Ferreira Gomes - Canal 5 (SBT) TV Eldorado - Canal 11 (Record)
Laranjal do Jari	-	Laranjal FM Marco Zero FM	TV Jari - Canal 7 (SBT) TV Laranjal do Jari - Canal 28 (Globo)
Oiapoque	-	Oiapoque FM Beija Flor FM	TV Oiapoque - Canal 6 (Globo)
Santana	-	Antena Um FM Beija Flor FM Pan FM Tarumã FM	TV Santana - Canal 42 (Gazeta)
Serra do Navio	-	Manganês FM	TV Serra do Navio - Canal 7 (SBT)
Total	0	10	7

No Amapá, do total de jornais produzidos diariamente (tiragem média de 10.500), cerca de 30% são para assinantes. Conforme sustenta Benette (2002), o jornal impresso é resultado da combinação das linguagens verbal e visual, o que só se torna possível antes da distribuição e após a comercialização publicitária. Essas linguagens tornam-se “feixes sustentadores” do jornal como empreendimento econômico que é.

Sabe-se que o leitor do jornal, muitas vezes, é convidado a uma leitura rasa em razão da própria natureza do produto. O poder de atração, na maioria das vezes, se dá em razão do *design*. Esta afirmação se baseia no fato de 70% de um jornal, que é o caso do Jornal do Dia¹⁶, ser destinado à distribuição nas bancas, para acesso a quem se interessar pelas notícias, o que traz aos produtores o desafio de aproximar e despertar cada vez mais a atenção do leitor nas bancas.

É bom lembrar que “a comunicação mistura, de maneira indissociável, valores e interesses, ideais e ideologias” (WOLTON, 1999, p. 5). Na indissociabilidade desses fatores é que está a razão de ser dos meios de comunicação, é o que condiciona e dinamiza a posição e atuação das grandes empresas da área.

¹⁶ Primeiro Jornal diário do Amapá e um dos que apresenta maior circulação.

O mesmo autor afirma ainda que a comunicação deve ser percebida como um processo inseparável da técnica, da economia e da política, e, por isso, deve-se desenvolver conhecimentos, produzir teorias que venham contribuir para o entendimento dos múltiplos desafios ligados à revolução da informação e da comunicação (WOLTON, 1999).

No Estado do Amapá, em relação ao jornal impresso, algumas hipóteses podem ser levantadas. Uma delas é a questão da estrutura necessária para a efetivação de trabalhos para a circulação do jornal. Tanto que em sua primeira fase (que durou cerca de oito meses), o Jornal do Dia, (fundado em fevereiro de 1987) era impresso em Belém (PA), o que ocorreu até o dia 09/09/1987.

Atualmente, o Jornal do Dia circula de segunda a segunda nos seguintes municípios: Macapá (capital), Santana, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Tartarugalzinho, Porto Grande e Calçoene. Fora do Estado ele está em Belém, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, onde conta com escritórios de representação. De acordo com o *site* do próprio Jornal, mesmo após instalado em sede própria, faltava algo fundamental, como descrito:

Mas ainda faltava resolver um problema fundamental, o de imprimir o jornal em Macapá. Na época, não havia gráficas na cidade, assim o mesmo deveria ser impresso em Belém. Como não havia vôos diários entre as duas capitais, a solução foi utilizar o táxi aéreo. E foi assim que a primeira edição do Jornal do Dia chegou a Macapá. A data escolhida por Júlio foi o aniversário da cidade, para que ninguém mais esquecesse: 04 de fevereiro. No primeiro editorial publicado, a expressão “É uma loucura” teve destaque. Tanto que muitas pessoas incrédulas ainda comentavam sobre o lançamento do novo empreendimento da equipe da Gazeta Trabalhista. Tudo caminhava para o sucesso. Dias após o lançamento, a Varig lançou vôos diários entre Macapá e Belém, diminuindo as despesas de transporte. Mesmo assim, a maratona para colocar o jornal nas ruas era árdua. De segunda à sexta-feira, o material para ser rodado em Belém tinha de ser entregue às cinco horas da madrugada no Aeroporto de Macapá. O jornal, já pronto, retornava às onze horas da noite e era deixado cedo nas bancas. José Arcangelo chegou a parar um avião na pista de decolagem para entregar o material que seria rodado. A correria era tão grande que, certo dia, o material do jornal foi parar em Manaus, sendo que por isso não existe o terceiro número do Jornal do Dia, ocasião que foi aproveitada para rodar a última edição da Gazeta Trabalhista. Sabendo da importância da publicidade em um jornal diário e mesmo na época não existindo um espírito empreendedor por parte de alguns empresários, Júlio Pereira começou a fazer publicidade dos negócios dos amigos no Jornal do Dia. Isso servia para mostrar o quanto era bom para o alavancamento das vendas. A equipe do Jornal do Dia conseguiu manter a dura empreitada por oito meses. No dia 09 de setembro de 1987 terminava a primeira fase do jornal. Uma das razões para o encerramento dos trabalhos foram as desavenças com a gráfica de Belém. (<http://www.jdia.com.br/pagina.php?pg=historico>¹⁷) [Grifo nosso].

Acredita-se que a situação relatada acima demonstra as dificuldades históricas de uma empresa, não somente de mídia impressa, mas, de qualquer meio de comunicação massiva na Amazônia, principalmente há algumas décadas. Em complemento a essa afirmação buscou-se uma das frases do pronunciamento¹⁸ do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), no Senado Federal, que diz:

17 Acesso em 13/09/2011.

18 Sessão nº 141 – Deliberativa Ordinária – Senado Federal em 01/09/2011 às 14h. Pauta: Homenagem aos 39 anos da Rede Amazônica de Rádio e Televisão (RART). Disponível em <<http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao/disc/listaDisc.asp?s=141.1.54.O>>. Acesso em 02/09/2011.

Nós, da região amazônica, sabemos a dificuldade que é levar para as comunidades mais distantes da Amazônia a televisão, as comunicações e a infraestrutura. Se hoje, na primeira década do século XXI, os desafios para atender essas necessidades são gigantescas, imaginem há 39 anos atrás (Randolfe Rodrigues, Discurso no Senado Federal, 01/09/2011).

Sobre a história da televisão no Amapá, mais uma vez cita-se parte do discurso do senador amapaense, que esteve em contato com o grande responsável (Phellipe Daou) pela fundação da primeira televisão no Estado.

*A TV Amapá surge em 1973 a partir de um jantar na residência do Governador José Lisboa Freire, que governou o então Território Federal do Amapá entre outubro de 1972 a 1º de abril de 1974. Naquela época, o jornalista Antônio Corrêa Neto, que havia chegado ao Amapá em 1970, editava o jornal semanal Novo Amapá, impresso pelo Governo do então Território Federal do Amapá. Naquele ano, o jornal havia realizado uma enquête. Dr. Phelippe me confidenciava que essa enquête havia sido feita no interior do Amazonas, cuja pergunta básica era: “**O que falta no Amapá para você viver melhor? A resposta, quase unânime: televisão.** Lembremos que estávamos há poucos anos da primeira transmissão Copa do Mundo pela televisão, a de 1970, quando nós conquistamos o tricampeonato. A partir dessa iniciativa, o Governador do então Território Federal, em contato com o Dr. Phelippe Daou, procurou ver o que era necessário para instalar no Amapá a Rede Amazônica de Televisão. (Randolfe Rodrigues, Discurso no Senado Federal, 01/09/2011) [Grifo nosso].*

Inicialmente a TV Amapá fez parte da Rede de Emissoras Independentes (REI), encabeçada pela TV Record de São Paulo. Depois, passou a ser uma afiliada da Rede Globo. Hoje, a partir da RART, é a única que tem cobertura em todo o estado.




Destaca-se o fato de que no início, em caráter experimental, a TV Amapá utilizou a estrutura da Rádio Difusora. Tal informação corrobora a afirmação de que “o rádio preparou o terreno para a televisão ao desenvolver um sistema rápido de comunicação de massa, nacional e internacional” (CASHMORE, 1998, p. 23).

As dificuldades iniciais da chegada da televisão no Amapá também são relatadas no discurso do senador:




Em 1974, tivemos a transmissão, com todas as dificuldades da época, da primeira Copa do Mundo de Futebol. A Copa do Mundo da Alemanha, em 1974, chegava até o Amapá. Só tínhamos tido notícias da vitória da seleção brasileira em 1970 no tricampeonato através do rádio. Em 1974, chegaram as imagens da primeira Copa do Mundo de futebol, transmitida no Amapá, com todas as dificuldades que existiam, como transporte da parafernália de equipamentos que tinham que sair de Belém, com as fitas de vídeo dos jogos da Copa do Mundo, e chegar até Macapá (Randolfe Rodrigues, Discurso no Senado Federal, 01/09/2011).

Dadas tais condições é pertinente considerar que os primeiros passos da televisão no Amapá estão relacionados a uma interligação de fatores. Além das dificuldades estruturais, há também as barreiras de ordem da natureza, uma vez que a grandeza da região amazônica, e suas características naturais, geralmente consolidam obstáculos à constituição de infraestrutura, divulgação de informações e acesso à comunicação de maneira geral.

AMAZONAS*Quadro 5 – Meios de comunicação – AM – Capital*

Meios	Identificação	Total
	A Crítica; Amazonas em Tempo; Dez minutos; Diário do Amazonas; Jornal do Comércio; Jornal Maskate	6
	A crítica FM – 93,1; Amazonas FM – m 101,5; Cidade Tropical FM – 99,3; Difusora AM – 1180; Difusora FM – 96,9; Globo AM – 1440; Jovem PAN FM – 104,1; Mix Manaus – 100,7; Rio Mar – 1290 FM; Transamérica Hits – 95,1	10
	A Crítica – Canal 04 (Record); Amazon Sat; Amazonas – Canal 05 (Globo); Band Amazonas – Canal 13 (Bandeirantes); Rede Boas Novas – Canal 08 (Independente); Rede TV! Manaus – Canal 18 (Rede TV!); TV Cultura – Canal 02 (TV Brasil); TV em Tempo – Canal 10 (SBT); TV Amazônia – Canal 20 (CNT)	9

Quadro 6 – Meios de comunicação – AM – Interior

Município	Meios/Identificação		
			
Eirunepé	-	Nacional FM	TV Eirunepé – Canal 6 (Globo)
Humaitá	O Curumim ¹⁹	Vale do Rio Madeira FM	TV a Crítica – Canal 12 (Record)
Itacoatiara	-	Difusora AM – 720 Difusora FM – 94,5	Itacoatiara – Canal 11 (Globo)
Parintins	Novo Horizonte Jornal da Ilha ²⁰	Alvorada AM – 1380 Alvorada FM – 100,1 Rádio Clube de Parintins – AM 1460 Rádio Clube em Tempo FM Tiradentes FM Novo Tempo FM	TV A Crítica Parintins – Canal 12 (Record) TV Alvorada – Canal 04 (Rede Vida) TV Parintins – Canal 07 (Globo) TV Em Tempo Parintins – canal 22 (SBT)
São Gabriel da Cachoeira	-	Rádio Municipal FM	TV Seis Lagos – Canal 10 (SBT)
Tefé	-	Educação Rural de Tefé - 1270 Alternativa FM 101 FM Tefé	TV Band Tefé – Canal 4 (Band)
Total	2	14	9

No Amazonas, percebe-se uma grande quantidade de veículos de comunicação registrados nos sistemas de informação. Destaca-se o fato de haver jornal impresso (mesmo que de circulação semanal) em uma cidade do interior, o que não é comum para a realidade da Região Norte.

A quantidade superior de emissoras de rádio (e com produção local) em comparação com a de televisão é uma realidade incontestável no Amazonas. Isso reforça a afirmação de Fadul (1976), que enfatiza que desde a década de 1970, o rádio tem dimensão regional.

Para a autora, considerando o contexto vivenciado, o rádio representava o veículo de comunicação mais difundido no Brasil, como também passou a ser considerado uma das principais formas de comunicação regional, pois ele oferecia à população possibilidades comunicacionais antes não conhecidas.

¹⁹ Jornal Mensal
²⁰ Jornal Semanal

O rádio, na medida em que tem um potencial de alcance maior (exemplo é a captura de sinal de ondas sonoras na zona rural) apresenta mais proximidade com a população e está mais diretamente ligado ao contexto local de um município ou região. No caso da Amazônia, ele é um veículo fundamental para a comunicação entre os moradores afastados entre si pelas distâncias.

Para se ter uma ideia da questão aqui discutida, nas localidades em que não há sinal de emissora são instalados, nos postes ou hastes, os equipamentos conhecidos como “bocas de ferro²¹” e a partir desse sistema são divulgadas informações para o povo, desde as que anunciam situações de violência, morte nas proximidades até o anúncio da chegada de barcos e/ou balsas vendendo produtos, alimentos que naquele local não são encontrados facilmente, gás de cozinha e outros produtos básicos.

A afirmação defendida por Fadul sobre a regionalização do rádio feita na década de 70 é realmente pertinente, especialmente, respeitando-se o contexto vivido. Contudo, é preciso reconhecer, que no momento atual, a TV conquistou espaços antes ocupados pelo o rádio. O depoimento da moradora da comunidade São Pedro, NFS (28 anos), retrata de maneira clara essa questão: “Para mim é preferível ver TV do que rádio, porque na TV é muito mais fácil de entender as coisas. As coisas estão lá, é só olhar. No rádio a gente apenas escuta e fica só imaginando. Na TV não. A gente vê e consegue entender logo o que está passando”.

Sobre a historicidade da televisão no Amazonas, Manaus dispõe da mais antiga emissora de TV da Região Norte, que é a TV Amazonas (Globo), inaugurada em 1972. Agra e Berno (2000) discorrem sobre acontecimentos antes do registro desse evento.

Quanto ao aparecimento da televisão na Amazônia, Hauache Neto (1999) diz que mesmo antes de 1970, ao se dar a investida do governo federal sobre a Amazônia brasileira, já havia a articulação da mesma. De acordo com Hauache, enquanto as emissoras se organizavam no Sudeste do país, já teria havido a criação da primeira emissora de televisão da Amazônia, a TV Manauara, surgida em 1965, como hobby da Família Hauache, sendo, segundo esse autor, uma das primeiras TVs a cabo do Brasil. Hauache Neto (1999) explica que foram instalados cabos nos postes de eletricidade nas principais ruas e avenidas do centro da cidade, e que a experiência não teve continuidade devido a vários problemas técnicos. Mesmo com tais problemas, Hauache afirma: “foi ao ar a primeira imagem de televisão em Manaus via cabo físico, instalado, acompanhando a rede de eletricidade. Isso foi em 1965” (AGRA; BERNO, 2000, p. 4).

Mesmo antes de tal investida,

segundo Hauache Neto, em Manaus, era possível pegar algumas transmissões dos canais de países limítrofes da Região Norte. Diz ele: “As pessoas pegavam de vez em quando uma quantidade de imagem muito ruim. Se pegava muito chiado, muito chuveiro como o canal 2 de Caracas, da Venezuela” (idem).




Semelhante ao ocorrido no Acre, “Hauache Neto lembra ainda que no interior, quando eles iniciaram, eram colocados aparelhos de televisão nas praças públicas. Na programação havia programas jornalísticos e artísticos locais” (TAVEIRA, 2003, p. 16).

Consideradas as informações apresentadas é possível afirmar que dificuldades e fatos semelhantes estiveram presentes na implantação do sistema televisivo nos três estados apresentados.




21 Boca de ferro ou “rádio de poste” são sistemas de comunicação em que caixas de som são afixadas em hastes ou postes em um determinado local ou são espalhadas em locais estratégicos. Foi através de um sistema como este, que segundo, o professor WP, que atua como professor na Vila do Rio Vieira (pertencente ao município de Breves, mas geograficamente mais próximo às cidades de Santana e Macapá, ambas no Estado do Amapá), ele soube, duas horas após a ocorrência, da morte de uma importante vereadora do município de Breves, em junho de 2011.

PARÁ

Quadro 7 – Meios de comunicação – PA – Capital

Meios	Identificação	Total
	Diário do Pará; Jornal Amazônia; O Liberal	3
	98 FM – 98,5; 99 FM – 99,9; Clube do Pará – 690; Cultura – 93,7; Diário FM – 92,9; Jovem Pan – 102,3; Liberal AM – 1330; Liberal FM – 97,5; Marajoara AM – 1130; Marajoara FM – 100,9; Nazaré FM – 91,3	11
	Liberal – Canal 7 (Globo); RBA – Canal 13 (Bandeirantes); Record News – Canal 22 (Record); SBT Belém -- Canal 5 (SBT); TV Cultura – Canal 2; Record Belém – Canal 10 (Record); Tv Rauland – Canal 14 (Rede Gazeta); TV Nazaré – Canal 33	8

Quadro 8 – Meios de comunicação em algumas cidades do interior (até 200km de distância de Belém)

Município	Meios/Identificação		
			
Ananindeua	Jornal Regional Paraense ³	Rádio 98 FM	-
Abaetetuba	O cidadão ⁴	Comunitária Maranata Metropolitana FM Conceição FM Guarany FM	TV Açaí (Band) TV Abaetetuba (SBT) TV Conceição (TV Nazaré) TV Record Abaetetuba - Canal 6 (Record)
Cametá	-	Rádio Tocantins	TV Tocantina (Band) TV Nazaré Cametá (TV Nazaré)
Bragança	Correio Bragantino (online)	Pérola FM 92,1 Rádio Educadora de Bragança	RTP Bragança – Canal 4 (SBT) TV Mania – Canal 22 (Record)
Castanhal	CICS ⁵ - Jornal Expresso (online)	Liberal FM – 94,1 Atlântico FM 105,1 Apeú FM 105,9	RTP TV Castanhal – Canal 3 (SBT) Liberal Castanhal – Canal 11 (Globo) TV Marajoara – Canal 46 (Record)
Total	4	11	11

Para a elaboração do quadro seguinte, que trata sobre os municípios do interior, mais distantes da capital e com menor número de habitantes, optou-se por incluir somente aqueles em que se detectou serviço de TV local com, pelo menos, três repetidoras. Em vista do elevado número de municípios no Pará, seria demasiadamente extenso mencionar todos os municípios com serviço de duas ou menos TVs locais.

Quadro 9 – Meios de comunicação no interior do estado do Pará

Município			
Altamira	-	Vale do Xingu FM 93,1 Cidade FM 104,9 Transamazônica FM Rádio Rural	TV Liberal Altamira -canal 13 (Globo) Vale do Xingú – Canal 10 (SBT) TV Altamira – Canal 6 (TV Cultura)
Breves	-	Rádio Breves-FM Rádio Popular FM Rádio Santana Rádio Cidade FM	TV Breves (SBT) – canal 8 TV Record (Record Breves)- canal 6 RBA Breves (RBA/Band)-canal 12 TV Nazaré Breves – Canal 33
Itaituba	-	Alternativa 104 FM Liberal FM Comunitária FM Itaituba AM Rádio Clube	Itaituba - Canal 2 (Record) Tapajoara - Canal 7 (SBT) TV Cidade Dourada – Canal 4 (Rede TV!) TV Eldorado – Canal 6 (Band) TV Liberal Itaituba – Canal 13 (Globo)
Marabá	Correio do Tocantins Opinião	Clube Marabá – AM 770 FM 91 - 90,9 Itacaiunas AM – 850 Liberal FM - 93,9	TV Eldorado – Canal 7 (SBT) TV Liberal Marabá – Canal 5 (Globo) TV Fox Marabá – Canal 50 (Record) TV Tocantins – Canal 10 (Band) TV Marabá – Canal 13 (Boas Novas)
Parauapebas	Carajás Jornal Correio do Pará	87,9 FM Ararara Azul 96,9 FM Liberdade FM	SBT Parauapebas – Canal 5 (SBT) Liberal Parauapebas – Canal 12 – Globo TV Norte Carajás – Canal 2 (Record)
Paragominas	-	Cidade FM 93,3 Jarana FM 101,1 Rádio Clube Difusora FM	Liberal Paragominas – Canal 8 (Globo) Ouro Verde – Canal 13 (SBT) TV Paragominas – Canal 10 Rede TV!Paragominas – Canal 12 (Rede TV!)
Redenção	A notícia Folha de Carajás	Você FM 92,1	1. TV Cidade – Canal 7 (SBT) 2. Liberal Redenção – Canal 9 (Globo) 3. TV Carajás – Canal 3 (Record)
Santarém	Gazeta de Santarém O Estado do Tapajós O Impacto Jornal de Santarém	Guarany FM – 100,3 Ponta Negra – 890 Rural de Santarém – 710 Tapajós FM – 94,1 Tropical AM – 650	TV Ponta Negra – Canal 5 (SBT) TV Santarém – Canal 12 (Band) TV Tapajós – Canal 4 (Globo) TV Guarany – Canal 15 (Record) TV Amazônia – Canal 7 (Rede TV!)
Tucuruí	-	Floresta AM – 1500 Floresta FM – 104,7	TV Floresta – Canal 12 (SBT) TV Tucuruí – Canal 6 (Band, SBT) TV Tocantins - Canal 2 (Record)
Total	10	31	36

Considerando a tiragem média dos jornais²², o jornal impresso na capital alcança, aproximadamente, diariamente (exceto aos domingos) de 85.000 a 90.000 leitores (aos domingos, somente na capital, projeta-se 165.000 leitores). Estes mesmos jornais também chegam a alguns municípios do interior²³ e estão bastantes presentes na região metropolitana de Belém, o que permite um dado potencial de leitores, durante os dias da semana, de pouco mais de 100.000.

22 Diário do Pará – TM: 30.000 e aos domingos 45.000; Jornal Amazônia – TM: 13.000 e aos domingos 21.000; O liberal – TM: 44.000 e aos domingos: 100.000 (ANUÁRIO DA MÍDIA, 2011).

23 Um exemplo a ser citado é o caso do Jornal O Liberal. De acordo com consulta feita no site http://www.orm.com.br/projetos/comercial/oliberal_abrangencia.html, ao todo a abrangência desse Jornal é de 66 municípios do interior paraense e seis capitais no Brasil inteiro, incluindo Belém. Em relação ao arquipélago marajoara Breves e Soure são os únicos municípios entre todos os dezesseis do Marajó a receber o jornal. É comum que esses jornais cheguem aos municípios perto das 12 horas, dependendo do horário que os barcos chegam da capital. O custo também é mais elevado. Enquanto na capital, um jornal impresso custa R\$ 1,50, em Breves ele vai custar R\$ 3,00.

Em relação à região metropolitana de Belém, levanta-se a hipótese que em razão de os jornais impressos da capital, frequentemente, tratarem das problemáticas e temáticas inerentes aos seus municípios, não há motivações tão evidentes para uma iniciativa de pessoas e/ou empresas no sentido de instalar um novo jornal na região.

Destaca-se, então, a internet como elemento fundamental para a tentativa de aproximação com o público local, pois a rede se configura como uma (se não a maior) fonte de informação entre todos os meios, e a facilidade de seu uso (desde a busca de informação à criação de um blog, por exemplo) é uma alternativa que tem sido bastante explorada nos municípios do interior, pois muitas vezes é a única opção para obtenção de informações mais específicas sobre o local.

A título de exemplo, é pertinente fazer uma comparação com a TV. Para se instalar em determinado local qualquer emissora/repetidora deverá reunir condições básicas de infraestrutura, de investimento e de pessoal com um mínimo de conhecimento para operar e manter a TV no ar. Essas exigências são semelhantes, embora em menor proporção, para uma emissora de rádio.

Já no caso da internet, o funcionamento e utilização parece ser mais simples. A princípio, seria necessário apenas um computador com acesso à internet, criatividade e capacidade de organização para dispor conteúdos na rede. O blog é o exemplo mais pertinente dessa afirmação.




Em Marabá, Parauapebas e Redenção, os jornais consultados (na maioria, as consultas foram *online*) mostraram que eles não tratam apenas da especificidade local. Geralmente há espaços para temas de ordem nacional e regional, além das notícias locais.

Em relação ao cenário midiático paraense pode-se dizer que, principalmente, nas pequenas cidades o rádio é um meio indispensável. Vale considerar algo particular em relação a essas cidades: é muito comum que, inicialmente, pessoas vinculadas a alguma igreja, tornem-se profissionais da rádio, uma vez que é difícil encontrar pessoas habilitadas em cursos de comunicação, jornalismo, ou outros que lhe sejam afins, para exercerem tal função.




A “profissionalização” provisionada desse tipo de mão-de-obra pode estar relacionada ao fato de que as pessoas assíduas a missas e cultos estão habituadas a participarem com leituras, comentários cantos nos rituais e desenvolvem facilidade e fluência para falar em público. Outra situação importante a se considerar é que em relação aos municípios do interior, as mesorregiões do Baixo Amazonas e Sudeste Paraense apresentam-se com muito mais condições de terem um cenário midiático mais expressivo, quantitativamente, já que possuem o maior número de rádios e repetidoras de TV em relação às outras mesorregiões.

RONDÔNIA

Quadro 10 – Meios de comunicação – RO – Capital

Meios	Identificação	Total
	Diário da Amazônia; O Estadão do Norte; O Guaporé; Alto Madeira; Imprensa Popular; O Combatente	6
	Boas Novas AM – 660; Rádio Caiari AM – 1430; FM 95; Parecis FM - 98,1; Rondônia – 93,3; Transamerica Hits; Rádio 95 FM; Rádio Rondônia; Rádio Rio Madeira FM 105,9	9
	TV Allamanda – Canal 13 (SBT); TV Candelária – Canal 11 (Record); Meridional – Canal 9 TV (Bandeirantes); TV Rondônia - Canal 4 (Globo); TV Madeira – Mamoré – Canal 2 (TV Brasil/Cultura); TV Record News Porto Velho – Canal 58 – (RN); Rede TV! Rondônia – Canal 17 (Rede TV!)	7

Quadro 11 – Meios de comunicação – RO – Interior

Município	Meios/Identificação		
			
Ariquemes	O Vale do Jamari	Verde Amazônia FM 87,9 Cidade FM 92,3	Ariquemes - Canal 07 (Globo)
Cacoal	A Gazeta de Rondônia Tribuna Popular	Nova Clube Cidade FM – 90,3 Rondônia AM – 1470	TV Allamanda – Canal 13 (SBT) TV Cacoal – Canal 5 (Globo) TV Candelária – Canal 04 (Record) TV Cidade (Record) Record News – Canal 04 (RN) KTV - Canal 15 (Rede TV!) TV Meridional – Canal 9 (Band)
Guarajá Mirim	-	Educadora AM 1260 Guajará FM 93,7 Rondônia FM 89,9	TV Guarajá Mirim – Canal 03 (Globo) TV Candelária – Canal 08 (Record)
Jaru	-	Interativa FM 105,9	TV Cidade – Canal 13 (SBT) TV Candelário – Canal 07 (Record)
Ji-Paraná	Correio Popular de Rondônia Folha de Rondônia	Alvorada Am – 900 Clube Cidade – 93,7	TV Meridional Ji – Paraná – Canal 11 (Band) TV Ji-Paraná – Canal 05 (Globo)
Presidente Médici	-	Tropical FM- 92,7	TV Regional – Canal 8 (Band)
Rolim de Moura	-	Rondônia FM 93,1 Liberdade FM 94,5 Rolim de Moura FM 104,9 Rádio Clube	TV Rolim de Moura – Canal 10 (Globo)
Vilhena	Folha de Vilhena Folha de Sul Correio de Notícias	Meridional FM – 91,3 Planalto – 1530 Vilhena AM – 1450 Onda Sul FM 94,9	TV Vilhena – Canal 5 (Globo)
Total	8	19	17

Diante do cenário midiático de Rondônia vale considerar que a grande quantidade de jornais impressos, bem como de repetidoras de TV e de emissoras de rádio contribuem para a disposição de um cenário diferenciado dos outros estados. No interior, chama atenção a quantidade de retransmissoras de TVs, já que as dificuldades em relação ao trabalho com este meio de comunicação são grandes, como já comentadas.

Sobre a mídia impressa, é pertinente lembrar o caso do jornal diário “Alto Madeira”, que é o mais antigo da Região Norte em atividade. No ano de 2011, completou 94 anos de existência. O dia 15/01/2010 foi um marco significativo na história deste jornal, pois foi o dia em que o seu conteúdo também passou a ser disponibilizado em formato digital.

Nesse estado, 77,4% das pessoas têm acesso ao rádio em casa, enquanto que 90,7% tem TV domiciliar, o que corresponde a uma realidade nacional. No estado de Rondônia, é bom lembrar, está a segunda TV mais antiga da Região Norte, considerando as que estão em atividade, que é a TV Rondônia.

Vale enfatizar também os dados sobre telefonia: 79,1% da população tem acesso ao serviço telefônico, sendo que 54,7% usufruem somente de telefonia móvel. Na Região Norte apenas Rondônia ultrapassa a marca de mais de um celular²⁴ por habitante, ficando com 1,01; contudo isto não significa que esta distribuição é equitativa.




²⁴ Ao longo dos últimos anos, fusões e aquisições modificaram o cenário da telefonia celular no Brasil resultando em quatro grandes operadoras: Claro, Oi, Tim e Vivo. De acordo com a Teleco (2006) elas detêm cerca de 90% do mercado.

Sobre a história da TV em Rondônia, é pertinente considerar que: “até a década de 1980, a pequena emissora dependia da repetição de *tapes*, que vinha de Manaus, geralmente com uma ou duas semanas de atraso. Entre as primeiras transmissões ao vivo, cabe citar a Copa do Mundo no ano de 1978”²⁵.




Durante alguns anos a TV Rondônia operou sem concorrência, uma vez que somente após a metade da década de 1980, outras emissoras de TV se fixaram no estado, a TV Meridional (Bandeirantes) e a TV Allamanda (SBT).

RORAIMA

Quadro 12 – Meios de comunicação – RR – Capital

Meios	Identificação	Total
	Folha de Boa Vista; Roraima Hoje	2
	FM Equatorial – 93,3; Transamérica – 95,7; Tropical FM – 94,1; Roraima AM; 93 FM; Folha AM; FM – 94,9; FM Monte Roraima – 107,9	9
	Tv Roraima – Canal 4 (Globo); Tv Tropical – Canal 10 (SBT); Tv Ativa – Canal 20 (Gazeta); TV Boa Vista – Canal 12 (Rede TV!); Tv Imperial – Canal 06 (Record); Tv Caburái – Canal 08 (Band); TV Cidade – Canal 28 (Rede Brasil)	7

Quadro 13 – Meios de comunicação – RR – Interior

Município	Meios/Identificação		
			
Bonfim	-	Bonfim FM 104,9	TV Itacutu - Canal 3 (Record) TV Bonfim - Canal 11 (Globo)
Rorainópolis	-	Alto Astral FM 91,9 Anauá FM 87,9	TV Rorainópolis – Canal 4 (Globo)
Pacaraima	-	-	TV Pacaraima – Canal 4 (Globo)
Total	0	3	4

O cenário midiático de Roraima apresenta significativa escassez de meios de comunicação massiva, considerando os outros estados da região. Algo que se destaca é a concentração dos meios na capital do estado, bem como o controle deles por políticos. Tal fato corrobora a seguinte afirmação:

Nenhum meio de comunicação em Roraima tem isenção política. Na maioria das vezes, alguns grupos montam determinado meio apenas para dar sustentação política a um grupo ou a uma personalidade em destaque com pretensão a cargos políticos (COSTA, 1997 apud LIMA, 2001a, p. 27).

Um dado interessante a considerar é o de que no ano de 2010, de acordo com Levantamento da Coordenadoria Geral de Estudos Econômicos e Sociais da Secretaria Estadual de Planejamento (SEPLAN-RO) por meio de dados da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), a telefonia móvel em Roraima contava com 385.042 linhas telefônicas, o que representava aproximadamente 0,85 celular para cada habitante em Roraima. A predominância das linhas pré-pagas é fato consolidado no estado, pois elas representavam 89,4% do total de acessos disponíveis, contando com 344.089 linhas.

²⁵ Informação disponível no site telehistoria.com.br. Acesso em 13/10/2011.




Em relação ao forte crescimento do número de aparelhos celulares vale lembrar que, segundo Wolton (2006, p. 13), “mais ainda que o computador ou a Internet é o telefone celular que melhor simboliza esta revolução da comunicação em que o outro está presente”.

No que se refere à televisão, um dos fatos marcantes em Roraima, que exemplifica a questão política referida anteriormente, é o ocorrido com a TV Macuxi, que foi instalada em Boa Vista, em março de 1990 e era afiliada à TV Cultura. Foi a segunda emissora a entrar no ar em Roraima (a primeira foi a TV Roraima). Da inauguração até 1995 (quando foi extinta), a emissora pertenceu à Prefeitura de Boa Vista.




Nas eleições de 1994, a Justiça do Estado de Roraima proibiu, por 30 dias, a emissora de exibir sua programação. O motivo foi o possível favorecimento a um dos grupos políticos que estavam disputando as eleições. Com o Projeto de Lei Municipal (Lei 395/95) sua concessão foi transferida para a Universidade Federal de Roraima, assumindo a denominação TV Universitária, em Boa Vista. A falta de programação local e as dificuldades de infraestrutura também são características marcantes da TV no estado de Roraima.

TOCANTINS

Quadro 14 – Meios de comunicação – TO – Capital

Meios	Identificação	Total
	Jornal do Tocantins; Primeira Página; Jornal Ecos do Tocantins; O Jornal; Jornal Stylo	5
	96 FM - 96,1; Jovem Palmas – 104,7; Tocantins FM – 98,1 FM; Horizonte FM 96,5; Jovem Palmas FM – 104,7	5
	TV Anhanguera – Canal 11 (Globo); TV Palmas – Canal 13 (TV Brasil); TV Jovem Palmas – Canal 7 (Record); TV Bandeirantes Tocantins – Canal 4 (Band); TV Capital – Canal 9 (SBT); Rede TV! Tocantins – Canal 53 (Rede TV!)	6

Quadro 15 – Meios de comunicação – TO – Interior

Município	Meios/Identificação		
			
Araguaína	O Norte Jornal	Anhanguera AM – 870 Araguaína FM – 99,7 Tocantins FM –,7	TV Anhanguera Araguaína – Canal 11 (Globo) TV Araguaína – Canal 7 (SBT) TV Jovem Araguaína – Canal 2 (Record) TV Líder – Canal 20 (Rede TV!) TV Girassol – Canal 6 (Band)
Augustinópolis	A Voz do Bico	Comunitária Nova FM Rádio VB FM Nativa FM	TV Novo Tempo – Canal 42 (Adventista)
Colinas do Tocantins	-	Boas Novas FM 87,9 Líder FM 96,1	TV Colinas – Canal 5 (SBT)
Gurupi	A notícia Cocktail	Araguaia FM – 96,7 Tocantins FM – 97,9 Rádio Cidade FM	TV Rio Formoso – Canal 11 (Globo) TV Gurupi – Canal 8 (SBT) TV Jovem Gurupi – Canal 6 (Record) TV Girassol – Canal 3 (Band) Sil TV - Canal 19 (Rede TV!)
Miracema	-	Miracema FM 104,9 Cultura AM 1480	TV Miracema – Canal 6 (SBT)
Porto Nacional	-	Araguaia FM – 101,9 Tocantins AM – 580	TV Paraíso – Canal 2 (SBT)
Total	4	15	15

Em Tocantins, 86,9% da população tem pelo menos um aparelho de TV em casa, enquanto 67,2% possuem rádio, que é o segundo meio de comunicação massiva mais presente nos lares tocantinenses. Destaca-se a expressiva participação dos municípios do interior do estado para a definição do cenário midiático.

Essa extensão para além dos centros urbanos representa um forte contraponto à ideia inicial sobre a televisão, como já mencionado no primeiro capítulo, a crença de que somente os grupos de alto rendimento pudessem ser atraídos por ela (BRIGGS; BURKE, 2006). Contudo, essa concepção sobre o uso da televisão não é de todo sem fundamento, já que houve, falando-se aqui de Brasil, momentos oportunos para pensar de tal maneira, pois

Nos dois primeiros anos, a televisão não passou de um brinquedo de luxo das elites do país, do mesmo modo como o videocassete foi considerado no final da década de 1980 e o computador, que na década de 1990 passou a ser o aparelho mais desejado das famílias (MATTOS, 2010, p. 89).

Em relação à mídia impressa destaca-se “O Jornal do Tocantins” com a maior tiragem do estado (TM 11.500) e em circulação há mais de trinta anos. De todos os jornais impressos da Região Norte, este é o que, em termos proporcionais, tem o maior número de assinantes, pois 78% da distribuição total do jornal é dirigida a esse público.

Outro destaque interessante é que estado de Tocantins sedia uma das primeiras TVs por Internet da Região Norte, a TVTC. Esse fato remete a uma questão de ponta na discussão sobre a mídia massiva: a multiplicidade de formatos:

diante do crescimento da variedade de opções na radiodifusão, somado ao processo de digitalização e impulsionado por ele, foi gerada uma pluralização de formatos de TV... observando-se esse movimento de multiplicidade de opções, é que foi forjado o termo PluriTV, que sintetiza a ideia da pluralidade de formas na cadeia de valores de televisão, considerando a digitalização (BRITOS; SIMÕES, 2011, p. 63-64).

A PluriTV, que não se reduz unicamente a convergência de conteúdos ou a transposição de conteúdos de uma mídia para outra, não pode ser compreendida unicamente como a TV na internet, mas a TV que trafega também por este suporte.

Vive-se a era da convergência. O telefone, a televisão e o computador não são mais objetos delimitados por fronteiras intransponíveis, com usos claramente distintos. Nesse contexto, torna-se algumas vezes difícil saber a qual desses meios de comunicação deve-se reservar o nome de televisão: certamente a tela que reina ainda na sala de estar parece merecer mais que os outros esse título, mas, do ponto de vista da função, que é a de permitir ver a distância, ela não é a única a desempenhar essa tarefa. O emprego da televisão, multiplicado no interior de um mesmo centro, da mesma forma que os computadores e os telefones móveis, faz com que não seja raro uma família dispor de cinco ou seis telas mínimas para receber as imagens difundidas... Nesse sentido, está assim reforçada sua presença no cotidiano (JOST, 2007, p 56)

Sobre os desafios da implantação da TV no Tocantins o processo não foi menos difícil que nos outros estados da região. Mais uma vez o pioneirismo é marcado pela Rede Globo, embora a TV nesse estado não apresente vínculo com a Rede Amazônica e sim com as Organizações Jaime Câmara²⁶.

²⁶ A Organização Jaime Câmara é formada por 26 veículos sediados nos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal. São onze emissoras de TV afiliadas à Rede Globo, três jornais e nove emissoras de rádio.

A proposição da TV como meio de desenvolvimento, como sinônimo de modernidade e progresso é uma marca forte na história do Tocantins, como trata a matéria de um jornal da época, sobre a inauguração do Canal 2, repetidora de Porto Nacional.

É realmente um acontecimento da maior importância sociocultural (...), uma vez que a televisão na atualidade é o veículo de informação, divulgação e entretenimento de maior expressão. A televisão vai influir de maneira positiva para a maior integração dessa vasta e rica região do norte do Estado (Jornal O Popular de Goiânia, p. 06, 07/06/1978 apud SANTOS, 2007, p.3).

Em Palmas (TO), a TV instala-se em 1989. Contudo deve-se levar em conta que Tocantins tornou-se estado pelo desmembramento de Goiás e, nesse estado, a TV Anhanguera entrou em operação em 24/10/1963²⁷. Em seus tempos iniciais a TV de Tocantins contou com a colaboração da TV de Goiás, que cedeu equipamentos à TV tocaninense.

Considerações sobre o percebido

Algumas considerações precisam ser feitas em relação ao cenário midiático da Região Norte. Primeiro, a pertinência da valorização do local. Destaca-se a afirmação de Ricardo Ribeiro²⁸: “as pessoas hoje estão mais preocupadas com seu bairro, e os clientes perceberam que precisam acompanhar essas mudanças”. Ele refere-se à necessidade dos publicitários e anunciantes em falar com seu público- alvo de forma que ele entenda a mensagem que está sendo passada, com o maior nível de proximidade possível.

O interesse pelos dois focos traz a valorização do local e do regional para os veículos de comunicação e isso pode ser percebido a partir da criação de programas, jornais, revistas e outros meios que trazem as informações da região para mais perto do espectador. Tal fato evidencia uma ação “glocal”, da qual fala Graça (2006, p.5), ou seja, “pensa-se globalmente, agindo localmente; essa é a força que vem dos instrumentos de comunicação”.

É preciso, então, pensar o sujeito como cidadão do país e do mundo, sem ignorar os processos culturais que o cercam e/ou nos quais se acha imerso. Ou seja, ao mesmo tempo que ele é um ser local, ele é também global. Nesse sentido é que “a cultura é um processo de montagem multinacional, uma articulação flexível de partes, uma colagem de traços que qualquer cidadão de qualquer país, religião e ideologia pode ler e utilizar” (GARCÍA-CANCLINI, 2010, p. 32)

Não distante dessa ideia, Dutra explora o conceito de contrato de leitura, considerando que

o que a mídia do centro hegemônico emite não é casual ou desconectado de seu universo consumidor, mas é produto de uma estratégia norteadora de um contrato de leitura. Se assim fala e escreve a mídia, é assim ou mais ou menos assim que seus leitores/ouvintes/espectadores desejam e esperam que seja dito e escrito (DUTRA, 2009, p. 41).

Partindo dessas considerações é possível afirmar que a mídia mantém uma forma de relação com seu público, uma vez que ela se estrutura para conquistar este público, já que sem ele não faz sentido a existência de qualquer meio massivo.

²⁷ Inicialmente a TV Anhanguera era afiliada à Rede Excelsior. Em 1968 diante da situação crítica da Excelsior, a Anhanguera passa a transmitir os programas da Rede Globo. A afiliação com a rede carioca é efetivada no ano de 1969.

²⁸ Ricardo Ribeiro, do SBT, em entrevista para o Mídia Dados (2006, p. 150).

É pertinente considerar que o cenário midiático da Região Norte demanda ser compreendido em função da importância que os meios de comunicação têm para a região. Muitos nortistas, sejam aqueles que possuem televisão, sejam os que dispõem unicamente do “boca de ferro”, têm nesses meios formas únicas de estar a par de situações que ocorrem extralocalmente.

Outro fator é a “escassez” dos jornais impressos. Esse fenômeno acompanha um movimento nacional, dado que “no final do século XX, as empresas de comunicação já amargavam alguns prejuízos, e o novo século começou registrando uma queda na circulação da mídia impressa” (MATTOS, 2010, p. 29).

Mesmo com dificuldades, a presença da TV e do rádio trazem à região um novo sentido de vivência naquilo que diz respeito à dinâmica de vida cotidiana. Observa-se que apesar da TV já ter superado (em termos quantitativos) o rádio, este chega a locais que a televisão ainda não alcança. Aí está uma possível explicação para o grande número de rádios clandestinas na região.

O próprio formato atual de pequenas “caixas” de som, com entrada para dispositivos USB e que também comporta as ondas do rádio são uma “febre” para os jovens da zona rural da Região. A facilidade de locomoção e usabilidade de tal instrumento faz com que se possa ter acesso ainda mais fácil ao serviço de rádio.

Sobre os dados comparativos entre rádio e TV, no dia 18/11/2011 o IBGE (censo 2010) divulgou novos dados. O percentual de domicílios brasileiros com TV cresceu 12% nos últimos dez anos e agora são 97% os lares possuidores de TV. No mesmo período, a presença de aparelhos de rádio caiu de 87,45% para 81,4% do total. No entanto, essa queda deve ser analisada com cautela, diz o diretor-geral da Abert²⁹, Luis Roberto Antonik.

Segundo ele, o IBGE, ao perguntar se o brasileiro tem um aparelho de rádio, e não se ele ouve o rádio, os “novos aparelhos de rádio”, que são celulares, computadores, *smartphones* e tocadores de mp3”, bem como os que estão no carro, não são levados em consideração³⁰. Assim, a real dimensão desse fenômeno precisa ser melhor estudada.

Sobre a televisão é importante considerar que “os programas de televisão são para milhões de telespectadores a única aventura da semana, e para milhões de indivíduos, a única companhia dentro de casa; nos sentidos literal e figurado” (WOLTON, 2007, p.75). Essa reflexão é fundamental para que se possa entender a quantidade de horas que muitas pessoas permanecem diante da TV, como o caso de crianças na Comunidade São Pedro que chegam a passar até seis horas diárias diante da tela³¹.

Outra situação observada é o acelerado aumento do acesso à internet na região, o que é evidenciado por alguns fatores, tais como: o crescimento do número de usuários de internet, o aumento do número de rádios *online*, os conteúdos dos jornais impressos também em formato digital e a disponibilização do conteúdo de programas de TV na internet.

Sobre isso, é importante lembrar que

A internet fascina mais que a televisão. E isto não somente porque se trata da técnica mais moderna, mas também porque a internet põe em questão os valores do individualismo, enquanto o rádio e a televisão vêm de uma problemática coletiva que todos reconhecem como indispensável, sem, entretanto, lhe atribuírem mais legitimidade (WOLTON, 2006, p.124).

29 Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão.

30 Fonte: www.coletiva.net / Matéria: IBGE divulga análise de dados sobre rádio e TV. Dia: 18/11/2011). Acesso em 19/11/2011.

31 Esta informação refere-se ao caso específico de duas crianças (uma de nove e outra de dez anos), em que a informação foi dada pelos pais e posteriormente observada e constatada.

É interessante considerar que o crescimento³² de conteúdo e serviços na rede “não pode ser entendido como sinônimo de fácil acesso para a maioria da população da região ou ainda um serviço de qualidade³³ considerável. Ou seja, os serviços crescem sem a qualidade almejada – baixa velocidade e capacidade da rede, falta de políticas públicas de inclusão para população, custos não tão acessíveis para a realidade da maior parte da população etc.

A título de informação entre os *sites* mais acessados na Região Norte, as ferramentas de busca lideram com 40,67%. Redes sociais e fóruns aparecem em seguida, com 24,96%; e-mails com 9,39%, homepages com 7,63% e *sites* de entretenimento contam com 7,16% de acessos³⁴. O que demonstra que os interesses são vários, mas há uma convergência para a dinâmica de interação nas redes sociais (HITWISE, 2011).

Considerando a especificidade da Região Amazônica, a internet, em um sentido metafórico, traz um novo conceito de navegação para os moradores, implicando, assim, uma nova forma de encarar os conceitos de distância e proximidade, que já não mais se resumem unicamente à dimensão geográfica.

Com a relativização desses conceitos, o individualismo e/ou coletividade passam também a ser metafóricos, uma vez que o passeio pela coletividade ou individualidade vai depender não unicamente do grau de envolvimento face a face, também do envolvimento com as mídias, das quais o homem amazonense faz uso.

Referências

- AGRA, Klondy; BERNO, Geovani. **A televisão na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento regional**. 2000. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt>. Acesso em: 10 mar. 2011.
- AMARAL, Roberto e GUIMARÃES, César. Qué television, qué democracia? Uma reforma mínima de la TV brasileña. **Voces y Culturas: Revista de Comunicación**. Barcelona, N° 06, p. 63 - 85, I Semestre de 1994.
- ANUÁRIO DE MÍDIA. **Volume Regiões** (35 anos). Rio de Janeiro: Meio e Mensagem, 2011.
- BENETTE, Djalma L. **Em branco não sai**: um olhar semiótico sobre o jornal impresso diário. São Paulo: Códex, 2002.
- BRASIL. **Código Brasileiro de Telecomunicações**. Presidência da República. Casa Civil. Brasília: 1962. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4117.htm>. Acesso em 03 out. 2011.
- BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia**: de Gutenberg a internet. 2ed. Tradução de Maria Carmelita Pádua Dias. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- BRITTOS, Valério; SIMÕES, Denis. **Para entender a TV Digital**: tecnologia, economia, e sociedade no século XXI. São Paulo: Intercom, 2011.
- CAPARELLI, Sérgio. **Televisão e capitalismo no Brasil**. Porto Alegre: L&PM, 1982.
- CASHMORE, Ellis. **E a televisão se fez**. Tradução de Sônia Augusto. São Paulo: Summus, 1998.
- COELHO, Pedro. A função social das televisões de proximidade. Por um modelo de comunicação alternativo. Portugal: **Revista Estudos em Comunicação** n°1, 319-331, Abril de 2007.
- DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Anablume, 2009.

32 Inicialmente a TV Anhanguera era afiliada à Rede Excelsior. Em 1968 diante da situação crítica da Excelsior, a Anhanguera passa a transmitir os programas da Rede Globo. A afiliação com a rede carioca é efetivada no ano de 1969.

33 De acordo com o primeiro relatório produzido (em 2010) pelo NIC.BR (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil, sobre a qualidade das conexões de banda larga no Brasil obteve-se como principais resultados: - Os estados da Região Sul possuem a melhor velocidade média de download, com 3,48Mbps e 519Kbps de upload; - Os estados da Região Norte possuem a pior média de velocidade de download, 758Kbps e 219Kbps de upload; - A Região Norte ficou com o pior tempo de latência média: 616ms (quase 10 vezes mais lenta do que a Região Sul); - A Região Sul possui a maior média de velocidades altas. 19% das conexões ficam entre 6 a 17Mbps; A Região Norte ficou com as médias mais baixas. 37% das velocidades se situam até 256Kbps e 47% entre 256Kbps a 1Mbps. Disponível em: <<http://www.rondoniaoativo.com/news.php?news=65979>>. Acesso em 10/10/2011

34 Dados disponíveis em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/tecnologia/internet-regiao-norte-lidera-aumento-no-numero-de-acessos/44258/>>. Acesso em 08/10/2011.

FADUL, Anamaria. Decadência da cultura regional: Influência do rádio e da TV. In: **Comunicação e incomunicação no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1976.

_____. **A internacionalização da mídia brasileira**. Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: UMESP, n. 30, p. 67 – 91, 1998.

FAUSTO NETO, Antônio *et al* (orgs). **Midiatização e processos sociais na América Latina**. São Paulo: Paulus, 2008.

FERNANDES, Francisco Assis Martins. A regionalização da mídia. **Acervo**. Taubaté, ano 2, nº2, p.19 a 21, 2º sem/98

GARCÍA-CANCLINI, Néstor. **Leitores, Espectadores e Internautas**. Tradução de Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2008.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GRAÇA, Márcio (org.). **Comunicação “IN” Rádio e Tv**. São Paulo: LCTE, 2006.

HITWISE. **Região Norte é a que mais cresce em acessos à internet**. Abril, 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2011/04/presenca-da-regiao-norte-na-internet-brasileira-cresce-19-diz-pesquisa.html>>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas). **Censo Demográfico**. 2010.

JOST, François. **Comprender a televisão**. Tradução de Elizabeth Bastos Duarte et all. Porto Alegre: Sulina, 2007.

KENSKI, Vani. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. 6ªed. Campinas, SP: Papirus, 2003.

LIMA, Deborah de Magalhães. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos NAEA** vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

MALCHER, Maria Ataíde; LIMA, Regina Lúcia Alves de; VIDAL, Marly Camargo. **60 anos de Televisão Aberta no Brasil**: relatório de gestão Funtelpa 2007-2010. Belém:

FUNTELPA, 2010.

MATTOS, Sérgio. **História da Televisão Brasileira**. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MÍDIA DADOS. Grupo de Mídia de São Paulo. **Mídia dados**. São Paulo, 2006.

MÜLLER, Karin. **Televisão Regional e Rede Nacional**: Um estudo de caso de emissoras afiliadas da Rede Bandeirantes de TV. Dissertação de Mestrado PPG/Comunicação Social. UNIMESP, 2007

OLIVEIRA, José Aldemir. Repensando o estudo das pequenas cidades amazônicas. **Revista UA**, Manaus: Editora Universidade do Amazonas, v.4, n.1-2, p.155-172, jan/dez.1995. Série: Ciências Humanas.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**: cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PACHECO, Agenor Sarraf. **En El Corazón de La Amazonía**: identidades, saberes e religiosidades no Regime das Águas Marajoaras. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: PUC-SP, 2009.

PAES LOUREIRO, João de Jesus. **Cultura Amazônica**: uma poética do imaginário. São Paulo: Escrituras, 2001.

PANORAMA EVOLUTIVO DE MÍDIA. Publitec: 1970 – 1979.

PEREIRA, João C. **Memória da televisão paraense e 25 anos da TV Liberal**. Belém: SECULT, 2002.

PERUZZO, Cícilia M. K. Mídia comunitária. **Revista Comunicação e Sociedade**. nº 30. São Bernardo do Campo: UMESP, p.141-157, 1998.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. **A história da mídia audiovisual: a televisão no Tocantins**. Anais do V congresso Nacional de História da Mídia. INTERCOM: São Paulo, 2007

TAVEIRA, Eula Dantas. **História da Televisão Amazonense**. Anais do 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. 1-5 de junho. Rio de Janeiro, 2003.

_____. Rede Amazônica de Comunicação. **Comunicação Veredas**. Ano III. Nº 03 – Novembro, 2004.

WOLTON, Dominique. **Pensar a comunicação**. Trad. Vanda Anastácio. Difel: 1999.

_____. **É preciso salvar a comunicação**. (Tradução de Vanise Pereira Dresch). São Paulo: Paulus, 2006.

_____. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. Tradução de Isabel Crossetti. 2ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

“Cuidar do corpo, cuidar da natureza”: saúde indígena e biodiversidade na Amazônia brasileira



Rosiane Ferreira Gonçalves
Rosiane Pinheiro Palheta



“Cuidar do corpo, cuidar da natureza”: saúde indígena e biodiversidade na Amazônia brasileira

Rosiane Ferreira Gonçalves
Rosiane Pinheiro Palheta

Introdução

Os povos indígenas têm, historicamente, construído um saber milenar que vem influenciando suas maneiras de ser e viver. Tais saberes refletem em suas relações o cuidado com sua saúde e que também tem contribuído para manutenção da biodiversidade. Isso porque, para o indígena, “cuidar da saúde”, significa “cuidar da natureza”, uma vez que tudo está interligado.

A partir da década de 1980, saberes e práticas tradicionais têm sido valorizados, em especial nos discursos de conservação de ecossistemas e biodiversidade (CASTRO, 1997). A constatação de que as populações tradicionais adotam mecanismos de preservação e/ou conservação da natureza está associado a um leque de alternativas para resolução dos problemas ambientais globais. Vários autores (BALÉE, 1989, 1993; POSEY, 1984, 1987, 1992; DIEGUES, 1996, 2000; SIMONIAN, 2003; entre outros) vêm estabelecendo produções nesse sentido, mostrando que, durante muito tempo, os saberes indígenas foram subestimados em detrimento da ciência moderna ocidental.

A noção contemporânea de saúde enseja a ideia de perfeito bem-estar físico, biológico (OMS, 2012) e social (ALMEIDA FILHO, 2009; TAMBELLINE; SHUTZ 2009; TEIXEIRA, 2009), mas para o indígena, cuidar da saúde vai além da preocupação física, mental e social, envolve uma visão cosmológica. Esta, no entender de Ruffaldi e Pires (2002, p. 10) é “uma visão que permeia toda a vida, que dá sentido, que explica, que justifica, que anima, que determina tudo que é feito ao longo dos dias e do tempo”.

A relação com a saúde e com a doença, entre os indígenas, é permeada por mitos e ritos, dentro de uma visão que abarca a sociedade como um todo. Saúde e meio ambiente estão entrelaçados no dia a dia desses povos. Portanto, o cuidado com a saúde ou com a doença acontece considerando a visão de mundo dessas sociedades.

As políticas de saúde indígena, apesar de contemplarem a partir de 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil, o atendimento às especificidades étnicas e socioculturais, ainda padecem de uma série de obstáculos quando de sua execução. A diversidade cultural ainda não vem sendo devidamente considerada no trato da saúde indígena, o que pode ser percebido nas cidades amazônicas, como Belém e Manaus. Nessas cidades, vêm sendo desenvolvidas políticas de saúde para indígenas, mas a maioria dos que vivem em áreas urbanas não tem acesso a elas, ou quando tem, vem acompanhada de inúmeras limitações.

Este texto tem por objetivo atualizar o debate sobre a questão e suscitar novos diálogos a fim de contribuir para um entendimento mais aprofundado da relação entre saúde indígena e biodiversidade. Discute, também, a forma como as políticas públicas na área de saúde indígena vêm sendo desenvolvidas para os indígenas que vivem nas aldeias e para um número considerável daqueles que habitam as cidades. Pretende-se, assim, colaborar para a construção de uma política de saúde indígena que efetivamente contemple as diversidades e especificidades étnicas e socioculturais dos povos indígenas, levando em consideração o modo como entendem e concebem o conceito de saúde e o significado que se reverte do cuidado com o corpo e com a natureza.

Na primeira parte do artigo, discute-se conceitualmente a questão da biodiversidade e da saúde no contexto atual, inserindo seus significados e sua importância para os povos indígenas. Ao mesmo tempo destaca-se o papel que os saberes indígenas desempenham na conservação dos ecossistemas, fazendo um elo entre as maneiras indígenas de cuidar da saúde e cuidar da natureza, no sentido de manutenção da biodiversidade.

Em seguida, apresentam-se aspectos da concepção indígena de saúde e doença a partir de algumas experiências de pesquisa e de pesquisadores indígenas como Santos-Luciano (2006) que fala - do seu lugar-da experiência na investigação científica sobre os povos indígenas. E, por fim, faz-se uma rápida incursão pelas políticas indigenistas de saúde na atualidade e experiências nas cidades da Amazônia, seus avanços e limites na efetivação dos direitos dos povos indígenas a uma política específica e diferenciada.

Biodiversidade e saúde indígena: aporte teórico

Não foi possível identificar “trabalhos de fôlego” que apresentam o paralelo entre saúde dos povos indígenas e a conservação da biodiversidade. Portanto, discutir essa temática é desafiante ao mesmo tempo em que leva a refletir sobre as novas configurações espaciais decorrentes das mudanças globais, territoriais e ambientais em seu sentido social e biológico. Nesse contexto, um grande contingente de populações indígenas tem passado a viver nos centros urbanos das cidades amazônicas, e tem colocado desafios novos para as políticas públicas, dentre elas as de saúde.

A discussão acerca da importância da conservação da biodiversidade global tem ganhado visibilidade crescente. Nas últimas décadas, de acordo com McGrath (1997), a biodiversidade tornou-se um dos conceitos mais importantes da conservação ambiental. Esse tem sido reconhecido como régua para medir o bem-estar ambiental e a sustentabilidade ecológica.

A biodiversidade tem se tornado uma das preocupações centrais na agenda internacional. Prova disso é a Convenção da Diversidade Biológica, ratificada por 175 países em 1992, a qual reflete pela primeira vez, de acordo com Ayres (2005), um consenso global sobre a importância da biodiversidade para manutenção dos ecossistemas do planeta. Essa Convenção representa um marco legal, a referência legislativa básica, em termos internacionais para tratar da biodiversidade (SANTILLI, 2002).

O termo biodiversidade nasceu no ambiente disciplinar da biologia, mas nesse próprio ambiente, rompe-se com sua visão unidisciplinar (DUTRA, 2003). Foi definido pela Convenção da Diversidade Biológica, firmada na Conferência Rio-92, como sendo constituída pelo conjunto dos seres vivos, pelo material genético e pelos complexos ecológicos dos quais eles fazem parte.

Na perspectiva de David McGrath (1997) o conceito tem deficiências que limitam sua utilidade para definição de prioridade para políticas de conservação e desenvolvimento. Para este, a biodiversidade é meio e não fim, ou seja, não é importante em si, mas para outros fenômenos, tais como ecossistemas, biosferas, entre outros.

Existe, na verdade, uma visão setorial da biodiversidade, devido suas preocupações disciplinares. Os cientistas privilegiam os inventários, a dimensão ecológica, enquanto os políticos dão ênfase à dimensão econômica e às organizações de conservação da natureza, na dimensão ética (DUTRA, 2003).

Os significados e discursos acerca da biodiversidade são tantos que Dutra (2003) refere-se ao fato de que a biodiversidade tornou-se um instrumento de militância, envolvendo um “discurso espetacularizado” que é levado ao “Tonight Show”. É preciso, entretanto, transcendermos essa visão “espetacularizada” da biodiversidade e caminhar em direção às ações concretas, que de fato garantam a manutenção da biodiversidade e conseqüentemente a qualidade de vida planetária.

Uma segunda implicação diz respeito ao “desconhecimento” sobre a biodiversidade. Fala-se em uma crise da biodiversidade, mas, de acordo com McGrath (1997) não temos dados confiáveis sobre a atual taxa de extinção; não temos estimativas seguras do número de espécies no planeta. Segundo este autor,

estimativas da biodiversidade global variam de 5 a 10 milhões até 50 a 100 milhões de espécies, destas, apenas 1.412.900 foram descritas pela ciência.

Além disso, é preciso considerar as razões do interesse pela biodiversidade no mundo contemporâneo, das quais podemos destacar: 1) funcionamento eficiente dos ecossistemas; 2) fornecimento de numerosos produtos alimentícios; 3) uso medicinal e farmacológico e; 4) suscita uma atividade econômica ligada ao turismo.

Os benefícios da biodiversidade são inúmeros, inclusive, aponta-se a biodiversidade como responsável pela vida atual e futura no planeta. Tem-se reconhecido, por exemplo, que a cura para doenças como a AIDS pode advir de ervas medicinais ainda não pesquisadas por cientistas, daí a necessidade, não somente da conservação da biodiversidade, mas, como afirma Darrel Posey (1984), dos povos tradicionais e indígenas, que são grandes conhecedores dessa diversidade biológica.

Essa questão remete-nos a uma quarta implicação, que é o fato de que não podemos desconsiderar que a “biodiversidade está associada à sociodiversidade”. As diversas populações tradicionais têm sua parcela de contribuição na conservação e uso sustentável da biodiversidade, bem como, historicamente têm contribuído para potencializá-la. Portanto, as políticas públicas voltadas para sustentabilidade ou delimitação de áreas de conservação precisam levar em consideração os conhecimentos e as técnicas de manejo dos recursos naturais empreendidas por estas populações.

Os povos indígenas são considerados conhecedores natos de nossos ecossistemas. Seus estilos de vida revelaram/revelam uma relação bem mais harmônica com o meio ambiente em comparação a nossa sociedade moderna ocidental, a qual coloca os interesses econômicos em primeiro plano. Esses povos adotaram e muitos ainda adotam maneiras de ser e de viver, cujo objetivo não é, em primeira instância, a produção, comercialização e consumo de bens e serviço. Suas relações com a saúde e com o ambiente são carregadas de simbolismo e representação. A representação, em termos conceituais, foi, inicialmente, definida por Émile Durkheim, que a designou por “conjunto de imagens, esquemas, modelos, símbolos e ideias, veiculadas por uma sociedade, particularmente no que respeita à figuração de um sistema do mundo ou de uma ordem de valores” (BIROU, 1982, p. 360).

A Antropologia, com seus estudos de sistemas de classificação, de simbolismo e representação contribuiu sobremaneira para entendermos a relação sociedade *versus* natureza ou, mesmo, populações tradicionais *versus* natureza. A Antropologia, de acordo com Simonian (2003), a partir de conceitos de *êmico e ciência do concreto* inovou essa discussão. A nova etnografia recoloca o poder dos saberes locais em destaque, em especial quanto à biodiversidade.

É no âmbito dessa perspectiva, segundo Simonian (2003), que sobressai a etnociência (etnobiologia, etnobotânica, etnozologia, entre outras), bem como saberes ligados a diversas problemáticas culturais, revelando uma estreita relação entre biodiversidade e aspectos culturais. Lévi-Strauss foi um dos antropólogos que iniciou os estudos na área de etnociência, ao analisar os sistemas de classificação indígena. A etnociência, de acordo com Diegues (2000), refere-se a um ramo do conhecimento que parte da linguística para estudar os saberes das populações humanas sobre os processos naturais, procurando descobrir a lógica subjacente ao conhecimento humano do mundo natural.

A partir dos estudos de etnociência é possível afirmar que, os indígenas não são simples “protetores” da natureza. Esse “cuidar” advém de um saber milenar enraizado na vida indígena e transmitido de geração para geração. Os índios da tribo Kayapó, segundo Posey (1984), distinguem 50 tipos de diarreia e cada uma é tratada com uma erva medicinal diferente. Distinguem, também, em torno de 250 ervas medicinais. Todo esse saber indígena é explicado, ou mesmo “interpretado” pela Antropologia com base em sistemas de classificação construídos historicamente pelos indígenas.

O termo classificar não enseja nada de diferente do que concebemos hoje, como afirma Durkheim e Mauss em *Algumas formas primitivas de classificação: contribuição para o estudo das representações coletivas*

(1981, p. 400), “a maneira pela qual a entendemos e a praticamos é relativamente recente. Para nós, com efeito, classificar coisas, e ordená-las em grupos distintos entre si, separados por linha de demarcação; nitidamente determinados”.

Segundo Durkheim:

classificar não é apenas constituir grupos: é dispor estes grupos segundo relações muito especiais. Nós os representamos como coordenados ou subordinados uns aos outros, dizendo que estes (as espécies), estão incluídos naqueles (gêneros), que os segundos agrupam os primeiros. Há os que dominam, outros que são dominados, outros que são independentes entre si. Toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem nossa consciência oferece o modelo (DURKHEIM, 1989, p. 403).

As classificações, portanto, na perspectiva de Durkheim e Mauss são sistemas de noções hierarquizadas e só podem ter sua origem na sociedade (a ideia de origem social foi depois refutada por Lévi-Strauss). Assim, é porque os homens estão repartidos que eles repartem o mundo. Sendo a hierarquia um fenômeno social, sua origem não poderia resultar da observação da natureza ou do mecanismo das associações mentais, mas da vida coletiva. Os sistemas de classificações, os símbolos, as ideias, constituem representações coletivas, que possibilitam aos homens apreenderem a “totalidade” construída e representada por seu grupo, sua sociedade.

A Antropologia é herdeira das hipóteses teóricas formuladas por Durkheim em *Formas elementares de vida religiosa* (1989), estas possibilitaram à Antropologia debruçar-se sobre a lógica das crenças, visto que o autor não opõe crença à lógica, permitindo que se percebesse que cada crença em particular tem uma lógica própria. Ao fazer isso ele rompe com a perspectiva evolucionista e coloca os fundamentos do social e do humano como sendo de natureza simbólica e o simbólico como tendo origem social (CEMIM, 1989). A perspectiva racionalista de Durkheim, em acreditar que o mundo tem um aspecto lógico que vai muito além da experiência imediata é alargada em Lévi-Strauss, que também aborda essa temática, particularmente nas obras *O Totemismo hoje* (1962), *O Pensamento Selvagem* (1962) e a *Eficácia Simbólica* (1949).

Os estudos de Durkheim, Mauss e Lévi-Strauss acerca das sociedades “primitivas” e/ou indígenas, nos auxiliam no entendimento da relação entre as populações tradicionais e o manejo do meio ambiente. As sociedades analisadas por esses autores eram, e muitas ainda são, regidas por sistemas simbólicos que dão sentido ao ser e viver dos indígenas, e envolvem a existência de mitos, a ideia de sagrado e profano, o que mostra que a ideia de “cuidar” da saúde, do meio ambiente é envolto de lendas, mitos, proibições, tabus, entre outros mecanismos socioculturais. É, na verdade, um cuidar de si, que envolve o meio ambiente como um todo.

E, em se tratando das sociedades indígenas, a ideia de meio ambiente é bem mais ampliada. Ao se referir ao sistema cosmológico do totemismo, Durkheim (1989) afirma que as ideias europeias camuflaram a visão que os “primitivos” tinham do mundo e da sociedade, dando-nos uma visão fragmentada do clã totêmico, mostrando este como simples subdivisões da tribo. Na verdade, o “selvagem” da Austrália considerava o universo como a grande tribo, na qual todos os seres conhecidos encontravam-se assim dispostos em uma espécie de quadro, de classificação sistemática que abarcava a natureza toda.

Durkheim reconhecia haver racionalidade nas crenças e práticas “primitivas” e, por conseguinte nas narrativas míticas relacionadas com elas. Mas essa concepção de racionalidade era entendida como sendo ditada por razões exclusivamente práticas. Na obra *O Pensamento Selvagem* (1989), Lévi-Strauss refuta essa concepção utilitária do pensamento humano. A partir de dados etnográficos coletados por outros pesquisadores, demonstra que os indígenas não conhecem apenas as plantas medicinais que lhes são úteis, mas também as que não lhes são diretamente úteis, logo conclui que, “um conhecimento desenvolvido tão sistematicamente não pode ser função apenas de sua utilidade prática” (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 23). Sua

tese é de que, “as espécies animais e vegetais não são conhecidas porque são úteis; elas são consideradas úteis ou interessantes porque são primeiro conhecidas” (LEVI-STRAUSS, 1989, p. 24). Portanto, considerou um engano acreditar que o indígena nomeia e conceitua unicamente em função de suas necessidades.

Segundo Lévi-Strauss (1989), o objeto primeiro de toda ciência não é de ordem prática, mas responde às exigências intelectuais. É esse objeto, que segundo ele, “constitui a base do pensamento que denominamos primitivo, mas unicamente pelo fato de que constitui a base de todo pensamento, pois é sob o ângulo das propriedades comuns que chegamos mais facilmente às formas de pensamento que nos parecem muito estranhas” (p. 25). Conhecer o mundo, portanto, é parte inexorável da experiência humana no mundo, e apesar dessa experiência ser vivida de maneira diferente e particular em tempo e lugares diversos, os mecanismos lógicos que nos permitem conhecer o mundo e atribuir-lhe um sentido são os mesmos, pois como afirma Lévi-Strauss, a mente humana opera em todo lugar, segundo os mesmos princípios, o que torna possível o aprendizado de novos significados e o diálogo entre culturas diferentes.

Uma importante contribuição de Lévi-Strauss, na perspectiva de Roué (2000), é que ele não se restringe aos sistemas classificatórios, pois o que ele chama de “ciência do concreto” são todos os saberes (indígenas) sobre a saúde, a natureza, entre outros. Saber este, que, segundo Castro (1997), a razão dominante em nossa sociedade tem negado historicamente, marginalizando-o em detrimento da ciência moderna ocidental. A contribuição da Antropologia nesse processo é salutar, no sentido de revelar esses saberes práticos acumulados sobre a complexidade dos ecossistemas e as formas de realizar o trabalho sobre eles, bem como, na percepção e análise do “outro” - que implica num “etno” - como sujeito da biosociodiversidade.

O mesmo vale para a saúde, os indígenas têm saberes e práticas milenares que tem contribuído para manter o equilíbrio do corpo e da natureza, os cuidados com a saúde estão intimamente relacionados ao cosmo e a relação que elas mantem com o meio ambiente natural. Muitos especialistas da área médica reconhecem que por ocasião da chegada dos portugueses, os povos indígenas já conheciam mais de duas mil espécies de plantas e ervas medicinais e que eram capazes de realizar cirurgias e cuidar de fraturas (SANTOS-LUCIANO, 2006).

Ianni (2011), ao colocar a necessidade de reposicionar o limiar crítico das relações do homem com a natureza, do biológico com o social, vincula saúde, homem e ambiente, natureza e sociedade. Para ela a diversidade biológica contempla a variabilidade dos organismos vivos e a complexidade ecológica onde eles ocorrem, representa também a variedade funcional e estrutural das diferentes formas de vidas genéticas, das populações, das espécies, das comunidades e dos diferentes níveis ecossistêmicos. Na saúde essa interação tem sido objeto de problematização posto que os processos saúde-doença são processos dinâmicos, implicam variações e adaptações contínuas que se transformam de acordo com a realidade histórica, concreta e condições de vida.

O conceito de saúde é reflexo não apenas da conjuntura histórica, econômica e política, depende também da classe social e da cultura, depende dos valores, das histórias individuais, das concepções filosóficas, científicas e religiosas imbricadas na vida das pessoas. Quando se fala do conceito de saúde para a as populações indígenas, isso se torna mais acentuado, uma vez que a enorme diversidade existente entre e intrasociedades indígenas e a sociedade nacional, obriga a abandonar as ideias preconcebidas sobre o que seja saúde, doença e natureza.

Por muito tempo a medicina lutou contra as práticas e conhecimentos tradicionais e populares. Mas, ao mesmo tempo, em que teve que defender a sua evolução e seu campo de conhecimentos e práticas - que constituem a legalidade médica - teve também, ainda que contrariamente, reunir o conjunto desses conhecimentos, se alimentar deles para conferir o monopólio dos atos médicos sob sua jurisdição. Boltanski (1979) afirma que o conhecimento comum ou popular é verificado ao estudar o comportamento das mães das classes populares frente às doenças dos filhos, sabendo reconhecer pelos sintomas quando estão doentes ou não pelos sinais, podendo elas mesmas tratá-los ou em último caso, chamar um médico.

Para cuidar da gripe, é necessário e suficiente saber que a gripe se trata com antigripine, sem para isso saber qualquer coisa da natureza da gripe ou da composição do remédio utilizado para curá-la. Se isso acontece, é em primeiro lugar, porque a medicina familiar; e essencialmente imitativa, contentando-se as mães, de maneira geral, em reproduzir os gestos e as palavras do médico, ou melhor, entre esses, os gestos que lhes são perceptíveis, e as palavras que podem identificar e memorizar (BOLTANSKI, 1979, p. 22-23).

O autor afirma que as práticas médicas populares não passam de imitação das práticas médicas legítimas e que estas praticamente quase suplantaram a antiga medicina popular com poucas exceções, dentre elas as mulheres camponesas e aquelas que migraram para a cidade e que conservam costumes e tradições.

A intervenção médica pretende fornecer uma explicação sobre mecanismos químicos e biológicos da doença e dos meios para controlá-la enquanto que a medicina popular associa uma resposta integral inclusive espiritual que o racionalismo faz questão de eliminar (LAPLANTINE, 2008). Em *Antropologia da Doença* o autor revela os dois grandes modelos possíveis da interpretação religiosa da doença: A doença-maldição e a doença-sanção. No primeiro modelo a doença é vista como o efeito de uma vingança gratuita, acidente do acaso, destino ou fatalidade contra a qual não se pode lutar e o doente se sente vítima e não compreende o porquê de sua maldição e a explicação na *natureza má* e vista como algo exterior ao homem, com vida própria, autônoma.

Contrariamente, no segundo modelo a doença como punição é vista como resultado de algo que o próprio indivíduo provocou, assim é punido por seu mal comportamento como transgressor da lei, ou seja, a doença é atribuída à consequência de uma transgressão individual ou coletiva e uma ruptura com a ordem social e em muitos casos, uma ruptura com a ordem cósmica.

Na Idade Média européia, a influência da religião cristã manteve a concepção da doença como resultado do pecado e a cura como questão de fé; o cuidado de doentes estava, em boa parte, entregue a ordens religiosas, que administravam inclusive o hospital, instituição que o cristianismo desenvolveu muito, não como um lugar de cura, mas de abrigo e de conforto para os doentes (SCLIAR, 2007, p. 33).

É possível identificar também a concepção mágico-religiosa da doença desde as múmias egípcias até os dias atuais nos quais a doença é o resultado de forças ocultas que se instalam no corpo em decorrência do pecado ou de maldições administradas por feiticeiros com vistas à vingança e à prática do mal.

Um clássico desse pensamento é a obra *O feiticeiro e sua magia* (1949), de Lévi-Strauss que baseado em sua experiência com os Nambikwara do Tapajós no Brasil, descreve os fundamentos psicofisiológicos dos casos atestados de morte por conjuro ou enfeitiçamento nos quais a integridade física sucumbe à personalidade social. Para Lévi-Strauss a eficácia de certas práticas mágicas implica na crença da magia que, por sua vez, apresenta-se em aspectos complementares numa tripla experiência, quais sejam: a crença no feiticeiro, a crença no doente e por último, a confiança e exigência da opinião coletiva. Ele chama o conjunto indissociável desses aspectos de *complexo xamanístico* que atua em dois pólos: a experiência íntima do Xamã e o consenso coletivo cuja fabulação é afiançada na tripla experiência:

A do próprio Xamã que, se sua vocação é real (e mesmo se não o é, somente pelo fato do exercício), experimenta estados específicos, de natureza psicossomática; a do doente, que experimenta ou não uma melhora; enfim, a do público que também participa da cura, e cujo arrebatamento sofrido, e a satisfação intelectual e afetiva que retira, determinam uma adesão coletiva que inaugura, ela própria, um novo ciclo (LÉVI-STRAUSS, 1985, p. 207).

Ao tomar emprestado da psicanálise o termo abreação, que significa o momento da cura, o autor sinaliza que ao tratar o doente, o Xamã oferece um espetáculo ao público no qual não representa mimicamente os acontecimentos, ele os vive em toda sua originalidade e violência. Lévi-Strauss (1985) estende a noção de abreação às práticas terapêuticas psicológicas e questiona a sua unilateralidade da cura psicanalista afirmando que no xamanismo quem fala é o feiticeiro que faz abreação ao doente que se escuta ao passo que na psicanálise é o doente que fala e faz abreação contra o médico que escuta, porém, esta não é menos exigida, pois ele precisa primeiro ser analisado para poder se tornar analista. Quanto ao papel reservado ao grupo, o autor afirma que é mais difícil definir porque por um lado a magia readapta o grupo através do doente enquanto que na psicanálise o doente é adaptado ao grupo por intermédio de soluções introduzidas.

Maybury-Lewis (1948) afirma que a feitiçaria na sociedade Xavante é comumente uma atividade masculina e geralmente acautelada pelos membros das facções dominantes contra outras facções. Quando um membro Xavante adoece ou morre, a explicação vem pela malevolência e feitiçaria de seus opositores, em especial daqueles com quem manteve vínculos específicos de afinidade. De acordo com seu raciocínio a única maneira de o fraco enfrentar o forte é através dos meios sobrenaturais.

De acordo com Junqueira e Pagliaro (2009) a noção de espírito para os Kamaiurá é de difícil apreensão e se aproxima da ideia de força que atua no mundo visível e provoca acontecimentos, pode ser uma espécie animal, vegetal ou objeto cerimonial podendo ser referido como seu dono ou protetor. Se for solicitado que ele faça uma representação gráfica do espírito, ela terá o aspecto físico do animal, do vegetal ou objeto a que esteja vinculado: uma espécie de peixe, de planta, de máscara ou outro artefato.

Laplantine (2008) em sua grande contribuição metacultural sobre a Antropologia da doença e sua análise sobre as formas *elementares da doença e da cura* coloca que:

as maneiras pelas quais essas formas são representadas de uma para outra são extremamente díspares, e de que numa mesma sociedade, em um certo momento de sua história, as correntes médicas, os sistemas de pensamento, as escolas, os comportamentos sociais são extremamente variados e essas variações sociais acrescentem-se as variações individuais (LAPLANTINE, 2008, p. 11).

Entretanto, Laplantine (2008) procurou mostrar que apesar dessa variada forma com que homens e mulheres representam a morbidez e a saúde, não deixam de existir permanências constantes, ou invariantes da experiência e a esperança de cura identificáveis.

Ao estudar as relações possíveis entre a doença e o sagrado, a medicina e a religião, a saúde e a salvação apresenta-se uma grande contribuição no sentido de mostrar que o que indicamos por religioso e o que chamamos de médico estão estritamente ligados e a dimensão religiosa não é percebida pela sociedade, inclusive da parte dos que se filiam a uma ciência neutra e objetiva. Para ele não existem práticas puramente médicas ou puramente mágico-religiosas, mas recursos distintos.

O trabalho do antropólogo ocidental, confrontado com sua própria realidade, consiste então em mostrar que a relação privilegiada da doença e do sagrado é uma consequência inelutável da relação indefectível da doença com o social. Ora, há várias maneiras possíveis de se por em evidência a relação da doença com essa forma de expressão totalizante do social que é o religioso” (LAPLANTINE, 2008, p. 217).

Tais contribuições direcionam, inclusive, para um olhar mais ampliado da relação saúde-doença e o social, que remete ao entendimento de que o cuidar da saúde reflete numa relação cosmológica que abarca a vida como um todo. Nesse aspecto, os saberes acerca do cuidado da saúde influenciam (e são influenciados) na potencialização e mesmo conservação dos recursos ambientais, entendendo-se que para o indígena tudo está interligado.

“Cuidar do corpo, cuidar da natureza”: lições indígenas

Para compreender a relação estabelecida neste capítulo entre o “cuidar do corpo” e o “cuidar da natureza” é necessário compreender primeiramente a concepção indígena de saúde e de doença para depois estabelecer a relação com a conservação da biodiversidade.

Para o indígena o estado de saúde, como referido anteriormente, é resultado da relação mantida individual e coletivamente com as pessoas e com a natureza. Segundo Santos-Luciano (2006), há duas maneiras de contrair uma doença: primeiramente elas podem ser provocadas intencionalmente por terceiros ou por uma reação da natureza à provocação. Essa concepção está baseada na ideia de que não existe doença biológica ou hereditária, ela é sempre provocada e merecida, se algum indígena adoecer é porque cometeu alguma transgressão e os “maus espíritos” reagiram para defender a natureza e estabelecer seu equilíbrio.

O autor destaca ainda que a ideia de “bons e maus” espíritos nada tem haver com Deus e diabo porque os dois têm a mesma natureza. Para os povos indígenas tanto os seres vivos como os não vivos possuem dimensões espirituais, uma planta, uma pedra, um rio entre outros. Quando um desses seres é violado, o espírito protetor dele reage provocando as doenças e a morte contra os que cometeram tal violação.

A doença, portanto, tem sua origem na natureza, seja como uma reação dela mesma ou quando é provocada ou manipulada pelos homens. Neste último caso, enquadra-se o papel do pajé como profundo conhecedor dos segredos e das capacidades da natureza. Como tal, o pajé é uma espécie de intermediário entre os seres naturais e os sobrenaturais, desde a criação do mundo, quando os seres humanos e não humanos violaram as primeiras regras da natureza, da qual eles faziam parte, por se comportarem de forma distinta ou superior a ela. Foi nesse momento que surgiu a primeira doença, como resultado de transgressão das leis da natureza (SANTOS-LUCIANO, 2006, p. 174).

O autor relata que a tuberculose entre os Baniwa é denominada de *manheim* que é uma doença muito comum entre os indígenas que resulta da ingestão de um veneno letal cuja cura somente algumas pessoas ou pajés dominam. Geralmente o tratamento da tuberculose dura em média oito meses e não pode ser interrompido, o que ocorre muitas vezes, pois há uma melhora considerável no quadro.

Esse fato leva muitos pacientes a retornarem ao hospital com recaída após a alta para tratamento em casa porque o paciente não terminou adequadamente o tratamento. No caso dos Baniwa, esse fato está relacionado à continuidade da perseguição dos inimigos, o que explicaria a ineficiência dos remédios e do tratamento de forma definitiva.

A maneira como os povos indígenas concebem doença e cura, estabelece um elo entre o natural e o espiritual. Cuidar do ambiente e cuidar do corpo e da saúde revela que viver em harmonia com o território e com o ambiente é algo sagrado. Essa lei, portanto, precisa ser respeitada e uma vez violada, o mal, ou seja, a doença se instala. Nesse sentido é importante perceber a importância dos povos indígenas para a conservação ambiental e a manutenção da biodiversidade.

Garnero e Wright (2001) em artigo sobre os fundamentos míticos e cosmológicos das representações de doença e práticas de cura Baniwa descrevem o conjunto de representação das doenças que é passível de compreensão a partir do elo estabelecido pelas disposições míticas que ordenam sua sociedade. Dentre as principais categorias, eles descrevem as doenças provocadas por *Iupinai* que são espíritos da floresta, das águas e do ar que adquiriram forma animal por punição e permanecem em estado de guerra contra os seres humanos.

Certos comportamentos como o não cumprimento de regras tradicionais de higiene e restrições alimentares, desobediência e inveja são passíveis de atrair o ataque dos *Iupinai* que também são responsáveis por alterações climáticas como as tempestades, passíveis de causar danos aos seres humanos.

Os autores acrescentam que boa parte das doenças oriundas do contato entre índios e sociedade nacional pode ser classificada como um subgrupo desta categoria, pois elas derivam do cheiro do combustível utilizado para fabricar as mercadorias e lembram que as “doenças de branco” são ligadas a *Amaru* (mãe ancestral dos brancos) que se originam das fábricas e máquinas movidas a combustível.

Entre os Kamaiurá a saúde é vista como:

Qualidade inerente à vida. Genitores que seguem corretamente regras alimentares e procedimentos rituais geram filhos sadios, aptos a atravessarem as diversas etapas da existência humana até a velhice. Os males que podem atingir a pessoa não advêm do mau funcionamento do organismo, mas decorrem de forças externas que agredem o corpo. Eliminar a doença e restabelecer a saúde é a grande tarefa dos especialistas em ervas e pajés que, nos últimos sessenta anos, aproximadamente, passaram a contar com outro aliado, os profissionais da área médica (JUNQUEIRA; PAGLIARO, 2009, p. 455).

As autoras descrevem alguns cuidados dispensados ao corpo pelos Kamaiurá para a prevenção e a cura das doenças. Quando as meninas completam dez anos passam a ser introduzidas nos afazeres domésticos, antes da menarca, elas podem vir a ser iniciadas sexualmente. Antes de entrar na reclusão pubertária (*myngãu*), a menina sabe bem executar muitas atividades executadas pela mulher adulta.

A partir da primeira menstruação, ela é isolada do convívio das outras pessoas num canto da casa, onde pode permanecer por até um ano. Nos primeiros dias, ela permanece em jejum e só aos poucos começa a comer uma alimentação leve servida pela mãe, com exceção do peixe que só é permitido depois de um mês. Segundo as autoras o objetivo da reclusão é preparar o corpo da menina para a maternidade, mas ressaltam que o objetivo principal está ligado à saúde e ao amadurecimento do organismo e ao mesmo tempo evitar que ela tenha relacionamento sexual.

Marta Azevedo (2009) citando Early e Peters (1990) registra que a média da idade das mulheres yanomami para terem o primeiro filho é de 16,8 anos. Procura-se evitar a primeira gravidez muito cedo porque elas acreditam que o corpo de quem acaba de menstruar ainda não está maduro o suficiente. Por isso, quando a menina engravida logo após a primeira menstruação, os pais podem ajudá-la a provocar aborto.

Os Tembê-Tenetehara do Alto Gurupi/PA, em especial os que residem na aldeia Tekohaw, realizam algumas práticas rituais seguidas de tabus alimentares. As crianças recém-nascidas até o período em que são “batizadas” precisam se resguardar, não podendo se alimentar de determinados animais. Segundo Waldeci Tembê, liderança indígena, o índio quando nasce, precisa ser colocado à disposição da natureza, mas primeiro precisa ser preparado para poder conviver com a floresta, com o rio e comer qualquer comida (GONÇALVES, 2004).

Isso nos oferece um exemplo da relação entre sociedade, saúde e biodiversidade, marcada por um *contínium* entre princípios de sociabilidade, costumes, crenças, tabus, mitos e manejo positivo dos recursos florestais e/ou faunísticos. Posey (1984), nessa mesma perspectiva, defende a ideia de que o manejo dos sistemas ecológicos realizado pelos índios era/é sustentável e, que esse estilo de vida está relacionado à existência de um conjunto de crenças, no qual os indígenas consideram que existe um equilíbrio entre os espíritos dos animais, das plantas e dos homens, que precisam ser mantidos para garantir harmonia da vida tribal.

Uma característica das terras indígenas é que elas abrigam uma enorme diversidade biológica ao mesmo tempo em que coexistem etnias e padrões socioculturais bastantes diferenciados. Ilhas de riqueza e diversidade, ainda constituem espaços de preservação e conservação de inúmeras espécies animais e vegetais, além de um “saber ancestral” sobre essa biodiversidade. Esse saber, ou “conhecimento tradicional”, como é chamado pela literatura, pode ser definido segundo Diegues (2000, p. 30): “como o saber e o saber fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, gerados no âmbito da sociedade não urbano industrial e transmitidos oralmente de geração para geração”.

Muito se tem discutido na atualidade sobre o fato de que a riqueza e a diversidade biológica estão atreladas a sociodiversidade, ou seja, ao seu extenso patrimônio sociocultural. A própria Convenção da Diversidade Biológica (2000) reconhece, logo no seu preâmbulo, a “estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais”. Vários estudos mostram, de acordo com Santilli (2002), que os povos indígenas e as populações tradicionais são responsáveis pela diversidade biológica de nossos ecossistemas. Defende-se, mesmo, a tese de que a diversidade biológica é um fenômeno tanto natural quanto cultural.

Sobre essa questão, Balée (1993) realizou um estudo, no qual mostrou que parte do que consideramos como floresta nativa hoje, ou a existência de várias espécies florestais em diferentes biomas, é, na verdade, resultado da ação humana. Revela que espécies como castanhais, açazais, palmeiras, são frutos de manejo florestal pelos indígenas, há milênios de anos (BALÉE, 1994, GÓMEZ-POMPA e KAUS, 2000; SIMONIAN, 1997). Isso chama atenção à questão advogada por Darrel Posey (1984), qual seja a importância das populações tradicionais e ou indígenas para conservação da diversidade biológica e a necessidade de se estudar os conhecimentos tradicionais sobre a flora e a fauna antes que eles desapareçam. De acordo com o mesmo autor, das plantas conhecidas pelos índios, estima-se que apenas 1% foi submetido a análises químicas e farmacológicas.

Segundo Santilli (2002), um exemplo da relevância estratégica do papel das comunidades tradicionais e ou indígenas na conservação da diversidade biológica foi apresentado no Seminário “Consulta de Macapá”, em 1999, mostrando que nada menos que 40% das áreas de extrema importância biológica e 36% das de muito alta importância biológica na Amazônia estão inseridas em terras indígenas. Apesar das terras indígenas não serem criadas com o objetivo imediato de conservação ou manejo sustentável dos recursos naturais, como no caso das unidades de conservação, os povos indígenas têm revelado, historicamente, serem protetores e/ou mantenedores desse patrimônio. Segundo Diegues (1996), essas populações, mediante grande conhecimento do mundo natural foram capazes de criar engenhosos sistemas de manejo da fauna e da flora, protegendo, conservando e até potencializando a diversidade biológica.

Pesquisas realizadas pelo Instituto de Proteção Ambiental (IPAM) e Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) que resultaram respectivamente no artigo de Daniel Nepstad *et al* (2006) e no “Diagnóstico sobre Terras Indígenas ameaçadas na Amazônia” mostram que as Terras Indígenas funcionam como barreiras ao desmatamento na Amazônia. O diagnóstico revela que as Terras Indígenas vêm impedindo a destruição de cerca de 3,5 milhões de hectares de florestas; que um total de 74% das Terras Indígenas possui taxas de desflorestamento menores do que as áreas do entorno. Aponta, também, que a taxa de desmatamento nas Unidades de Conservação federais é de 1,52%, e nas Terras Indígenas esse total baixa 1,10%. O papel das Terras Indígenas como protetor da floresta é notório (TERRAS INDÍGENAS, 2011).

Alguns estudos acerca de saberes e práticas tradicionais indígenas podem ser reveladores desse manejo positivo dos recursos florestais (e também faunísticos). Posey (1987) estudou os índios Kayapó e mostrou que eles costumam transplantar espécies de floresta primária para antigos campos de cultivos, ao longo de trilhas e, também, junto às suas aldeias, formando os “campos de floresta”. Eles distinguem, também, vários sistemas ecológicos e suas roças são circulares, com árvores frutíferas ao redor, o que possibilita um melhor manejo do terreno e melhor produtividade. Segundo Posey (1984) acreditava-se que a agricultura indígena era ineficiente e primitiva, mas hoje, sabe-se que esse sistema é sofisticado, adaptando-se bem à região e aos microclimas locais. As roças possuem sempre cobertura vegetal, o que impede a erosão do solo e a insolação excessiva. A grande variedade de plantas e sua distribuição nas roças evitam o aparecimento de insetos e pragas. O plantio se faz de maneira a aproveitar ao máximo o solo.

Ainda se têm ideias errôneas, segundo Posey (1984), acerca da Amazônia, principalmente de que ela seria “homogênea”. Na verdade, a Amazônia compõe-se de uma variedade de zonas ecológicas. Só agora cientistas, biólogos, ecologistas reconhecem a complexidade da região, mas os indígenas já lidavam com esta concepção há muito tempo. Para os Kayapó, existem quase quarenta variedades de campos e matas, além de

serras e das ilhas. A bagagem classificatória de vários grupos indígenas da Amazônia permite distinguir uma variedade de plantas e animais e, mesmo, tipos e variações de uma mesma espécie. Os Tembé-Tenetehara, por exemplo, distinguem três tipos de macaxeira, três de milho, três de jerimum, dois de feijão, dois de batata doce, dois de maxixe, dois de cará roxo, cará branco e tomate, dois de quiabo e três de pimenta (GONÇALVES, 2004; SALES, 2000).

Contudo, apesar desse relativo equilíbrio da vida indígena com o meio ambiente, da constatação de que os índios são conhecedores/protetores dos ecossistemas e que as terras indígenas inibem o desflorestamento/desmatamento, é preciso atentar para o fato de que, essas mesmas terras indígenas vêm sofrendo inúmeras pressões por parte das elites locais, grandes e pequenos empresários, madeireiros, fazendeiros, entre outros, os quais têm provocado constantes invasões e expropriação dos recursos naturais pertencentes aos territórios indígenas. Há mesmo resistência na criação de terras indígenas sob a bandeira de que “os índios têm muita terra” ou de que “representam um entrave para o desenvolvimento” (SIMONIAM, 2000).

Diante desse cenário, é preciso considerar que, mesmo reconhecendo o papel histórico dos povos indígenas na proteção e conservação dos recursos florestais (e faunísticos), estes, na atualidade, e face ao contato com a sociedade não indígena, também vem adotando (ainda que em escala pequena) formas de manejo negativo dos recursos naturais, mediante um processo de cooptação e/ou “sedução” por parte das elites locais. Isso nos leva a análise de que é preciso desmistificar certas “visões românticas” dos indígenas, e que essas “novas posturas” adquiridas a partir do contato com a sociedade envolvente precisam ser levadas em consideração nos planos de gestão ambiental das terras indígenas, uma vez que, agora, também fazem parte também da dinâmica de suas vidas.

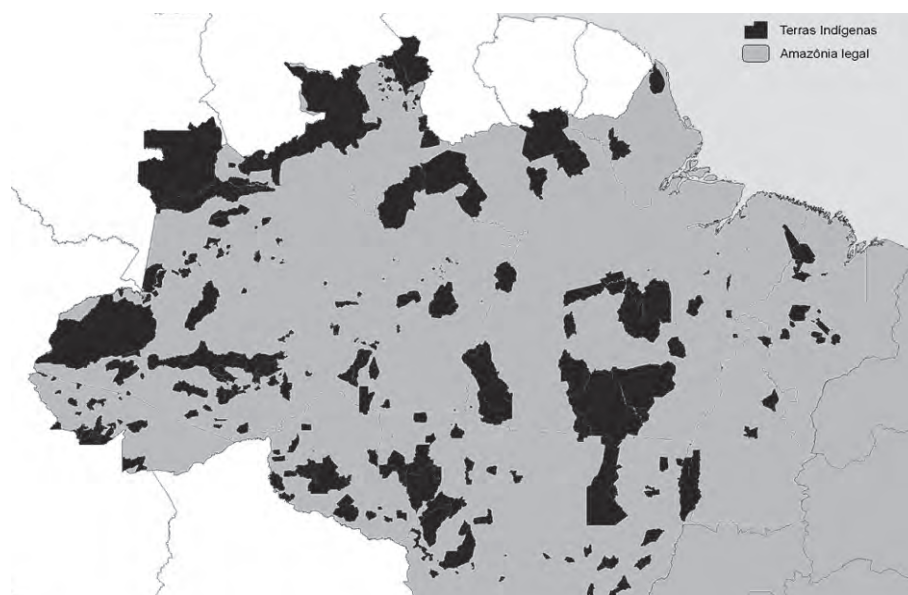
As representações sociais do corpo, saúde, doença e natureza estão, portanto, intimamente relacionadas ao contexto sociocultural e religioso, biológico e ambiental e o saber milenar dos povos indígenas. Perceber a importância disso pode ser fator determinante do fracasso ou do sucesso das políticas públicas implementadas entre os povos indígenas, sejam elas ambientais, de saúde, educação, dentre outras.

Políticas de saúde indígena e biodiversidade na Amazônia brasileira

A Amazônia é considerada a região de maior biodiversidade do planeta e está entre as maiores Regiões Naturais em área florestal, apenas atrás das imensas florestas boreais da Rússia, Canadá e Alasca, que se estendem por dois continentes. A floresta Amazônica representa um terço das florestas tropicais do mundo e abriga cerca de 50% da biodiversidade do planeta. Existem pelo menos 45.000 espécies de plantas, 1.800 espécies de borboletas, 150 espécies de morcegos, 1.300 espécies de peixes de água doce, 163 espécies de anfíbios, 305 espécies de serpentes, 1.000 espécies de aves e 311 de mamíferos. A maior parte da floresta, 70%, está na Amazônia brasileira. A população estimada é cerca de 20 milhões de pessoas (AMAZÔNIA, 2011).

Peculiarmente, essa biodiversidade é acompanhada por uma ampla sociodiversidade. No Brasil, hoje, há mais de 230 povos indígenas e a maioria reside na Amazônia brasileira, em terras coletivas, declaradas pelo governo federal para seu usufruto exclusivo – as Terras Indígenas. Essas terras somam atualmente 669, correspondendo a cerca de 12,5% do território nacional. São reconhecidas pela FUNAI e abrigam uma população indígena estimada em cerca de 817.963 pessoas. Destas, 315.180 vivem em cidades e 502.783 em áreas rurais, o que corresponde aproximadamente a 0,42% da população total do país (IBGE, 2010).

A Amazônia legal, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Tocantins, Mato grosso e parte Oeste do Maranhão, constitui a região com maior população indígena do Brasil. Nela estão presentes 60% da população indígena brasileira (figura 1). De acordo com dados do IBGE de 2010 há cerca de 383.383 indígenas, sendo 309.431 na área rural e 74.525 na área urbana. Essa população está distribuída em 409 terras indígenas (de um total de 658) o que representa 21,67% do território amazônico e 98,61% da extensão de todas as terras indígenas do país.



Terras Indígenas na Amazônia Legal (Fig. 1) | Fonte: Projeto - Rosiane Gonçalves, Execução - Luis Barbosa | 2008

O modo tradicional como essas populações manejam o ambiente e cuidam do corpo e da saúde, tratam a fauna e a flora com seus saberes e tradições tem sido determinante para a preservação da biodiversidade. Basta olhar para a história dos próprios povos indígenas e para a demografia brasileira para constatar que os indígenas passaram de quase extintos para o percentual de 0,42% da população do país. Partindo dessa constatação, é possível refletir onde reside a importância desses povos para a manutenção da biosociodiversidade.

Nesse sentido, o Estado tem um papel primordial na execução de políticas diferenciadas agrárias, ambientais, de educação, saúde dentre outras para que os povos indígenas tenham acesso e possibilitem a manutenção de seus modos de vida indígena e conseqüentemente contribuam para a manutenção da vida no planeta.

Na discussão sobre políticas públicas indigenistas sobre saúde, há duas questões importantes a serem explicitadas que é a compreensão da saúde enquanto serviço e a saúde na concreticidade do sistema público de saúde brasileiro. Para isso, é necessário um rápido olhar histórico para compreender como foram construídas as políticas de saúde indigenistas e como figuram no contexto pluriétnico das cidades amazônicas.

Políticas de saúde nas cidades da Amazônia

Os primeiros cuidados de saúde dispensados às sociedades indígenas partiram das missões religiosas seguida da criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na primeira década do século XIX. É a partir desse período, que o atendimento médico aos indígenas passou a ser de responsabilidade de uma agência governamental, a qual atendia basicamente situações de surtos epidêmicos (CONFALONIERI 1989). As missões religiosas, contudo, continuaram sua atuação, operando, por vezes, na ausência do órgão governamental.

Apesar da necessidade de um atendimento diferenciado a esses povos, pouco se avançou nesse aspecto, no início da oferta desse serviço. Marques (2003) descreve que o SPI foi extinto em 1967 após denúncias de corrupção, pelo regime militar após a instauração de um processo cujo resultado foi um relatório de cinco mil páginas. Esse trazia provas de corrupção administrativa e de massacres de povos indígenas. As notícias de genocídio estouraram na imprensa nacional e internacional, havia denúncias de corrupção e de violências cometidas contra os povos indígenas que envolviam latifundiários, mineradoras e empreiteiras.

Os problemas envolviam o massacre, vendas de terras indígenas e introdução intencional de doenças como varíola, tuberculose, sarampo e gripe. “O relatório apontou, ainda, que dos 700 funcionários do SPI existentes na época, 134 eram acusados de praticar crimes contra os índios” (MARQUES, 2003, p. 25-26). Como resultado desta investigação teve-se a extinção do SPI.

Essa agência foi substituída, ainda em 1967, pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que tentou sistematizar o atendimento em áreas indígenas criando equipes volantes de saúde (CONFALONIERI, 1989), contudo, caracterizou esse modelo como de pouca eficácia e descreveu dificuldades para sua implementação. Dentre essas dificuldades, podem-se destacar:

A falta de planejamento e de integralidade das ações; política de remuneração não contempladora de tempo integral; carência crônica de infraestrutura e recursos; falta de articulação com outros níveis de atenção, ausência de um sistema de informações em saúde e o preparo inadequado de quadros para atuação em comunidades culturalmente distintas (CONFALONIERI, 1989, p. 442).

A FUNAI figurou como protagonista principal no atendimento à saúde dos povos indígenas até o ano de 1991, quando sua responsabilidade passou para o Ministério da Saúde (MS) e sua execução para Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). Durante atuação da FUNAI, padeceu-se de problemas similares aos enfrentados pelo SPI, dentre eles: falta de infraestrutura adequada, de profissionais preparados para trabalhar com a especificidade cultural dos povos indígenas e de recursos financeiros.

Em 1992, após alguns conflitos sobre as responsabilidades pela organização dos serviços de saúde entre a Fundação Nacional de Saúde e Fundação Nacional do Índio, acontece a II Conferência de Saúde Indígena que aprovou o modelo de Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI)¹ como política pública alternativa para garantir uma atenção diferenciada aos povos indígenas.

O Subsistema de atenção diferenciada à saúde indígena, baseado na distralização sanitária foi implantado no Brasil com a Lei Arouca N. 9.836 de 24 de setembro de 1990. A partir deste momento a FUNASA viabilizou um modelo de atenção que favoreceu a terceirização dos serviços, passando adiante a responsabilidade da execução das ações de saúde a serem desenvolvidas nas áreas indígenas. Com isso, transferiu-se assim a responsabilidade do Estado, que deveria ser o principal executor dessas ações, para organizações e empresas privadas.

A Lei Arouca está pautada numa concepção de saúde integral e diferenciada, e determina a necessidade de criação do Subsistema de Saúde Indígena que deve ser, como o Sistema Único de Saúde (SUS), descentralizado, hierarquizado e regionalizado e ter por base os DSEI, deixando claro que,

O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações (Lei N. 9.836, de 24/09/1990. Art. 19-F - §-2º).

Mesmo estando regulamentado em lei que o SUS deva estar estruturado para atender a população indígena, ainda são muitas as reclamações em relação aos atendimentos dos indígenas, pois as unidades de saúde do sistema não estão estruturadas adequadamente para o atendimento à população indígena, tanto no que diz respeito à estrutura física quanto ao atendimento feito pelos profissionais que fazem parte do sistema.

Essa situação vem sendo mudada com a criação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), em 2002, a qual passou a garantir aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, de acordo com os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, contemplando a diversidade social, cultural,

¹ “A noção de Distrito Sanitário indígena está centrada na organização da prestação de serviços de saúde pertinentes a cada realidade étnica, de forma que as ações decorrentes sejam eficazes para determinada população indígena, sendo fundamental a participação das diversas instâncias organizativas indígenas na formulação das políticas do setor. As experiências deveriam apontar os problemas no nível organizativo, cuja resolução deveria ser encontrada no local.” (ATHIAS; MACHADO, 2001).

geográfica, histórica e política. Para garantir que essas ações de fato aconteçam a PNASPI estabeleceu que,

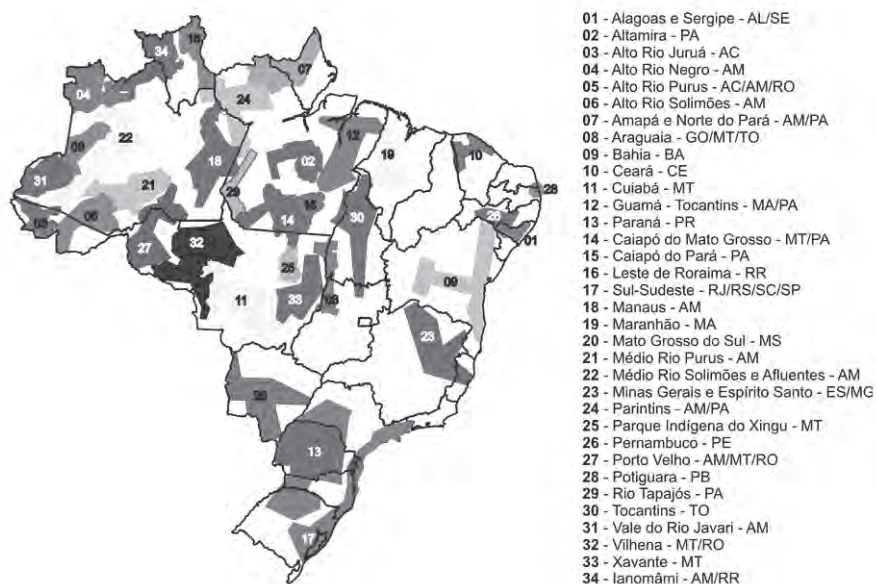
A capacitação dos recursos humanos para a saúde indígena deverá ser priorizada como instrumento fundamental de adequação das ações dos profissionais e serviços de saúde do SUS às especificidades da atenção à saúde dos povos indígenas e às novas realidades técnicas, legais, políticas e de organização dos serviços. Deverão ser promovidos cursos de atualização/aperfeiçoamento/especialização para gestores, profissionais de saúde e assessores técnicos (indígenas e não indígenas) das várias instituições que atuam no sistema (BRASIL, 2002).

O modelo de distritalização da saúde indígena passou, assim a contemplar as características particulares de cada região, procurando atender as diferenças étnicas e culturais, envolvendo diversas organizações ligadas às populações indígenas como FUNASA, FUNAI, ONGS, e universidades.

Os DSEI, contudo, foram pensados para atender aos indígenas que se encontram em situação de aldeados, já a população indígena residente nas áreas urbanas ficou excluída desse sistema e continuou a ser atendida pelo SUS sem nenhum diferencial. Isso, em parte, contradiz os objetivos dos DSEI de incorporar as particularidades etnoculturais e as relações entre povos distintos, além das especificidades do contato estabelecido com a sociedade envolvente.

Até meados de 2003, foram implantados 34 Distritos Sanitários Especiais Indígenas (figura 2) para atender a 291 etnias, falantes de 180 línguas distribuídas em 35 grupos linguísticos (FUNASA, 2002, p. 3). Os povos indígenas, como referido, estão espalhados por todo o território nacional, com exceção dos estados do Piauí e Rio Grande do Norte. A maioria dos Distritos abrange mais de um estado, ficando responsável pelo atendimento de saúde de mais de uma etnia.

Localização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas



Localização dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas. (Fig. 2) | Fonte: Desai/Funasa/MS, setembro de 2006

A designação dos 34 Distritos Sanitários indica referências geopolíticas brasileiras, como rios e estados. Exemplos, o DSEI Médio Solimões e Afluentes e o DSEI Alagoas e Sergipe. Dos 34 distritos, 26 são

designados com nomes de rios brasileiros. Somente três possuem nomes de povos indígenas: Yanomami, Kayapó e Xavante. Apenas um recebeu o nome de um território indígena: Parque Nacional do Xingu. Este é mais um exemplo da subordinação dos saberes que desqualifica os termos indígenas e insere designações da lógica burocrática nacional para identificar espaços indígenas.

A implantação desses distritos está baseada num modelo, que na verdade, não se responsabiliza pela execução direta de serviços e terceiriza as ações de saúde a serem desenvolvidas nas áreas indígenas. Há um pacto entre governo e entidades prestadoras de serviços o qual é viabilizado na região Norte através de convênios com entidades não governamentais, às quais competiria, mediante a aplicação de recursos oriundos do SUS, executar atividades preventivas e curativas dirigidas à população indígena aldeada (GARNELO; SAMPAIO 2005).

De acordo com Gonçalves (2010), esses serviços passaram a ser desenvolvidos por meio da estratégia da descentralização, no âmbito da Política Neoliberal. Assim, passou-se a operar o atendimento da saúde dos povos indígenas mediante a assinatura de convênios com prefeituras e instituições da sociedade civil – associações indígenas e indigenistas. O controle social passou a se dar por meio dos Conselhos Indígenas de Saúde (CONDISI), que garantiam, pelo menos no plano da legislação, a participação dos indígenas na gestão dos DSEI.

Nesse contexto, Garnele e Sampaio (2005) apontam alguns problemas na execução da política de saúde por Organizações Não Governamentais, incluindo as indígenas, dos quais se destacam a rotatividade de pessoal, descontinuidade das ações, dificuldade de articulação com os níveis de referência dos órgãos estaduais e municipais de saúde, tendência à pulverização e descoordenação dos serviços intradistritais além de conflitos internos éticos, pois ao

incorporar a execução de políticas públicas, as conveniadas são lançadas num dilema ético, pois assumem recursos e responsabilidades do Estado, passando a partilhar a rigidez burocrática das estruturas de governo e as contradições do neoliberalismo, que forçou a adoção de modelos de atenção à saúde contrários aos princípios de universalização e de publicização do SUS” (GARNELO; SAMPAIO 2005, p.1218).

Os autores acrescentam que a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), uma das primeiras organizações indígenas a firmar convênio com a FUNASA, se responsabilizou pela execução de ações de saúde cuja área de abrangência era restrita em nove municípios próximos a Manaus com uma população de 7 mil habitantes e nove municípios. Esse número subiu em cinco anos para 12.481 pessoas e 15 municípios e a COIAB, por ser uma instituição de defesa dos direitos indígenas, não pôde deixar de atendê-los, incorporando progressivamente novas demandas, inclusive a população indígena urbanizada.

Esse modelo de atenção à saúde sofreu várias críticas devido aos problemas de gestão de recursos financeiros, humanos, técnicos, dentre outros. O envolvimento de organizações e lideranças indígenas nos convênios com a FUNASA foi desastroso. O saldo foi negativo para algumas organizações como a UNI-AC e a CUMPIR que tiveram que se dividir entre a complexidade técnica e burocrática e as funções originais das organizações e lideranças, o que levou ao esquecimento as questões prioritárias como a luta pela terra (SANTOS-LUCIANO 2006).

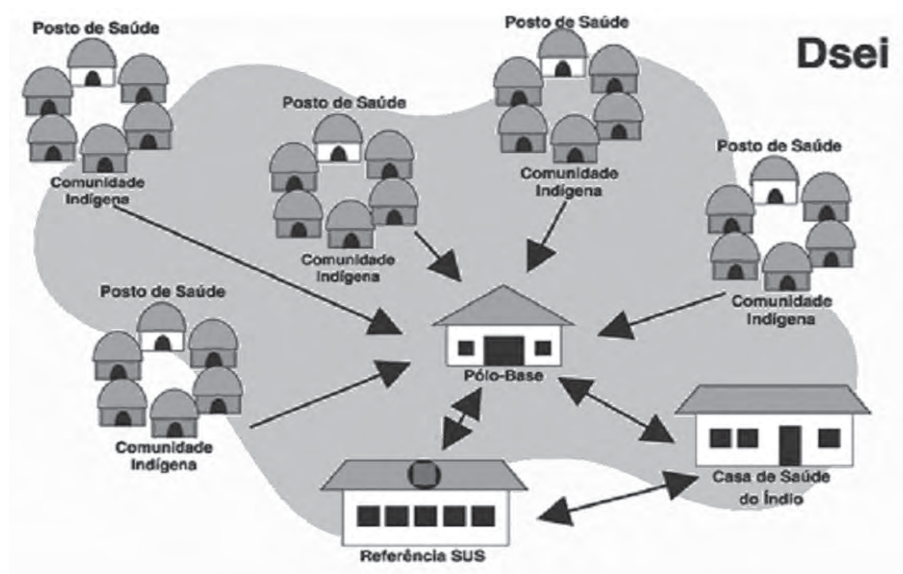
Santos-Luciano (2008) defende que as dificuldades na implantação desses projetos nas áreas indígenas resultam da incompatibilidade de racionalidades, porque para os indígenas, o mais importante é o passado e não o futuro. Os projetos são orientados pelos princípios relacionados aos ideais da sociedade nacional, baseados em conceitos que destoam das lógicas tradicionais dos indígenas. Na visão desse autor,

Quando os Baniwa reivindicam e lutam por melhoria de vida, o que eles estão querendo é o acesso aos bens utilitários e serviços públicos básicos que facilitem a sua vida concreta no dia-a-dia. Ou seja, ferramentas de trabalho que facilitem o manejo das roças e o trabalho da pesca e da caça (Santos-Luciano, 2008 p. 40).

Isso difere muito do ideal de desenvolvimento humano da sociedade nacional cuja lógica econômica se pauta pelo acúmulo de riquezas e de bens materiais.

Souza Lima (2005) pondera, contudo, que houve avanços consistentes após o rompimento jurídico do modelo tutelar e, ainda que com muitos erros, os indígenas puderam participar da gestão de uma política sanitária por meio dos DSEI. Essa, na visão do autor, foi coerente não apenas com as condições de vida dos indígenas, mas aplicável à região amazônica.

A organização dos serviços no subsistema de atenção à saúde indígena pode ser vista na figura 3.



Organização do DSEI e Modelo Assistencial. (Fig. 3) | Fonte: FUNASA (2008)

O atendimento é realizado dentro das próprias comunidades indígenas que têm como referência os pólos-base. Quando os indígenas necessitam de atendimento de média e alta complexidade, eles são levados para as casas de saúde do índio (CASAI) que se responsabilizam pelo encaminhamento à rede do SUS. Elas devem estar em condições de receber, alojar e alimentar pacientes encaminhados e acompanhantes, prestar assistência de enfermagem 24 horas diárias, marcar consultas, exames complementares ou internação hospitalar, providenciar o acompanhamento dos pacientes durante a sua permanência e o seu retorno aos locais de origem, mantendo-se informadas sobre o seu estado de saúde.

Os hospitais são responsáveis por receber a população indígena residente na cidade e aquelas oriundas das aldeias ou municípios vizinhos, sendo que essas instituições enfrentam vários problemas ao receber a população indígena devido à falta de estrutura dos hospitais para receber essa demanda, à falta de capacitação técnica e ao despreparo dos profissionais de saúde em lidar com as dimensões etnoculturais, a própria posição dos indígenas que vivem nas cidades de negar a sua identidade entre outras situações.

Um estudo recente da Fiocruz (2008) mostra que nas áreas urbanas de Manaus vivem em torno de 10 mil índios de 66 etnias, que vivem em condições extremamente precárias sob o ponto de vista

econômico, sanitário e ambiental. No estado do Pará, de acordo com Gonçalves (2010) vivem, atualmente, uma população estimada de 30 mil indígenas aldeados e 5.500 indígenas nos centros urbanos, os quais estão distribuídos em 41 etnias.

A presença indígena na cidade tem crescido a cada ano, mas o fato de uma grande quantidade de indígenas não estarem vivendo em situação de aldeados, não mais usarem adornos e pinturas corporais indígenas, não significa que eles deixaram de ser índios. O que ocorre é que no imaginário popular os indígenas que vivem na cidade “perderam sua identidade”, e devem, portanto, receber tratamento igual aos da sociedade envolvente, sem o devido respeito à sua condição de ser índio “em contato”.

Essa realidade pode ser percebida nas cidades da Amazônia, onde a política de saúde foi construída para atender aos indígenas que vivem nas aldeias, por outro lado, o grande número de indígenas que vivem nas grandes cidades como Belém e Manaus é atendido no sistema comum de saúde, por políticas executadas no âmbito das secretarias municipais e estaduais de saúde sem o devido respeito à sua diversidade étnica, o que representa um grande desafio para o planejamento e execução de políticas públicas. Soma-se a isso, o desconhecimento da questão indígena pelos governantes e técnicos indigenistas no trato da diversidade, de seus saberes ancestrais, o que contradiz a carta magna em vigor, no tocante ao atendimento da pluralidade étnica e cultural.

A mudança mais recente na política de saúde indígena foi a aprovação em agosto de 2010 do Projeto de Lei de criação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI) ligada ao MS, que substitui as atribuições exercidas pela FUNASA na execução das ações de saúde aos povos indígenas em todo território nacional. A SESAI tem como finalidade a proteção, a promoção e a recuperação da saúde dos povos indígenas e exercer a gestão de saúde indígena, orientar o desenvolvimento das ações de atenção integral à saúde indígena e de educação em saúde segundo as peculiaridades, o perfil epidemiológico e a condição sanitária de cada DSEI, em consonância com as políticas e programas do SUS.

Ela deve ainda coordenar e avaliar as ações de atenção à saúde no âmbito do Subsistema de Saúde Indígena; promover, articular e integrar os setores governamentais e não governamentais que possuam interface com a atenção à saúde indígena, identificar, organizar e disseminar conhecimentos referentes à saúde indígena e estabelecer diretrizes e critérios para o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações de saneamento ambiental e de edificações nos DSEI.

A criação da SESAI é uma reivindicação antiga dos povos indígenas de todo o Brasil. Mas apesar dessa novidade, diversos problemas permanecem. Os povos indígenas vêm cobrando melhorias na atenção à saúde indígena e denunciando as mazelas dos órgãos públicos na execução dos serviços. O atendimento diferenciado ainda parece ser uma incógnita, sobretudo para aqueles que vivem nas áreas urbanas. Ainda há inúmeros desafios a serem superados para execução de uma política de saúde indígena específica e diferenciada.

À guisa de conclusão

Sabe-se que apesar da histórica tentativa da sociedade nacional em dizimar os povos indígenas e transformá-los em um conjunto homogêneo na sociedade brasileira, eles sobreviveram em sua diversidade e em sua luta pela preservação de seus modos de vida. A demografia dos povos indígenas contrariou todos os prognósticos de que eles desapareceriam enquanto povo e cultura, porém, a surpresa veio sob forma de uma verdadeira revolução demográfica, afirmação e imposição de sua presença na sociedade brasileira enquanto povos cultural e etnicamente diferenciados (PAGLIARO, 2005).

A sobrevivência dos povos indígenas no Brasil deixa clara a capacidade desses povos e a relevância dos seus conhecimentos sobre a natureza. Levando em conta sua cosmologia, tradições e a forma como se relacionam com o ambiente demonstra que a presença dessas populações na Amazônia é sem dúvida imprescindível para a manutenção dos ecossistemas que por sua vez, reverbera nas condições de saúde.

É bastante significativo que “cuidar do corpo” e “cuidar da natureza” colaboram para a preservação da biodiversidade. A conservação ambiental, da maneira como concebemos na atualidade provavelmente não constitui/constituiu o objetivo primeiro do modo de viver indígena, até mesmo porque a noção de conservação ambiental atual é decorrente da ideia de crise ambiental, da necessidade de preservação/conservação da biodiversidade, que vem sendo perdida em virtude da adoção do modelo de desenvolvimento capitalista, com vistas à maximização do lucro.

Contudo, os saberes e práticas indígenas sinalizam para um estilo de vida que combina floresta em pé, manutenção da biodiversidade e satisfação humana. A adoção de tecnologias simples, menos agressoras, é outro fator importante para entender essa relativa harmonia entre homem e natureza.

Para se projetar, portanto, um sistema de conservação eficiente para Amazônia, é preciso levar em conta os saberes ancestrais das populações indígenas, é preciso mesmo, como advoga Diegues (2000), uma síntese entre conhecimento científico e tradicional. Assim, uma atitude que se espera dos cientistas da conservação e dos gestores das áreas de conservação é que se passe a valorizar a “bagagem” acumulada de conhecimentos e práticas das populações tradicionais, visto que, são eles, na ótica de Balée (1989), Posey (1984), Simonian (1997), os produtores/protetores de florestas e, conseqüentemente, dos demais recursos ambientais.

O estudo e aceitação dos saberes do “outro” sobre a natureza é um exercício difícil (ROUÉ, 2000), mas que precisa acontecer, pois a diversidade sociocultural, condição para manutenção da biodiversidade somente persistirá se as comunidades tradicionais forem respeitadas, se o usufruto de suas terras for a elas garantido. Do contrário, como afirma Diegues (2000), se um novo enfoque para conservação da natureza não for construído e implementado, assistiremos a destruição impiedosa de nossas florestas e também da diversidade sociocultural dos povos e comunidades que nelas habitam.

A “nova cartografia social” na Amazônia tem mostrado que os indígenas reivindicam direitos conquistados, mas, sobretudo, de serem índios com suas especificidades e diferenças e essa participação deve ser entendida como direito de participar dos bens e serviços produzidos, direito de serem respeitados em sua cultura e em seus modos de viver como bem lembra Souza-Lima (2005) não existe na atualidade planejamento governamental debatido com os povos indígenas porque não se pode propor e executar um único planejamento geral que leve em conta a sociodiversidade existente.

São necessárias condições políticas e morais para um diálogo intercultural que incorpore o local e o regional tendo como princípio o respeito à diferença. E esse deve ser o princípio básico de qualquer política indigenista – dentre elas a de saúde – comprometida efetivamente com a causa indígena. Pois do contrário, como afirmou Souza-Lima (2005) “arriscamo-nos sob as novas vestes da década (sustentabilidade, parceria, participação, capacitação etc) a repetirmos o pior da tutela e do clientelismo de Estado, reeditando prateleiras inteiras do nosso arquivo fantasmagórico”.

Diante da biosociodiversidade existente, as práticas de saúde para os povos indígenas exigem de legisladores, políticos, gestores e de trabalhadores de saúde uma atenção diferenciada em todos os níveis de atendimento. É necessário reconhecer que tão importante quanto à dimensão biológica e cultural é a dimensão política para que o conhecimento das populações, suas tradições e sua maneira de estar no mundo possam ser incorporados aos projetos implementados e que a conquista dos direitos dos povos indígenas possam ir além dos princípios e diretrizes constitucionais.

Referências

ALMEIDA FILHO, Naomar. A problemática teórica da determinação social da saúde (nota breve sobre desigualdades sociais em saúde como objeto de conhecimento). **Revista do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES)**. Rio de Janeiro, v.3, n.83, set. dez.2009.

- AMAZÔNIA.** Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/onde/amazonia/>>. Acesso em: 28 mar. 2011.
- ATHIAS; MACHADO. A saúde indígena no processo de implantação dos distritos sanitários: temas críticos e propostas para um dialogo interdisciplinar. **Cadernos de saúde pública**. Rio de Janeiro, mar-abril, 2001.
- AYRES, J.M.; BEST, R. Estratégias para a conservação da fauna amazônica. **Acta Amazonica** 9 (supl.). 2005. p. 81-102.
- AZEVEDO, M. Saúde reprodutiva e mulheres indígenas do alto rio negro. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 463-477, set./dez. 2009.
- BALÉE, William. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira. In: NEVES, Walter (Org.). **Biologia e Ecologia Humana na Amazônia: avaliação e perspectiva**. Belém: MPEG, 1989. p. 95-110.
- _____. Indigenous transformation of Amazonian forests. **L'Homme**, Paris, n. 33, 1993. p. 231-254.
- BIROU, Alain. **Dicionário de Ciências Sociais**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1982.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BRASIL. **Convenção sobre Diversidade Biológica**. Brasília: MMA, 2000.
- _____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde dos Povos Indígenas**, Brasília: Fundação Nacional de Saúde, Ministério da Saúde, 2002.
- _____. Fundação Nacional de Saúde. **Lei Arouca: a Funasa nos 10 anos de saúde indígena**. Brasília: FUNASA, 2009.
- CASTRO, Edna. Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais. In: CASTRO, E. & PINTON, F. (Orgs.). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e novas questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: CEJUP – UFPA – NAEA, 1997.
- CEMIN, Arneide. **A Escola Sociológica Francesa e suas presenças nas teorias do imaginário**, 2002 (mimeo).
- CONFALONIERI, Ulisses E. C. O Sistema Único de Saúde e as Populações Indígenas: Por uma Integração Diferenciada. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, p. 441-450, out.-dez.1989.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa: o sistema totêmica na Austrália**. São Paulo: Paulinas, 1989.
- DUTRA, M. Biodiversidade e Desenvolvimento Sustentável: considerações sobre um discurso de inferiorização dos povos da Floresta. In: Fernandes, M. & Guerra, L. (Orgs.) **Contra-Discurso do Desenvolvimento Sustentável**. Belém: UNAMAZ, 2003.
- FLEURY-TEIXEIRA, P. Uma introdução conceitual a determinação social da saúde. **Saude em debate**, v.33, n. 83, p. 380396, 2009.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Política Nacional de Atenção a saúde dos povos indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.
- GARNELO, L & SAMPAIO, S. Organizações indígenas e distritalização sanitária: Os riscos de “fazer ver” e “Fazer crer” nas políticas de saúde. **Cadernos de saúde pública**, Rio de Janeiro, jul-ago, 2005.
- GARNELO, L.; WRIGHT, R. Doença, cura e serviços de saúde: representações, práticas e demandas Baniwa. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 273-284, 2001.
- GÓMEZ-POMPA, Arturo; KAUS, Andréa. Domesticando o mito da natureza selvagem. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para conservação da natureza**. São Paulo: HUCITEC, 2000.

GONÇALVES, Rosiane Ferreira. **Autonomia e Sustentabilidade Indígena**: entraves e desafios das políticas públicas indigenistas no estado do Pará. 277f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

_____. **Entre o discurso oficial e práticas efetivas**: a educação escolar dos Tembé-Tenetejara do Alto Rio Gurupi/PA. 2004. 140 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

IANNI, A. M. Z. **Biodiversidade e saúde pública**: fronteiras do biológico e do social. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/gt/teoria_meio_ambiente/Aurea%20Maria%20Z%F6llner%20Ianni.pdf>. Acesso em: 5 Jul. 2011.

JUNQUEIRA, Carmem; PAGLIARO, Heloisa. O saber Kamaiurá e a saúde do corpo. **CADERNO CRH**. Salvador, v. 22, n. 57, p. 451-461, Set./Dez. 2009.

LAPLANTINE, François. **Antropologia da doença**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **O Pensamento Selvagem**. São Paulo: Nacional e EDUSP, 1989.

_____. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2 ed. 1985. p. 193-213.

MAINBOURG, E. M. T. População indígena da cidade de Manaus: condições de saúde e SUS. In: **Projeto de pesquisa**, Instituto Leonidas e Maria Deane, 2010.

MARQUES, Irânia Maria da Silva Ferreira. **A Política de Atenção À Saúde Indígena**: Implementação do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá - **Mato Grosso**. Dissertação de Mestrado, Fiocruz, 2003.

MAUSS, Marcel e DURKHEIM, Émile. Algumas formas primitivas de classificação. In: **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

MAYBURY-LEWIS, David. **A sociedade Xavante**. São Paulo: Francisco Alves editora, 1948.

MCGRATH, David. Biosfera ou Biodiversidade: uma avaliação crítica do paradigma da biodiversidade. In: XIMENES, Tereza (Org.) **Perspectivas do Desenvolvimento Sustentável**: uma contribuição para a Amazônia 21. Belém: UFPA/NAEA, 1997.

NEPSTAD, Daniel et al. Inhibition of Amazon Deforestation and Fire by Parks and Indigenous Lands. **Conservation Biology**. v. 20(1), p. 65-73, 2006.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Redução das desigualdades no período de uma geração**. Igualdade na saúde através da ação sobre os seus determinantes sociais. Disponível em: <www.oms.gov.org>. Acesso em: 12 Jan. 2012.

PAGLIARO, H; AZEVEDO, M.M.; SANTOS, R.V. **Demografia dos povos indígenas no Brasil**: um panorama crítico. In PAGLIARO, H; AZEVEDO, M.M; SANTOS, R.V. (Org.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ABEP, 2005. p.11-32.

POSEY, Darrell. Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição. In: OLIVEIRA, A. E.; HAMU, D. (Orgs). **Ciência Kayapó**: alternativas contra o extermínio. Belém: MPEG, 1992. p. 19-44.

_____. Os Kayapó e a natureza. **Ciência Hoje** 2(12), p. 35-4, maio/junho, 1984.

_____. Manejo da floresta secundária; capoeiras, campos e serrados (Kaiapó). In: RIBERIO, B. (Org.). **Suma Etnológica Brasileira**. v. 1. Petrópolis: Vozes, 1987.

ROUÉ, Marie. Novas perspectivas em etnoecologia: “saberes tradicionais” e gestão dos recursos naturais. In: DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). **Etnoconservação**: novos rumos para conservação da natureza. São Paulo: HUCITEC, 2000.

RUFFALDI, Nélio; PIRES, Rebeca. **Povos Indígenas no Pará e Amapá**. Belém: CIMI Norte II, 2002.

SALES, Noêmia Pires. **Pressão e Resistência**: os índios Tembé-Tenetejara do Alto Rio Guamá e a relação com o Território. Belém: UNAMA, 2000.

SANTILLI, Juliana. Biodiversidade e conhecimentos tradicionais associados: novos avanços e impasses na criação de regimes legais de proteção. In: BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Além da tutela: bases para uma nova política indigenista III**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.

SANTOS-LUCIANO, Gersem dos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

SANTOS-LUCIANO, Gersem dos. Povos indígenas e etnodesenvolvimento no Alto Rio Negro. In. ATHIAS, R. & PINTO, R.P. (Orgs.) **Estudos indígenas**: Comparações, interpretações e políticas. São Paulo: Contexto, 2008.

SCLIAR, M. História do Conceito de Saúde. **PHYSIS**: Revista Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 17 (1):29-41, 2007.

SIMONIAN, Ligia. Saber Local, Biodiversidade e populações tradicionais: perspectivas analíticas, limites e potencial. In: BELAS, Carlos Aroca & MOREIRA, Eliane (Orgs.). **Anais do Seminário Saber Local / Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia**. Belém, 2003.

_____. Políticas Públicas, Desenvolvimento Sustentável e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Maria Célia et al. (Orgs.). **Estado e Políticas Públicas na Amazônia**: gestão de recursos naturais. Belém: Cejup, 2000.

_____. Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual e perspectivas. **Simpósio Amazônia XXI**: agenda e estratégias de sustentabilidade. Belém: NAEA/UFPA, 1997.

SOUZA-LIMA, Antônio Carlos de. Os povos indígenas na invenção do Brasil. In. LESSA, Carlos (Org.) **Enciclopédia da brasilidade**: autoestima em verde e amarelo. 1 edição. Rio de Janeiro: Casa da palavra produção editorial, 2005.

SOUZA-LIMA, Antonio Carlos de; BARROSO-HOFFMANN, Maria (Orgs.). **Etnodesenvolvimento e Políticas Públicas**: bases para uma nova política indigenista. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / LACED, 2002.

TAMBELLINI, Anamaria Testa; SCHUTZ, Gabriel Eduardo. Contribuição para o debate do CEBES sobre a “determinação social da saúde”: repensando processos sociais, determinações e determinantes da saúde. **Revista do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde (CEBES)**, Rio de Janeiro, v.3, n.83 set. dez.2009.

TERRAS INDÍGENAS conservam a biodiversidade em quase 3,5 milhões de hectares de florestas. Disponível em: <www.cimi.org.br> e <www.direitos.org.br>. Acesso: 28 mar. 2011.

Cooperação internacional e comunicação do conhecimento na Amazônia



Neusa Pressler



Cooperação internacional e comunicação do conhecimento na Amazônia

Neusa Pressler

Introdução

Ao completar 20 anos da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento – CNUMAD e ao se aproximar o evento Rio + 20,¹ é importante uma reflexão sobre a experiência da atuação da cooperação internacional na Amazônia, especialmente após o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 (1995-2009) para evidenciar e difundir práticas e conhecimentos construídos desta relação. Esse Programa Piloto, uma iniciativa do governo brasileiro, em parceria com a comunidade internacional, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente- MMA (2009), se “constituiu no maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global”.

No desenho original do programa, propunha-se como objetivo “maximizar os benefícios ambientais das florestas tropicais, de forma consistente com as metas de desenvolvimento do Brasil, por meio da implantação de metodologias com base no desenvolvimento sustentável para contribuir com a redução do índice de desmatamento” (Brasil, MMA, 2009). O financiamento ficou garantido com doações dos países integrantes do ex-Grupo dos Sete – G7, da União Europeia e dos Países Baixos, complementadas com contrapartida do governo brasileiro, dos governos estaduais e de organizações da sociedade civil.

A República Federal da Alemanha – RFA se destacou, tanto pelos recursos financeiros de doação, quanto pelas iniciativas de cooperação técnica e pela contribuição nas fases posteriores do Programa. O Banco Mundial administrou o Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais – RFT (mecanismo criado para canalizar as contribuições dos doadores) e ainda presta assistência técnica. O MMA foi o responsável pela sua coordenação geral. O planejamento e a execução de atividades do Programa e de seus respectivos componentes envolveram uma série de parcerias, especificamente com órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, com movimentos sociais, organizações ambientais e com setor privado.

A Alemanha participou do PPG7 por meio de cooperação financeira e consultoria técnica em vários itens e fases, entre eles, Projetos Demonstrativos, Análise e Monitoramento e Corredores Ecológicos, Descentralização da Política de Recursos Naturais, Proteção das Terras Indígenas e Manejo Florestal e da Várzea. Segundo MMA (2009), o governo alemão também foi parceiro com Projetos Bilaterais Associados, apoiando dez dos quatorze projetos desse segmento. O trabalho do governo alemão, coordenado pela sua embaixada em Brasília, é desenvolvido pelo Banco Alemão de Reconstrução (KfW) e pela *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* - Agência de Cooperação Técnica Alemã (GIZ), a época denominada de GTZ. A Alemanha também contribuiu com recursos para formação do Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT). (MMA, Brasil, 2009).

A empresa GIZ, desde 2011, é a nova fusão das organizações alemãs *Deutscher Entwicklungsdienst* (Serviço Alemão de Desenvolvimento)- DED, *Internationale Weiterbildung und Entwicklung* (Capacitação

1 A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD ou, como é conhecida, Rio+20), será organizada conforme a Resolução 64/236 da Assembleia Geral (A/RES/64/236), ocorrerá no Brasil de 20 a 22 de junho de 2012. De acordo com a ONU a Rio+20 marca o 20º aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), realizada no Rio de Janeiro em 1992, e o 10º aniversário da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD), promovida em Joanesburgo em 2002. O objetivo da conferência é: “assegurar o um comprometimento político renovado para o desenvolvimento sustentável, avaliar o progresso feito até o momento e as lacunas que ainda existem na implementação dos resultados dos principais encontros sobre desenvolvimento sustentável, além de abordar os novos desafios emergentes”. Ver mais detalhes da conferência Rio+20 em www.onu.org.br/rio20.

Internacional e Desenvolvimento) -InWent e GTZ. Segundo o discurso do Embaixador Wilfried Grolig, por ocasião do encontro anual dos colaboradores da GIZ, em 15.06.2011, em Brasília, explicou o motivo da fusão das empresas e da mudança da nomenclatura de GTZ para GIZ:

é um projeto central de reforma voltado para a política de desenvolvimento deste Governo Federal! O objetivo é conjugar as forças da Alemanha na cooperação internacional, tornando-a mais eficiente, continuar melhorando o controle político do Governo Federal e – muito importante – apresentar aos nossos parceiros a GIZ como organização executora uniforme (GROLIG, 2011).

Este capítulo se originou da tese de doutorado intitulada “Discursos e práticas de comunicação da cooperação técnica alemã relativos a projetos socioambientais na Amazônia” defendida em setembro de 2010 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido – PPGDST do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA da Universidade Federal do Pará – UFPA. A pesquisa compreendeu o período de 2006 a 2010 e analisou as práticas de comunicação institucional da Cooperação Técnica para o desenvolvimento durante a implementação do PPG7 (1995-2009) na Amazônia. Essa pesquisa contou com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

O objetivo neste capítulo é apresentar uma parte da análise sobre a contribuição da cooperação técnica Alemã (GIZ) na Amazônia após o PPG7, considerando que a Alemanha foi o país que mais contribuiu com apoio financeiro e técnico. A análise busca também, por meio dos discursos sociais, apresentar a discussão de aspectos da comunicação do conhecimento sobre práticas ambientais na região. Para tanto este texto está estruturado da seguinte maneira: a trajetória da Amazônia na agenda global, os aspectos da atuação das agências de cooperação técnica Internacional, a comunicação e conhecimento na Amazônia e por fim as considerações finais.

A trajetória da Amazônia na agenda global

A palavra Amazônia é permeada de significados, valores e sentidos que vão além de seu espaço geográfico nos diferentes discursos². Em virtude desse sentido amplo, é necessário relacionar os conceitos de práticas discursivas³ e de interdiscursividade para compreender os conjuntos discursivos construídos sobre a Amazônia.

A imagem da Amazônia esteve sempre vinculada à temática ambiental. Desde os relatos dos viajantes europeus do século XVI aos dias atuais, no âmbito do mercado globalizado, o meio ambiente e a diversidade são os termos mais recorrentes nos diferentes discursos sobre a imagem da Amazônia na contemporaneidade.

As práticas discursivas, segundo (FOUCAULT, 1995, p. 153) “supõem um conjunto de regras anônimas, históricas e sempre determinadas no tempo e no espaço” que possibilitam compreender o espaço de interdiscursividade dos campos (político, econômico, ambiental e midiático) que construiu os diferentes significados e sentidos da Amazônia. Um deles foi consagrado, em 1955, quando foi “criada a Amazônia

2 A partir dos anos 1970, a Escola Francesa conceitua discurso como “práticas sociais”, determinadas por um contexto sócio-histórico, constitutivas do contexto social. Nesse modo de conceituar também proposto por Foucault (1995), o discurso é “um modo de ação ou uma forma em que as pessoas agem sobre o mundo e sobre os outros”. “É a maneira de representar a crença e o conhecimento” (PINTO, 2002, p. 26).

3 O termo prática discursiva é geralmente utilizado como variante de formação discursiva para destacar que o discurso é uma formação social. Isto é, em uma perspectiva de inspiração marxista ou em uma perspectiva pragmática. Nesta pesquisa, a prática discursiva é utilizada como conceituada por Foucault: “um conjunto de regras anônimas, históricas sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram, numa dada época, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT, 1995, p. 153). Assim, o discurso é o “lugar onde se materializam as disputas pelo poder e as ideologias” (FOUCAULT, 1995, p. 15).

Legal⁴”, enunciado administrativo político e jurídico concebido na ordem e “racionalidade” do planejamento do Estado.

A construção do campo discursivo e social sobre a Amazônia, invariavelmente enfatiza, a dimensão ambiental, pois é nele que se inspira e desenvolve a cooperação internacional. O histórico do campo discursivo compreende os enunciados e a construção de discursos que formam ou direcionam os sentidos que se tem sobre a Amazônia. Por sua vez, o aspecto ambiental sempre foi predominante, dominado por adjetivações (abundância, exuberância, riqueza) que se constituem em esquemas interpretativos permeados por visões preconcebidas. Assim, pode-se afirmar que, desde os relatos dos viajantes até a contemporaneidade, a imagem sobre o meio ambiente tem dado sentido e direcionado o discurso sobre a Amazônia.

Estes discursos, ações, agentes sociais e suas práticas possuem uma relação de anterioridade e também de simultaneidade com a participação da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento no contexto da agenda global. Mais recentemente, este campo discursivo e social vem sendo atualizado, nos enunciados, por termos ou expressões como desmatamento, degradação ambiental, zoneamento econômico e ecológico, biodiversidade, mudanças climáticas, preservação e o papel da Amazônia no equilíbrio do planeta.

A ênfase desse trabalho situa a Amazônia no contexto nacional sob o ponto de vista da evolução dos discursos construídos, a partir dos anos 1950 até o momento, quando ela se torna *locus* privilegiado e propício para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e desenvolvimento - CNUMAD em 1992. Com esta premissa, procura-se mostrar a complexidade desse campo composto por diversos agentes sociais nacionais e internacionais com diferentes interesses, muitas vezes, conflitantes.

Nesta direção, faz-se necessário recorrer e descrever a trajetória dos diferentes termos e expressões presentes em projetos de desenvolvimento ao longo do tempo e com base na história contemporânea ambiental. Nos estudos sobre os diferentes discursos midiáticos da Amazônia, Bueno (2002) e Dutra (2003) apontam que, historicamente, tem predominado um imaginário relacionado à temática ambiental. Esse imaginário simbólico relatado por viajantes europeus, de acordo com Gondim (2007), coincide com os discursos contemporâneos que apresentam a Amazônia como “exótica”, “terra incógnita”, “Eldorado”, “paraíso” e “natureza intocada”, dentre outras denominações. Nesta representação, os diferentes campos (político, econômico, ambiental e comunicacional) acabam por convergir em seus interesses na temática ambiental.

Sob este ponto de vista, a Amazônia destaca-se pela “natural grandiosidade”, pela “degradação ambiental” e pela desigualdade social, menos referida por meio de estudos científicos, em função do predomínio do discurso impressionista, presença constante da mídia local, da nacional e da global. Desta forma, houve maior repercussão à Amazônia, em especial, a partir da década de 1990, em que o desenvolvimento sustentável se firmou como tema das políticas econômicas globalizadas.

De forma resumida, a descrição histórica desta reflexão converge para o ponto de vista sobre a relação entre a comunicação do conhecimento e o desenvolvimento ambiental, tal como apontam Domingues e Petitjean (2000, p. 271)⁵. Desse modo, apresenta-se a visibilidade alcançada pela Amazônia nos diferentes campos, em especial, a relação com a cooperação internacional após os anos 1960 até a implementação dos projetos socioambientais no âmbito do PPG7.

4 A Amazônia Legal é uma área que engloba nove estados brasileiros pertencentes à Bacia amazônica e que conseqüentemente, possuem em seu território trechos da Floresta Amazônica. O governo brasileiro, com o intuito de melhor planejar o desenvolvimento social e econômico da região amazônica, instituiu o conceito de Amazônia Legal. Para isso tomou como base análises estruturais e conjunturais, reunindo regiões com problemas econômicos, políticos e sociais. Desse modo, a atual área de abrangência da Amazônia Legal corresponde à totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do estado do Maranhão (a Oeste do meridiano de 44° de longitude Oeste), perfazendo uma superfície de aproximadamente 5.217.423 km² correspondente a cerca de 61% do território brasileiro. A legislação e criação da Amazônia Legal ocorreu em 1955, por meio da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, (criação da SPVEA). Com essa Lei foram incorporados à Amazônia Brasileira, o Estado do Maranhão (Oeste do meridiano 44°), o estado de Goiás (norte do paralelo 13° de latitude sul - atualmente Estado de Tocantins) e Mato Grosso (Norte do paralelo 16° latitude Sul). Depois desse dispositivo legal, a Amazônia Brasileira passou a ser chamada de Amazônia Legal. Portanto, o termo e delimitação da Amazônia Legal foi consequência da necessidade do governo de planejar e promover o desenvolvimento da região. Em síntese, os fatores para a criação desse termo foram baseados na necessidade de planejamento político e não no determinismo geográfico (IBGE, 2011).

5 Em termos de interesse científico, desde a década de 40, havia intenção de se implantar um centro de pesquisa na Amazônia de caráter global, cogitado preliminarmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (DOMINGUES, 2009, p. 271).

Essa visibilidade é influenciada por vários fatores, entre os quais a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, em 1992, a Agenda 21 e a implementação do PPG7 - Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, em 1995 (Costa, 2006; HoMMA, 2003). A preservação da biodiversidade tornou-se a meta global, nacional e regional e os meios de comunicação passaram a divulgar as questões relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável, para “sensibilizar” a opinião pública em torno da discussão sobre a preservação do meio ambiente.

A produção de notícias na mídia e a circulação do tema Amazônia nos diferentes espaços geográficos possibilitaram a visibilidade dos agentes sociais em esfera global, tendo, desse modo, forte influência sobre a opinião pública dominante, nos debates públicos.

A partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD (1992), o debate, liderado por Organização Não Governamentais - ONGs internacionais e instituições de vários países, especialmente da Europa, ganha repercussão porque traduz os ideais sobre “desenvolvimento sustentável”, noção hegemônica e contestada e sobre a “preservação do meio ambiente”, resultado da pressão internacional sobre o Brasil com relação ao planejamento ambiental na Amazônia. A mídia do mundo inteiro usa diferentes enunciados referente à Amazônia, tornando-se senso comum associar à Amazônia a sua grandiosidade e a sua biodiversidade (FERNANDES, 2006).

Após esse momento, constata-se a construção de um campo⁶ ambiental transnacionalizado na Amazônia. De acordo com Viola (1999) e Fernandes (2006), na década de 1990, a Amazônia deixou de ser um tema limitado às questões de fronteira política e segurança nacional, passou a ser um complexo espaço multidimensional modelado por poderes e ações de agentes sociais transnacionais. Durante essa década, a Amazônia alcançou importância na agenda da política mundial. Nesse sentido, por meio das negociações da política externa brasileira, há a construção de um campo propício para as negociações sobre projetos ambientais.

A Floresta Amazônica transformou-se em um símbolo no campo ambiental ocidental e, com essa imagem, constituiu-se em um dos vetores principais da cooperação técnico-científica no cenário da globalização ecológica. Segundo Fernandes (2006, p. 156-157), isso não foi por acaso, “no imaginário ecológico internacional e nos centros urbanizados do país, a existência da Amazônia está vinculada à imagem simbólica da floresta”.

Vários membros como o Banco Mundial, a *The International Tropical Timber Organization* (ITTO), o *Global Environment Fund*- (GEF) e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) disponibilizaram os recursos diretos para projetos florestais, mas também há membros que buscam incentivos por meio de programas de trabalho e de outras estratégias como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)⁷ do Protocolo de Quioto, o programa de biodiversidade florestal da Convenção sobre Diversidade Biológica - CDB e a estratégia global da Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação.

O Tratado de Cooperação Amazônia, assinado em 1978, revitalizado pela criação da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), a Associação das Universidades Amazônicas – (UNAMAZ), fundada em 1987 e a implantação do Sistema de Informação da Amazônia – (SIAMAZ), em 1992, são instituições juntamente com um número significativo de ONGs e redes da sociedade civil nacional e

6 O conceito de campo faz parte do corpo teórico da obra de Pierre Bourdieu. Esta noção significa um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos sociais. O campo é o espaço de disputa e jogo de poder. Na conceituação de Bourdieu, a sociedade é composta por vários campos e espaços dotados de relativa autonomia e regidos por regras próprias. Em síntese, o espaço social é definido como um campo de forças em que ocorre um conjunto de relações de forças objetivas, impostas a todos os que entram nesse campo e irredutíveis às intenções dos agentes individuais ou mesmo às interações diretas entre os agentes (BOURDIEU, 1998, p.134).

7 O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) refere-se a um dos mecanismos de flexibilização criados no contexto das discussões e acordos do Protocolo de Quioto, cujo objetivo é auxiliar o processo de redução de emissões de gases do efeito estufa (GEE) ou de captura de carbono (ou sequestro de carbono) por parte dos países industrializados, que fazem parte do anexo I do acordo. Nesse acordo, os países em desenvolvimento podem implementar projetos que contribuam para a sustentabilidade que apresentem uma redução ou captura de emissões de gases causadores do efeito estufa, obtendo como resultado as Reduções Certificadas de Emissões (RCEs, ou na sigla em inglês, CERs). Desse modo, os RCEs emitidos pelo Conselho Executivo do MDL, podem ser negociados no mercado global. Ver mais detalhes sobre Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), (BRASIL, MCTI, 2012).

internacional que possibilitaram a interação, as trocas de experiências e os avanços institucionais entre os países da Pan-Amazônia. Essas relações institucionais resumem a atual configuração de diferentes interesses, experiências e discursos no campo ambiental da Amazônia.

Ancorado nesta imagem, a partir da década de 1990, o Brasil é apresentado e visto como referência à cooperação internacional pelas inúmeras vantagens que emergem de sua biodiversidade. Desse modo, a Amazônia torna-se um extenso espaço para investimentos e implementação de programas, projetos e pesquisas voltados para a preservação do meio ambiente e experiências sustentáveis. Assim, passa a configurar-se no campo da “globalização e da política ambiental”, como conceituado por Viola (1999):

[...] Entende-se por globalização da política ambiental as seguintes dimensões principais: 1- a transnacionalização em graus diversos dos atores nacionais da política ambiental nacional (agências governamentais, empresas, ONGs) combinado com o aumento da presença de atores plenamente transnacionais (ONGs transnacionais, corporações transnacionais, bancos multilaterais, agências da ONU, comunidade científica) produzindo a formação de clivagens e alinhamentos transnacionalizados. (VIOLA, 1999, p. 84)⁸.

A partir desta fase e com a implementação do PPG7, em 1995, juntamente com a pressão internacional, houve a formação de alinhamentos transnacionalizados dos agentes sociais nacionais e internacionais. Com a globalização da política ambiental, como citado por Viola (1999), a Amazônia passa a contar com a colaboração técnica e científica de fundos de cooperação internacionais que chegam à região propondo projetos ambientais.

Em decorrência destas participações e arranjos institucionais, grande parte dos projetos socioambientais na Amazônia, inclusive no âmbito do PPG7, está inserida em programas do governo e da sociedade brasileira, em parceria com países e instituições internacionais, que afirmam ter como finalidade desenvolver estratégias para a “promover o desenvolvimento sustentável e a preservação das florestas tropicais” (BRASIL, 2009).

O *slogan* passa a ser “promover o desenvolvimento sustentável e a preservação da floresta” presente nos discursos de diferentes mídias e no material promocional das Agências de Cooperação Internacional, ONGs e organizações que implementaram, a partir de 1992, os projetos socioambientais na Amazônia.

Sob essa descrição, a leitura bibliográfica aponta que, além das instituições internacionais que aportaram na Amazônia durante os anos de implementação do PPG7, há vários agentes sociais com diferentes interesses, notadamente, nos setores de energia, construção de estradas, agricultura. Há uma infinidade de empreendimentos e projetos atuando nessa área, mas destacam-se os mais recentes e polêmicos, os grandes projetos de usinas hidrelétricas, Santo Antonio e Jirau, no Rio Madeira, em Rondônia, Belo Monte e outras que constam no planejarneto do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC).

Desde 2002, posições críticas e diferenciadas a esses projetos são debatidas nos eventos que mobilizam agentes sociais, movimentos e organizações da sociedade civil nos Fóruns Sociais Pan-Amazônicos. A obra “Populações tradicionais – Questões de terra na Pan-Amazonia” organizada por Rosa Acevedo Marin e Wagner Berno Almeida (ACEVEDO MARIN, 2005), traz informações relevantes sobre este dilema na Amazônia.

O campo ambiental, de *commodities* e de negócios globais como as hidrelétricas, a mineração, o cultivo de soja e outros, há convergências e divergências de interesses nacionais e subnacionais de diferentes agentes sociais. Nesse campo, encontram-se os negócios sustentáveis (econegócios), a agricultura e negócios de subsistência dos povos tradicionais e os projetos socioambientais implementados pelo Governo, organizações da sociedade civil organizada e a cooperação internacional, Alemanha, EUA, Inglaterra, dentre outros

⁸ Ver mais detalhes da conceituação sobre a globalização e a transnacionalização na Amazônia em Viola (1999).

países que buscam acordos comerciais, científicos e ambientais na Amazônia. O confronto de interesses antagônicos, em alguns casos, tem provocado conflitos e implicações políticas, sociais e ambientais com os projetos que pretendem se desenvolver de forma sustentável.

Na convergência e na divergência de interesses, foi estruturado o trabalho da consultoria técnica alemã (GIZ) com objetivo de apoiar a implementação de projetos ambientais sustentáveis na Amazônia. Assim alguns países, por meios das suas agências bilaterais, como é o caso da Alemanha com a organização GIZ, – que atuava em projetos sociais na Amazônia desde 1987 (Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRORENDA 1987-2003)⁹ vai ampliar sua atuação na Amazônia e na Mata Atlântica brasileira, a partir do início da implementação do PPG7 (1995- 2009).

Desse modo, no âmbito do PPG7, a partir de 1995, esses projetos ganharam visibilidade e novos parceiros, pois foram ampliados para projetos socioambientais com objetivos baseados em metas globalizadas, incorporando os temas com enunciados do desenvolvimento do milênio propostos no ano 2000 pela ONU com nos arranjos internacionais para a preservação das florestas tropicais.

Nesse momento, essas ações passam a ser mediadas também pelas relações exteriores (Embaixadas) por meio de acordos e contratos com a Agência Brasileira de Cooperação- ABC, que juntamente com outros agentes sociais transnacionais, passam a fazer parte da mediação no campo ambiental da Amazônia no que se refere a projetos sociambientais e Cooperação Técnica Internacional.

A implementação do PPG7, na Amazônia (1995-2009), conforme MMA (BRASIL, 2009, p, 11), resultou no “desenvolvimento de abordagens e iniciativas inovadoras de cooperação internacional, direcionadas a problemas ambientais globais em uma estrutura institucional complexa, envolveu vários agentes sociais em acordo multilaterais”. Neste contexto, para melhor compreender a estrutura da cooperação internacional na Amazônia, é necessário descrever o papel e a importância dos principais agentes sociais envolvidos.

Essa reflexão se insere neste contexto de relações sob a luz das propostas de apoio da GIZ e na implementação de projetos socioambientais na Amazônia. Os consultores, técnicos e peritos da GIZ utilizam o termo apoio e afirmam que essa consultoria é “realizada por meio de relações intergovernamentais e a cooperação técnica alemã não tem projetos, apenas executam os projetos socioambientais na Amazônia atendendo uma demanda do governo brasileiro”.

A concepção do trabalho do PPG7 envolveu diferentes consultorias de vários países, desenvolveu “estratégias inovadoras de proteção e uso sustentável da Floresta Amazônica e da Mata Atlântica” para conter o desmatamento que atingiu níveis críticos, nos anos 1990. Este Programa que objetivou a “preservação de florestas”, realizou a capacitação de instituições envolvidas no processo e na implantação de projetos ambientais relacionados à melhoria da qualidade de vida das populações locais (povos da Amazônia). No protocolo institucional e de cooperação, o PPG7 foi considerado o “maior programa de cooperação multilateral relacionado a uma temática ambiental de importância global e o maior programa mundial para a proteção de florestas tropicais e manejo de seus recursos em um único país” (BRASIL, 2009b).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) (BRASIL, 2009b) e Alemanha (2003), esse Programa investiu cerca de US\$463,1 milhões em 26 projetos, com recursos, administrados pelo Fundo Fiduciário das Florestas Tropicais (RFT) e gerenciados pelo Banco Mundial, que vieram das doações dos países mais industrializados do mundo (G7), da Comissão Européia (CE), dos Países Baixos e de contrapartidas do governo brasileiro.

No documento oficial explica-se que “a contribuição internacional ocorreu por meio de cooperações financeiras e técnicas viabilizadas pela *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (GIZ) Agência Alemã para Cooperação Técnica) e pelo Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino

9 Ver mais dados sobre o Projeto PRORENDA e a cooperação técnica Brasil – Alemanha em Miranda (2004).

Unido (DFID)” (BRASIL, 2009b, p. 7). Observa-se que a Alemanha tornou-se líder nessa cooperação também por seu poder financeiro.

Na descrição dos principais agentes sociais, um dos mais importantes é a Agência Brasileira de Cooperação, cujo trabalho envolve a concepção, apresentação, mediação e monitoramento dos projetos de CTI. Essa discussão não só descreve seu papel na concepção e mediação dos projetos de cooperação internacional, como relata o contexto político e social, em que se deu a sua criação e estruturação do seu trabalho no contexto da CTI.

Com as mudanças e transformações sociais introduzidas no pós-guerra, entre 1945 e 1949, houve a inserção da CTI no sistema internacional que no início de suas ações, tinha como palavra-chave “ajuda” para a reconstrução da Europa com forte enfoque para o desenvolvimento. Entretanto, nesse campo, as duas superpotências Estados Unidos e União Soviética tinham a estratégia da montagem de seus sistemas de aliança (Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN e Pacto de Varsóvia) e a manutenção política das zonas de influência estruturada entre norte e sul. Desse modo, a CTI emerge em um contexto estratégico de relação de poder e, por essa razão, não tinha um único objetivo, mas interesses e metas distintas. Assim, suas atividades, por décadas, tinham objetivos dispersos, a merce do campo político.

As premissas iniciais da CTI estavam embasadas em três objetivos: 1. transferência não-comercial de técnicas e conhecimentos; 2. desnível quanto ao desenvolvimento alcançado por prestador e receptor; 3. estudos e pesquisas, execução de projetos em conjunto, envolvendo peritos, material bibliográfico, equipamentos e formação (treinamento) de pessoal.

De acordo com Cervo (1994, p.4), “a CTI foi formalmente instituída, de acordo com esse conceito original, pela Resolução nº 200 de 1948 da Assembléia Geral das Nações Unidas”. Nesta fase, a ONU lançava seu programa multilateral e, em 1949, os Estados Unidos apresentaram o Primeiro Programa de Cooperação Técnica Bilateral para os países subdesenvolvidos (o termo que se usava naquele momento), hoje denominado emergentes.

Assim, os Estados Unidos e depois vários países da Europa, em especial a Alemanha, passaram a se organizar politicamente para atuar na CTI. Em síntese, para esses países a CTI passa ser o espaço oportuno para juntamente com a “ajuda” construir uma imagem positiva, ampliar acordos comerciais e promover visões ideológicas.

A cooperação técnica para o desenvolvimento da Alemanha teve, início em 1952, na reconstrução do Pós-Segunda Guerra, com o intuito de estabelecer uma política de relações internacionais, mas para isso, o país desenvolveu uma nova estrutura política e econômica e ampliou suas relações comerciais, além das fronteiras da Europa e da América do Norte.

Seguindo a tendência da política externa mundial, o Governo Brasileiro, em 1950, teve a primeira iniciativa de implementar um Sistema de CTI, quando criou a Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT) - composta por representantes governamentais da Secretaria de Planejamento, do Ministério das Relações Exteriores e de ministérios setoriais, que teve como principal objetivo “estabelecer a prioridade dos pleitos de instituições brasileiras solicitantes de ajuda técnica do exterior, fornecida por países industrializados com os quais o Brasil mantinha acordos específicos de transferência de tecnologia sob a forma de cooperação” (BRASIL, 2009). A CNAT desenvolvia estudos relativos à participação do Brasil em programas de assistência técnica das Nações Unidas e também da Organização dos Estados Americanos.

A partir desse momento, a ABC foi se desenvolvendo e se estruturando como organização mediadora da cooperação internacional, se especializando e seguindo as tendências e os discursos da agenda global. Na implementação do PPG7, o papel institucional da ABC foi muito importante na conjuntura política, cuja prioridade das relações internacionais passou a ser a questão ambiental e, nesse contexto, a cooperação técnica exerceu um papel importante com base na experiência das diferentes fases de atuação da cooperação técnica internacional (CTI) no Brasil.

Alguns Aspectos da Atuação da Agência Cooperação Técnica Internacional

Ao longo da história das diferentes fases de atuação da cooperação técnica internacional no Brasil estão implícitos os discursos em torno da Amazônia e dos projetos socioambientais. Descrever o campo da cooperação técnica internacional (CTI), uma das vertentes da Cooperação para o Desenvolvimento, é penetrar nas relações Internacionais mediadas e supervisionadas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), órgão do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Essas relações, nem sempre harmônicas do ponto de vista da comunicação institucional, distorcem e, às vezes, *encobrem* os objetivos reais da relação entre o Brasil e a CTI, o que prejudica a difusão de aspectos positivos e negativos dos beneficiários da parceria.

Na definição da ABC, a CTI é “uma intervenção temporária destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico”. Essa intervenção tem como escopo principal minimizar ou solucionar problemas específicos identificados em determinados contextos, para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. Ainda com base nessa definição e nos manuais do Ministério das Relações Exteriores - MRE, as mudanças visam à capacitação para a formulação e expansão de políticas públicas e à diversificação da produção econômica do país, para melhorar os indicadores de desenvolvimento humano, por meio do uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, MRE, 2009).

Para a discussão das diferentes fases da Cooperação Técnica Internacional - CTI e seus principais agentes sociais no campo ambiental da Amazônia, é necessário primeiramente conceituar o papel e o objetivo das agências de cooperação internacional e das organizações não-governamentais. Essa questão, às vezes, não é tão clara e refere-se à diferença entre agência de cooperação internacional e ONGs. Na verdade, a agência é uma organização pública ou privada que representa um país, no exercício das atividades e, em alguns casos, trabalha com organizações sem fins lucrativos. Nessa conceituação, podem ser citados quatro exemplos de agências¹⁰: (1) Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development - USAID*¹¹, (1961), (2) *Department for International Development - DFID* e a (3) *Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH - GIZ* (1974) e *Institut de Recherche pour Le Développement - IRD*. Embora não seja objetivo desse estudo, mas considerando que exercem várias ações na Amazônia cabe ressaltar alguns aspectos histórico sobre o DFID.

Em 1965, no Livro Branco, base para o Reino Unido, constava o dever moral de desenvolvimento e o interesse de longo prazo do país. O seu trabalho era realizado pelo *Overseas Development Administration* (ODA), um setor dos Negócios Estrangeiros e da *Commonwealth*. No ano de 1970, ODA é dissolvida e o *Department for International Development* (DFID), com a imagem que se tem hoje, foi criado em maio 1997 como um departamento do governo, chefiado por um ministro.

No Brasil, as agências internacionais e ONGs têm atuações demarcadas que abrangem as décadas de 1960 a 1970 e, como já mencionado, todas as que atuam no Brasil têm contrato e autorização da ABC por meio do Ministério das Relações Exteriores. Essa atuação, segundo Pantaleón (2002, p. 238), pode ser dividida em três períodos. No primeiro as organizações, predominantemente religiosas com ações baseadas na militância política voluntária e humanitária, o segundo, a redemocratização e o terceiro, a capacitação.

A citação de Landim ilustra a explicação de Pantaleón (2002) e as características do trabalho do primeiro período,

¹⁰ Essas quatro agências e o Fundo Francês para o Meio Ambiente (EFEM) atuam em projetos ambientais na Amazônia seja em colaboração científica ou técnica. Ver história e dados institucionais sobre Agências de Cooperação internacional para o desenvolvimento nos sites/portais das respectivas organizações: (DFID, 2012; GIZ, 2012; IRD, 2012); USAID, 2012).

¹¹ A *Agency for International Development*, cuja sigla é USAID, foi criada em 1961 a partir de uma decisão do senado americano, o *Foreign Assistance* em setembro de 1961. A partir dessa data, os tradicionais programas de assistência externa dos Estados Unidos foram separados em militares e não militares. Em 3 de novembro de 1961 a AID foi criada por um decreto do Presidente John F. Kennedy. A GIZ teve sua fundação no mesmo ano e ambas a partir dessa data passam a atuar na América Latina. Ver mais detalhes sobre a comunicação institucional da USAID e da GIZ em seus respectivos sites.

Como esquecer a surpresa do primeiro contato, na casa das freiras no interior do Pará, com aquela gente de Igreja que lá vivia há tempos, com uma linguagem diferente na ação política, que me parecia de um humanismo profundo, dedicando-se à organização, no dia a dia, pelas bases, do “movimento de lavradores”, lá no meio do mato, num contato direto – e que eu imaginava culturalmente mais totalizante com cada trabalhador? Essa ação quotidiana, solidificada por laços sociais tradicionais, me impressionou. A situação dos pequenos agricultores, suas formas de economia e organização social, a sua pobreza e estado de ameaça, o sindicalismo rural começando a se reerguer [...]. (LANDIM, 1992, p. 12).

Na descrição de Landim (1992) o trabalho dos mediadores fundamentava-se na educação de base e no sindicalismo inspirados na Teologia da Libertação. Era o incentivo aos movimentos sociais que buscavam seus direitos por meio da organização sindical. O estudo de Landim “A Invenção das ONGs” (1992) argumenta que a partir da década de 1980, no Brasil, desenvolve-se a conscientização da necessidade de encontrar formas de parcerias entre o Estado e as organizações da sociedade civil na busca de soluções para as desigualdades sociais do país.

Buclet (2003) e Landim (1992) afirmam que as ONGs surgiram, no Brasil, desde a época do Brasil colônia, porém, a classificação de ONG está relacionada aos trabalhos filantrópicos desenvolvidos pela Igreja e em nada se parece com as definições encontradas nos princípios das ONGs atuais. No Brasil, as ONGs se organizam de forma mais expressiva após a década de 1970 (GOHN, 2005). O Banco Mundial, por exemplo, desde a década de 1980, tem dispensado atenções às ONGs de forma especial por acreditar que elas fazem um trabalho mais eficiente que as agências governamentais. É do Banco Mundial a seguinte definição de ONGs, “grupos e instituições que são inteiramente ou largamente independentes do governo e caracterizadas principalmente por objetivos humanitários ou cooperativos, em vez de comerciais”. (GOHN, 2005, p.18). Assim, o trabalho das ONGs passa a ser cada vez mais respeitado.

A Lei da Anistia, em 1979, caracteriza o início do segundo período. Há fatos importantes que maracaram a fase da redemocratização, sobretudo, o processo da Constituinte. De 1985 a 1988, viveu-se um período fértil de emergência de novos agentes sociais com a exigência do reconhecimento de novos direitos. Foi na edificação da democracia, que persistiram as desigualdades econômicas e regionais, daí a necessidade de democratizar o acesso à informação e à comunicação. Sob esse ponto de vista, a mídia, no Brasil, esteve e está concentrada sob o controle de alguns grupos e modela a opinião pública conforme seus interesses.

A fase da lei de Anistia ficou marcada pelas imagens do retorno ao país de vários brasileiros que, por motivos políticos, se exilaram. A volta dos exilados trouxe novos ideais de redemocratização, no âmbito político e social. Muitos deles se filiaram em novos partidos políticos e outros se engajaram nos movimentos sociais em prol da redemocratização e das diretas já. Os movimentos sociais com base nos movimentos sociais da Europa e na construção de sindicatos impulsionaram a redemocratização no país, juntamente com a promulgação da Constituição de 1988.

No terceiro período, o mais importante para essa discussão, é a participação de acadêmicos, da sociedade civil e do Estado na transformação das ONGs. Essa fase também coincide com o direcionamento das relações internacionais por meio das agências multilaterais, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD e Banco Mundial - BM, dentre outros. No desenvolvimento desse trabalho, no campo social, criaram-se instituições, como a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais - ABONG, (1991), comprometidas com setores populares. Nessa terceira fase, as agências de cooperação promovem ajuda jurídica e reintegração dos direitos. As agências internacionais juntamente com as ONGs deixam o trabalho de caráter filantrópico e objetivam desenvolver o capital social e o empreendedorismo com sustentabilidade socioambiental seguindo programas das agências multilaterais (BID, PNUD e BM). Uma das principais vantagens dessa terceira fase foi a amplitude de trabalho com as premissas do empreendedorismo no contexto globalizado.

Para Gohn, muitas ONGs foram criadas com objetivo de utilizar-se dos benefícios da razão social, sem fins lucrativos, como expressa a seguir,

Nos anos 1990 as ONGs ganham grande representatividade na sociedade: várias instituições de pesquisa e intervenção na realidade (por meio da elaboração de planos, projetos, campanhas etc., como o CEDEC e o CEDES em São Paulo, e o IBASE no Rio) passam a se definir também como ONG. O denominador comum das ONGs parece ser a sua razão social de fins não lucrativos. (GOHN, 2005, p. 55).

De acordo com o Banco Mundial, as ONGs podem ser divididas em quatro áreas de atuação: assistência e bem-estar, desenvolvimento de recursos humanos, capacitação e militância política, e políticas de amparo ou de proteção. Esta divisão não é muito eficaz quando se fala em América Latina, visto que as categorias de capacitação e militância política se fundem com políticas de amparo ou proteção, pois as ONGs de defesa dos direitos humanos e do meio ambiente também desenvolvem militância política.

Nas décadas de 1980 e 1990, as ONGs passam a trabalhar com projetos específicos, devido a ajuda recebida de outras entidades ou ONGs, o que faz delas dependentes dos recursos disponíveis, entretanto, na contra mão, faz também com que as ONGs se preocupem com seus produtos e com qualidade de trabalho.

Dentre as ONGs brasileiras mais importantes estão as cidadãs, embora as filantrópicas sejam mais numerosas. Para Gohn (2005, p. 35), as ONGs são “formas modernas de participação na sociedade brasileira: moderna, porque se organizam em torno dos chamados direitos sociais modernos; direito à qualidade de vida, à felicidade, à não-discriminação, à preservação do meio ambiente etc”. Com esse objetivo buscam combinar os valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e aspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão). São consideradas modernas por se constituírem em espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais.

As Organizações Não-Governamentais podem se apresentar sob a forma de quaisquer dos organismos existentes, ostentando qualquer dos vários títulos conferidos a esses organismos (filantrópica, OSCIP e organização social, entre outros). Este termo foi importado da Europa, cuja origem está na nomenclatura do sistema de representação das Nações Unidas. De acordo com a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), “não há no direito brasileiro qualquer designação de ONG. No código civil ou em outra lei, a sigla Ong, não será encontrada. Não há uma espécie de sociedade denominada ONG no Brasil, mas um reconhecimento, de cunho cultural, político e sociológico que está em vigor no mundo”¹².

A relevância dessa discussão está no fato de que as ONGs recebem apoio financeiro internacional e fazem parcerias com instituições do poder público e privado. Dessa maneira, tornam-se porta-vozes de uma ordem internacional globalizada. Nas assessorias e doações da ONGs são também incorporados os discursos de “geração de renda, negócios sustentáveis”. Com essa perspectiva ideológica constroem-se *slogans* com intensa polifonia e articulação, num campo de disputa com diferentes relações de forças e poder. E, assim, torna-se interessante compreender por meio do campo do terceiro setor e das ONGs a disputa de poder e de visibilidade no âmbito dos discursos das agências de cooperação internacional e sua atuação na Amazônia.

Na década de 1990, em especial depois de 1995, conforme MMA (BRASIL, 2009b), as ONGs e as agências de cooperação internacional passam a atuar conjuntamente com o poder público na implementação de projetos socioambientais na Amazônia, no âmbito do PPG7, visando, por meio da “capacitação”, promover o desenvolvimento de diferentes agentes sociais (organizações públicas e privadas e comunidades) para a contenção do desmatamento.

¹² É importante informar que essa definição foi retirada de fontes secundárias, especialmente em sites de organizações parceiras de ONGs, uma vez que não foi possível o acesso a documentos jurídicos sobre o termo Ver SEBRAE (2009).

Para o PNUD, responsável pela administração dos recursos de vários dos projetos da carteira do PPG7 e encarregado da contratação de pessoal e de consultores e da contabilidade das despesas relativas aos projetos, o termo “capacitação” contribuiu para a construção de vários discursos. Desse modo, esse termo é utilizado em quase todos os projetos, é emblemático e consta em vários documentos e no relatório final do PPG7 publicado pelo MMA (BRASIL, 2009b), de 60 páginas, e de 38 instâncias. Assim, torna-se um termo recorrente no âmbito do PPG7 e nas ações implementadas pelas agências internacionais na Amazônia. Nas práticas de comunicação do PNUD, como do PPG7, o termo capacitação faz parte do discurso polifônico preconizado pelo poder de várias vozes. (BAKHTIN, 2004).

Comunicação e conhecimento na Amazônia

Pode-se afirmar que o PPG7, entre 1992-1996, se estruturou entre os diversos níveis e instituições do governo nacional e internacional e da sociedade civil na busca de soluções para a implementação dos projetos ambientais na Amazônia. O período de 2001 a 2005 foi apontado como o desafio de ampliar experiências bem-sucedidas para subsidiar um conjunto de políticas públicas e estratégicas como divulgado no MMA (BRASIL, 2005). A fase final, compreendida entre 2005 a 2009, segundo o MMA (BRASIL, 2009), representou a “manutenção dos projetos e a consolidação de políticas públicas ambientais na Amazônia.

Por meio da política externa e do acordo de cooperação técnica formalmente iniciado em 1963, o governo da Alemanha desenvolveu projetos de cooperação técnica em várias regiões. Entretanto, essa longa relação institucional em programas sociais e ambientais, no Brasil, é praticamente desconhecida. Não se sabe, certamente, o porquê dessa invisibilidade, de uma atuação discreta, oposta das demais agências bilaterais que mantêm relações de cooperação técnica com o Brasil. Nas entrevistas e conversas informais, notou-se a distinção de perfil de trabalho, ou seja, essa relação aparece de forma recorrente nos discursos dos consultores ou peritos da GIZ e nas falas dos brasileiros que atuaram nos projetos em que trabalham norte-americanos, ingleses e alemães da GIZ.

Em um primeiro momento pareceu uma contradição o fato das atividades de cooperação técnica alemã não terem visibilidades. Mas, por quê? Chama a atenção o fato de tratar-se de um acordo público por meio das relações internacionais e com base nas estratégias da política externa do Brasil e da Alemanha. Além disso, considera-se, nesse tipo de acordo, o reconhecimento político e público vinculado aos princípios das ações de cooperação internacional, a isso ainda soma-se o acúmulo de capital social e simbólico dos agentes das organizações envolvidas.

Ao analisar os perfis dos profissionais sob o ponto de vista da categoria “capital social”, como conceituada por Bourdieu, observou-se, no âmbito das atividades dos consultores (mediadores) na execução dos projetos ambientais, uma outra realidade, ainda não revelada no manuais e cartilhas dessas organizações. Não se trata apenas de consultores com formação acadêmica, mas de profissionais com curso técnico, especialistas, mestrandos, doutorandos e pós-doutores que representando organizações internacionais (BM, BMZ, GTZ, KFW), em especial da Alemanha, escolheram a Amazônia para ampliar seus estudos técnicos e acadêmicos, e sua estabilidade econômica por meio dos projetos socioambientais.

Esse perfil de consultor, também pesquisador do campo ambiental, se apresentou de forma diferenciada do profissional que presta consultoria para área comercial que objetiva resultados imediatos em recursos humanos e na produção de produtos. O campo é lugar em que os agentes nele envolvidos se encontram em posição de concorrência e onde constroem certo capital simbólico. Na Amazônia, como campo ambiental de parcerias e acordos, esse capital foi distribuído conforme o peso da posição de cada agente. A estrutura do campo num dado momento foi determinada pela distribuição desse tipo de capital (BOURDIEU, 2004, p. 22 – 24).

Alguns estudos, como de Valente (2010), apontam como hipótese para essa invisibilidade, o fato do Brasil possuir “disponibilidade de recursos públicos e privados para aplicação em projetos sociais”, desse modo, “este tipo de intervenção internacional fica muito suscetível a críticas, sendo a discricão, portanto, a melhor das opções para dar continuidade às atividades de cooperação (VALENTE, 2010, p.34).

Apesar da relativa opacidade como explicado por Valente (2010) e também ratificado por esta pesquisa, no âmbito do PPG7, as práticas de comunicação das organizações alemãs foram construídas e produzidas de forma dispersa e sem a gestão de uma política de comunicação. Esse aspecto foi pouco percebido, pois ao chegarem à Amazônia trouxeram conhecimento tácito e racional de consultoria, método para projetos orientados por objetivos o *ZOPP*.¹³

De acordo com Bolay (1993), o Método *ZOPP* é a abreviatura alemã de Planejamento de Projetos Orientada a Objetivos, o qual examina, planifica e implementa a contribuição alemã aos projectos de cooperação técnica para o desenvolvimento, em acordo com o Ministério Federal de Cooperação Econômica (BMZ). Esse método baseia-se no marco lógico (*Logical Framework Approach*), um instrumento de planejamento, implementação e gerenciamento de projetos, desenvolvido para a USAID, no final dos anos 60.

Nos anos 70, foram desenvolvidas, com a metodologia da Metaplan técnicas de moderação e visualização nas quais se colocam, em um grande painel, fichas referentes aos objetivos e às metas pretendidos com o planejamento. Trata-se, segundo Bolay (1993), de um método de “dinâmicas de grupo” de origem franco-alemã que adota instrumentos de visualização, de trabalho e de moderação de grupos. Nessa metodologia, para estimular a comunicação e a visualização de “problemas”, usam-se fichas para os participantes escrevem o que pensam sobre os problemas e as soluções. Elas ficam em exposição em quadros e painéis para que todos os participantes leiam e se sensibilizem com as expectativas do outro. Um moderador, profissional de consultoria, que presta serviço à GIZ, coordena dinâmica de grupo para depois elaborar um planejamento orientado por objetivos.

O *ZOPP* foi introduzido pela cooperação técnica alemã, em 1983, quando a GIZ integrou e aperfeiçoou estes elementos em um sistema de procedimentos e instrumentos. Os elementos básicos do *ZOPP* têm o enfoque participativo, ou seja, a participação ativa no planejamento do projeto de todos os envolvidos (DONNER, 1998).

Esse método tinha como fio condutor o trabalho em grupo (equipe). Assim, havia um roteiro a ser seguido: (a) a visualização, documento por escrito sobre a contribuição dos participantes: (b) a moderação, assegurando imparcialidade na condução do processo: (c) o gerenciamento possíveis dos conflitos: (d) a gestão do projeto coloca em prática os planos estabelecidos. A principal característica do *ZOPP* era o procedimento gradual de uma sequência de etapas sucessivas e interligadas de planejamento, que pode ser resumida da seguinte maneira: (1) permanente visualização e documentação de todas as etapas do planejamento; (2) enfoque do trabalho em equipe; (3) lógica causal e relações de causa e efeitos e meio para determinados fins.

As etapas do *ZOPP* podiam ser enumeradas nas seguintes fases de análise: a) Análise da participação – identifica-se e descreve-se os envolvidos no contexto analisado; b) Análise dos problemas –identifica os problemas que cercam determinada situação para análise de suas causas e efeitos; c) Análise dos objetivos - os problemas são transformados em uma hierarquia de objetivos, em uma lógica de meios e fins, decorrentes de uma estrutura de causa – efeito; d) Análise de alternativas – identifica-se as possíveis soluções para o cenário analisado, os caminhos ou estratégias mais favoráveis para se atingir determinado objetivo.

Assim, as análises *ZOPP* de planejamento efetuaram-se por meio de todas as etapas de preparação e implementação do projeto; sua duração, grau de participação e intensidade são variáveis.

Ao iniciar-se um projeto, o comentário formal preliminar e o exame do projeto (na análise *ZOPP*) eram levados a cabo pela equipe interdisciplinar de planejamento na GIZ. Não obstante, para analisar os resultados do exame do projeto ou para o planejamento operativo, reorganização de planos ou sua atualização, o *ZOPP* o faz no lugar do projeto, de comum acordo com os participantes. É muito importante

¹³ ZOOP - Sigla alemã que significa *Zielorientierte Projektplanung*, que é um método de planejamento para projetos orientados por objetivos, de grande utilidade em níveis intermediários de organizações (BOLAY, 1993).

que a equipe de planejamento seja interdisciplinar e inclua tanto os contemplados pelo projeto como quem toma as decisões. A participação não só é importante para o processo de planejamento, como também um sinal do compromisso existente em frente ao projeto e por esta razão, uma condição para atingir o sucesso com bons resultados.

Assim, a GIZ ao introduzir o *ZOPP* pressupunha que o método facilitaria o diálogo sistêmico entre os participantes do projeto sobre os fins e objetivos da cooperação e também cumpriria a função básica no processo de aprendizagem mediante a análise das experiências conjuntas. Em síntese, o *ZOPP* foi considerado um instrumento para planejamento participativo, na medida em que orientava as necessidades dos parceiros e permitia a exposição de suas opiniões e contribuições, de forma transparente e objetiva. Dessa maneira, pelo Método *ZOPP*, a GIZ é identificada e percebida como uma organização com princípios da participação.

Na prática, houve várias críticas no Brasil à metodologia de participação aplicada em oficinas e seminários, com as fichas em painéis por serem indutivas e sistemáticas perante o perfil do pouco compromisso e da flexibilidade que predominou no Brasil. Durante a pesquisa em conversas informais, alguns consultores brasileiros da GIZ afirmaram que “esse método servia somente para os alemães e europeus”. Observou-se nas entrevistas que tudo se concentrava em torno da equipe que exercia o poder e controle e não nos agentes sociais com os quais se estabeleciam as relações. Como indica Bourdieu a “ilusão da participação”.

As críticas ao Método *ZOPP* referentes à eficácia dos modelos participativos adotados pela cooperação bilateral e à falta de flexibilidade de gerenciamento dos projetos da GIZ não se concentravam no Brasil. Em 2003, entrou em vigor outros formatos de consultoria de projetos, cujos procedimentos orientavam para metodologia de impactos, mudanças de estado, resultado de intervenção intencional, que garantia maior flexibilidade em relação aos resultados e, desse modo, esperava-se obter maior sucesso com os projetos desenvolvidos.

Segundo dois membros do *Internacional Advisory Group* - IAG, “os resultados da cooperação técnica não podem ser tão rígidos, pois são experiências e, em se tratando do PPG7 na Amazônia, são iniciativas sustentáveis”¹⁴. Sobre essa experiência, Valente (2010), afirma que

A partir de avaliações de resultados e de impactos, as agências disseminam experiências e implementam as metodologias e princípios de ação em outras regiões e realizam estudos comparativos. As práticas e discursos garantem a essas agências o know-how, o conhecimento que é instrumento de poder e capacidade de inserção em projetos de cooperação técnica no mundo todo. (VALENTE, 2010, p. 148).

Nesse campo de produção e disseminação de conhecimento, há contradições e crises a respeito da metodologia adequada e da disparidade de ideias, de conceitos e de propósitos. Assim, o Programa Piloto foi um desafio, pelo seu caráter de experiência multilateral, pela abordagem de temas até então polêmicos, pela falta de consenso nacional e pelo envolvimento de agentes sociais de segmentos distintos, exigindo contínuas reestruturações de gestão e ações decisivas dos participantes.

As entrevistas com consultores da GIZ e *GFA Consulting Group* revelaram que “as contribuições externas da cooperação devem estimular e impulsionar as iniciativas locais e não devem substituí-las”. Assim, conforme os princípios de conduta íntegra da GIZ e as falas das entrevistas, os consultores da cooperação internacional alemã receberam treinamentos para não questionar a diversidade cultural, ao máximo, promover a participação local. Essa fala também esteve sempre presente nas entrevistas dos consultores e também nas dos membros do *Internacional Advisory Group* - IAG entrevistados. Além disso, afirmaram que exercem a função de apoiadores e executores dos projetos ambientais e por isso não se sentem na obrigação de promover conhecimento por meio de uma prática de comunicação dialógica.

¹⁴ Entrevista concedida em Belém (PA), em 03/02/2009.

Apesar do objeto da consultoria técnica ser a implementação dos projetos socioambientais na Amazônia, o termo desenvolvimento, durante essa pesquisa, foi recorrente, de forma explícita ou implícita, em quase todas as práticas de comunicação institucional das organizações alemãs. Na missão da organização, a cooperação para o desenvolvimento e a transferência de conhecimento é a razão da existência do trabalho de consultoria técnica alemã.

Então, na política de cooperação para o desenvolvimento, a transferência de *know-how* é uma categoria importante como expressa pelo diretor da GIZ:

O aspecto mais importante nos projetos apoiado pela cooperação técnica alemã, seja na Amazônia pelos objetivos de ações ambientais sustentáveis ou em qualquer outro lugar o mais importante é a transferência de conhecimento de técnicas, tecnologias, não somente apoiar o financiamento ou doar equipamentos, se os consultores não transferirem conhecimento todo o esforço da cooperação será desperdiçado e em vão¹⁵.

A reflexão sobre essa atuação e experiência da cooperação internacional na Amazônia, especialmente, as práticas de comunicação, durante e após o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 (1995-2009), mostram que havia esmeradas publicações individuais em que a organização, ao informar dados técnicos, também obtinha mais visibilidade institucional. Assim, apesar da invisibilidade na mídia de massa as organizações envolvidas investiam verbas consideráveis para a apresentação de uma imagem institucional mais elaborada, como a série de Cadernos da Cooperação Técnica da GIZ, calendários e materiais técnicos (BRASIL, 2009). O quadro a seguir, com as publicações do MMA, ilustra essa afirmação.

Publicações do PPG7

Projeto	Edições
AMA	24
Corredores Ecológicos	12
GTA	11
PDA	19
PDPI	04
PPTAL	123
PROMANEJO	66
PROVARZEA	75 / 90
RMA	177/ 179
SPRN	11
Total	539

Elaborado pela autora com base nos dados do Catálogo de publicações do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: 17 anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica | BRASIL, 2009 c

Foram 539 publicações impressas, em papel *couche* e papel reciclado e disponível em CD-ROM, ao longo de 17 anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica. Constata-se que predominou a opacidade no modo de divulgar os dados e na forma discreta de informar porque o resultado escondeu as reais razões dos objetivos da cooperação técnica alemã para o desenvolvimento. Apesar do trabalho feito no campo socioambiental, nas imagens e nos enunciados dos documentos dispersos produzidos pelas organizações alemãs, há sinais de que prevaleceu o sentido do desenvolvimento. O termo desenvolvimento sempre implícito, mas de forma diferente em que aparece nas práticas de comunicação institucional no contexto da agenda global.

¹⁵ Entrevista concedida em Eschborn - GTZ, em 17/09/2008.

Ao consultar as 539 publicações do MMA verificou-se que a GIZ teve sua logomarca impressa em quase todos os exemplares, entretanto, essas publicações ficaram restritas aos agentes sociais da área de consultoria, instituições departamentos de secretarias de meio ambiente. A comunicação técnica no segmento da comunicação institucional cumpriu sua função estratégica, mas comunicação não é informação. Observou-se ainda que, apesar das cartilhas e do uso da comunicação aproximativa (reunião, *workshoring*, seminários, encontros e oficinas etc.), não houve adequação da informação para os diferentes agentes sociais, em especial às comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ribeirinhos etc. com conhecimento natural e tradicional, mas excluídos do letramento.

Sobre o letramento, estudos comprovam que uma pessoa pode ser alfabetizada e não ser letrada e vice-versa. O conceito de letramento pode ser entendido na explicação de Magda Soares, “No Brasil as pessoas não leem. São indivíduos que sabem ler e escrever, mas não praticam essa habilidade e alguns não sabem sequer preencher um requerimento”. (SOARES, 2007, p. 29). Para a autora, este é um exemplo de pessoas alfabetizadas não letradas. Essa explicação se configura com o fato da GIZ mediar agentes sociais junto ao poder público no preenchimento de requerimentos e documentos em sindicatos e entidades de base. Vários projetos tiveram essa colaboração, mas em especial o PDA por se tratar de crédito com valores não elevados extensivos a um grande número de agentes sociais.

De acordo com as descrições dos relatórios MMA e GIZ, grande parte dos 26 projetos socioambientais foram implantados em locais onde predominava esse perfil de agentes sociais. Além disso, algumas comunidades não possuem eletricidade e tampouco serviços públicos de saúde, transportes coletivos e coleta de lixo. O Estado do Acre foi contemplado com vários projetos do PPG7, lá cerca de 25 mil famílias vivem em regiões de difícil acesso e sem energia elétrica. A ausência de rede elétrica deixa essas pessoas isoladas e sem confortos básicos, como geladeira, rádio e televisão (BARBOSA, 2009).

Desprovidos dos serviços públicos básicos esses agentes sociais não recebem informações da comunicação pública. Assim, elaborar comunicação institucional com princípios dialógicos para esse perfil de público, requer mais estudos e análises que vão além das práticas de comunicação, considerando apenas emissor e receptor. Em termos de difusão da informação, estes aspectos não foram considerados nas práticas de comunicação da cooperação técnica alemã. Dados do IBGE apresentam números que corroboram com essa problemática do letramento na região norte e em todo o Brasil.

Taxa de analfabetismo em cada estado							
Estado	(%)	Estado	(%)	Estado	(%)	Estado	(%)
Distrito Federal	3,25	Santa Catarina	3,86	Rio de Janeiro	4,09	São Paulo	4,09
Rio Grande do Sul	4,24	Paraná	5,77	Mato Grosso do Sul	7,05	Goiás	7,32
Espírito Santo	7,52	Minas Gerais	7,66	Mato Grosso	7,82	Amapá	7,89
Rondônia	7,93	Amazonas	9,60	Roraima	9,69	Pará	11,23
Tocantins	11,88	Acre	15,19	Bahia	15,39	Pernambuco	16,73
Sergipe	16,98	Ceará	17,19	Rio Grande do Norte	17,38	Maranhão	19,31
Paraíba	20,20	Piauí	21,14	Alagoas	22,52	BRASIL	

Na contemporaneidade, discute-se muito a importância da comunicação e da informação, termos que, no senso comum, às vezes, geram dúvida quando compreendidos com o mesmo significado. Em resumo, o termo comunicação, como referenciado nessa pesquisa, tem em sua origem latina a significação de comunhão, de partilhar algo, mas também identifica o ato de fornecer o conhecimento de alguma coisa para alguém, ou seja, informar. Desse modo, a informação é o objeto a ser transmitido, enquanto comunicação significa relação. Então, não basta transmitir os dados, pois as pessoas, ao receberem uma mensagem, pensam e a decodificam (MARTINO 2003, p. 16).

A informação trabalha com o novo, com a novidade, com a notícia. Para alguns, autores “só informação quando traz um elemento novo de forma nova, pois informação é algo novo que vai ser adicionado ao nosso

conhecimento, ajudando a lidarmos e a aplicar a sociedade em que vivemos”. A informação é veiculada pelo processo da comunicação, mas nem tudo que é comunicado é necessariamente informação. Além disso, a comunicação e a informação só têm sentido para o receptor da mensagem se estiverem relacionadas com a vida prática e com o dia-a-dia das pessoas.

Miége amplia este conceito quando afirma que

Informação é um termo que designa o conteúdo do que é permutado com o mundo exterior à medida que nos adaptamos a ele e lhe aplicamos os resultados de nossa adaptação. O processo que consiste em receber e utilizar a informação é o processo que seguimos para nos adaptar às contingências do meio ambiente e, com eficácia, viver nesse meio. As necessidades e complexidade da vida moderna tornam mais exigente do que nunca tal processo de informação, e nossa imprensa, nossos museus, nossos laboratórios científicos, nossas universidades, nossas bibliotecas e nossos manuais são obrigados a satisfazer as necessidades de tal processo, ou, caso contrário não atingirão seu objetivo. Viver com eficácia é viver com uma informação adequada (MIÉGE, 2000, p. 30).

É com base nessa diferença, que foram analisadas as práticas de comunicação no contexto do PPG7, em especial, as elaboradas pela cooperação técnica alemã. Observou-se, nessas práticas, que a prioridade foi atingir o interesse da opinião pública com informações apenas de forma instrumental. Em se tratando de Amazônia, esse é um termo que desperta interesse do ponto de vista ambiental, mas como ficou evidenciado nessa pesquisa, nem sempre vem acompanhado de informação para os diversos segmentos da sociedade.

O campo acadêmico, científico e a cooperação técnica, mesmo com a finalização do PPG7 em 2009, continuam prestando apoio financeiro e de consultoria com pesquisas e na promoção de eventos que acontecem no âmbito das universidades e núcleos de pesquisas. De 13 a 14 de fevereiro de 2012 foi realizado a 1ª Oficina das Ciências Sociais Carbo-social + Carbioma no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA / UFPA, era um seminário aberto com cientistas que trabalham com a BR163 no Pará e no Mato Grosso. Havia cientistas brasileiros, consultores da GIZ e pesquisadores da Universidade Livre de Berlin.

Esses debates, assim como as pesquisas realizadas na universidade, ficam registrados apenas no âmbito interno das instituições e muitas vezes não contribuem para a produção do conhecimento, ficam restritos apenas aos agentes sociais da academia, ou seja, professores, pesquisadores e consultores internacionais. Essa prática não contribui para a inovação de atividades de preservação ambiental na sociedade.

Pesquisas realizadas com pequenos agricultores apontam que eles desconhecem as dificuldades e os problemas relacionados ao desmatamento e às mudanças climáticas, como verificadas pelos estudos de Brondizio (2008, p. 1803). Segundo esse estudo, “a falta de informação limita a capacidade de pequenos agricultores da Amazônia em se adaptar às mudanças climáticas”¹⁶.

Essa conclusão abrange a Amazônia no período de 1995-2009 e reflete justamente a pouca, ou quase nenhuma comunicação estabelecida, não só entre as instituições parceiras da cooperação técnica, como também em relação aos agentes sociais envolvidos nos projetos socioambientais, que em alguns casos nem sabem da existência da ABC, mesmo aquelas beneficiadas pelos acordos e pela mediação da CTI.

Cabe destacar, ainda, que esses dados apontados por Brondizio (2008) não são do campo da comunicação social e tampouco da própria CTI, mas de diferentes campos das ciências sociais e da antropologia. Portanto, a conclusão dos estudos de Brondizio (2008) resume a complexidade da distribuição desigual da informação, não só na Amazônia, como também em quase toda a sociedade brasileira.

O que podemos extrair da parceria da cooperação técnica alemã e sua atuação na Amazônia nos últimos 20 anos? O Embaixador Wilfried Grolig, resume o resultado dessa parceria afirmando que “a

¹⁶ A análise foi feita pelos pesquisadores Eduardo Brondizio e Emilio Moran, em artigo publicado na revista *Philosophical Transactions B, da Royal Society*, em edição dedicada à Amazônia. *Human dimensions of climate change* E. S. Brondizio & E. F. Moran (2008, p.1803-1809), versão online.

primeira Conferência Rio 1992 também foi a origem da cooperação entre o Brasil e a Alemanha na área da proteção climática e da biodiversidade. Essas duas áreas são e continuarão sendo as principais áreas de nossa cooperação. Portanto, a Alemanha permaneceu fiel aos objetivos do Rio 1992” (Embaixada, 2011). No discurso dirigido aos funcionários e parceiros da GIZ, não só enfatiza os objetivos da cooperação Brasil e Alemanha como também ressaltou aspectos positivos dessa cooperação.

Podemos dizer que nos últimos 20 anos conseguimos muitas coisas juntos. A política brasileira para o desenvolvimento sustentável está em ótimo caminho. As instituições ambientais brasileiras são hoje diferenciadas e eficientes. Na proteção de florestas tropicais houve imensos progressos, assim como na área das energias renováveis. Apraz-me o fato da Alemanha, através da cooperação para o desenvolvimento, ter prestado uma significativa contribuição nesses 20 anos! (GROLIG, 2011).

Essa parceria foi realizada com relativa opacidade, mas nas visitas e entrevistas pessoais nos escritórios da até então GTZ era possível perceber o salto equitativo dos agentes sociais (consultores e técnicos brasileiros) das instituições ambientais brasileiras, como também uma certa racionalidade na execução do trabalho. Por outro lado, nas entrevistas realizadas com os consultores e técnicos alemães havia uma certa admiração pela flexibilidade e otimismo dos brasileiros na concepção, implementação e impactos dos projetos socioambientais. Alguns consultores alemães afirmaram que, “não acredito que apoio ou ajuda dos projetos de Subprograma Projetos Demonstrativos - PDA possa mudar radicalmente as condições sociais dos pequenos produtores, mas uma coisa é certa, durante a preparação da documentação e no final do projeto ele aprendeu sobre seus direitos e assim acredito que mais que uma ajuda pessoal, estamos na verdade contribuindo para os movimentos sociais na Amazônia”.

Dessa maneira, observou-se que na experiência da agência de cooperação internacional GIZ, assim como de seus parceiros institucionais, as iniciativas locais, implantadas pelos projetos socioambientais na Amazônia, foram influenciadas por experiências sociopolíticas e por movimentos socioculturais. Mesmo com opacidade, certamente, sem o apoio da GIZ no Projeto Integrado de Proteção das Terras e Populações Indígenas da Amazônia Legal - PPTAL, as terras indígenas no Brasil não teriam sido demarcadas e as trabalhadoras do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) estariam ainda sem seus documentos de identidade rural e tampouco seria o movimento organizado que conhecemos hoje. Do mesmo modo, outras iniciativas juntamente com os discursos da sustentabilidade, biodiversidade, energias renováveis e tantos outros, não teriam acontecido.

É preciso também ressaltar que as expressões “biodiversidade”, “capital social”, “preservação ambiental”, “manejo sustentável” e “povos tradicionais”, implícitos nos temas da “agenda global”, foram disseminados em diversos enunciados e estão presentes nos discursos da comunicação institucional das CTI que promovem projetos socioambientais. Esse é um legado dessas relações, mas, essas informações aliada às práticas sustentáveis ainda não conseguiram atingir os diversos segmentos da sociedade. Essa reflexão fica para um dos debates da Rio + 20, porque mesmo com o grande volume de verba investido em projetos socioambientais a questão da comunicação do conhecimento para as práticas ambientais na região amazônica continua sendo um desafio.

Considerações Finais

A reflexão apresentada neste capítulo evidencia aspectos relevantes sobre a experiência da atuação da cooperação internacional na Amazônia, especificamente após o Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7 (1995-2009). O texto buscou também por meio dos discursos sociais discutir a importância da comunicação do conhecimento para as práticas ambientais na região que ficou e ainda fica restrita apenas aos consultores e técnicos como comprovado pelas publicações do MMA e dos parceiros.

A descrição das fases da cooperação internacional tem parcerias que remontam aos anos 1960/ 1970 e mostrou a contribuição do Brasil, colaborando com a abertura de relações internacionais para os negócios. Enquanto os discursos do Brasil eram o progresso e desenvolvimento, a Alemanha ampliava seu mercado para venda de seus produtos industriais e ao mesmo tempo, contribuía com a promoção da democracia nos países da América Latina.

Também discutimos a importância da informação sobre essa cooperação que atuou com uma comunicação instrumental e de forma superficial, sem visibilidade, alguns aspectos especiais constam em relatórios anuais. A comunicação para a difusão do conhecimento nesse campo ainda é um desafio para organizações brasileiras e estrangeiras, pois a Alemanha, apesar de todo aparato, revelou durante o PPG7, problemas de silenciamento e opacidade na forma de divulgar as informações.

Ao rever as estratégias de trabalho da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento, podemos afirmar que o PPG-7 foi um Programa que optou pela metodologia para soluções compartilhadas e que houve sucessivas negociações e relações de poder e comunicação institucional com opacidade e construção e desconstrução de discursos de vários campos antes e depois das decisões. Foram negociações difíceis na concepção, na implementação e na avaliação dos resultados que ainda não foram apresentados de forma clara e informativa para a sociedade, inclusive para os agentes sociais contemplados e envolvidos com o Programa, os povos e comunidades tradicionais da Amazônia.

Após a descrição do campo discursivo e social da Amazônia para rever a experiência da parceria e a produção de conhecimento da CTI e dos parceiros intergovernamentais na Amazônia, observou que alguns discursos foram construídos, e alguns enunciados ampliados e reconstruídos. Assim foi possível perceber que durante os vinte anos, pós CNUMAD de 1992, muitos discursos acabaram justificando os acordos e apoios da cooperação internacional e a parceria para a implementação dos projetos em torno dos termos ou expressões, biodiversidade, desenvolvimento sustentável, mudanças climáticas, cooperação para o desenvolvimento, proteção da floresta tropical, energias renováveis/eficiência energética, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD), e o mais recente que será introduzido e proposto pela ONU no Rio + 20, o *green economy*.

Embora as organizações internacionais tivessem boas intenções na implantação desses programas, na região Amazônica, inclusive alguns projetos no âmbito do PPG7 como PPTAL, Promanejo e ProVárzea, esta pesquisa constatou que nessa relação houve confronto de relação de força e poder, em virtude dos diferentes interesses dos diversos agentes sociais, em especial, das populações tradicionais.

Na descrição do papel das ONGs constatou-se o apoio financeiro internacional e as parcerias com instituições do poder público e privado. Dessa maneira, tornam-se porta-vozes de uma ordem internacional globalizada. Nas assessorias e doações da ONGs, são também incorporados os discursos de desenvolvimento sustentável, biodiversidade, proteção da floresta tropical, energias renováveis, mudanças climáticas, etc. Com essa perspectiva ideológica, construíram-se *slogans* com polifonia e articulação num campo de disputa com diferentes relações de forças e poder.

Com base na descrição dos problemas e do perfil dos agentes sociais, esse estudo por meio da pesquisa de campo no Brasil e o estágio na Europa identificou a falta de uma plataforma de intercâmbio de informações entre as diferentes formas de cooperação internacional alemã na Amazônia. Em especial, a ausência de uma comunicação específica para as atividades que desenvolvem a participação social e preservação do meio ambiente.

Autores e teóricos da comunicação sinalizaram que comunicação não é informação. A comunicação pressupõe a interação e o dialogismo (BAKHTIN, 2004). Sendo assim, a pluralização do debate ambiental deve ser uma das estratégias de comunicação social, para que os diversos povos que na Amazônia vivem compreendam as propostas reais das cooperações internacionais e o seu papel, para que se preencham as lacunas de domínio cultural e territorial. Os agentes das cooperações internacionais e as populações tradicionais da Amazônia devem ser parceiros para juntos construir uma realidade diferente e para que

a região seja um campo de diálogo e não de conflito. Nessa perspectiva é que se abrirá a possibilidade para a prática do desenvolvimento com liberdade, como proposto por Amartya Sen (2000).

E, apesar da comunicação não resolver todos os problemas sociais e ambientais da Amazônia, caso seja praticada de forma responsável e ética, pode contribuir para a formação de opinião e para a difusão do conhecimento possibilitando a construção de uma sociedade que priorize a participação social, a cidadania, e o equilíbrio do meio ambiente de forma sustentável.

Referências

ACEVEDO, Marin R. E. A.; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Relatório Técnico Final do Seminário Internacional Populações Tradicionais e questões de terra na Pan-Amazônia**. 2005.

Alemanha. Embaixada da República Federal da Alemanha. **40 anos de cooperação para o desenvolvimento Brasil – Alemanha**. Brasília, 2003.

Alemanha. Embaixada da República Federal da Alemanha [2012]. Disponível em: <www.brasilia.diplo.de>. Acesso em: 28 jan. 2012

BAKHTIN, Mikhail, **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução de Michel Lahud & Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

BOLAY, F. W. **Planejamento de Projeto orientado por objetivos: Método ZOPP**. Tradução de Markus Brose. Dinamarca: Deutsche Gesellschaft Für, PE, 1993.

BARBOSA, Denis. **Fogão alenhagera e eletricidade para moradores isolados na floresta**. Globo Amazônia, em Rio Branco. [2009]. Disponível em: <<http://www.globoamazonia.com/Amazonia/0,,MRP1184993-16052,00.html>>. Acesso em: 20 dez. 2009.

BRASIL, Ministério das Relações Exteriores- MRE. **Agência Brasileira de Cooperação-ABC**. Projetos socioeconômicos e ambientais. Brasília – DF: Esplanada dos Ministérios, Palácio do Itamaraty–Anexo I. Disponível em: <www.abc.mre.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2009.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Caminhos da sustentabilidade**, 2009. Disponível em: <http://argus.iica.ac.cr:19555/Documents/168_publicacao15102009043958.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2009.

_____. Ministério do Meio Ambiente - MMA. **Catálogo de publicações do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: 17 anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica**. Brasília: MMA, 2009a.

_____. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL)**. [2010]. Disponível: <<http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/4007.html>> Acesso em: 25 jan.2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRONDIZI, Eduardo. MORAN, E. F. **Small farmers in the Amazon Human dimensions of climate change: the vulnerability**. Revista Philosophical Transactions B, da Royal Society, em edição dedicada à Amazônia. [2008]. Disponível: <<http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/363/1498/1803.full.pdf+html?sid=13f36559-fa8d-41f9-943b-77fa5da121d5>> Acesso em dez. 2008.

BUCLET, Benjamin. **Les expérimentations des ONG en Amazonie Quel pouvoir pour quelle responsabilité?** 2003. Disponível em : <<http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/buclet.pdf>>. Acesso em : 3 jan. 2010.

BUENO, Magali, **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) [2003]. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses>> Acesso em 20 jan. 2012.

CERVO, Amado Luiz. Socializando o desenvolvimento: uma história da CTI do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 37, n. 1, 1994.

COSTA, Luciana. Miranda. **Comunicação & Meio Ambiente**: a análise das campanhas de prevenção a incêndios florestais na Amazônia. 1ª. Ed. Belém: Ed. da UFPA/NAEA, 2006.

DFDI. Department for International Development. Disponível <www.dfid.gov.uk/> Acesso em 25 jan.2012.

DOMINGUES, Heloisa. PETITJEAN, Patrick. Darwinismo na UNESCO: Paulo Carneiro, Julian Huxley e o projeto do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica (1946-1950) IN: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol(Org.). In: **Darwinismo, meio ambiente, sociedade**. São Paulo: Via Lettera; Rio de Janeiro: MAST, 2009, PP 271-292.

DONNER, Franciska. **Questões Fundamentais do Desenvolvimento Empresarial Unidade 04**. 1998. Disponível em: <http://www.deceex.ensino.eb.br/peg/Projetos/zopp_p.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2010

DUTRA, Manuel Sena. **A Natureza da Mídia**: Os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

FERNANDES, Marcionila; GUERRA, Lemuel (Org.). **Contra-discurso do desenvolvimento sustentável**. 2. ed. rev. Belém: Associação de Universidades Amazônicas; Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

GIZ, **Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ)**. Disponível em: <<http://www.giz.de/>>. Acesso em: jan.2012.

GOHN, M. G. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.

GONDIM, Neide. **A Invenção da Amazônia**. 2ª. Ed. Manaus: Valer, 2007.

GROLIG, Wilfried. **Discurso do Embaixador em 27 de setembro de 2011**. [2011] Disponível em: <http://www.brasil.diplo.de/Vertretung/brasilien/pt/11__Presse/Discursos/Discurso__Embaixador_20GIZ.html>. Acesso em: 20 jan. 2012.

HOMMA, A. K. O. **História da agricultura na Amazônia**: da era pré-colombiana ao terceiro milênio. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2003.

IBGE, Instituto Brasileiro Geográfico de Estatística – IBGE. País tem 14,6 milhões de analfabetos, aponta Censo 2010. [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>> Acesso em: 20 jan.2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Amazônia Legal [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Amazônia Legal [2010]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/tabela3.shtm>>. Acesso em: 28 jan. 2012.

IRD. Institut de Recherche pour Le Développement. Disponível: <www.ird.fr/> Acesso em: 25 jan.2012.

LANDIM, Leilah. **Relação entre ONGs e movimentos populares face a problemática do desenvolvimento e meio-ambiente**. São Paulo: ABONG, 1992.

MARTINO, *Luís Mauro Sá*. **Mídia e poder simbólico**. São Paulo: Paulus, 2003.

MMNEPA – Histórico do Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) [2010] Disponível em: <<http://mmnepablog.blogspot.com/p/historico-do-mmnepa.html>>. Acesso em: 20 dez. 2011.

MIÈGE, Bernard. **O pensamento comunicacional**. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

MIRANDA, Carla Leal Lourenço. **Relações internacionais e desenvolvimento local**: uma análise da cooperação técnica Brasil-Alemanha (1987-2003). 2004. 211 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, 2004.

PINTO, Milton Jose. **Comunicação e discurso**: introdução a análise de discursos. São Paulo, Hacker, 2002.

ONU. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD ONU, Rio + 20. [2012]. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/tema/rio20/>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 1a Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VALENTE, Renata Cursio, **A GTZ no Brasil**: Uma etnografia da cooperação Alemã para o desenvolvimento, Coleção 5 Antropologias, Rio de Janeiro: E Paper, 2010.

VIOLA, Eduardo. **A Globalização da Política Ambiental no Brasil**, 1990-98. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Brasília, DF. Anais. Brasília: SOBER, 1999.

USAID. Agency for International Development, Disponível em: <www.usaid.gov/>. Acesso em: 25 jan. 2012.

A Amazônia, a Universidade Federal do Oeste do Pará e a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável – Rio+20



Dóris Santos de Faria



A Amazônia, a Universidade Federal do Oeste do Pará e a Conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável – Rio+20

Dóris Santos de Faria

Introdução

O tema central desta publicação - “*História, Comunicação e Biodiversidade na Amazônia*” - tem uma contextualização bastante atual com a realização da *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO 2012*, que será realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho deste ano. Afinal, trata-se de uma Cúpula Mundial para analisar a questão ambiental na perspectiva da própria história destes encontros, com um potencial comunicativo imenso, do qual depende toda a mudança das atitudes mundiais, governamentais, comunitárias e pessoais, sem as quais os impactos de reuniões como estas ficam muito aquém dos pretendidos para uma real mudança nos padrões de degradação ambiental que o ser humano vem impingido ao meio em que vive. Para tal, além do próprio conhecimento acumulado sobre os problemas, a reformulação das políticas e a formação de novos hábitos e comportamentos dependem de amplas campanhas de esclarecimento, colocando a questão da comunicação, especialmente social, num patamar relevante como os da educação, ciência e tecnologia. A região amazônica é um ícone para este desafio, pois se trata das últimas grandes fronteiras florestais preservadas sofrendo uma imensa pressão predatória em nome da economia nacional e do desenvolvimento do país. Não haverá biodiversidade futura sem que haja a integração dessas demandas consideradas estratégicas para a sustentabilidade do desenvolvimento mundial e das nações envolvidas, especialmente amazônicas.

O problema mais grave em relação a esta região é que, na falta de um projeto de nação para o Brasil, também falta um projeto para a Amazônia. Lamentavelmente a Política Ambiental Brasileira vem sendo determinada em função das grandes pressões das *Organizações Não Governamentais* – ONGs, nem sempre identificadas com os interesses nacionais, e o estado brasileiro ainda fica a reboque dessas condições. Em contrapartida, no cenário atual tampouco podemos considerar que haja, de fato e com poder, algum setor amazônico com potência suficiente para assumir um papel de maior protagonismo histórico inovador. As universidades, por exemplo, tem estado amorfas sobre os temas em questão, os políticos desinteressados e ausentes, se não voltados para seus próprios interesses, alguns inclusive muito inescrupulosos com a coisa pública. Sermos capazes de formular um projeto para a Amazônia que surja de suas forças endógenas e atenda aos interesses do desenvolvimento nacional ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que também respeite os legítimos interesses da humanidade é o grande desafio deste século para a região e ainda não podemos ser otimistas quanto a isso...

Amazônia é um assunto tão grave – internamente no Brasil e externamente, para o mundo – que, somado a esta falta de referência à região na maior reunião mundial sobre o tema, há que se tentar algo, como incluir alguma sinalização dos organismos internacionais positiva para o desenvolvimento sustentável local. Acresce-se ainda mais a gravidade quando, mesmo no Brasil, seu governo acaba de incorrer num erro como o da criação de um *Centro de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia fora dela*, no caso no Rio de Janeiro, para o qual a realização de tal Cúpula não pode servir de justificativa para além do período da citada reunião. Não há justificativa aceitável para tal! Tampouco para que os nomes de especialistas sobre a região existentes nas instituições locais não façam parte de empreendimento de tal envergadura.

Conforme o documento resultante do “1º Encontro da UFOPA Preparatório da Rio+20”, na perspectiva da criação de um Centro de Sustentabilidade da e na Amazônia para enfrentar o enorme desafio

do desenvolvimento sustentável na região norte do país, o BNDES já havia realizado reuniões, em fins da primeira década deste século, com um grupo de instituições interessadas (G12) na elaboração de uma proposta voltada para o estudo e pesquisa de indicadores sócio ambientais, contabilidade verde e balanços ambientais que também deveria constituir-se num pólo central de uma rede de dados e informações produzidas sobre a Amazônia. Inicialmente concebido como um projeto denominado “A Amazônia no Terceiro Milênio”, o primeiro esboço do referido centro, este contemplaria, em suas discussões: a situação da economia amazônica, contabilidade verde, indicadores ambientais de desenvolvimento sustentável, taxa de poupança genuína e as relações entre eles e a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável, valoração de ecossistemas e dos serviços ambientais, experiências internacionais e parcerias institucionais. Dentre as outras importantes instituições da região, como o INPA, a UFPA, UEA, UFAM, também deveriam estar presentes o IBGE, SBPC, FGV, USP, UFRJ, FIERGS, UNDP, CEPAL, além do próprio BNDES, o anfitrião. Nesta empreitada juntaram-se órgãos governamentais mais relacionados ao tema, como o MCT e o ICMBIO. Naquela oportunidade identificou-se como muito importante que a localização fosse pensada **fora dos grandes centros urbanos regionais**, daí o surgimento de interesses da UFOPA, cuja sede está em Santarém, no Pará, Baixo Amazonas, na junção com o Rio Tapajós, coração centralizado da região no país.

No cenário regional, relativos aos (9) países amazônicos, a *Organização do Tratado Amazônico – OCTA*, a partir da revisão de seu Plano Estratégico (2004-2012) definindo prioridades, propõe uma nova agenda estratégica para a região e agendas de cooperações temáticas com orientações para a construção de uma visão integrada regional da Amazônia, ampliando as ações para reduzir e monitorar o desmatamento, melhor aproveitamento dos recursos florestais sustentáveis; preservação e conservação da biodiversidade, fortalecimento dos mecanismos institucionais e políticos para os povos indígenas; proteção, gestão e preservação dos recursos hídricos, geração de ações para segurança alimentar e erradicação da fome, coordenação de vigilância em saúde ambiental nas áreas de fronteira, promoção do Ecoturismo, Agenda Regional em C&T e incremento das negociações internacionais¹.

O que há de mais importante no cenário mundial sobre o tema ambiental é a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – RIO 2012* ou *Rio+20* – em referência aos 20 anos passados da que antecedeu a todas, a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Rio 92*. Neste ano, mais uma vez, o mundo estará discutindo sobre a sustentabilidade do desenvolvimento das nações. Irão (re) avaliar a situação atual quanto aos acordos então assinados naquela Conferência Mundial de 1992, daí o título *Rio + 20*. Será a segunda reunião após aquela que serviu de marco para este tema, dado que houve a *Rio + 10* em Joanesburgo, África. O cenário não tem sido nada alentador, pois os avanços nas diversas conferências da ONU têm sido menores do que se almeja, basicamente pelo não alcance de alguns pontos acordados pelos países membros da entidade, que é a organização promotora de todas as cúpulas. Em todas elas o tema da Amazônia não tem tido o destaque merecido, especialmente agora, nas reuniões preparatórias e nos documentos oficiais desta *Rio+20* que, afinal, no tempo atual, será a mais importante reunião de cúpula mundial sobre a questão ambiental. Pela análise destas podemos prever que talvez alguns dos pontos identificados pela OCTA poderão até estar sendo atendidos no documento final da *Rio+20*, mas possivelmente só mesmo como proposições gerais mundiais e não regionais.

Assim é que, sobre o tema da *Rio+20*, a *Universidade Federal do Oeste do Pará/UFOPA* – criada em 2009 com a missão de servir ao interior da Amazônia – organizou dois encontros², um em Brasília (abril de 2011) e outro em Santarém, Pará (janeiro de 2012), cujos resultados são objeto de documentos em produção. Tomamos como base para o posicionamento da UFOPA em relação ao tema, os resultados da primeira reunião preparatória. O da segunda, em elaboração, é complementar e será objeto de nova publicação.

1 Herman Gómez, da OCTA, na Primeira Oficina Preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio 2012) – UFOPA-CAPES, Brasília, 25 e 26/04/2012.

2 “Primeira Oficina da UFOPA Preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio 2012/ UFOPA-CAPES, Brasília, 25 e 26/04/2011” e “Encontro das Instituições da Região Norte Preparatório para a Rio+20/UFOPA-CAPES, Santarém, 20 e 21/02/2012”.

As duas primeiras conferências mundiais sobre o Desenvolvimento Sustentável, anteriores à Rio+20: Rio de Janeiro, 1992 e a Rio+10, em Joanesburgo, na África, 2002.

A *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento*, realizada no Rio de Janeiro em 1992 – **Rio 92** foi considerado o mais importante marco para a reflexão mundial sobre o meio ambiente e as estratégias para um desenvolvimento sustentável. A partir desta passou a existir uma dinâmica mais ativa das sociedades, com a criação de inúmeras organizações da sociedade civil, principalmente nos países em desenvolvimento, muitas delas relacionadas com a conservação das florestas tropicais. Foram realizadas três grandes Convenções que, apesar da grande projeção obtida, puderam avançar muito pouco nos acordos: a de Clima, a de Biodiversidade e a que tratava sobre a Desertificação potencial de algumas áreas do globo, suas consequências e alternativas possíveis. Não entraremos na análise destas convenções, mas somente a alguns aspectos de maior relevância das duas primeiras (Conferências sobre Mudanças Climáticas e sobre Biodiversidade), devido à sua relação mais direta e imediata com a Amazônia, mas não que a terceira não tenha, pois tem muito, mas por economia de texto não a abordaremos. Todas as informações relativas a elas foram retiradas da página eletrônica da ONU³.

Conferências sobre as Mudanças Climáticas

Primeiro grande passo político dos países-membros da Organização das Nações Unidas para discutir as mudanças climáticas, esta Conferência foi criada na Rio 92 com o principal objetivo de reunir esforços para estabilizar as concentrações de gases de efeito de estufa em níveis que não impliquem alterações climáticas perigosas. Conforme o documento oficial citado, a Convenção entrou em vigor em 1994 e atualmente possui 192 países signatários, definindo conceitos, princípios e obrigações que realizem seus objetivos mundiais por meio de “Conferência das Partes (COP)” que se reúnem anualmente para avaliar, traçar novas ações e acordos nesta direção. O Brasil foi o primeiro a ratificar a Convenção do Clima, em 1994, sendo um dos países com maior protagonismo nas negociações⁴.

A questão florestal transitou entre as Conferências de Kyoto (COP-3, 1997) e Bali (COP 13, 2007). Previa inicialmente metas de redução de 5% das emissões de gases de efeito estufa em relação aos índices de 1990 até o período entre 2008 e 2012. Em 2001 os EUA acabaram não ratificando o acordo, dele retirando-se. Contudo, a entrada em vigor deste acordo terminou por acontecer em 2005 (COP 11), com a entrada da Rússia, complementando os 55 países que somavam 55% das emissões globais de gases do efeito estufa.

Em Bali, foram estabelecidos compromissos sobre novos padrões de controle e acompanhamento da redução das emissões causadas pelo desmatamento das florestas tropicais, para o novo acordo de substituição ao de Kyoto. Também se deu a implementação efetiva do “Fundo de Adaptação” para que países mais vulneráveis à mudança do clima possam enfrentar seus impactos. Mesmo que ainda sem os dados das fontes de recursos, foram definidas as diretrizes da cooperação dos países mais desenvolvidos para a utilização de tecnologias limpas pelos países em desenvolvimento. Ainda que nesta COP 13 de Bali tenha sido aprovado este Plano de Ação e estabelecido o processo de negociação para a implementação da convenção, a prevista conclusão na COP 15, em Copenhague, não foi alcançada, tendo sido postergada a produção de um novo acordo. Em Cancún (COP 16), no ano seguinte, foi anunciado um tímido acordo em que há grandes omissões, imperdoáveis, como o silêncio e a inação a respeito das urgências dos povos diante de um grande risco de aquecimento global. Por exemplo, é feita somente menção a cortes nas emissões de gases (entre 25% a 40% até 2020) e nada mais...

No caso específico da Amazônia, há consequências sobre o destino de sua floresta tanto no que diz respeito a relações com modelos tradicionais de desenvolvimento e produção energética relacionados com o desmatamento, quanto ao mercado de carbono que a economia verde agora está implantando. O fato é

³ Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 20 fev. 2012.

⁴ Disponível em: <www.onu.org.br>. Acesso em: 21 fev. 2012.

que, sob o controle do Banco Mundial, o próprio fundo mundial do clima está gerando muita controvérsia, principalmente porque os empréstimos geram muito endividamento e desigualdades sociais, quando a expectativa era de que estes recursos fossem a fundo perdido. No entanto, se por estes aspectos o acordo gerou preocupações, por outro, mostrou positivamente que ainda poder haver a possibilidade de acordos, já que nas convenções isso tem estado muito desacreditado, especialmente o Protocolo de Kyoto.

Assim é que se busca, com os princípios acordados, incrementar a cooperação entre os estados nacionais, com responsabilidades comuns e diferenciadas em prol da preservação ambiental e da busca do desenvolvimento sustentável, com a colaboração especialmente dos mais ricos com os mais pobres, no fortalecimento da capacitação endógena para o desenvolvimento sustentável, com intercâmbio de conhecimentos científico-tecnológicos, inclusive com transferência de tecnologias novas e inovadoras. Esta cooperação deve dar-se sob a égide dos princípios da Carta das Nações Unidas (ONU), ou seja, sob o espírito de parceria com boa fé e resolvendo-se pacificamente as disputas existentes.

Conferências sobre a Diversidade Biológica

Na *Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica* realizada no Rio de Janeiro em 1992 foram definidos diversos aspectos a serem cumpridos pelos países, com aprovação nos respectivos Congressos Nacionais. Teve como objetivos:

*a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, mediante, inclusive, o acesso adequado aos recursos genéticos e a transferência adequada de tecnologias pertinentes, levando em conta todos os direitos sobre tais recursos e tecnologias, e mediante financiamento adequado*⁵.

São intensos os processos de extinção das espécies que, associados ao grande desconhecimento da biodiversidade do planeta, especialmente nas regiões tropicais, dão indicações claras de que o tema merece muito mais atenção dos órgãos internacionais e estados nacionais do que tem recebido.

O ano de 2010 foi estabelecido pela UNESCO como o **Ano Internacional da Biodiversidade**. Além de chamar a atenção do mundo para os inúmeros e inadiáveis aspectos relativos à proteção da biodiversidade, foi também o ano em que se realizou, em Nagoya, no Japão, a importantíssima *Convenção de Diversidade Biológica/CDB da ONU - COP 10*, quando os 193 países firmaram o *Protocolo de Nagoya*, documento síntese das negociações nesta conferência das partes: acordo sobre as normas para uso dos recursos genéticos provenientes da biodiversidade, garantindo os direitos dos países e, inclusive, o seu direito a *royalties*, no caso de exploração estrangeira, incentivo a pesquisas em biotecnologia, valorizando os conhecimentos das populações tradicionais e contribuindo para reduzir a biopirataria; um Plano Estratégico para o período de 2011 a 2020 visando a redução da perda de biodiversidade (aumento nesta década das áreas terrestres protegidas/unidades de conservação, dos 12% atuais para 17%, e dos ecossistemas marinhos de 1% para 10%); e um fundo de recursos para a implementação das ações de conservação da biodiversidade, ainda sem clareza quanto as fontes e a continuidade do debate entre os países ricos e pobres em relação às responsabilidades no financiamento das ações; bem como o aumento nos orçamentos nacionais para os Ministérios do Meio Ambiente, especificamente para as áreas protegidas. Os EUA não participam destas convenções. Entretanto, curiosamente, foi também o ano em que o Brasil – país protagonista na CDB - retrocedeu, do ponto de vista ambiental, com a assinatura do novo Código Florestal. Enquanto o mundo avançava em direção a um futuro mais sustentável, nosso país retrocedia...

Houve resistência das indústrias farmacêuticas dos países desenvolvidos que, afinal, conseguiram que os efeitos dos acordos não fossem retroativos, muito embora não estejam excluídos de investigação os casos

⁵ Brasil, MMA, 2000. Convenção sobre a Biodiversidade. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992.

de apropriação indevida, mas ficou garantida a repartição dos lucros com quem desenvolveu os estudos de flora e fauna aplicados à fabricação de medicamentos e cosméticos, inclusive para as comunidades tradicionais cujos recursos genéticos tenham sido utilizados.

Para o fortalecimento das políticas públicas nacionais - integrando não apenas ações de conservação, mas também aumentando e aprimorando a sensibilização das sociedades sobre o valor do uso sustentável da diversidade biológica, bem como sobre os riscos associados ao seu esgotamento -, a mídia passa a ser um ator central, não só para a difusão de informação, mas também contribuindo na construção de sentidos e valores da sociedade para que novos padrões de comportamento e consumo sejam estabelecidos.

Assim é que, mesmo com a continuidade da polêmica entre os países pobres e ricos quanto ao maior compromisso na contribuição financeira daqueles que causaram os danos ambientais passados devido a seus modelos de desenvolvimento predatórios e diferentemente das convenções de mudanças climáticas, esta 10ª COP traz bons auspícios para a proteção da diversidade das espécies e dos recursos genéticos dos animais, plantas e micro organismos.

O Brasil e a Convenção sobre Diversidade Biológica

Para implementar a *Convenção de Biodiversidade* e a *Agenda 21*, o Brasil instituiu em 1994 ⁶ o *Programa Nacional da Diversidade Biológica* (PRONABIO) tendo como finalidade promover as parcerias entre o Poder Público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, na utilização sustentável de seus componentes e na repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes. Dispõe de dois mecanismos de financiamento: um governamental, o *Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira* (PROBIO), que objetiva identificar ações prioritárias e estimular a elaboração de subprojetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, gerando e divulgando informações e conhecimentos sobre biodiversidade; e outro privado, o *Fundo Brasileiro para a Biodiversidade* (FUNBIO) que é o maior fundo de biodiversidade já estabelecido em qualquer país e é o primeiro entre os fundos de biodiversidade a integrar completamente o setor privado. No cumprimento dos compromissos, especialmente internacionais, assumidos pelo país junto às convenções, o governo brasileiro definiu, em 2002, a **Política Nacional de Biodiversidade** que desenvolve planos e programas de biodiversidade em todo o território nacional, acompanhado e avaliado pela **Comissão Nacional de Biodiversidade** (CONABIO).

Nosso país ocupa posição de muito destaque. Tanto que sediou a COP 8, em Curitiba, 2006; quanto passou a responder agora, em 2012, pela coordenação mundial do programa de biodiversidade da ONU, com o professor da UnB, Bráulio Dias. Afinal, o país é dono da maior biodiversidade do mundo (quase um quarto do planeta), a maior parte dela endêmica no ecossistema mais rico em espécies vegetais, como é a Floresta Amazônica, com mais de 25% das florestas remanescentes no mundo hoje, além da Mata Atlântica e do Cerrado. Estima-se que dezenas de milhões de espécies ainda não identificadas, tanto terrestres quanto marinhas, existam na plataforma continental e nas águas jurisdicionais do território brasileiro, o que leva os governos a reconhecerem a necessidade de ações concretas e urgentes para reverter esta situação de degradação da biodiversidade. O desafio da conservação e do uso sustentável deste legado envolve grandes dificuldades, especialmente quanto ao desenvolvimento científico e tecnológico e o aporte de recursos financeiros. Os dados governamentais indicam que esta biodiversidade tem importância estratégica na economia do país, respondendo por grande parte do PIB brasileiro (40% são da agroindústria, 4% pelo setor florestal e 1% pelo pesqueiro). Além disso, a sociodiversidade brasileira também se mostra única, com mais de 200 povos indígenas e a imensa distribuição de outras comunidades nativas e seus conhecimentos tradicionais, como os quilombolas, caiçaras, seringueiros, a imensa maioria na região amazônica. Possuímos uma rede de quase sete centenas de Unidades de Conservação ocupando cerca de 60 milhões de hectares, aproximadamente 7% do território nacional, 12% em terras indígenas, além dos outros tipos de unidades.

⁶ Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/CDB>>. Acesso em: 21 fev. 2012.

A Rio+10 (Joanesburgo, 2002)

Realizada na África do Sul em 2002, a *Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10* reiterou os princípios das Nações e os compromissos anteriores, os da Conferência do Rio de Janeiro, 1992. Dentre as declarações aprovadas por esta Cúpula Mundial definiu-se um *Plano de Ação e Meios de Execução* das decisões tomadas sobre o Desenvolvimento Sustentável que abordou aspectos como a erradicação da pobreza, modificações das modalidades insustentáveis do consumo e produção, proteção e gestão da base dos recursos naturais no desenvolvimento econômico e social, desenvolvimento sustentável no mundo globalizado, na saúde etc. Em outras iniciativas regionais – além da África, Ásia, Estados Insulares etc.- aborda especificamente a América Latina e Caribe, mas não é feita referência à Amazônia. Dentre as iniciativas sugeridas para esta região reafirma a *Plataforma de Ação da Rio 92*, reconhece suas particularidades e diversidade cultural, tendo em conta que se adotem medidas concretas para o desenvolvimento sustentável e a ética em relação à diversidade biológica, recursos hídricos, os pontos vulneráveis e a sustentabilidade das cidades, os aspectos sociais (incluindo a saúde e a pobreza) e os econômicos, a energia e as formas institucionais que fomentem as capacidades, os indicadores e a participação da sociedade civil. Estimula a cooperação Sul-Sul com a colaboração dos governos dos países e grupos importantes, organizações multilaterais e regionais, incluindo as instituições financeiras. A par da importância dessas reafirmações, Rio + 10 não mostrou grandes avanços além dos alcançados em 1992.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20

A proposta da Rio 2012 – Rio+20 é de avaliar os resultados porventura alcançados nestes 20 anos. Tem como objetivos a análise dos seguintes temas:

- Assegurar compromissos políticos já obtidos e as possibilidades quanto aos aspectos não alcançados ainda;
- Avaliar os progressos porventura alcançados;
- Identificar os novos e emergentes desafios que se colocam para a problemática ambiental global;
- Desenvolver a abordagem sobre a “Economia verde”;
- Analisar a estrutura institucional posta para o Desenvolvimento Sustentável em termos da governança dos estados.

Ocorrerá após três reuniões preparatórias, duas das quais já ocorridas na ONU, em Nova York (20/05/2010 e 07 e 08/03/2011), sendo a terceira a ser realizada exatamente antes da própria Conferência, com seis (6) dias de sessões abertas e informais para a construção da Cúpula. Em janeiro de 2012 divulgaram o “*Rascunho Zero*”, analisado oportunamente neste texto, documento base para subsidiar a reunião da Cúpula para a elaboração do Protocolo Final. Antes destas duas reuniões preparatórias da ONU, diversos órgãos internacionais produziram documentos preparatórios para a referida Conferência Mundial da Rio+20.

Documentos institucionais preparatórios da RIO+20

Diversas são as publicações para subsídio à Rio+20⁷, resumidas abaixo, ainda que nada específico sobre a Amazônia. Portanto, no que diz respeito à região, as referências ainda são pífias, quase nada constando desses documentos preparatórios, como se pode ver a seguir.

⁷ Disponível: <<http://www.onu.org.br/rio20/documentos/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

O *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA* apresentou diversos relatórios para subsidiar a Rio+20. O Relatório “**Economia Verde – Síntese para Tomadores de Decisão**” divulgado em setembro de 2011 indica os rumos para uma nova economia com objetivo geral de luta contra a pobreza e promoção da sustentabilidade deste século. Apresenta argumentos econômicos e sociais para o redirecionamento do desenvolvimento pelo investimento de 2% do PIB mundial, de modo a “tornar verde os 10 setores estratégicos da economia”, desencadeando um “fluxo público e privado rumo à baixa emissão de carbono e a um caminho de uso eficiente de recursos, podendo catalisar uma atividade econômica de tamanho comparável pelo menos às práticas atuais, mas com um risco reduzido de crises e choques cada vez mais inerentes ao modelo existente”.

Em 2011, o PNUMA também lançou o documento “**Dissociando o uso de recursos naturais e impactos ambientais do crescimento econômico**” em que adverte sobre o crescimento do uso futuro dos recursos naturais pela humanidade, o triplo para 2050, mantidos os padrões atuais de uso de 140 bilhões de toneladas de minérios, combustíveis fósseis e biomassa por ano!

Em novembro de 2011, o PNUMA também divulgou, como parte da “Série Panorama Ambiental Global 5”, um relatório intitulado **De olho no meio ambiente em mutação: Do Rio à Rio+20**. O relatório completo será divulgado em maio próximo, um mês antes do início da Rio+20.

Outros documentos também foram lançados pelo PNUMA antes de 2011 e que também subsidiam a reunião da Cúpula Mundial, como o relatório *Recycling – from E-waste to resources* (Reciclando – do lixo eletrônico aos recursos [tradução livre]), publicado em fevereiro de 2010, onde reuniu dados de onze países em desenvolvimento para estimar a geração atual e futura do lixo eletrônico. Um outro - **Mude o Hábito: Um Guia da ONU para a neutralidade climática** -, aborda as diferentes atitudes que um público amplo, de indivíduos a empresas, ONGs, cidades etc. podem tomar, no sentido da diminuição das emissões dos gases causadores do efeito estufa.

O PNUMA publica ainda outros documentos associados a outros órgãos, como o **Adaptando para uma economia verde: Empresas, Comunidades e Mudança Climática**, com a Oxfam, WRI, em junho de 2011, um relatório baseado em pesquisas feitas por empresários que vêm apoiando a iniciativa do **Cuidando do Clima**, uma plataforma que une a ONU a 400 empresários comprometidos com a ação climática. Reconhece a importância do setor privado, essencial nas respostas diante dos desafios climáticos, apresentando propostas sobre as ligações entre os riscos e as oportunidades das mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável que servem como um guia para empresários e políticos. Em “**Cuidando das Águas**”, a parceria do PNUMA foi com a Agência Nacional de Águas (ANA) e com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), tendo como base o relatório *Clearing the Waters: a focus on water quality solutions*, lançado pelo PNUMA em março de 2010 e traduzido para a língua portuguesa com o título *Cuidando das Águas – soluções para melhorar a qualidade dos recursos hídricos*, inserindo “boxes” com exemplos bem-sucedidos das iniciativas e dos projetos desenvolvidos pela ANA para a melhoria das águas no Brasil.

Eficiência energética industrial para a criação de riqueza sustentável: capturando dividendos ambientais, econômicos e sociais, lançado em janeiro de 2012, é o documento da *Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial/UNIDO*, como chave essencial para o desenvolvimento industrial sustentável, especialmente em países em desenvolvimento.

Outros órgãos da ONU também trazem contribuições. A *Organização Internacional do Trabalho/OIT* publicou **Competências para Empregos Verdes: Uma visão global** em que, examinando experiências na oferta de formação de quadros para as novas demandas de uma economia verde de 21 países desenvolvidos e em desenvolvimento, demonstra que este desenvolvimento de competências é fundamental para libertar todo o potencial de crescimento desta nova forma de emprego, impedido pela escassez destas competências.

Há ainda variadas outras contribuições. O *Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo das Nações Unidas (IPC-IG)* publicou 12 artigos em sua revista de dezembro de 2011 *Dimensions*

of *Inclusive Development: Growth, Gender, Poverty and Environment* (Dimensões do Desenvolvimento Inclusivo: Crescimento, Gênero, Pobreza e Meio Ambiente), de especialistas da sociedade civil e da academia que são representantes na ONU, analisando o conceito de “desenvolvimento sustentável e inclusivo no contexto da Rio+20 e da economia verde”, buscando “aprofundar a discussão em torno da sustentabilidade social no âmbito das estratégias nacionais e internacionais de redução da pobreza”, dado que só assim a sustentabilidade ambiental poderá ser realidade. Este mesmo centro também publicou *Mitigation of What and by What? Adaptation by Whom and for Whom? Dilemmas in Delivering for the Poor and the Vulnerable in International Climate Policy* (Mitigação do Quê e por Quem? Adaptação de Quem e para Quem? Dilemas na Política Internacional do Clima à Deliberação para os Pobres e Vulneráveis). Avalia o atual quadro sobre as mudanças climáticas e o desenvolvimento, na ótica de buscar uma melhor compreensão sobre as possibilidades do equilíbrio entre evitar o pior das mudanças climáticas e gerenciar seus impactos, permitindo novos progressos para o desenvolvimento. Termina mostrando que os avanços notáveis no discurso sobre esta relação entre mudanças climáticas e desenvolvimento e a evolução da arquitetura do financiamento internacional tem evitado muitas das questões fundamentalmente politizadas que moldam o dilema existente sobre este enfrentamento.

Em janeiro de 2012, os 22 países-membros (dentre eles o Brasil) do *Painel de Alto Nível sobre Sustentabilidade Global* apresentaram o documento final - *Pessoas Resilientes, Planeta Resiliente: Um Futuro que Vale Escolher* -, com 56 recomendações para a prática do desenvolvimento sustentável e sua integração mais imediata às políticas econômicas. Nele pede pela integração dos custos sociais e ambientais como é feito com os preços mundiais e as medidas de atividades econômicas, exigindo, para além do PIB, um conjunto de indicadores de desenvolvimento sustentável. Recomenda ainda que os governos utilizem alguns dos objetivos de desenvolvimento sustentável que mobilizem as ações globais e ajudem a monitorar seu progresso.

Houve uma Reunião Regional Preparatória para a América Latina e o Caribe⁸ da Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), realizada entre 7 e 9 de setembro, em Santiago do Chile, em que os Ministros de Estado e representantes dos países reafirmaram o “compromisso de contribuir para o êxito da Rio+20”. As conclusões foram a existência de “alguns dos obstáculos para alcançar o desenvolvimento sustentável”, questões como atraso científico e tecnológico, insuficiência de financiamento e fragmentação da implementação de ações que visem o desenvolvimento sustentável. Mostraram ser necessário “mudar os padrões de consumo e melhorar a medição da riqueza para refletir adequadamente os pilares do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – preservando os princípios fundamentais das responsabilidades comuns, mas diferenciadas e equitativas”. Neste documento final indicam ainda “a necessidade de erradicar a pobreza extrema, obter financiamentos novos, adicionais, estáveis e previsíveis, para apoiar as atividades de implementação nos países em desenvolvimento, assim como o cumprimento dos compromissos para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas e a criação de resiliência aos seus impactos, maiores níveis de cooperação Sul-Sul e a troca de experiências exitosas”. Além de todos estes, ainda apresentam item sobre a reafirmação do respeito à pluriculturalidade e aos conhecimentos e valores tradicionais dos povos indígenas e comunidades tradicionais desta região do continente; e a importância da participação integrada aos governos da sociedade civil, especialmente das mulheres, índios e comunidades tradicionais. Faz referências a documentos com propostas enviados por alguns países (Bolívia, Colômbia, Guatemala e Cuba), onde não há referência ao Brasil.

Vemos assim que referências à Amazônia são inexistentes, inclusive no documento final da América Latina e Caribe. Não que fosse viável esperar que a ONU publicasse algo específico, mas que, pelo menos, alguma(s) instituição(ões) brasileira(s) o fizesse(m) e tal não consta ainda.

Presentemente, em janeiro de 2012, a Edição Brasileira do *Le Monde Diplomatique – Brasil* publica o suplemento **Sustentabilidade e Desenvolvimento – O que esperar da Rio+20**, em que encontra-se um

8 Disponível em: <<http://terrangaia.wordpress.com/2011/09/19/rio20-documento-final-da-reuniao-regional-preparatoria-para-america-latina-e-o-caribe/>>. Acesso em: 15 fev. 2012.

único documento regional, de povos indígenas, sintetizado a seguir, além de alguns artigos de pessoas renomadas nos diversos temas abordados em relação à temática da Rio+20. No geral, são concepções já apresentadas em um ou outro dos documentos e reuniões relatadas neste artigo, de modo que não vamos abordá-los particularmente, exceto o dos indígenas, porque pouco conseguimos a mais a respeito. O editorial do encarte é de autoria da Fundação Ford, comemorando 50 anos de presença no Brasil e América Latina, reafirmando seu compromisso com projetos para a sustentabilidade do meio ambiente.

A Declaração de Manaus – Povos Indígenas no caminho para a Conferência Rio + 20 e Kari-Oca 2, é resultante do encontro de representantes de organizações indígenas de todos os continentes. Neste documento são apresentados todos os avanços que estes povos vêm alcançando ao longo das diversas conferências mundiais e os (10) tópicos acordados para apresentação na próxima cúpula do Rio. Mas também não fazem, contudo, qualquer referência especial à Amazônia.

Definições da UFOPA para sua Primeira Reunião Preparatória da RIO+20

Como já dito, algumas instituições e grupos institucionais estão fazendo reuniões preparatórias para esta Rio +20. Neste sentido, a *Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA* optou por organizar-se para a referida Conferência por meio de reuniões preparatórias em parceria com outras instituições, especialmente a CAPES/MEC e os órgãos regionais de pesquisa e ensino. Realizou a primeira em abril de 2011, em Brasília, bem como sua parceira nesta reunião, CAPES/MEC também o fez, com as instituições regionais, em janeiro de 2012, na UFOPA, em Santarém, Pará⁹.

Na preparação da UFOPA para a Reunião Rio + 20, o Reitor da UFOPA, Prof. Dr. Seixas Lourenço, indicou como eixos:

- Cooperação Internacional a partir do bioma amazônico como unidade geográfica, conforme proposta do Prof. Ignacy Sachs, que contemple o desafio de construir um sistema universitário nacional e internacional que pense, forme pessoas e desenvolva redes de cooperação em C&T para o Trópico Úmido, composto pelos países amazônicos, asiáticos e africanos;
- Exploração Sustentável dos recursos da biodiversidade amazônica, com projetos voltados para uma nova revolução verde, manutenção das florestas em pé por meio de adensamentos de espécies úteis, culturas associadas à floresta, agricultura de sombreamento, manejo e ganhos de produtividade da pecuária em terras liberadas, a revolução azul pelos novos usos da riqueza biológica das águas;
- Centros industriais que agreguem valor aos produtos amazônicos;
- Além de toda a logística envolvida na infraestrutura urbana, energia, transporte etc.
- Recursos Não-Renováveis, especialmente minerais, compatibilizados como estratégia de desenvolvimento sustentável que minimize os impactos e invistam na transição para uma economia de baixo carbono e alta utilização de recursos renováveis, com a destinação dos recursos para a construção de uma “Civilização da Biomassa no Trópico Úmido”;
- E, finalmente, um Plano de 10 anos para a Amazônia, na busca de um outro modelo de desenvolvimento com soluções concretas para a promoção de um processo de desenvolvimento que seja “socialmente incluyente, ecologicamente sustentável e economicamente viável”, gerando oportunidades de emprego e auto emprego decentes, forte enfrentamento dos problemas sociais juntamente com os ambientais, um novo paradigma energético, com saída ordenada das energias fósseis para as renováveis e a recuperação da Agenda 21 Amazônica.

⁹ “Primeira Oficina da UFOPA Preparatória para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio 2012/ UFOPA-CAPES, Brasília, 25 e 26/04/2011” e “Encontro das Instituições de Pesquisa da Região Norte Preparatório para a Rio+20/UFOPA-CAPES, Santarém, 20 e 21/02/2012”.

A contextualização mais geral que propõe o incremento do diálogo internacional entre países com biomas similares dá, portanto, nova dimensão à Cooperação Internacional. Assim, a cooperação - na perspectiva do bioma amazônico como unidade geográfica passar a ser visto comparativamente com os biomas dos outros países que também dispõem de Florestas Tropicais, tanto na Ásia quanto na África, como propõe o Prof. Sachs - pressiona pelo fortalecimento das relações do Brasil com os outros países amazônicos, vale dizer, do chamado “Pacto Amazônico”.

Há também outro ponto que merece análise e que pode servir de referência para alguma abordagem deste tema nesta reunião, que é a hipótese de que a Política de Cooperação Científica Internacional na Amazônia sofreu uma inflexão com a edição do Decreto 98.830/90 e a Portaria 55/90 do Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT que o regularizou (editada no último dia do governo Sarney), que dá “tratamento especial” a pesquisadores estrangeiros ligados a convênios de cooperação internacional, a qual era para resolver problemas para a realização de “expedições científicas”, mas que, na verdade, tornaram-nos mais graves¹⁰. Este também é outro ponto que merece análise na questão da Cooperação Internacional na Amazônia.

A partir dos antecedentes acima relatados, foi, portanto, elaborada a programação desta primeira oficina, tendo como tema central **Floresta Tropical Úmida e seu potencial para o Desenvolvimento incluyente e sustentável no séc. XXI**, com os seguintes temas, abordados pelos diversos palestrantes, cujas contribuições, ainda que aqui não identificadas pessoalmente, constam do documento-síntese¹¹:

Temas:

- Cooperação Internacional a partir do Bioma Amazônico como unidade geográfica (conforme proposta do Prof. Ignacy Sachs)¹²
- A Exploração dos Recursos Naturais na Amazônia¹³
- Valorização Humana na Amazônia¹⁴
- Horizontes temporais e territoriais para o desenvolvimento sustentável da Amazônia¹⁵

Propostas e Conclusões da Oficina

Aspectos fundamentais para a reunião:

- **Importância da contribuição das Universidades para a Rio + 20**, no caso especificamente a UFOPA, para um diálogo universitário *Pan Amazônico*;
- **Importância do Tratado de Cooperação da Amazônia**;
- **Amazônia como “questão estratégica nacional”**, pelos diversos componentes que acopla, além dos econômicos.

10 Gama e Velho. A Cooperação Internacional na Amazônia. Estudos Avançados, vol 19/54, SP, 2005.

11 Com os palestrantes identificados a seguir, mas cujas ideias, no conjunto deste presente texto estão sem identificação, dado o tipo de organização adotada que não segue a temática do encontro, mas que no relatório original do Encontro estão identificados.

12 Dr. Germán Gomés/OCTA; Prof. Marcos Ximenes/UFOPA, Dr. Jorge Carvalho/CNPq – Relatório: Prof. Dóris Faria/UFOPA.

13 Dr. Cláudio Scliar/MME; Dra. Tatiana Sá/EMBRAPA; Prof. Lauro Barata/UFOPA – Relatório: Prof. Bernardino Figueredo/UNICAMP-UFOPA.

14 Dr. Livio Amaral (CAPES), Prof. Dr. Armando Mendes (UFPA), Prof. Dra. Delma Pessanha (UFOPA), Dr. Francisco de Assis Costa (IPEA) – Relatório: Prof. Dóris Faria/UFOPA.

15 Dr. Carlos Nobre/MCT. Relatório: Prof. Aldo Queiróz/UFOPA.

As Contribuições Advindas do Primeiro Encontro Preparatório da RIO+20 Realizado pela UFOPA

Palestra de Abertura com o Prof. Ignacy Sachs

A introdução da temática na referida reunião foi feita pelo Prof. Sachs, da Escola de Altos Estudos de Paris. Ele iniciou chamando a atenção para a questão da **sustentabilidade** como o aspecto mais relevante de qualquer processo a ser fomentado pelas políticas:

*Alavancar o progresso no uso sustentável dos recursos renováveis é fundamental para o futuro, mais mesmo do que os grandes projetos de investimentos em recursos não renováveis. Também não se pode passar por cima das **Políticas Sociais**, aceitando que transformem a Amazônia em “santuário” de recursos naturais, como é a idéia de muitos. É preciso saber como fazer com que os extraordinários recursos da biodiversidade regional sejam utilizados para manter a sustentabilidade.*

A Rio + 20 acontece em outro momento, bem diferente da Rio 92, tornando sem voz os arautos do neoliberalismo e a tese de que os mercados sabem melhor como lidar com as situações da sociedade, há a grande oportunidade de **reabilitar o conceito de planejamento** – em nível nacional, envolvendo os outros níveis e articulando-se internacionalmente -, mas operando de outro modo, “reaprendendo a planejar usando o nível técnico da informática, com debate democrático, quadripartite envolvendo o estado, empresários, trabalhadores e sociedade civil organizada”.

Diz ele que “o grande desafio da Rio + 20 é voltar-se para os planos em nível regional e depois para os internacionais, de modo a construir estratégias mundiais e implicando, para o Brasil, em também pensar estratégias regionais, das quais a mais importante é a Amazônia, uma questão nacional mas, como um todo, também internacional, daí a importância de instituições como o Tratado de Cooperação Amazônica e a UNAMAZ”. Ressalta a importância de que a Rio + 20 assuma uma **Geografia de Cooperação entre Biomas**, em que “**as universidades vão ser chamadas a exercer suas responsabilidades**”, daí a importância das novas Universidades como a UFOPA, construindo pontes com outras universidades, especialmente as latino americanas, mas também as asiáticas de mesmos biomas e com a rede de países africanos. Deveríamos, segundo ele, fazer fortes pressões para estes programas de cooperação técnico-científicas por biomas, mas não só, também para o aproveitamento de recursos bióticos dos mares, nas áreas costeiras. Analogamente, o que serve para o Trópico Úmido Africano repete-se para o Cerrado Brasileiro e as Savanas Africanas, assim como para o Semi-Árido de outras partes do globo terrestre.

Principais temas amazônicos de interesse para a Rio+20, segundo o Prof. Sachs

Especificamente para a **Floresta Amazônica**, tem-se como principais temas a **Segurança Alimentar** e a **Segurança Energética**, além das questões de **Habitat** e **Governança**, também objeto da Rio + 20.

- Sobre a Segurança Alimentar, tem-se questões fundamentais:
 - Redefinir revolução verde, para incluir os milhões de pequenos agricultores que não tem acesso a avançadas tecnologias;
 - Investir na Revolução Azul, com aproveitamento dos recursos das águas, em que há grandes temas, como a proteção animal por meio de Piscicultura e não Caça como é a Pesca;
 - Parques para as novas tecnologias nas novas Universidades, estimulando os jovens para a pesquisa, presenciando inovações;
 - Evitar mudanças climáticas deletérias permanentes, abandonar as idéias de desenvolvimento social acelerado, reduzir as disparidades sociais no mundo.

- Quanto a Segurança Energética precisamos:
 - Aprender a usar menos energia;
 - Valorizar uma maior eficiência energética
 - Substituir com urgência as energias fósseis por renováveis
 - Melhor aproveitamento dos recursos aquáticos;
 - Encontrar soluções apropriadas para a Amazônia.

Outros pontos destacados para a análise destas questões:

- **Revisitar a questão da governança**, contemplando diversos aspectos sub-regionais, numa agenda comum da sociedade como prioridade para 2012, buscando capacitar o amazônida para tal, dado que ainda não consegue propor algo organizado;
- **Respeito à soberania nacional** e citou como exemplo o fato de que o pacto federativo é extremamente importante e não está sendo relevado no Brasil;
- Houve, inclusive, preocupações quanto ao modelo do Prof. Sachs de cooperação internacional por biomas no que diz respeito aos interesses nacionais brasileiros, ou mesmo à sua utilidade, como capaz de realmente fornecer subsídios aplicáveis às diferentes culturas.

As conclusões mais relevantes advindas das sessões com os outros especialistas

Adentrando nas sessões deste encontro preparatório, dois aspectos mais gerais merecem destaque: por um lado, os aspectos técnicos relativos às demandas regionais, que gradativamente faremos referência no presente texto. Por outro, aspectos referenciados a valores humanos que transcendem estes aspectos mais técnicos também serviram de referência a algumas falas, aqui abordados inicialmente para bem marcar o sentido mais fundamental que uma reunião como esta da Rio+20 deveria ter.

Na visão do Prof. Armando Mendes, na mesma reunião preparatória da UFOPA, o Fórum Rio + 20 também deve ser uma **instância de reflexão crítica**, no rastro da Conferência Rio 92, “respeitando a sua gramática, com os 3 pilares da lógica da Conferência”:

- “o primeiro deles, é o reconhecimento de que esta Conferência deve estar escorada no relatório Burthland, de vir ajudar a **erguer os anais da governabilidade** da ‘Casa do Homem’, que a tanto se propunha, na Carta da Terra e na Declaração sobre a Biodiversidade, a Agenda 21”;
- “o segundo, é o de que se a governabilidade não pode cair num antropocentrismo arrogante, tampouco deve diluir-se num derrogante ecocentrismo”;
- “o terceiro princípio é o da **equidade** que religa, de certo modo, a uma religião do *oicos total* (grifo nosso)”.

Completa o referido professor: “Assim, a aposta da Rio 92 resultou na árdua escolha entre a riqueza da cidade e a moral do cidadãos, seus hábitos, costumes, comportamentos, entre a ética e a etiqueta, entre valores e preços, entre sucesso e virtude. A Agenda prorrogada da Rio 92 não pode agora furtar-se a reconhecer e percorrer esta rota, a encabeçar esta ruptura. Não pode ficar ao sabor de um roteiro que peca pela falta de nitidez, escassez de convicção e baixa efetividade. Na esteira da Rio 92 é que se passou a cuidar mais da casa do homem como um todo, da Terra como um todo, da indivisível morada de todos os tempos e lugares atuais e futuros. O Fórum Rio + 20, não pode, portanto, deixar de fazer-se **arauto do clamor da comunidade indigente** – a influente não tem o que reclamar – fazer a inteligência internacional retornar a uma **saudável reflexão ativa sobre o desafio, o triplo H, habitat, hábitos e habitantes, contexto integrado e integrador de nossa casa una**”. Ressalta ele a importância de três (3) pontos:

1. *“os amazônidas devem assumir sem dúvida o papel de servidores devotados com amor pelos nossos semelhantes, urbi et orbis, mas contanto que o inverso também aconteça, que eles mostrem também o mesmo amor a nós”;*
2. *“a presença física, social e moral da Amazônia não pode ser confinada à área de serviços, ao quarto de empregada da Casa do Homem, ter a condição servil de faxineira do planeta, o fardo e a fadiga de prestar, sozinha, os serviços ambientais aos “donos” da casa”;*
3. *“impossível imaginar a Cooperação Amazônica que não conciliável com os desafios da Rio + 20. Portanto, deve-se dar nestes termos: sejamos resilientes, apegadamente fiéis às raízes do ‘oicos’ regional e global, que seja este o **princípio da responsabilidade** nossa reta, rota e rotina, em tudo, para todos e para sempre! Valorizados os amazônidas podem ampliar e instaurar o valor intrínseco e extrínseco de ‘gea’ e suas múltiplas gentes...” (extraído de sua apresentação na referida reunião, em Brasília, 24 de abril de 2011).*

Como nos disse a Profa. Delma Pessanha, também nesta primeira reunião preparatória da UFOPA, a cúpula mundial deveria dedicar-se fortemente a “desenvolver alguma nova concepção de sociedade. A valorização dos recursos humanos na Amazônia só poderá se dar com a construção de quadros institucionais, mas também há que se dispor de acesso a mediações necessárias para a construção da cidadania, num cenário de região que está abandonada pelo estado brasileiro e imersa na diversidade dos seus universos de crença. Há que se pensar numa construção institucional, mas também há que haver uma ‘mediação institucional’ que proveja o conjunto dos recursos necessários: sem escola é impossível, mas só com escola também não dá; é preciso o atendimento à saúde e aos outros recursos que são necessários, como por exemplo, planos de desenvolvimento dos assentamentos que propiciem o acesso ao crédito com instrução adequada para uma população cuja concepção de vida termina restrita à auto-subsistência e à terra. As soluções do tipo participativas terminam pondo este tipo de população realmente de fora, porque estão defasados, do ponto de vista cultural, lhes falta a autoridade moral nesta interlocução e o estado sacramenta isso, porque não provê o básico, nem escola, tampouco saúde, de modo que há uma “ignorância produzida institucionalmente”. Que agentes mediadores devemos prover para estas situações? Além da qualificação mais especializada dos recursos humanos é preciso que estes tipos de requisitos também sejam atendidos para que haja, efetivamente, uma valorização humana na região”.

Para finalizar estas referências mais paradigmáticas, na mesma reunião preparatória, destacamos algumas das citações do Dr. Carlos Nobre, da direção do Ministério da Ciência e Tecnologia/MCT do Brasil. Ele considera que “o grande desafio brasileiro e dos países tropicais é inverter a lógica histórica de desenvolvimento sustentável: uma revolução no desenvolvimento da Amazônia - uma região que ainda não tem capacidade suficiente de inovação, invenção e de geração de conhecimento científico - precisa fazer uma ruptura paradigmática, fazendo com que a inteligência gerada em vários pontos da região passe a ser o principal vetor do desenvolvimento. Mas não da forma histórica, lenta, como decorrência do crescimento econômico e da riqueza que a região está gerando. Se acreditarmos que esta é a única solução, não haverá floresta tropical em 50 anos. Ao contrário, inverte-se este processo, coloca-se a geração do conhecimento como o principal fator que vai agregar a riqueza. Esse é o desafio para a economia regional, mais que isso, é um desafio que o Brasil tem que assumir como um desafio de estado”.

“A proposta que o Brasil tem que levar para esta cúpula mundial deve estar fundada no conhecimento científico e tecnológico, com a **sustentabilidade baseada na cadeia da inovação tecnológica, do conhecimento, do movimento do setor produtivo, em todas as escalas** – pequeno porte, grande, médio, global, regional, local”.

“A Conferência Rio + 20 terá um caráter muito distinto da Rio 92 em várias dimensões. Não levará a novos acordos internacionais, não foi preparada para isso e provavelmente não levará a nenhum grande salto na questão das negociações. É bem provável que só haja **acordo político que resolva o grande dilema na questão das trajetórias de sustentabilidade no que concerne a questão das mudanças climáticas.**

Esta Conferência será focada na **transição para a economia de baixo carbono, a economia verde, na governança, na institucionalidade das trajetórias de desenvolvimento sustentável**. Mas representa uma oportunidade muito interessante para o Brasil mostrar uma nova fase, de aderência pública a um modelo de Brasil sem desmatamento na Amazônia”.

Houve outra contribuição muito relevante, a do Prof. Alex Fiúza, Secretário de C&T do Pará, ex-reitor da UFPA, que conclamou a **“desenvolvermos um arranjo produtivo na escala do que é um Parque Tecnológico, mas voltado para o desenvolvimento científico, numa conjugação de grandes empresas, ancorado nas indústrias farmacêutica, cosmética, química, química verde e incubadoras de empresas inovadoras, empresas de conhecimento, conseguiremos demonstrar que isso é factível: efetivar nos trópicos as conseqüências desse novo modelo tropical! Superaremos um problema histórico, que é crer que não seja possível fazer isso na Amazônia. Um Parque de C&T com representação de universidades estaduais, federais, com laboratórios de P&D para as empresas!”**

A análise dos recursos humanos necessários ao desenvolvimento da região amazônica foi feita em cima de dois tópicos, além daquele da valorização humana que norteou a orientação inicial deste presente texto: (a) os investimentos em C&T na região e (b) na pós-graduação, respectivamente pelos representantes do CNPq/MCT e da CAPES/MEC.

Segundo o Dr. Jorge Alexandre, representando o CNPq, o **Investimento total do CNPq em C&T** (infraestrutura, custeio, bolsas) na **região norte do país**, no período de 2001 a 2009 foi de R\$ 325mi (4%) dos 7.500 bi de PIB, um valor baixo, apesar de ter duplicado (era 2%). No entanto, a região sudeste fica com 56% destes recursos. Mostram a intenção de **empreender uma série de ações sobre Biodiversidade e Recursos Naturais**, inclusive junto com a CAPES/MEC. Gastaram em 2009/10 na região norte R\$ 25 mi e nos próximos editais (2012/13) – muitos de interesse para a temática ambiental - pretendem investir mais de R\$ 250 mi. Houve ainda sugestões de diversos participantes: **indução de projetos e programas estratégicos, com participação nacional firme, inserção soberana do país, trabalhando fortemente a convergência entre as agendas institucionais, para melhor aplicação dos recursos, com cuidadoso acompanhamento e avaliação dos projetos e programas e melhorando a divulgação científica; incremento de programas estruturantes para a formação e fixação de recursos humanos na Amazônia, inclusive envolvendo mais pesquisadores estrangeiros, especialmente sul americanos; implementar a inclusão social, segurança alimentar e energética e o uso sustentável da biodiversidade; aumentar a participação de empresas privadas e criar uma linha de financiamento da pesquisa, pequena mesmo, de risco, para micro ou pequenas empresas.**

Quanto à **Pós-graduação**, o Prof. Lívio Amaral, já como resultado do estudo do Novo Plano de Pós Graduação no Brasil (CAPES), mostrou a grande diversidade e desigualdade nos programas de pós-graduação existentes no país, quanto a vários indicadores, com estados com mais de 100 programas e outros só com duas dezenas. Por meso regiões do país, o quadro mostra partes com pelo menos quatro dezenas de programas, até partes que não tem pós-graduação alguma. Na região Norte tem-se área com certa densidade, outra com até uma dezena, mas à volta delas há zero de pós-graduação. A partir da trienal 2010, tendo como unidade “cursos” e não “programas” e levando-se em conta a densidade populacional tem-se que: 4.100 cursos de pós no Brasil, para cerca de 184 milhões de habitantes, o que dá uma média de 22 cursos por mi/hab. A Região Norte tem 11 cursos por mi/hab (NE 13, CO, 20, SE 28 e a Sul 30/mi hab). Há a **necessidade de políticas de promoção da pós-graduação**, pois mesmo sendo a região norte a que mais cresceu entre 2007 e 2010, ainda há aproximadamente 3 cursos na região sul para 1 na norte. Se por um lado estas ações caminharam na direção certa, crescendo mais na região que mais precisa, por outro lado, a velocidade do crescimento está muito baixa e é preciso aumentá-la rapidamente, pois sem isso não se resolverão os problemas da região norte.

É ainda importante ressaltar aqui que as questões relativas ao povo amazônico não são exclusivamente destes três pontos abordados nesta primeira reunião da UFOPA - valorização humana, investimentos em C&T e formação em pós-graduação. Muito mais haveria, mas esta universidade centrou suas ações somente nestes pontos, por enquanto e só para esta finalidade da Rio+20.

Os aspectos humanos também orientaram a abordagem que o Prof. Francisco de Assis Costa, do IPEA deu ao tema de economia rural, na perspectiva de orientações para políticas públicas que também favoreçam a sustentabilidade. Foi centrada na análise de estratégias produtivas, no caso, de 6 trajetórias agropecuárias, das quais 3 patronais e 3 camponesas, estas também servindo de objeto para uma análise da questão da pobreza no campo. A adoção deste tipo de análise envolvendo a concorrência entre as trajetórias na economia rural, em diferentes redes institucionais e diversos *ethos* de valorização e projetos ideológicos, deveu-se ao fato de que o grande problema para a *não* sustentabilidade da economia rural – o que termina virando a referência de última instância, o emblema, da discussão do projeto de civilização, de sociedade que estamos tendo neste momento - é a dinâmica que se dá entre elas e que as instituições não estão organizadas para atender as necessidades de uma ou de outra ou mesmo para estimular ou inibir alguma dessas estratégias ou trajetórias, conforme ofereçam perspectivas de maior ou menor condições de sustentabilidade.

Aprofundando mais um pouco as referências trazidas pelo Prof Francisco de Assis, muito importantes para orientar as políticas públicas da região, tem-se que (referências extraídas da fala dele):

O conjunto dos camponeses na Amazônia representa 67% da economia da região. A trajetória patronal de pecuária de corte (T4) - extensiva e especializada, a mais conhecida devido a mídia e que é uma das que causa danos ambientais mais significativos, em termos de valor bruto da produção -, representou, em 2005, 25% da economia rural da região norte. É a que deveria ser o alvo das instituições no sentido de contê-la, mas é a que obtém o maior atendimento institucional de toda a dinâmica econômica da região. Ou seja, as instituições estão mais bem organizadas para atender as necessidades desta trajetória do que de qualquer outra. A camponesa de perfil mais agro florestal (T2), que no senso comum é marginal, ninguém vê, são os ribeirinhos, em 95 representavam 21% da economia rural regional, em 2005; já em 2006 eram 27%, portanto mais do que a T4 e seu impacto ambiental é pequeno! Esta, que deveria ser o foco das políticas para mudar o padrão institucional, está em piores condições, não tem instituições organizadas para isso. Investir nesta trajetória seria uma chave para a reversão do padrão de desenvolvimento regional, poderia ser a solução do problema, porque altera a capacidade de concorrência das trajetórias boas em relação às más. A que lidera a economia rural e também é danosa, do ponto de vista ambiental, é a camponesa (T3), intensiva, que tem como referência e converge para a pecuária, mas é distinta das outras. As restantes são mais promissoras quanto as perspectivas de sustentabilidade: os sistemas camponeses que convergem para a pecuária de leite (T1); os de culturas permanentes, plantações que podem ser de fruticultura (T5, patronal); e os sistemas de silvicultura (T6, patronal), com floresta plantada.

O padrão da existência das trajetórias tem que mudar, deve haver um poder confiscador, pois a promiscuidade entre a ordem institucional e a trajetória tem que ser superada. E o conhecimento é chave para isso, vale dizer o papel das Universidades. A estratégia para mudar é fácil: devemos **fortalecer as trajetórias camponesas de pecuária de leite (T1), agroflorestais ribeirinhos (T2) e as patronais de plantações (T5) e silvicultura (T6), aumentando os estímulos a elas. Deve-se conter a patronal de pecuária de corte (T4) e a pecuária mais intensiva camponesa (T3) porque produzem impactos deletérios!** Se fizermos isso mudamos o padrão e as modelagens que foram feitas já mostram este impacto. Uma formulação estratégica para outro modelo de desenvolvimento deve observar as características das trajetórias da economia rural da região.

Quanto a pobreza, em 1995 todos os estratos camponeses estavam abaixo da linha de pobreza, em 1996 um deles superou esta condição (foi de R\$ 206,00 para 652,00), mas o estrato dos camponeses sob risco caiu no valor bruto da produção de R\$ 66,00 para R\$ 31,00. Considerando todos os estabelecimentos da região norte (244.000), a renda *per capita* média por domicílio cresceu pouco (de R\$ 106,00 para R\$ 172,00).

O que realmente se passou, segundo o Prof. Francisco de Assis, foi uma polarização, saindo de um estado de pobreza relativamente homogênea para um polarizado muito forte, extremamente visível quando se analisam os números de estabelecimentos: o número daqueles estabelecimentos que agora estão acima da média (95.000), os que fazem a grande diferença, na renda *per capita*, é bem menor em 2006 do que em

1995 (223.000), só que com a renda *per capita* três (3) vezes superior (à renda *per capita* 11 anos antes)! No período também houve redução no número de estabelecimentos remediados e aumentou o número de estabelecimentos sob riscos (de 21.000 passou para 226 000).

Comparando as fontes de renda, quando se junta, além da produção rural, todas as outras rendas - institucionais (aposentadorias, bolsa família etc.) e de serviços (vendas de outros serviços no mercado local) -, não há significado bem diferenciado por estrato. A renda obtida fora do lote rural (serviços) tem o menor percentual, seguidas das institucionais (aposentadorias, bolsa família etc.). Mas é a renda de produção a dominante, de modo que **para se mudar esta situação na região há que se atuar sobre as rendas de produção**. Para uma política contra a pobreza, a renda da produção é que faz a diferença, o resto é complemento! Sem estratégia de produção não haverá estratégia de sustentabilidade.

Merece também atenção o dado sintético de evolução da economia (período de 90 a 2007), em termos do valor bruto da produção (5% ao ano), em comparação com o ambiental, de estoque do carbono (balanço acumulado de CO₂, de 6,3% ao ano). Ou seja, a dinâmica de nossa economia rural (5% ao ano) cresce mais lenta do que a estocagem de CO₂ (6,3%). Sua evolução mostra, portanto, que o crescimento de CO₂ é maior que a economia da região!

Há uma dinâmica positiva das trajetórias que não é compreendida pelas instituições, não sabem tratar com elas. É preciso **novas conexões com mercado, com indústrias**. Há muito que mudar, a **inadequação estrutural institucional** ameaça os arranjos produtivos locais, há necessidade de **plano institucional** também **científico**.

Como disse o referido professor, “não é possível uma Política única para a Amazônia, todas as políticas tem as suas especificidades, assim como também não é possível uma “Ciência Genérica” que resolva os problemas da Amazônia. Há aplicação de princípios e há populações específicas que poderão encontrar soluções, desde que se considerem os condicionantes próprios. O que há é um conjunto de conhecimentos que em alguns pontos específicos poderão oferecer soluções” (extraído de sua fala na reunião).

Exploração dos recursos minerais

Frente ao crescimento da mineração na Amazônia, o Dr. Scliar (MME) defendeu a possibilidade da convivência no bioma dar-se com sustentabilidade ambiental, chamando a atenção para como a exploração mineral pode favorecer a preservação ambiental, até mais do que outras atividades produtivas realizadas na região. Afinal, os **insumos minerais** para a agricultura, por exemplo o potássio, favorecem a **produtividade agrícola**, diminuindo o desmatamento. Ressaltou, em relação à exploração mineral, a importância do **pacto federativo** e do **ordenamento territorial** na descoberta e exploração de jazidas minerais que, juntamente com a **hidrologia** e a **prevenção de desastres naturais**, são os **aspectos que considera mais relevantes, para o desenvolvimento sustentável da região**. Argumentou em favor do valor dos **levantamentos de fontes de insumos agrícolas** e a **internalização dos benefícios da produção mineral**, chamando a atenção para os **interesses nacionais geopolíticos de exploração mineral em terras indígenas**, dado que há indicadores seguros de recursos minerais nestas terras.

O FUTURO QUE QUEREMOS – RASCUNHO ZERO, documento final do Secretariado da ONU para a Rio+20, base para esta Conferência, publicado mui recentemente, em 10/01/2012¹⁶

A seguir apresenta-se uma síntese extraída do conjunto do próprio documento oficial, a começar pelo resumo do documento, a seguir:

¹⁶ Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf>

No contexto do processo da Rio+20, o “rascunho zero” (zero draft) da Conferência é fruto das negociações entre Estados-Membros, agências internacionais, organizações não governamentais e grupos políticos. O documento combina as sugestões, ideias e comentários de 643 propostas enviadas por estes países e instituições e será o principal texto a ser discutido pelos líderes mundiais na Conferência para garantir um compromisso político renovado para o desenvolvimento sustentável. Esta é a primeira versão de uma série, dentro do cronograma da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20

Inicialmente é feita a reafirmação de todos os compromissos assumidos nas conferências anteriores. Reconhece avanços e retrocessos, devido a múltiplas crises mundiais interrelacionadas – financeiras, econômicas e preços voláteis de energia e alimentos. Insegurança alimentar, mudança climática e perda biodiversidade afetaram negativamente os ganhos de desenvolvimento. Também ressaltam a contribuição que os governos vem dando na incorporação dos aspectos ambientais e sociais em suas políticas econômicas; bem como o fato do desenvolvimento sustentável ainda ser uma meta distante. Citam os exemplos inspiradores do progresso, como erradicação da pobreza, em bolsões de dinamismo econômico, motivados por novas tecnologias de informação que deram poder ao povo. O documento ressalta ainda as preocupações quanto ao 1,4 bilhão de pessoas que ainda vivem em extrema pobreza e que um sexto da população do mundo esteja mal nutrida, com pandemias e epidemias continuando como ameaças onipresentes; e quanto ao fato do desenvolvimento *não* sustentável ter aumentado a pressão sobre os recursos naturais limitados da Terra e sobre a capacidade de carga dos ecossistemas, já que o planeta suporta sete bilhões de pessoas, com expectativa de alcançar nove bilhões até 2050.

Os signatários chamam a atenção sobre a necessidade de que os esforços sejam redobrados para erradicar a pobreza e a fome e assegurar que as atividades humanas respeitem os ecossistemas e os sistemas de suporte à vida da Terra, bem como tornar o desenvolvimento sustentável a norma geral em todos os aspectos de nossas vidas. Reiteram que um pré-requisito fundamental para a implementação do desenvolvimento sustentável é uma ampla participação pública na tomada de decisões, requerendo que mulheres, crianças e jovens, povos indígenas, organizações não governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, comércio e indústria, comunidade científica e tecnológica, e agricultores desempenhem um papel significativo em todos os níveis.

Economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza

Defendem que a economia verde, no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, deve contribuir para se alcançar metas-chave, em particular as prioridades de erradicação da pobreza, segurança alimentar, um sólido gerenciamento de recursos hídricos, acesso universal a serviços de energia moderna, cidades sustentáveis, gerenciamento de oceanos e melhoramento da resistência e prevenção de desastres, assim como a saúde pública, desenvolvimento de recursos humanos e crescimento sustentado, inclusivo e igualitário que gera empregos, incluindo para os jovens. Nesse contexto, ela, economia verde, deve proteger e melhorar a base de recursos naturais, ampliar a eficiência no uso dos recursos, promovendo padrões de consumo e produção sustentáveis, e guiando o mundo na direção do desenvolvimento com baixo consumo de carbono. Também precisa basear-se nos princípios da Rio-92, em particular o princípio de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e deve ser centrado nas pessoas, bem como ser inclusivo, oferecendo oportunidades e benefícios para todos os cidadãos em todos os países.

Água

Reconhecem a importância do direito à água potável segura e limpa e saneamento como um direito humano que é essencial para se ter uma vida plena e para que se cumpram todos os direitos humanos. Além disso, reiteram a crucial importância dos recursos hídricos para o desenvolvimento sustentável, incluindo a erradicação da pobreza e da fome, a saúde pública, a segurança alimentar, a energia hidrelétrica, a agricultura e o desenvolvimento rural. Também reconhecem a necessidade de estabelecer metas para o gerenciamento

de dejetos de recursos hídricos, incluindo a redução da poluição da água por fontes domésticas, industriais e agrícolas e a promoção da eficiência hídrica, águas de esgoto, tratamento e o uso de águas de esgoto como um recurso, em particular para a expansão de áreas urbanas.

Energia

Propõem-se a dar prosseguimento à iniciativa de Energia Sustentável Para Todos, melhorando a eficiência de energia em todos os níveis, com o objetivo de dobrar a velocidade de melhoria até 2030; e dobrar a participação da energia renovável na matriz energética global até 2030 através da promoção do desenvolvimento e uso de fontes e tecnologias de energia renovável em todos os países. Solicitam que sejam conseguidos os recursos financeiros adequados, de qualidade satisfatória e entregue em tempo hábil, para os países em desenvolvimento, para que façam um uso mais amplo de ferramentas de planejamento energético, usando de modo mais eficiente e mais amplo as fontes de energia. Colaborar em oferecer uma estrutura robusta para doadores e parceiros no sentido de coordenar seus esforços de cooperação para o desenvolvimento.

Mudança climática

Reafirmam que a mudança climática é um dos maiores desafios da época e expressam profunda preocupação com os países em desenvolvimento que estejam particularmente vulneráveis e experimentando uma ampliação dos impactos negativos da mudança climática, prejudicando gravemente a segurança alimentar e os esforços para erradicar a pobreza, bem como ameaçando a integridade territorial dos pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento. Encorajam as iniciativas e parcerias internacionais para abordar a inter-relação entre água, energia, alimentos e mudança climática, de modo a obter sinergias, assim como minimizar conflitos entre objetivos políticos, com particular sensibilidade aos impactos sobre as populações vulneráveis.

Florestas e Biodiversidade

Os signatários do documento zero reforçam o apoio às estruturas políticas e instrumentos de mercado que reduzam, detenham e revertam o desmatamento e a degradação florestal de modo efetivo e promovam o uso e o gerenciamento sustentável de florestas, assim como sua conservação e restauração. Pedem a implementação urgente do “Instrumento Não Vinculante sobre Todos os Tipos de Florestas (NLBI)”. Consideram bem-vindo o Protocolo de Nagoya adotado na 10ª Reunião da Conferência das Partes da Convenção sobre Biodiversidade. Apoiam ainda: a institucionalização de serviços de biodiversidade e ecossistema em processos políticos e de tomada de decisões nos níveis regionais, nacionais e internacional; e encorajam os investimentos no capital natural através de incentivos e políticas apropriados para o uso sustentável e igualitário da diversidade biológica e dos ecossistemas.

Degradação do solo e desertificação

O documento reconhece a importância econômica e social do solo, em particular sua contribuição para o crescimento, a segurança alimentar e a erradicação da pobreza. Registram que a intensidade da desertificação da maior parte do solo arável da África é um sério desafio ao desenvolvimento sustentável na região. Encorajam estudos científicos e iniciativas com o objetivo de aumentar a conscientização sobre os benefícios econômicos de políticas de gerenciamento sustentável do solo que, juntamente com as terras em geral, se tornem saudáveis e produtivos.

Educação

Reconhecem que o acesso de todos à educação de qualidade é uma condição essencial para o desenvolvimento sustentável e a inclusão social. Comprometem-se com o fortalecimento da contribuição

de nossos sistemas de educação na busca do desenvolvimento sustentável, inclusive através de um melhor treinamento e desenvolvimento curricular dos educadores. Convocam as universidades a se tornarem modelos das melhores práticas e transformações; dando exemplo de sustentabilidade de suas instalações em seus *campi*; e ensinando desenvolvimento sustentável como um módulo em todos os cursos. Assim, práticas sustentáveis se tornarão uma parte integrante do aprendizado e da ação. Encorajam ainda as atividades de intercâmbio internacional de educação para o desenvolvimento sustentável, incluindo a criação de bolsas de estudo e de pesquisa para estudos internacionais em disciplinas e campos interdisciplinares pertinentes à promoção do desenvolvimento sustentável. Concordam em promover a Educação para o Desenvolvimento Sustentável além da Década da ONU dedicada à Educação para o Desenvolvimento Sustentável, em 2014, com a finalidade de contribuir para a educação de uma nova geração de estudantes nos valores, disciplinas-chave e abordagens holísticas e multidisciplinares essenciais para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Ciência e Tecnologia

Reconhecem a importância do fortalecimento da capacidade científica, tecnológica e de inovação dos países para promover o desenvolvimento sustentável, cuja escalada depende de investimentos e transferência de tecnologia aos países em desenvolvimento, para o que concordam em fortalecer a cooperação internacional. Reiteram a necessidade de mecanismos que sejam efetivos para tal, com os meios melhorados, ambientes capacitadores apropriados e a remoção dos obstáculos existentes.

Construção de capacidade

Reafirmam ainda a necessidade de oferecer suporte para estruturas e mecanismos regionais e sub-regionais existentes em países em desenvolvimento e encorajar sua criação onde for necessário, com o objetivo de facilitar a cooperação e a troca de informações, incluindo a construção de capacidade, a troca de experiências e perícia para avançar na implementação das decisões nos níveis regionais e sub-regionais.

Conclusões: sobre a(s) contribuição(ões) possível(is) à RIO+20

Pelo Documento Zero da ONU - que irá servir de base para a discussão e elaboração do documento final - podemos ver que seu conteúdo é absolutamente consensual na perspectiva de um “futuro que queremos”, expressão do desejo de todos sem exceção, cidadãos, comunidades, sociedades, governos e organizações. Afinal, o documento não traz os pontos que geram as divergências e tampouco o “como” alcançar tais finalidades, especialmente as fontes de recursos financeiros para os investimentos necessários. É uma carta de princípios, de intenções! Tem seu valor, é necessário, mas não é suficiente...

Buscando as demandas expressas nos outros documentos que também servem de indicadores para as expectativas em relação à esta conferência mundial, vê-se que há muito mais a ser considerado, se houvesse intenção de alargar horizontes. Mas este documento zero certamente traz orientações gerais que também permitem a satisfação de muitos aspectos identificados naqueles textos complementares. No entanto, mesmo abordando as questões referentes à água, não faz referência alguma à Amazônia, apesar de fazê-lo para a situação da África e dos pequenos países insulares. Evidente é que não há como se imaginar que possa, num documento oficial resultante como possa ser este, existir algo mais do que princípios ou intenções genéricas e mais globais. Algo como *“reiteramos a importância da região amazônica para o planeta - especialmente quanto a sua diversidade social e biológica e respeito às suas condições históricas e visão de futuro - e reconhecemos a necessidade de que planos específicos visem alguma nova perspectiva de sustentabilidade de seu desenvolvimento, com a determinação política dos governos locais, o suporte dos organismos internacionais e a cooperação dos diversos países e organismos apropriados”*.

Uma referência como esta seria, certamente, uma oportunidade de valor para a região, e o governo brasileiro tem potencia para consegui-lo, só precisa ter determinação política para tal. Daí o interesse

das instituições regionais, especialmente da *Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA*, para a qual alguma referência explícita, no documento final, sobre a importância da Educação e da C&T para a região e o papel fundamental das instituições de ensino superior, seria ainda mais auspicioso! Referência direta à Amazônia, nestas condições de apontar um futuro mais otimista, seria a grande utopia do povo amazônico para a Rio+20. Uma referência como aquela acima, mesmo que genérica, num documento final daria foco à região, seus problemas e possibilidades de superação porque envolveria os meios de comunicação – agentes indispensáveis neste processo de formação de uma opinião pública mais favorável e envolvida – além das instituições que seriam estimuladas a investir na região.

Com o investimento correto, especialmente em pessoal e competências, além de recursos para os programas apropriados, seria possível gerar uma nova concepção e prática de desenvolvimento economicamente sustentado, socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável, expresso nos diversos documentos dos encontros preparatórios para a Rio+20.

Queremos dar especial atenção aos itens conclusivos do 1º Encontro da UFOPA, pontuados a seguir, e que certamente poderão ser atendidos com a efetiva prática dos princípios da referida Conferência Mundial, nos compromissos consequentes e nos projetos que atendam as demandas dos documentos resultantes desses encontros anteriores. Os aspectos relativos aos princípios e a uma nova ética humana, de respeito ao ambiente e inclusão social já estão atendidos nas proposições daquele *zero draft*.

Além dos aspectos mais gerais, já expressos como nossa proposição única, destacada acima, os pontos mais específicos em relação à Amazônia poderão ser referência para os programas a serem apoiados, não cabendo que sejam contemplados num documento mundial final desta natureza. Aspectos como reabilitar o planejamento e a cooperação internacional primeiramente entre Sul-Sul já se pode identificar que constam do documento base. Entretanto, a cooperação entre países com mesma base de biomas – no caso da Amazônia, com os da Ásia e África que também possuem florestas tropicais – ainda podem receber referência, como a sugerida por Ignacy Sachs e já referenciada anteriormente, de “sairmos da Rio + 20 com uma Geografia de Cooperação entre Biomas, em que as universidades vão ser chamadas a exercer suas responsabilidades”. Houve outros pontos que mereceram referência naquele documento zero que são de extrema importância para a Amazônia, como Segurança Alimentar e Segurança Energética. Habitat e Governança também foram atendidos nos aspectos mais genéricos do documento base oficial da ONU, como os relativos ao acesso à água e saneamento, participação democrática na construção e execução dos planos etc.

Muitas das reivindicações da Organização do Tratado Amazônico/OCTA também se encontram satisfeitas neste documento zero, como aspectos gerais que atendem a todos os continentes: amplificar ações para reduzir e monitorar o desmatamento, aproveitamento dos recursos florestais sustentáveis; preservação, conservação da biodiversidade, proteção, gestão e preservação dos recursos hídricos, ações para segurança alimentar, erradicação da fome e negociações Internacionais. Outras ficam mesmo no âmbito das pretensões regionais: construção de uma visão integrada regional da Amazônia, fortalecimento dos mecanismos institucionais e políticos para os povos indígenas, coordenação de vigilância em saúde ambiental nas áreas de fronteira, promoção do Ecoturismo e uma Agenda Regional em C&T. Portanto, muitas das prioridades que estão sendo indicadas pelos diversos países da e para a região amazônica entram no documento base como aspectos para consideração mundial (não exclusivamente regional) conservação das florestas, dos recursos hídricos, gestão, monitoramento e controle das espécies de flora e fauna selvagens ameaçadas, áreas protegidas, uso sustentável da biodiversidade e bio-comércio; assuntos indígenas, gestão de conhecimento e intercâmbio de informações, gestão da saúde, infraestrutura e transporte, navegação comercial e turismo, mudanças climáticas e energia. Aspectos relativos ao desenvolvimento regional em novos padrões, sustentáveis, também são apresentados no documento zero, muito embora sem fazer referência a alguma região específica.

Os outros pontos específicos demandados para a região pelos participantes das reuniões da UFOPA foram:

- Com relação a ações voltadas para a valorização humana formulou-se que, além da qualificação mais especializada dos recursos humanos, devemos desenvolver outra concepção de sociedade, com trabalho decente para todos, construção de quadros institucionais e acesso a mediações necessárias para a efetiva construção da cidadania, de modo que à construção institucional esteja associada uma “mediação institucional” adequada; atendimento principalmente à educação e saúde, mas também aos outros recursos que são necessários (planos de desenvolvimento dos assentamentos, acesso instruído ao crédito etc.);
- No setor agrícola a referência conclusiva mais geral alcançada foi a de que a superação da pobreza regional deve-se dar por meio de alterações estratégicas que as políticas públicas, provendo apoios institucionais, podem influenciar nas diferentes trajetórias camponesas e patronais da economia rural da região, fortalecendo as trajetórias camponesas que convergem para a pecuária de leite e agro-florestais, e as trajetórias patronais de culturas permanentes e silvicultura, capacitando às instituições e aumentando os estímulos a elas; buscando conter a pecuária tanto camponesa quanto a patronal de corte porque produzem impactos ambientais mais deletérios; investir mais nas rendas de produção, pois, mais do que as rendas institucionais ou de outros serviços, são as que mais contribuem para a economia rural da Amazônia; estimular novas conexões com mercado e com indústrias; adequar a estrutura institucional que ameaça os arranjos produtivos locais; e investir em planos institucionais e científicos;
- No setor mineral as principais conclusões foram as relativas ao pacto federativo e de ordenamento territorial na descoberta e exploração de jazidas minerais, os interesses nacionais geopolíticos de exploração mineral em terras indígenas e a necessidade de internalização dos benefícios da produção mineral; houve ainda conclusões sobre investimentos em insumos minerais para a agricultura, dado que favorecem a produtividade agrícola, diminuindo o desmatamento, o que demanda por levantamentos de fontes de insumos agrícolas. Além destes, foram feitas referências à importância da hidrologia para o setor, assim como sobre a prevenção de desastres naturais;
- Dentre as ações de maior importância de C&T para a sustentabilidade tem-se que esta deve estar baseada na cadeia da inovação tecnológica, do conhecimento, do movimento do setor produtivo, em todas as escalas – pequeno porte, grande, médio, global, regional, local; a importância de que a transição para a economia verde dê-se no setor da energia e no setor de preservação do patrimônio biológico, genético, com geração de economia; criação de parque de C&T com representação de universidades estaduais, federais, com laboratórios de P&D para as empresas; aumento do investimento total em C&T, com programas e projetos induzidos, participação nacional firme e inserção soberana do país, ou mesmo através de organizações, com acompanhamento e avaliação dos projetos e programas; aumento dos editais para as áreas de interesse da temática ambiental: inclusão social, segurança alimentar e energética, uso da biodiversidade etc.; convergência entre as agendas institucionais para melhor aplicação dos recursos; melhoramento da divulgação científica; aumento na participação de empresas privadas, inclusive micro/pequenas; e necessidade de aceleração nas políticas de promoção;
- Quanto a ações nas áreas dos recursos humanos para C&T, demanda-se por programas estruturantes para a formação e fixação de recursos humanos na Amazônia; superação da desigualdade nos programas de pós-graduação para a região; e apoio a pesquisadores estrangeiros, especialmente sul americanos (indicando a participação dos Ministérios das Relações Exteriores).

Finalizando, muitos destes aspectos levantados ao longo das referências adotadas para a construção deste texto devem ser tomados somente como sinalizadores para os investimentos nos projetos regionais, sem a expectativa de que a Conferência Mundial vá adentrar neste nível de detalhamento que, certamente, traria privilégios bastante conflituosos para a Cúpula. No entanto, dada a importância da Amazônia para a Humanidade e o planeta – deslocando-a de uma posição exclusiva e limitada ao regional – certamente que

alguma referência especial mais geral, sistêmica e estruturante, contribuiria muito para o futuro desta região e da sustentabilidade de nosso mundo. Repetindo a sugestão feita antes, neste texto, sobre o que poderia facilmente constar do documento final da Rio+20:

reiteramos a importância da região amazônica para o planeta - especialmente quanto a sua diversidade social e biológica e respeito às suas condições históricas e visão de futuro - e reconhecemos a necessidade de que planos específicos visem alguma nova perspectiva de sustentabilidade de seu desenvolvimento, com a determinação política dos governos locais, o suporte dos organismos internacionais e a cooperação dos diversos países e organismos apropriados.

Com isso, o foco que seria dado à região amazônica, seus problemas e necessidades de solução tendo como base novos modelos de desenvolvimento - com sustentabilidade ambiental, mas também com inclusão social, além de sustentação econômico financeira - até então ainda inimagináveis, orientaria a mídia e a formação de opinião pública mais consciente e favorável. Ações governamentais, locais, nacionais e internacionais, seriam mais bem dirigidas para o alcance de tais finalidades, envolvendo os setores produtivos da sociedade. Além disso, também alcançaria os indivíduos e suas comunidades na aquisição de hábitos e comportamentos mais adequados à um futuro sustentável, desta que é a última - e ainda maior fronteira ambiental preservada de nosso planeta. Como disse Euclides da Cunha em "Os sertões" e citado no Projeto de Implantação da UFOPA (2009): "*Realmente, a Amazônia é a última página, ainda por se escrever, do Gênesis*".

Referências

Brasil, MMA, 2000. **Convenção sobre a Biodiversidade**. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992.

Gama e Velho. A Cooperação Internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, vol 19/54, SP, 2005

UFOPA, 2011. **Relatório Final da Primeira Reunião Preparatória da UFOPA para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio + 20, Brasília, 25 e 26 de abril de 2011**.

Documentos acessados na internet

Rio +20. Disponível em: <www.onu.org.br/rio20/documentos/>. Acesso em: 15 fev. 2012.

O Futuro que Queremos: Rascunho Zero. Disponível em: <www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/OFuturoqueQueremos_rascunho_zero.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

ONU. Disponível em: <www.un.org>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Convenção sobre Diversidade Biológica. Disponível em: <www.cdb.gov.br/CDB>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Terra Gaia. Disponível em: <www.terragaia.wordpress.com/2011/09/19/rio20-documento-final-da-reuniao-regional-preparatoria-para-america-latina-e-o-caribe/>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Sobre os autores





SOBRE OS AUTORES

Durval de Souza Filho

Historiador (UFRJ) e professor, mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Atualmente desenvolve projetos de pesquisas na área de História e Natureza, História Ambiental, História Indígena e História e Imagem. Também tem experiência em projetos para disseminação de acervos bibliográficos e documentais, desenvolvimento e administração de bibliotecas digitais, projetos culturais, assessoria parlamentar, curadorias e fotografia.

Aldrin Moura de Figueiredo

Historiador, doutor em história pela UNICAMP, professor da Faculdade de História e do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará e pesquisador do CNPq. É autor de *No tempo dos seringais* (Atual, 1996); *A fundação de Belém* (Mabe, 2004), *A Cidade dos Encantados* (edufpa, 2009), *Janelas do passado, espelhos do presente* (Mabe, 2011), *Vandalos do Apocalipse* (2011). Atualmente se dedica aos estudos de história social da arte e da intelectualidade na Amazônia (séculos XIX e XX).

Francisco de Assis Costa

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1971), mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (1981) e doutor em Economia pela Freie Universität Berlin (1988), Alemanha. Professor Associado da Universidade Federal do Pará, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Programa de Pós-Graduação em Economia do Departamento de Economia. Sua experiência de pesquisa tem ênfase em economia agrária, desenvolvimento regional e relações entre economia e sustentabilidade ambiental, destacando o papel das inovações tecnológicas e institucionais, sobretudo na Amazônia. Atual Diretor da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do IPEA.

Netília Silva dos Anjos Seixas

Doutora (2006) e mestre (1996) em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco e graduada (1986) em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal do Pará. Jornalista, atualmente é professora da Faculdade de Comunicação, professora e vice-coordenadora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, além de coordenadora do projeto de pesquisa “Jornais Paraoaras: percurso da mídia impressa em Belém no século XIX”, todos na UFPA.

Vanessa Brasil de Carvalho

Graduada em Comunicação Social, habilitação Jornalismo, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), em 2010. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da mesma universidade e bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tem experiência em assessoria de comunicação, divulgação da ciência, meio ambiente e Amazônia, atuando como colaboradora no Projeto Academia Amazônia, produtora de audiovisual da UFPA.

Phillippe Sendas de Paula Fernandes

Estudante do 7º período do Curso de Comunicação Social, habilitação Jornalismo, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Atualmente é bolsista de Iniciação Científica Ações Afirmativas (UFPA/AF) junto ao projeto de pesquisa “Jornais Paraoaras: percurso da mídia impressa em Belém no século XIX”, desenvolvido na Faculdade de Comunicação e no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da UFPA.

Luciana Miranda Costa

Jornalista, professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará e coordenadora da Rádio Web UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento e doutora em Ciências pelo NAEA/UFPA, com estágio no Woods Hole Research Center e ACT/Bloomington University (USA). Tem concentrando suas pesquisas na área interdisciplinar Processos Midiáticos/Estratégias Institucionais em Comunicação, Políticas Públicas/Meio Ambiente e Estudos em Rádio/Divulgação Científica.

Keila Andreane Corrêa da Silva

Jornalista formada pela UFPA e foi Bolsista de Iniciação Científica do CNPq (2010-2011).

Karina Menezes Cunha

Graduanda do curso de Comunicação Social, habilitação em jornalismo, pela Universidade Federal do Pará e bolsista do CNPq (2010-2012).

Leandro Raphael N. de Paula

Mestre pelo PPGArtes-UFPA (2012) e graduado em Comunicação Social-Publicidade pela Universidade Federal do Pará (2008). É professor do Centro Universitário do Pará (CESUPA), colaborador do projeto Academia Amazônia e Pesquisador Colaborador do projeto CIECz- Ciência e Comunicação na Amazônia fomentado pelo CNPq. É membro do Grupo de Pesquisa em Audiovisual e Cultura (GPAC) e do Grupo Comunicação Digital e Interfaces Culturais na América Latina, ambos certificados pelo CNPq.

Maria Ataíde Malcher

Doutora (2005) e mestre (2001) em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia e professora da Faculdade Comunicação Social (FACOM), ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do Laboratório de Pesquisa e Experimentação em Multimídia (AEDi/UFPA) e da produtora de audiovisual Academia Amazônia (FACOM-UFPA). Atua principalmente nas seguintes linhas de pesquisa: Processos midiáticos; Estudos de televisão, de Teledramaturgia, de Audiovisual; Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) e Novas Mídias e Divulgação Científica.

Joel Cardoso

Doutor em Letras: Literatura Brasileira e Intersemiótica (UNESP-SJRP, SP); Mestre em Letras: Teoria da Literatura (UFJF). Graduado em Letras Modernas (português/alemão - USP), Pedagogia (USP) e Direito (Instituto de Ciências Sociais Vianna Jr, Juiz de Fora, MG, OAB: 60295-MG). Especialista em Língua Portuguesa: Linguística Aplicada (Simonsen, RJ). Professor de música (piano clássico). É professor da Universidade Federal do Pará. Pesquisa as Poéticas da Modernidade, transitando pelas áreas de Letras, Comunicação, mas, sobretudo, das ARTES, com ênfase na correspondência e diálogos que se estabelecem entre os diversos signos e linguagens, privilegiando as relações entre palavra e imagem (Literatura e Cinema, TV, Teatro etc.).

Regina Lima

Doutora e mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, especialista em Teorias e Metodologias da Comunicação pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Professora do curso de pós-graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará- UFPA. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará- UFPA. Exerceu o cargo de Presidente da Fundação Paraense de Radiodifusão (FUNTELPA) e da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais (ABEPEC). Atualmente é Ouvidora de Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Uriel Pinho

Graduando em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Pará. É bolsista de PIBIC/CNPq/AF do Projeto de Pesquisa “Análise de Conteúdos Audiovisuais Midiáticos na Amazônia”. Foi bolsista PIBIC/CNPq do Projeto “Ciência e Comunicação na Amazônia” (2011/2012) e colaborador do Projeto Academia Amazônia (2010/2012).

Ronaldo de Oliveira Rodrigues

Mestrado em Comunicação (2012) pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM-UFPA). Graduado em Pedagogia pela mesma Universidade em 2006 e psicopedagogo pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO-RJ-2007). Professor da Faculdade de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, no curso de pedagogia, campus Breves.

Rosiane Ferreira Gonçalves

Possui graduação em Ciências Sociais (2000), especialização em Educação e problemas regionais (2001), mestrado em Antropologia (2004) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (2010). Atualmente é professora do 1º Comando Aéreo Regional Escola Tenente Rego Barros e Professora colaboradora da Universidade Federal do Pará. Tem experiência nas áreas de Meio Ambiente e Antropologia, atuando principalmente nos temas: educação ambiental, sociobiodiversidade, sustentabilidade, desenvolvimento e etnologia indígena.

Rosiane Pinheiro Palheta

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (1999) e Especialização em Educação e Problemas Regionais (2001). Especialização em Desenvolvimento de Áreas amazônicas (2002). Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (2004) da Universidade Federal do Pará. Atualmente cursa o Doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC) com pesquisa sobre o tema Saúde das populações indígenas que vivem na cidade.

Neusa Pressler

Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA). Especialista em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas e Gestão Pública - FIPAM/ NAEA/UFPA. Professora titular na Universidade da Amazônia (UNAMA) - Departamento de Comunicação Social e no Curso de Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura. É pesquisadora do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e Coordena o Projeto de Extensão Sala de Situação da Criança e do Adolescente - SIT. Na área de Comunicação Social e Ciências Sociais atua em pesquisas e projetos com ênfase nas temáticas Comunicação e Meio Ambiente, Comunicação Institucional, Divulgação Científica, Negócios Sustentáveis (Econegócios) na Amazônia. Atua também nos seguintes temas: Estratégias Institucionais em Comunicação, Campanhas de Comunicação, Produção Cultural e Cooperação Internacional na Amazônia.

Dóris Santos de Faria

Doutora (1989) e Mestre (1980) em Psicologia pela USP, com Pós Doutorado em Antropologia Biológica pelo University College London (1993/4). Foi Pró-Reitora de Extensão da UnB (1997-2004), onde também dirigiu o Laboratório de Estudos do Futuro (2007/8), Presidente do Comitê Executivo da Universidade Virtual Pública do Brasil - UniRede (2000 a 2003), pesquisadora associada ao Centro de Educação a Distância - CEAD/UnB (2004 a 2006), coordenadora acadêmica em dois grandes programas nacionais - "TV na Escola e os Desafios de Hoje" e "Mídias na Educação" - e um Programa regional - Licenciatura em Biologia a Distância, do Consórcio Setentrional da UniRede. Como consultora do Programa PNUD/MEC em 2009 elaborou a proposta do Projeto Acadêmico para a Criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA e organizou a coleção dos seus diversos Módulos de Ensino. Passou a colaborar em sua implantação na Direção do Centro de Formação Interdisciplinar - CFI, a partir de 2010, respondendo pela coordenação de diversos novos projetos institucionais e onde ministra duas disciplinas relacionadas com "Sustentabilidade", uma aplicada à Educação e outra ao Desenvolvimento, nos dois Programas de Educação Continuada - Especialização do referido Centro: Ensino Interdisciplinar das Ciências - INTERCIÊNCIAS e Sociedade, Meio Ambiente e Desenvolvimento da Amazônia - SMDA. Na mesma direção também colabora com a UFOPA na criação do "Curso de Especialização em Ecoturismo na Amazônia".

 **ACQUERELLO**
design&editora

www.acquerelloeditora.com.br